

DAFYDD LLEWELLYN

**CASA PIA:
UMA INVESTIGAÇÃO
AO PROCESSO**

2ª EDIÇÃO, REVISTA E ACTUALIZADA

2018

Byddwch yn dod i wybod beth sy'n wir,
a bydd y gwirionedd hwnnw'n rhoi rhyddid i chi.
(Ioan 8:32)

Este livro é dedicado às *verdadeiras* vítimas do processo Casa Pia. Todos sabemos quem são, e as alegadas “vítimas” sabem-no muito melhor que nós.

Na sua narração dos factos, o Autor apoia-se no Artigo 19 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e nos Artigos 11 e 13 da *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, que protegem a liberdade de opinião e de expressão e garantem que a investigação científica não será constrangida e a liberdade académica será respeitada.

O Autor agradece às inúmeras pessoas que o ajudaram a escrever este livro, e que pediram para que lhes mantivesse o anonimato.

A tradução do texto deste livro **não** segue o novo Acordo Ortográfico, que o tradutor considera ser injustificável e um atentado contra o património cultural português.

© do Autor 2018. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução integral ou parcial de qualquer parte da presente obra, sem a autorização escrita do Autor.

PREFÁCIO

Este livro é politicamente incorrecto.

Começemos por afirmar, para que não restem dúvidas, que o abuso sexual de menores existe. E que havia de facto casos de abuso sexual de menores dentro da Casa Pia. E que havia menores da Casa Pia que se prostituíam.

Mas o chamado escândalo da Casa Pia resume-se a isto. Não havia, nem nunca houve, redes de pedofilia, nem potentados do regime a violar crianças, nem muito menos criancinhas inocentes arrastadas para uma vida de deboche por intermédio de funcionários menores que nem para viver modestamente tinham dinheiro.

Porque a realidade era simplesmente esta: uma instituição de algum prestígio estava entregue, desde a década de 1970, a métodos permissivistas que fizeram da disciplina interna uma completa bandalheira¹. Assim, não admira que a Casa Pia fosse escolhida para palco de um escândalo que foi fabricado artificialmente, e cujos objectivos foram largamente alcançados, apesar de o número de educandos cujo envolvimento em actividades sexuais se confirmou não chegasse, na prática, a 1 por cento do total.

O processo foi montado segundo o esquema já consagrado no estrangeiro. A partir de um caso isolado (Carlos Silvino) a que se dá publicidade inusitada (Felicía Cabrita, Pedro Namora), surgem justiceiros (Juiz Rui Teixeira, Procurador João Guerra), aparecem cada vez mais alegadas vítimas, e inventa-se uma fábula de “rede de pedofilia” (Teresa Costa Macedo e outros), que certa comunicação social difunde e amplifica dia a dia e que ganha o apoio dos “salvadores de crianças” (Catalina Pestana, etc.). E começa a caça aos “hediondos pedófilos”.

E o aparelho judicial começou a funcionar em termos inimagináveis. Num caso que não fosse este, não faltaria quem suspeitasse, e com razão, de incompetência, parcialidade e má fé.

Arrastados por uma loucura colectiva, polícias e magistrados confundiram investigação com protagonismo e razão com sentimentalismo. Começaram a aparecer “vítimas” com histórias que eram apenas produto da sua imaginação, e a quem foi atribuída uma credibilidade que não tinham nem mereciam. Pior ainda, foram encorajadas a mentir, assegurando-lhes a impunidade e recompensando-as pelas mentiras que dissessem. Pessoas houve que foram presas e condenadas sem provas por crimes que não cometeram. Outras foram indiciadas mas, curiosamente, “esquecidas” durante a investigação.

E os arguidos estavam inocentes – com a possível excepção de Carlos Silvino. E mesmo este, se tivesse tido um bom advogado, poderia ser absolvido, tão deficientes eram as provas contra ele.

Escutas telefónicas indiscriminadas, prisões arbitrárias, acusações mal fundamentadas, julgamentos na praça pública ficaram a ser tão comuns que, ainda hoje, quase não são comentados. Atitudes que nunca foram abuso sexual de menores passaram a ser criminalizadas como se o fossem. Começou a apelar-se à denúncia, mesmo anónima, e a prometer-se dinheiro a quem acusar, mesmo que se provasse que estava a mentir. E a fomentar-se a desconfiança entre cidadãos, entre amigos, entre parentes, entre professores e alunos, entre pais e filhos.

¹ *24 Horas*, 12.1.2007, p. 9; cf. também artigos n' *O Dia* de 25 e 27.2.1976. Um educador descreveu em Tribunal a situação como “uma balda”.

Com o pretexto de proteger as crianças, está a construir-se um regime ditatorial. Com o pretexto de combater a pedofilia e a pornografia infantil, está a tentar-se controlar a Internet, a única fonte de informações relativamente livre que nos resta ².

Esta é que é a verdade que nos querem esconder. O resto é poeira nos olhos.

O presente trabalho é mais do que um livro; é um instrumento de trabalho. Para que o Leitor possa começar a ver por si próprio, tivemos o cuidado de não fazer uma única afirmação que não fosse documentada com fontes de referência ao alcance de todos ³. A Introdução, embora bastante extensa, é indispensável para enquadrar o fenómeno português numa estratégia que já se apoderou de todo o mundo ocidental. E como o processo Casa Pia foi, em grande parte, decalcado de modelos estrangeiros, e levou a práticas policiais copiadas do estrangeiro, referimo-nos frequentemente, e em algum pormenor, ao que se tem passado lá fora.

Para salvaguardar a privacidade das alegadas vítimas, só indicamos os apelidos das mesmas se já foram revelados pelas próprias ou na comunicação social.

“Num tempo de mentira universal”, disse uma vez o escritor britânico George Orwell, “dizer a verdade é um acto revolucionário”. Partamos, então, para a revolução necessária.

² Cf., por exemplo, SELLIER, Homayra e DARNAT, Stéphane – *Internet, le paradis des pédophiles*. Paris, Plon, 2003.

³ As afirmações contidas nos trechos citados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

I – INTRODUÇÃO

1.1. O que é engenharia social

De tempos a tempos, culturas inteiras endoidecem. As pessoas sentem-se esmagadas por problemas que parecem ultrapassar a sua compreensão ou solução. Nessas alturas, é preciso que o mal assuma uma forma palpável. Algum grupo indefeso torna-se o bode expiatório e as autoridades concentram a sua raiva nele.

Bob Chatelle, escritor e activista jurídico ⁴

À medida que a legislação aumenta, assim aumenta o braço coercivo do Estado, os poderes policiais, as cadeias, e o seu alcance sobre a sociedade. É como um nevoeiro venenoso que se espalha mais e mais, e se infiltra em cada reentrância da vida.

Jeffrey A. Tucker, sociólogo ⁵

O objectivo da política prática é manter a população alarmada – e, portanto, exigindo que lhe seja dada segurança – ameaçando-a com uma série contínua de duendes, todos eles imaginários.

Henry L. Mencken (1880-1956), ensaísta ⁶

Todas as sociedades, para serem governáveis, necessitam de certas restrições às actividades dos seus membros. Ora uma sociedade democrática e liberal, por definição, não as pode ter ao nível estritamente necessário para ser governável. Daí a necessidade de os Governos criarem mecanismos de controlo cada vez mais sofisticados, para obrigar os cidadãos a conformar-se automaticamente com uma série de valores e atitudes politicamente correctos, deixando assim aos políticos a tarefa de governar.

Num país democrático, exactamente como em qualquer outro, é o Estado que detém o poder. Mas os cidadãos são encorajados a acreditar que podem tomar decisões sobre o seu futuro colectivo, através do voto. Isto requer uma técnica de propaganda oficial muito aperfeiçoada, para que os cidadãos não se apercebam de que a escolha que se lhes depara numa eleição é entre dois partidos cuja actuação, agora que a ideologia foi quase totalmente metida na gaveta, é praticamente a mesma; e de que os políticos que elegem para os mais altos cargos – muitas vezes apenas por serem simpáticos ou por falarem bem – não são necessariamente quem vai mandar no país ⁷. O poder está, na realidade, nas mãos de uma oligarquia, que tem interesse em manter o *status quo*, assegurando deste modo a manutenção dos seus poderes e privilégios. Para o fazer, necessita de controlar a sociedade, marginalizando certas pessoas ou grupos e culpabilizando-os pelos seus problemas.

O controlo social, tal como hoje o compreendemos, foi experimentado pela primeira vez em larga escala na Itália em 1992-1994, com o fenómeno que ficou na história com o nome de Operação Mãos Limpas (*Operazione Mani Pulite*) ⁸, uma forma de destabilização controlada

⁴ Cf. <users.rcn.com/kyp>.

⁵ *Society in jail*, in <www.mises.org/story/2107>.

⁶ *In defense of women*, Cap. 13; incorporado em *A Mencken chrestomathy*. London, Vintage Books, 1982.

⁷ Sobre este tema, leia-se ELLUL, Jacques – *Propagandes*. Paris, Economica, 1990 (1ª ed. 1962).

⁸ Cf. BARBACETTO, Gianni, TRAVAGLIO, Marco e GOMEZ, Peter – *Mani pulite: La vera storia*. Di Mario Chiesa a Silvio Berlusconi. Roma, Editori Riuniti, 2002.

que por pouco não mergulhou o país numa completa anarquia, à medida que empresários, industriais e políticos, acusados de corrupção, eram arrastados para as esquadras da Polícia, perante a estupefacção dos populares⁹. Na prática, tratou-se de substituir a forma parlamentar de governo por uma “república de juizes”, o que afectou os próprios fundamentos da democracia. Os Deputados são eleitos, mas os juizes não – e nem devem ser, porque o seu papel é determinar questões da Lei, e não governar, apesar de a magistratura ser um órgão de soberania. Dar-lhes um poder que não lhes compete, e que não pode ser contestado, porque os Juizes são constitucionalmente “irresponsáveis”, é privar os eleitores do seu direito a decidir quem os governará e como serão governados.

O nível mais elementar de controlo social é a construção deliberada de situações que preocupem de tal maneira os cidadãos que estes se mantenham dóceis: legislação complicada e repressiva¹⁰, dificuldades económicas (exacerbadas pelo uso corrente do crédito, que os Bancos encorajam, apesar das crises), impostos cada vez mais altos, “flexissegurança” e desemprego, criminalidade impune, corrupção a todos os níveis, tráfico e consumo de estupefacientes. Concede-se aos cidadãos a liberdade de se manifestarem, como válvula de escape, porque não há manifestação ou greve que altere a planificação governamental. O mais que pode suceder é o Governo dar o clássico “passo atrás”, para recuperar mais adiante o terreno perdido.

A um nível mais complexo, o controlo social é apresentado sob um pretexto totalmente diferente, e ao mesmo tempo aceitável pela população em geral, que é condicionada para tal fim pela imprensa, rádio e televisão¹¹, encarregados de promover o emotivo em vez do racional – porque as emoções bloqueiam a razão, o que é uma maneira muito eficaz de controlar a sociedade. Assim, quem se oporia a uma ofensiva das autoridades contra o tráfico de droga¹² ou as associações de criminosos, por exemplo? Ou contra os abusos sexuais de menores?

Proteger os menores de abusos, sexuais ou não, é uma preocupação natural e merece louvor. Mas não é a fomentar um estado de paranóia colectiva que se protegem os menores. Contraindo os adultos às crianças, alimentando nestas a desconfiança permanente dos mais velhos, cria-se um conflito de gerações sem precedentes, desagrega-se a coesão familiar, e incentiva-se o isolamento social das pessoas, tornando-as assim mais receptivas ao controlo dos poderes constituídos. Como proclama, nos Estados Unidos, a *Darkness to Light* (‘Da Escuridão à Luz’), organização de destaque na indústria de protecção de menores:

Nem sequer nos adultos de maior confiança se pode confiar sempre. Os treinadores, professores e pais são figuras de autoridade em que as crianças acham que podem confiar. Mas uma grande percentagem de indivíduos que abusam de crianças pertencem a este grupo. São adultos que têm oportunidade de “seduzir” as crianças, dando-lhes afecto e atenção, e é difícil as crianças identificarem certas atenções como sendo abuso¹³.

⁹ É interessante notar que Pedro Namora propôs que se transformasse o escândalo da Casa Pia numa “Operação Mãos Limpas” (*Correio da Manhã*, 3.1.2003, p. 5). E ainda bastante mais tarde (cf., for exemplo, <www.youtube.com/watch?v=0XASscjpeLw&feature=related>).

¹⁰ Basta um exemplo: segundo o jornal *The Independent* de 16.8.2006, o Governo britânico criou *3.023 novos crimes* desde que Tony Blair subiu ao poder em 5.1997 até que foi substituído, e a Polícia estava já a exigir poderes para aplicar “justiça instantânea” em casos de comportamento anti-social.

¹¹ ALTHEIDE, David L. – *Creating fear: News and the construction of crisis*. Piscataway, NJ, Aldine Transaction, 2002.

¹² E isto apesar de, ao mesmo tempo, as autoridades fazerem por descriminalizar (isto é, legalizar) o consumo de drogas. Até a Organização Mundial de Saúde faz campanha para generalizar o uso de morfina como anestésico, por “não haver perigo de habituação” (!). Compreende-se: um drogado não se interessa por política, e por isso não causa problemas à oligarquia no poder. E a insegurança nas ruas causada pelo tráfico e consumo de droga preocupa tanto os cidadãos que estes não reagem contra certas leis repressivas ou impopulares, e muito menos se organizam para lhes fazer frente.

¹³ Cf. <www.darkness2light.org>.

Um programa social chamado *Virtus – Protegendo os filhos de Deus*, que é patrocinado pela Igreja Católica dos Estados Unidos, recomenda aos pais, entre outras coisas:

Os adultos podem proteger melhor as crianças se vigiarem todos os adultos que tenham contacto com as suas crianças [...] Nunca permita que qualquer pessoa adulta fique sôzinha com o seu filho, ou se aproxime muito do seu filho, ou monopolize uma parte significativa do tempo do seu filho [...] Faça visitas de surpresa à creche, jardim-escola, centro de dia ou escola da criança ¹⁴.

Levar as crianças a desconfiar dos próprios pais é um dos objectivos da engenharia social. A criança fica, assim, totalmente isolada, precisamente na altura em que mais necessidade tem da presença e do apoio de adultos – porque não só lhe incutem a desconfiança dos pais e dos parentes, mas até dos vizinhos. Porque os pedófilos são inúmeros, estão em toda a parte e atacam por todo o lado. Todos os homens adultos são potencialmente pedófilos. E onde é que se tem melhor acesso às crianças? Na família, evidentemente. Assim, segundo Catherine Itzin, Professora da University of Lincoln e feminista, os pedófilos podem até ser “homens de família normais, comuns”, que cometem os abusos “tanto dentro como fora da família” ¹⁵. O que implica que toda a população deve vigiar as famílias alheias. Como declarou Fátima Soeiro, Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Braga: “As pessoas continuam a não se querer meter, mas têm de perceber que é essencial que denunciem as situações, mesmo que o façam de forma anónima” ¹⁶. “A ideia de que não nos devemos meter na vida dos vizinhos, porque é problema deles, tem de ser mudada”, sentenciou Dulce Rocha, Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco ¹⁷. E assim se aplica, graças à militância espontânea das comadres, “de forma anónima” ou não, um eficacíssimo controlo social.

Num artigo excepcionalmente lúcido, referente à situação nos Estados Unidos, Nev Moore escreveu no jornal *The Massachusetts News* de 6 de Junho de 2004:

Qualquer comportamento da criança pode ser usado para “provar” que a criança foi abusada pelos pais (isto só funciona para abusos parentais). Assim, se o seu filho é tímido ou simplesmente bem comportado, isto é documentado como “medroso e acanhado”. Se é activo e barulhento, está a “representar a sua incapacidade de verbalizar o trauma”. Se corre para o pai e se senta no colo, está a “identificar-se com o agressor”. Se a criança diz que os pais nunca lhe fizeram mal, está em “negação” e a “proteger o abusador”. Se os filhos dizem que gostam dos pais, então têm a Síndrome de Estocolmo. Ou uma ainda mais estúpida: os assistentes sociais dizem aos pais que “todas as crianças abusadas dizem que gostam dos pais, para que os pais não lhes façam mais mal”.

Nada é simplesmente um comportamento humano normal e previsível. Se as crianças são extrovertidas, sossegadas, plácidas, desobedientes, demasiado obedientes, limpas, sujas, barulhentas, afáveis ou temperamentais, tudo tem um “significado” profundo, negro e obscuro que “prova” que os pais cometeram algum tipo de abuso escondido, o que apoia a teoria da Segurança Social de que todos os pais são inadequados e abusivos.

¹⁴ Cf. <www.virtus.org/virtus>. As reacções das famílias a este programa nem sempre são positivas: cf. o artigo de Thomas Augustine, “Abusing God’s children”, com data de 14.9.2005 (<www.michnews.com/cgi-bin/artman/exec/view.cgi/196/9482>). Cf. também uma exposição da Coalition of Concerned Catholic Families sobre o programa, intitulada *The USCCB ‘Safe Environment’ mandate: A tragedy of horrors* (cf. <www.kettliverusa.com/concerned_catholics/pdf_jpg_documents/Coalition_Tragedy_of_Errors.pdf>.)

¹⁵ ITZIN, Catherine (ed.) – *Home truths about child sexual abuse: Influencing policy and practice. A reader*. London, Routledge, 2000.

¹⁶ *Correio da Manhã*, 6.1.2006, p. 5.

¹⁷ *Diário de Notícias*, 28.11.2004, p. 24.

Portanto, as crianças devem ser educadas pelo Estado ¹⁸.

Comentou a propósito o Dr. Bill Thompson, professor da Universidade de Reading, com a autoridade de um perito que um dia se viu falsamente acusado ¹⁹:

Se a criança anda a correr, ou se é dócil, a criança foi abusada; se é demasiado afectuosa ou demasiado distante, a criança foi abusada; se se riu ao ver alguém a largar gases, foi abusada satânicamente. Uma loucura; não há outra palavra para isto. Mas, pior ainda: se a criança não o admite, também quer dizer que foi abusada [...]

E não havia descanso quando a criança ia ao hospital. Porque a primeira coisa que o pediatra notava era como a criança reagia ao exame médico. Agora imaginem! Se a criança é passiva, isso quer dizer que foi abusada, porque, se se sujeita, quer dizer que está habituada a ser tocada; mas se a criança for reticente, isso quer dizer que foi abusada, porque, ao esquivar-se, mostra que sabe o que vem a seguir. Em resumo: de qualquer maneira que a criança se comporte, foi abusada; e isto é antes do exame médico, que serve para encontrar qualquer coisa que possa ser apresentada como indício de abuso ²⁰.

Entretanto, proliferam indivíduos e organizações que passam a concentrar os seus esforços na protecção dos menores e repetem à saciedade a afirmação de que uma em cada quatro raparigas e um em cada sete rapazes, mais coisa menos coisa, serão vítimas de abuso sexual antes de chegarem aos 18 anos – a não ser que o público contribua generosamente para os referidos indivíduos e organizações. Estes começaram a exercer grande influência sobre a sociedade a partir da década de 80, sobretudo nos Estados Unidos, e a movimentar quantias consideráveis, tanto de donativos do público, de políticos oportunistas em via de ascensão ou de jornais dispostos a aumentar a circulação a todo o custo, como de programas ou subsídios oficiais. Apenas um exemplo, referente ao National Center on Child Abuse and Neglect (Centro Nacional para o Abuso e Desleixo de Crianças), um organismo governamental americano de enorme influência social:

Em 1983, tinha apenas 1,8 milhões de dólares disponíveis para todos os tipos de investigação sobre abusos e projectos de demonstração (destes, só \$237.000 eram destinados a estudos de abusos sexuais). A seguir ao escândalo de McMartin no ano seguinte, o orçamento do NCCAN aumentou para mais do quádruplo, e incluiu \$146.000 só para Kee MacFarlane interrogar e examinar mais crianças da McMartin (Além disso, a CII [Children's Institute International], a agência de MacFarlane, recebeu \$350.000 em 1985 de fundos da Califórnia, o que fez do Instituto o primeiro centro de instrução de diagnóstico e tratamento de abusos de crianças naquele Estado a ser financiado com dinheiros públicos) ²¹.

¹⁸ Cf. <www.massnews.com/past_issues/other/6_Jun/junds4.htm>. Recordemos que Nicholas Rockefeller admitiu que a oligarquia que controla o Governo americano criou e financiou a “libertação da mulher” para que as crianças passassem a ser educadas nas escolas e não no seio das suas famílias, como seria lógico se a mãe não estivesse ausente de casa a trabalhar; facilitando assim a doutrinação das novas gerações (<www.prisonplanet.com/articles/october2006/281006rockefellerpredicted.htm>).

¹⁹ O Dr. Thompson era criminologista de renome internacional e perito em abusos sexuais de menores. Em 3.2002, a Thames Valley Police arrombou as portas da casa e do gabinete do Dr. Thompson, na sua ausência, apreendendo computadores e vários documentos. Fora acusado de possuir pornografia infantil, o que era verdade, porque era parte do seu trabalho como perito judicial e estava autorizado para tal pelo Ministério do Interior britânico. Foi suspenso da Universidade em que era docente e deixou de ser aceite como perito em vários processos correntes. E qual foi o seu verdadeiro crime? Teve a ousadia de criticar a Polícia e de afirmar, com base em factos, que muitas pessoas condenadas por abusos sexuais de menores estavam inocentes. Bastava isto para ser um alvo a abater.

²⁰ Cf. <www.fayl.org.uk>.

²¹ NATHAN, Debbie e SNEDEKER, Michael – *Satan's silence: Ritual abuse and the making of a modern American witch hunt*. New York, NY, Basic Books, 1995, p. 127.

A vertente económica veio a tornar-se tão importante – mais ainda do que os fins que esses indivíduos e organizações se propunham atingir – que deu origem a uma verdadeira indústria, que movimenta anualmente *centenas de milhões* de dólares e influi poderosamente nos meios políticos, podendo ser um aliado imprescindível em qualquer projecto de engenharia social. Em 1990, a indústria já contava nos Estados Unidos com 106.000 organizações fora dos sistemas educativo e de saúde, que tinham 603.000 assistentes sociais, 203.000 psicólogos, 222.000 conselheiros e 106.000 funcionários diversos. Estes números têm aumentado ainda mais desde então; hoje, a indústria emprega cerca de um milhão e oitocentas mil pessoas – quase o dobro de Exército americano!

O exército de funcionários públicos que é actualmente pago para atacar a santidade da família americana é maior do que o Exército Russo. É também uma ameaça muito maior para a nossa segurança nacional do que o Exército Russo, e é mais corrupto, e mais bem pago, e mais bem organizado, e mais apoiado. É também a colecção das pessoas mais estúpidas da América [...]

Pode ainda ter algumas dúvidas sobre a razão para o “abuso de crianças” neste país ter aumentado 127 vezes DEPOIS de se ter formado este exército? Ou por que é que a maioria dos abusos de crianças ocorre com crianças entregues ao “Serviço de Protecção de Crianças”, ou nas unidades de psicoterapia criadas, enquanto as famílias das crianças são destruídas com falsas alegações de abuso de crianças, 3 milhões das quais são apresentadas por ano? ²².

E isto sem falar nos advogados que se especializam em processos cíveis contra alegados pedófilos, para obter indemnizações e custas tão elevadas que representam a destruição económica de pessoas que são muitas vezes inocentes.

Muitas pessoas descobrem que é muito terapêutico levar a pessoa que abusou delas à justiça. O advogado Timothy D. Kosnoff dedicou toda a sua carreira na advocacia a lutar contra os abusadores sexuais de todas as maneiras ao seu alcance. Passou mais de 10 anos a advogar agressivamente casos, não só contra abusadores individuais, mas também contra instituições que permitiram que o abuso ocorresse.

O advogado Kosnoff está sempre disponível para ouvir qualquer pessoa nos Estados Unidos que acredite que sofreu abuso sexual quando criança, ou que uma pessoa querida tenha sofrido. Tratá-la-á com a maior simpatia, ao mesmo tempo que perseguirá agressivamente os responsáveis. O seu trabalho como advogado tornou-o bem conhecido, devido a centenas de sucessos em prol de sobreviventes de abusos sexuais – mas, como lhe dirá sinceramente, os verdadeiros heróis são as pessoas que defrontam os seus abusadores e fazem com que os predadores sexuais nunca mais abusem de outra pessoa ²³.

A comercialização da Justiça, que em Portugal tem avançado notavelmente nos últimos anos, é um dos piores aspectos do que há de pior no capitalismo. Só ainda cá não chegaram os estabelecimentos prisionais privatizados – mas é só uma questão de tempo. A ideia já anda no ar.

²² Cit. de <christianparty.8m.com/ca.htm>.

²³ Cf. <kosnoff.lawoffice.com/PracticeAreas/Individual-Costs.asp>.

1.2. A pedofilia como pretexto

A sociedade, perante a divulgação da prática de condutas desta natureza, espera dos Tribunais a adopção imediata de medidas adequadas à sua protecção e pacificação,
Procurador João Guerra ²⁴

A pedofilia, tal como hoje é percebida, tem uma componente de censura social que vai muito para além da censura penal. É um anátema, uma espada pendurada sobre a cabeça de alguém, mesmo que apenas indiciado pela prática dos crimes que se abrigam no conceito, que por mais anos que passem não deixa de perseguir quem assim foi apontado. É ainda um estímulo ao boato. Ao alastramento de vinganças pessoais, ao exorcismo de ódios e de toda a panóplia de rancores.

Francisco Moita Flores, criminologista ²⁵

Quantas vezes, ao longo da minha carreira, não fiz uma carícia na cabeça dum petiz, não lhe passei a mão pela face, não lhe apertei a mão, com a satisfação íntima de ter conseguido um sucesso à criança ou ao jovem que estava sob a minha responsabilidade? Fi-lo milhares de vezes, mas hoje tenho receios.

Um professor português exercendo em França ²⁶.

Querem que acreditemos que um vasto exército de pedófilos maniacos anda à solta, e que temos que desistir de todas as formas de privacidade para que eles sejam detidos.

Steve Watson, jornalista ²⁷

A forma mais eficaz – e menos contestada – de controlo social faz-se em nome da protecção das crianças. O cronista Pedro Mexia já tinha observado:

Temos visto muito menos gente a chamar a atenção para o Big Brother realmente apocalíptico que lentamente se instala por cá e por todo o mundo ocidental. Refiro-me à cultura policial que se instalou no domínio da sexualidade.

Os sinais são cada vez mais evidentes: a ignorância apela à histeria, que apela ao confusionalismo, que apela à repressão liberticida. O pretexto imediato foi a pedofilia ²⁸.

O sociólogo David Steinberg analisou a situação com justeza:

Porque o nosso medo básico cultural e a suspeita do sexo coloca a ordem social em oposição a muitas formas de expressão sexual natural e comum, é

²⁴ Promoção de 22.5.2003, referente a Paulo Pedroso.

²⁵ *Correio da Manhã*, 2.2.2003, p. 20. Manuel Costa Andrade, Professor Catedrático de Direito Penal na Universidade de Coimbra, sublinhou, e com muita razão, que o conceito de pedofilia é “mais de ordem sociológica do que jurídica” (*Correio da Manhã*, 29.11.2002).

²⁶ Junto das comunidades de emigrantes (*O Dia*, 9.4.1998, p. 5).

²⁷ Cf. <infowars.net/articles/may2006/0205061SPs.htm>, com data de 2.5.2006.

²⁸ *Diário de Notícias*, 2.12.2003, p. 13.

necessário haver complicadas instituições de doutrinação e controlo sociais para suprimir as formas de comportamento e desejo sexuais que são consideradas inaceitáveis. Debrucemo-nos sobre duas instituições de controlo social imposto que, segundo creio, animam as reacções extremas que se nos deparam perante o tema de fotografia de crianças e adolescentes nus.

A primeira é a criação e manutenção de uma classe mítica e idealizada de indivíduos inocentes e supostamente assexuais, sobre os quais a sociedade pode projectar o seu desejo de escapar aos conflitos gerados pelo desejo sexual demasiado reprimido. Chamar-lhes-ei “inocentes designados”.

A segunda é a criação e manutenção de uma classe paralela mítica e demonizada de desviantes sexuais sub-humanos, sobre os quais os indivíduos podem projectar os seus desejos sexuais transgressivos de modo a mantê-los sob controlo. Chamarei a estes “perversos designados”.

Referindo-nos ao passado histórico, podemos ver que, embora tenham variado os grupos a que se atribuíram estes papéis-arquétipos de inocentes sexuais e desviantes sexuais, a percepção de uma batalha permanente entre a inocência sexual e a perversão sexual tem sido contínua. É uma batalha que é representada como a luta eterna entre o Bem e o Mal, entre Deus e Satanás [...] Na sua encarnação corrente, este drama opõe a inocência assexual imaginada das crianças e dos adolescentes à perversão imaginada de quem quer que ouse reconhecer e respeitar, ou, pior ainda, apreciar e celebrar o erotismo ou a sexualidade de quem não tenha ainda passado o limiar socialmente definido da idade adulta ²⁹.

Para criar na população um sentimento de repulsa e vingança, ignoram-se os abusos físicos ou a negligência de pais e responsáveis, que são problemas reais, graves e bastante comuns, e utiliza-se o pretexto dos abusos sexuais das crianças, a cuja repressão ninguém se pode opor. E seguindo a boa prática da guerra psicológica, abrevia-se o conceito de abuso sexual de menores numa só palavra: pedofilia.

O que não é correcto. O *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM), o livro de referência mais usado pelos psiquiatras de todo o Mundo ³⁰, considera, na sua versão mais usada (DSM IV-TR ou Text Revised), que se está em presença de um caso de pedofilia quando o indivíduo tem no mínimo 16 anos e é pelo menos 5 anos mais velho que a criança, e quando, num período mínimo de 6 meses, experimenta fantasias sexualmente excitantes, recorrentes e intensas, impulsos sexuais ou comportamentos sexuais com uma criança menor de 13 anos. Ora é ponto assente, citado em abundante literatura científica, que um pedófilo não é necessariamente um abusador sexual. Além disso, segundo o Código Penal português, não é ilegal (por enquanto) ser-se pedófilo; o que é punível é o abuso sexual de menores, que é um acto e não um sentimento. No entanto, este foi o primeiro passo para a medicalização do controlo social, que hoje está largamente difundida.

Pedofilia é uma palavra composta de dois termos gregos – *paidós* ‘da criança’ e *filia* ‘amor’ – e quer dizer, literalmente, ‘amor das crianças’. Neste sentido etimológico, qualquer pai ou mãe digno desse nome é um pedófilo. “Pedofilia”, explicou Joaquim Letria com louvável exactidão, “significa amor pelas crianças. Pedófilo é, portanto, aquele que ama as crianças, que gosta de brincar com elas, de as ensinar, de as fazer rir e de as ajudar a desenvolverem a sua mente e o seu espírito” ³¹.

²⁹ STEINBERG, David – “Art and the eroticism of puberty”, comunicação à Conferência da Região Oeste de The Society for the Scientific Study of Sexuality (SSSS) de 24.4.1999.

³⁰ O DSM começou por considerar a pedofilia como uma sociopatia, e depois de 1968 como uma doença mental não-psicótica. O DSM III (1980) passou a considerá-la como uma parafilia. A American Psychiatric Association (APA) considera que a pedofilia não é um distúrbio mental, desde que o indivíduo não actue com base nas suas tendências.

³¹ 24 Horas, 23.11.2007, p. 2.

No sentido estrito da palavra, um pedófilo é um homem, geralmente adulto, que tem um interesse afectivo – não necessariamente sexual, nem necessariamente exclusivo – por crianças. Neste sentido, qualquer pessoa que demonstre afecto por uma criança, ou apenas interesse por ela, pode ser classificado como pedófilo, e é o que a Polícia costuma fazer. Mas no fundo, a principal diferença entre um pedófilo e um não-pedófilo consiste apenas na importância que o pedófilo dá à sua relação com as crianças de que gosta, e como esta relação influi na sua vida.

Vamos dar apenas um exemplo.

O Padre Américo Monteiro de Aguiar (1887-1956) dedicou-se a ajudar os mais pobres de Coimbra, cuja miséria, por vezes aflitiva, o impressionou. Dotado de grande entusiasmo pela causa que escolheu e um notável talento para escrever, mobilizou a opinião pública da cidade, embora com grandes sacrifícios; criou a Sopa dos Pobres; e veio a concentrar-se na assistência aos rapazes da rua, organizando para eles colónias de férias, que tiveram grande sucesso, e finalmente, a partir de 1940, as Casas do Gaiato, a sua iniciativa mais arrojada, onde pôs em prática as suas avançadíssimas concepções pedagógicas: “obra de rapazes, para rapazes, pelos rapazes”, funcionam como uma família – “a família de quem não tem família”, como as definiu; encarregam-se da educação e da formação profissional dos rapazes; e a porta está sempre aberta.

Na verdade, quem não conhece o Padre Américo? Mas quem conhece as famosas linhas do Padre Américo, que hoje o classificariam como suspeito de pedofilia?

O gaiato de Lisboa é irmão do de Coimbra e vende jornais. Comprei muitos, não que me importe o que eles dizem, mas sim para armar conversa e namorar os miúdos nas soleiras das portas, noite dentro; – uns sentados a ter mão no sono, às cabeçadas; outros vencidos por ele, fronte nos joelhos, sono solto; outros ainda, mais fracos e mais cansados, estendidos sobre o maço de jornais, iluminados pelo foco da luz pública – às escuras!

Naquele meu namorar desejei, quis ardentemente uma cama de lençóis lavados para cada um deles e um prato de sopa muito quente servido pela minha mão, e um ramo de amoras negras colhido nas silvas dos valados sob o sol ardente dos campos e uma história contada em ar de família, à sombra de pinheiros; e como nada disso lhes pudesse fazer, fui-me deitar apoiado no *quiseste-fizeste* dos mestres da vida espiritual³².

No clima actual, quem não desconfiaria de frases como “um garoto de braços abertos a pedir o teu amor”, ou “esta imagem do garoto sedutor”³³? Ou quando ele dizia, meio a brincar, meio a sério, a um rapaz que o acompanhou numa visita de caridade: “– Olha, não gosto nada que venhas comigo. Tiras-me a vez. Está toda a gente a olhar para ti. Tenho ciúmes dos teus olhos bonitos”³⁴. “Fortes indícios” para qualquer polícia.

E, no entanto, o Padre Américo só queria exprimir o seu grande amor pelos meninos que precisavam dele. Exactamente como sucede com tantos homens de bem, vítimas inocentes da “caça ao pedófilo” do tempo presente³⁵.

³² AMÉRICO, Padre – *Pão dos Pobres*, Vol. II, p. 75-76.

³³ Ambas as frases em *ibid.*, p. 243.

³⁴ ELIAS, Padre – *O Pai Américo era assim*, p. 74.

³⁵ É tão justa a nossa observação que o Padre Carlos, da Obra da Rua, viu-se obrigado a re-interpretar os factos: “O Pai Américo queria que a obra abrangesse raparigas, mas nunca nos apareceu uma mulher capaz de pegar numa obra dessas. Nunca houve uma exclusão” (*Notícias Magazine*, 30.5.1999, p. 20). Isto não é bem exacto, como se pode comprovar facilmente pela leitura dos números antigos d’ *O Gaiato* e dos livros do Padre Américo (por exemplo: “A natureza da rapariga [...] requere outros tratos diferentes do rapaz” (AMÉRICO, Padre – *Doutrina*. Paço de Sousa, Obra da Rua, 1956, p. 33). A verdade é que ele sentia-se chamado a proteger *os rapazes* (recorde-se que a sua obra era “Obra de Rapazes”), e havia na

O Pai Américo amava apaixonadamente os filhos de ninguém. Amor alto, roçando pelo maternal, mas sempre forte e viril. Os filhos amavam-no tresloucadamente, a ponto de o levarem em triunfo, no regresso do Brasil, rasgando-lhe as únicas calças que tinha ³⁶.

E a metodologia seguida na Obra que criou baseia-se precisamente nas relações intergeracionais, caracterizadas pelo amor e respeito de parte a parte, que têm um papel inigualável na formação do carácter de uma criança ³⁷.

Nos dias que correm, a Polícia deixaria o Padre Américo construir a sua obra?

A resposta é simples. O escândalo da Casa Pia deu ao Governo a oportunidade de avançar com uma campanha surda, insinuante, ininterrupta e ao mais alto nível ³⁸ para destruir a obra do Padre Américo – que, como era auto-suficiente e independente dos subsídios governamentais, era difícil de controlar. E porquê? Porque o sucesso do método do Padre Américo é um desafio permanente às teorias dos psicólogos e assistentes sociais que controlam os colégios e orfanatos do Estado, e cujos fracassos são mais que notórios.

A campanha começou logo no início de Dezembro de 2002, com vagas alegações – naqueles primeiros meses de loucura, dizia-se que a “rede de pedofilia” tinha penetrado na Casa do Gaiato – que não levaram a parte alguma. Passou depois a uma crítica mais abrangente:

A célebre obra do Padre Américo acolhe mais de 500 crianças nas quatro casas que tem espalhadas pelo país, mas dispensa a colaboração de psicólogos, educadores ou assistentes sociais [...] A Lei de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada em 1999, prevê que todas as instituições tenham uma equipa técnica pluridisciplinar, com valências de psicologia, serviço social e educação. E aconselha uma “relação afectiva do tipo familiar”, só possível em pequenas comunidades, que não devem ultrapassar as 12 a 15 crianças.

Mas este quadro, na maioria dos casos, não passou do papel dos legisladores. O cenário desolador dos lares, que acolhem as mais de dez mil crianças entregues ao Estado, encarrega-se de provar isso mesmo. Ao todo, são 348 lares, dos quais apenas uma pequena parte está sob a tutela directa do Estado. A maioria, mais de 80 por cento, são instituições particulares de solidariedade social, que, por sua vez, pertencem em boa parte à Igreja Católica. Funcionam com modelos educativos do tempo da ditadura, virados para a caridade e repressão, sem técnicos qualificados e em instituições sobrelotadas e desadequadas [...]

A obra do Padre Américo vive de donativos e dos produtos que comercializa, à custa do trabalho dos jovens que acolhe [...] é o caso da Casa do Gaiato de Paço de Sousa, em Penafiel, onde os inspectores [da Segurança Social] relatam, num documento datado de 8 de Maio de 2002 e posteriormente divulgado pelo *Diário de Notícias*, a prática “generalizada de abusos sexuais entre os educandos, por parte dos mais velhos sobre os mais novos”. Uma situação conhecida pelo director da instituição, sobre o qual recaem suspeitas de agredir as crianças “com paus, cabos de vassoura e réguas”. Os inspectores da Segurança Social concluíram que a instituição sobrevive à custa do trabalho das centenas de crianças que acolhe, num regime de “autêntica escravatura”. E escreveram no relatório que “a instituição não pode continuar a

altura instituições capazes de atender as raparigas pobres, cujas necessidades e problemas específicos não eram os mesmos dos rapazes.

³⁶ ELIAS, Padre – *O Pai Américo era assim*, p. 165.

³⁷ MARTINS, Ernesto Candeias – *O projecto educativo do Padre Américo: O ambiente na educação do rapaz*. Lisboa, Temas e Debates, 2004.

³⁸ Leia-se o artigo do Padre Acílio n’*O Gaiato* de 5.2004. Poucos meses depois, Dulce Rocha declarou que “todas as instituições são potencialmente maltratantes” (*Correio da Manhã*, 22.9.2004, p. 16), subentendendo a Casa do Gaiato.

albergar crianças por falta de condições". Mais de um ano depois, todos os lares da Casa do Gaiato continuam de portas abertas e não foi tomada nenhuma medida para pôr cobro a esta situação [...] Desde cedo, incutem nos internados uma cultura punitiva.

E para que não houvesse dúvidas sobre a declaração de guerra, a Deputada Maria do Rosário Carneiro, presidente da comissão parlamentar que criou a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, sublinhou:

"Isto é amadorismo [...] os modelos educativos que estão a ser aplicados são proteccionistas. É convicção das instituições que guardando conseguem proteger. Hoje sabemos que isso não protege e não pode ser consentido [...] Uma instituição que acolhe pessoas a crescer não pode ter dezenas ou centenas de crianças".

E terminou com aquela linguagem metafórica, tão querida dos psicólogos e semelhantes, e que foi mais tarde cultivada amorosamente por Catalina Pestana: "Assim não há margem, não há tempo, não há espaço"³⁹.

A auditoria à Casa do Gaiato, conduzida pela Inspeção Geral do Ministério da Segurança Social por ordem do então Ministro António Bagão Félix – que, por uma interessante coincidência, foi figura de certo relevo na montagem do processo Casa Pia e na subsequente desagregação daquela instituição –, foi concluída em Junho de 2004. O relatório, que, por mais uma interessante coincidência, foi divulgado uma semana antes do início do julgamento do referido processo⁴⁰, denunciava um ambiente "de isolamento, repressão e clausura" onde "abundam o trabalho, a disciplina e os castigos", e as crianças não comem guloseimas nem podem ter telemóveis (!), e recomendava que *todos* os rapazes fossem retirados da instituição, apesar de não se ter conseguido provar a existência de crimes:

Nas muitas entrevistas (74) efectuadas aos utentes da Casa do Gaiato, apurámos a existência de práticas sexuais no seu interior, mas as crianças que abordaram este tema não só projectaram tais práticas para terceiros como, salvo raras excepções, sempre atribuindo a colegas mais velhos, não identificando os autores das mesmas⁴¹.

A TVI anunciou que "o retrato da Casa do Gaiato [...] é arrepiante". Face à "gravidade e ao melindre" da situação, o novo Ministro, Dr. Fernando Negrão, que, por outra interessante coincidência, foi Director Geral da Polícia Judiciária de 1985 a 1999, nomeou uma comissão para "elaborar um plano de acção", e decidiu "de imediato cessar a entrega de crianças e jovens à Casa do Gaiato pela Segurança Social", o que foi comunicado aos Tribunais de Família e Menores⁴². O famigerado relatório foi enviado à Procuradoria Geral da República e à Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, cuja Presidente, por nova e interessante coincidência, era antiga Inspectora da Polícia Judiciária. Esta última declarou que "realmente

³⁹ *Grande Reportagem*, 24.1.2004, p. 22-28. Cf. também *O Crime*, 11.3.2004, p. 10.

⁴⁰ *Público*, 18.11.2004, p. 26-27.

⁴¹ *Jornal de Notícias*, 17.2.2008, p. 12. O processo de investigação foi arquivado por falta de provas em 12.2007. Uma tentativa de constituir arguidos *todos* os dirigentes da Casa do Gaiato por "falhas de vigilância" foi rejeitada pelo Tribunal de Instrução Criminal do Porto.

⁴² Talvez pressionado pela indignação de muita gente, para quem a Obra do Padre Américo está acima de toda a suspeita, o Ministro foi obrigado a dar um passo atrás. Em 18.1.2005 foi a Paço de Sousa, para dar "um voto de confiança à Casa do Gaiato". Não só minimizou o relatório, a que chamou "uma pista", como disse que os eventuais casos de maus tratos denunciados seriam "pontuais" e acrescentou que a proibição de a Casa receber mais crianças poderia vir a ser levantada "em breve". Chegou até a louvar a Casa do Gaiato, por acolher crianças "como as melhores instituições deste País". Claro que tudo isto teve um preço, e não foi pequeno: a Casa do Gaiato viu-se obrigada a aceitar a intromissão de uma equipa de trabalho, nomeada pelo regime, para "a correcção de alguns pontos organizacionais e de estrutura interna" (*Diário de Notícias*, 19.1.2005, p. 20). Mesmo assim, a inibição da entrega de menores à Casa do Gaiato só foi levantada em 4.2006 – com a condição de haver um Conselho Pedagógico em cada casa.

este relatório é muito preocupante”, e, embora reconhecesse que a Casa do Gaiato não depende de fundos do Estado, sublinhou que “não é uma ilha” e que “não pode funcionar sem qualquer tipo de normas”.

Será o princípio do fim da Obra do Padre Américo? O Juiz Desembargador José Branquinho Lobo, Inspector Geral do Ministério da Segurança Social e antigo Director Nacional da PSP, invocou o processo Casa Pia para exultar: “Esse caso, e a própria comunicação social [...] serviu para alertar o País e as pessoas passaram a denunciar certas situações”, porque “há cada vez mais denúncias, o que ajuda o nosso trabalho”. E, logo a seguir, comentou: “Estamos preocupados com as grandes organizações, do tipo Casa Pia e o Gaiato, mas na forma como as pessoas são maltratadas”. E a preocupação dos inquisidores de Bagão Félix pela “forma como as pessoas são maltratadas” deu logo os seus frutos, com o encerramento radical do Lar Juvenil S. João Bosco, em Lordelo (Vila Real), ordenado pela Inspeção Geral da Segurança Social e do Trabalho, sob o pretexto de haver abusos sexuais entre os 18 menores residentes (o que, note-se, as alegadas vítimas sempre negaram)⁴³. Como afirmou Branquinho Lobo: “Fecharemos os lares que entendermos ser necessário”⁴⁴. É difícil ser-se mais claro.

O princípio do fim da Obra do Padre Américo – mais do que a descoberta de haxixe e armas escondidas por alguns rapazes⁴⁵, consequência indirecta da sua actual variedade étnica – foi talvez a entrega da Casa do Gaiato do Tojal em Maio de 2006 ao Patriarcado de Lisboa, que instalou uma equipa, presidida por um leigo casado, para substituir os padres. Esta iniciativa teve o apoio do Episcopado, que já há tempos andava irritado por não poder intervir directamente na Obra da Rua. As outras Casas do Gaiato ainda sobrevivem, por enquanto, mas Edmundo Martinho, Presidente do Instituto de Segurança Social, admitiu claramente a possibilidade de uma “intervenção mais ríspida”: “É preciso perceber se a actualização pode ou não ser feita com estes actores”⁴⁶. Os “actores” são os padres que tradicionalmente dirigem as Casas do Gaiato, um dos quais, o Padre Júlio Freitas Pereira, da Casa do Gaiato de Setúbal, foi acusado em Junho de 2006 da prática de três crimes de maus tratos a crianças, o que lhe podia custar até 20 anos de prisão, sendo condenado a 1.300 euros de multa, o que foi confirmado pelo Tribunal da Relação de Évora em Abril de 2012.

E o Dr. Norberto Martins, especialista em Direito da família e menores e, por mais uma interessante coincidência, docente do Centro de Estudos Judiciários, afirmou que “o Estado pode e deve [intervir na Casa do Gaiato]. Aliás, tem a estrita obrigação de intervir se, de facto, as crianças internadas na Casa do Gaiato estão em situação de perigo”⁴⁷.

E como é que o Estado sabe que estão em situação de perigo? Ora, é o próprio Estado a definir uma tal situação. O futuro das crianças ficaria, assim, nas mãos da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco. Por alguma razão a Comissão já é muitas vezes

⁴³ A inspecção foi feita à revelia da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, que era responsável pelo Lar, em funcionamento desde 1993, e resultou de uma denúncia de uma antiga funcionária, Aida Simões, feita directamente a Bagão Félix quando este se deslocou a Vila Real para inaugurar um lar de terceira idade. O Provedor da Misericórdia, Luís Coutinho, deu uma conferência de imprensa em 29.1.2004, em que se insurgiu contra o relatório da inspecção: “É falso terem ocorrido abusos sexuais entre menores no Lar Juvenil, é falso terem ocorrido castigos violentos, e mais falso é ainda que algum elemento dos corpos sociais tivesse conhecimento destes hipotéticos factos”. A Segurança Social apresentou queixa por negligência contra o Provedor e funcionários do Lar Juvenil, que foi arquivada pelo Tribunal Judicial de Vila Real em 19.11.2004 por falta de provas. A Misericórdia não foi indemnizada por danos morais e materiais.

⁴⁴ *Diário de Notícias*, 4.3.2004, p. 21.

⁴⁵ *Diário de Notícias*, 9.6.2006, p. 20.

⁴⁶ *Público*, 12.6.2006, p. 31.

⁴⁷ *Diário de Notícias*, 20.11.2004, p. 18.

chamada Comissão Nacional de Protecção de Menores; é que o “risco”, se é que existe, já não é determinante para a sua actuação. Se alguma vez o foi.

E o Padre Júlio Pereira, já Director Nacional da Obra da Rua, lamentou em 12 de Janeiro de 2015 a tentativa que o regime tem feito para controlar a orientação da Casa do Gaiato, “através da imposição de “modelos completamente desajustados da realidade”, no que toca à missão e ao carisma deixado pelo “Pai Américo”, como noticiou a Agência Ecclesia – e admitiu o fim das Casas do Gaiato em Portugal e a sua mudança para outros países, como Angola e Moçambique

*
* *

Durante séculos, uma relação de afecto entre um rapazinho e um adulto, independentemente da forma como esse afecto era exprimido, era considerada natural e parte integrante do processo de crescimento, e um mecanismo essencial da iniciação do jovem na sua comunidade. Os estudiosos têm verificado que, noutras épocas e culturas, as relações entre homens e rapazes eram muito mais comuns e socialmente aceites do que as relações entre homens adultos, e eram até louvadas pela sua utilidade pedagógica ⁴⁸. E os sentimentos intergeracionais ainda hoje são muito mais comuns, entre a população geral, do que se pensa ⁴⁹.

Num famoso processo no Estado americano da Carolina do Norte (*North Carolina v. Robert Earl Spencer, 1993*), o psicólogo clínico e forense Dr. Michael Tyson, com larga prática no estudo de crimes sexuais, declarou expressamente que “a vasta maioria dos indivíduos que cometem delitos sexuais contra crianças não são excitados sexualmente por materiais estimulantes envolvendo crianças” ⁵⁰.

O Prof. Félix López Sánchez, Catedrático de Psicologia da Sexualidade na Universidade de Salamanca, que tem feito acções de formação sobre este tema no nosso País, é explícito:

A pessoa que pratica abusos sexuais contra menores, na maior parte das vezes, não é pedófilo, mas sim uma pessoa com problemas de sociabilização ⁵¹.

Embora [os pedófilos] sejam alvos fáceis, a verdade é que muito poucos casos de abuso foram concretizados por pedófilos. Não são eles os grandes abusadores [...] um elevado número de abusos acontece numa relação intra-familiar (pai, tio, primo) ou então vizinhos, ou pessoas próximas e de confiança da família ⁵².

⁴⁸ A literatura sobre este tema é abundante. Recomendamos BETHE, Erich – “Die dorische Knabenliebe: Ihre Ethik und ihre Idee”, in *Rheinisches Museum für Philologie*, Nº 62 (1907), p. 438-475; BREMMER, Jan – “An enigmatic Indo-European rite: Paederasty”, in *Arethusa*, Vol. 13 No. 2 (1980), p. 279-298; PERCY, William A. – *Pederasty and pedagogy in archaic Greece*. Champaign, IL, University of Illinois Press, 1996; ROCKE, Michael – *Forbidden friendships: Homosexuality and male culture in Renaissance Florence*. Oxford, Oxford University Press, 1996.

⁴⁹ Cf., por exemplo, BRIERE, John e RUNTZ, Marsha – “University males’ sexual interest in children. Predicting potential indices of ‘pedophilia’ in a non-forensic sample”, in *Child Abuse & Neglect: The International Journal*, Vol. 13 (1989), No. 1, p. 65-75; NAGAYAMA HALL, Gordon C., HIRSCHMAN, Richard e OLIVER, Lori L. – “Sexual arousal and arousability to pedophilic stimuli in a community sample of normal men”, in *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, Vol. 26 (1995), p. 681-694; SMILJANICH, Kathy e BRIERE, John – “Self-reported sexual interest in children. Sex differences and psychosocial correlates in a university sample”, in *Violence and Victims*, Vol. 11 (1996), No. 1, p. 39-50; STEKEL, Wilhelm – *Patterns of psychosexual infantilism*. New York, NY, Liveright Publishing Corp., 1952; STEKEL, Wilhelm – *Technique of analytical psychotherapy*. New York, NY, Liveright Publishing, 1950; etc.

⁵⁰ Cf. <www.allencowling.com/false13.htm>.

⁵¹ *Diário de Coimbra*, 1.6.1999, p. 8.

⁵² *Notícias Magazine*, 30.5.1999, p. 34.

No entanto, a expansão da indústria de protecção de menores é garantida por campanhas incessantes que atribuem aos pedófilos todos os males da sociedade, sem se preocuparem com insignificâncias como deturpar a verdade:

Imagine uma doença da infância que afecta uma de cada cinco raparigas e um de cada sete rapazes antes de chegarem aos 18 anos; uma doença que pode causar mudanças dramáticas de temperamento, comportamento imprevisível, e até graves distúrbios de comportamento nos que foram expostos a ela; uma doença que produz desconfiança dos adultos e que afecta a possibilidade de ter relações sexuais normais; uma doença que pode ter implicações profundas na saúde futura do indivíduo, aumentando o risco de problemas como abuso de drogas, doenças transmitidas sexualmente, e comportamento suicida; uma doença que se multiplica por si própria, ao causar que algumas das suas vítimas exponham as gerações futuras aos seus efeitos debilitantes [...]

Essa doença existe – chama-se abuso sexual de crianças ⁵³.

O mesmo tema é glosado pela organização americana Darkness to Light ('Da Escuridão à Luz'):

As crianças abusadas sexualmente mas que não dizem nada a ninguém, ou que dizem e não são acreditadas, têm um risco mais elevado do que a população em geral de terem problemas psicológicos, emocionais, sociais e físicos, que muitas vezes se mantêm até à idade adulta.

As crianças que foram vítimas de abuso sexual têm mais tendência a sofrerem de problemas físicos de saúde (p. ex. dores de cabeça).

As vítimas de abuso sexual de crianças apresentam mais sintomas de *stress* post-traumático, mais tristeza e mais problemas escolares do que as não-vítimas.

As vítimas de abuso sexual de crianças têm maior probabilidade de sofrerem de depressão maior quando são adultos.

As meninas que são abusadas sexualmente têm maior probabilidade de sofrerem de doenças da alimentação [anorexia e bulimia] na adolescência ⁵⁴.

As vítimas adolescentes de crime [sexual] violento têm dificuldades na transição para a idade adulta, têm mais tendência a sofrerem fracassos financeiros e ferimentos, e estão em risco de falharem noutras áreas, devido a problemas de comportamento derivados da vitimização.

Ao que se segue a mensagem fundamental, em que se baseia a perseguição generalizada aos suspeitos:

A maior parte dos abusadores não se limita a abusar de apenas uma criança, se não forem denunciados e detidos [...] Um típico abusador em série de crianças pode fazer até 400 vítimas durante a vida ⁵⁵.

Para ser aceite pela população e conquistar o seu apoio, a indústria de protecção de menores repete até à saciedade dados alarmistas, o que tem dado resultados comprovados em vários países. Na Itália, por exemplo, o Eurispes (Istituto di Studi Politici, Economici e Sociali)

⁵³ MERCY, James A. – “Having new eyes: Viewing child sexual abuse as a public health problem”, in *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, Vol. 11 (1999), No. 4, p. 317-321; cf. <www.leadershipcouncil.org/1/res/costs.html>.

⁵⁴ Este mito foi denunciado como tal num artigo da *Harvard Mental Health Letter* de Outubro de 1997.

⁵⁵ Cf. <www.darkness2light.org/KnowAbout/statistics_2.asp>.

difundiu uma estatística aterradora, inserida numa campanha anti-pedofílica (Aquilone Blù, 'Papagaio Azul'), patrocinada ao mais alto nível:

A pedofilia no mundo:

2 milhões de meninos em estado de escravidão sexual;
7 em cada 1.000 menores são vítimas de violência;
7.650 sites pedófilos foram censurados (fonte ECPAT Italia, 1999);
5 mil milhões de dólares é o valor do mercado *online* de pedofilia;
30 a 100 dólares é o preço de uma fotografia de meninos envolvidos numa cena violenta.

E na Itália?

2 meninos por dia são sujeitos a abusos sexuais;
305 foram as denúncias de violência sobre menores em 1996, 470 em 1997, 534 em 1998, 586 em 1999, com um aumento de mais de 90% em quatro anos;
1.000 por ano são os processos abertos relativos a casos de menores abusados e maltratados (35% dos quais de idade inferior a 3 anos);
60 a 70% dos abusos sexuais e físicos têm lugar dentro do ambiente doméstico;
Depreende-se do estudo dos casos de abusos sobre crianças que 46% das violências vitimam menores de 14 anos; 33% são abusos físicos, 21,8% reflectem negligência, e 19,8% são abusos psicológicos ⁵⁶.

Uma pessoa perde-se neste estendal de dados, em que se misturam abusos físicos, psicológicos e sexuais, para se concluir que apenas 25,4% *seriam* abusos sexuais. Mas o que importa é alarmar os pais e familiares – e sobretudo fazê-los reflectir que, se não colaboram com a indústria de protecção de menores, ainda se tornam suspeitos, porque “60 a 70% dos abusos sexuais e físicos têm lugar dentro do ambiente doméstico”.

E para os recalcitrantes, Paul Hammersley, investigador da Universidade de Manchester, apresentou em 14 de Junho de 2006, numa conferência internacional no Institute of Psychiatry de Londres, a teoria bizarra de que um menor abusado sexualmente pode ficar esquizofrénico – numa percentagem de até 97% ⁵⁷! Mas como a teoria foi apresentada de colaboração com o Dr. John Read, Leitor de Psicologia Clínica na University of Auckland (Nova Zelândia) ⁵⁸, que diz ser “sobrevivente” de abuso sexual, poder-se-ia perguntar se este último já a aplicou a si próprio.

No nosso País, no crescendo que precedeu o julgamento da Casa Pia, até a ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) se prestou a atizar a opinião pública, afirmando que Portugal seria o quinto país da Europa e o 14º do mundo a produzir *sites* de pedofilia. Este absurdo tinha um motivo: a criação de uma linha directa para denunciar pedófilos na Internet.

Um indivíduo conhecido por Bill, antigo polícia e depois cristão evangélico, e que se auto-define como “caçador de pedófilos” para que ninguém fique com dúvidas, prega com entusiasmo a nova doutrina:

Há milhões de crianças a serem vitimadas, mas não são vitimadas por estranhos, antes por pessoas que conhecem, por pessoas que os pais conhecem [...] A grande maioria dos abusadores de crianças não usam força, usam a sedução [...] É uma onda de crime enorme e silenciosa. Como uma grande, uma enorme parte das pessoas não a denuncia, não se obtêm os fundos necessários.

⁵⁶ Cf. <www.nonsoloscuola.org/Comunicati/kit.htm>.

⁵⁷ Cf. <www.newscientist.com/article/dn9351-are-child-abuse-and-schizophrenia-linked.html>.

⁵⁸ Esta teoria foi, de facto, proposta inicialmente pelo Dr. John Read em 1997, e foi já denunciada como uma completa fantasia por vários cientistas, como o psiquiatra neozelandês Dr. Ian Goodwin, membro distinto do Colégio dos Psiquiatras da Austrália e Nova Zelândia.

O que é muito mais comum, e muito mais perigoso para estes meninos, é o dano psicológico. É como uma mó pendurada ao pescoço das crianças para o resto da vida.

Todos e cada um dos seus leitores conhecem pelo menos um abusador de crianças ⁵⁹.

Depois de ler isto, quem se negará a contribuir generosamente para a vitória final na luta contra os pedófilos? E a fazer denúncias de supostos abusos sexuais de menores com a maior facilidade – só nos Estados Unidos, passaram de 6.000 em 1976 a 350.000 em 1988?

Numa época de crise das religiões e das ideologias tradicionais, a caça ao pedófilo acaba por ser um incentivo a um novo fundamentalismo:

Como pode um adulto (geralmente um homem mas por vezes uma mulher) ser atraído e “excitado” por um ser humano pequeno, cujas hormonas não estão desenvolvidas? [...]

Desde 1995, li muitos livros, li documentos da Internet sem conta, falei com numerosos jornalistas, com assistentes sociais nos Centros de Crise de Violação e com vários médicos (autênticos) directamente envolvidos com vítimas de abuso.

Cheguei pessoalmente a uma conclusão sobre a causa da pedofilia [...] Acredito que há qualquer coisa que leva um homem normal a degenerar para a pedofilia e pior ainda, porque acredito que a pedofilia é apenas um sintoma de uma “doença” maior! [...] É minha opinião que um homem ou “mulher” [sic] pode tornar-se pedófilo quando se deixa envolver em cultos satânicos e bruxaria ⁶⁰!

A ideia que tem sido incutida na mentalidade popular é que um rapazinho que tenha tido um contacto íntimo intergeracional está morto para a vida. Em Barrow-in-Furness (Inglaterra), uma organização de activistas evangélicos leigos, os Daniel Trust Ministries (DTM), não dá tréguas aos pedófilos, sobre os quais afirma, com a convicção ingénua dos verdadeiros crentes: “Calcula-se que um pedófilo pode corromper e condenar a uma vida de inferno sobre a terra a DUZENTAS CRIANÇAS durante a sua vida” ⁶¹. E para que os “inocentes corrompidos” não sejam condenados no juízo final, depois de uma estadia no “inferno sobre a terra”, ali estão os DTM para rezar por eles e ajudá-los; assim recebam donativos suficientes. Porque os crimes de pedofilia “são sempre crimes muito graves contra a alma”, afirmou *ex cathedra* o pedopsiquiatra Pedro Strecht ⁶². E os pedófilos, segundo Maria Manuela Mensurado, “matam crianças para sempre, mesmo deixando-as com vida” ⁶³. Ou, nas palavras de Fernanda Teresa, a que nos havemos de referir mais adiante, “ficamos vivos, mas ao mesmo tempo estamos mortos por dentro” ⁶⁴.

O psicoterapeuta Dr. Wayne Kraitsberg escreveu, no seu livro *The invisible wound* (‘A ferida invisível’) ⁶⁵, que o suposto abusador roubou ao menino “toda a alegria e a beleza da vida”, ficando ele reduzido a um “sobrevivente”, que só poderá recuperar depois de muitas e dispendiosas sessões de terapia. Na mesma linha de pensamento, Scott Abraham idealiza poeticamente a situação do “sobrevivente” adulto:

⁵⁹ Cf. artigo “Christian pedophile hunters educate churches” no *Christian Times* de 10.2002.

⁶⁰ Cf. <www.missingpersons-ireland.freepress-freespeech.com/Paedo-cause.htm>.

⁶¹ Cf. <www.daniel-trust-ministries.org/abuse/index-page7.html>.

⁶² *DNa*, 19.4.2003, p. 18.

⁶³ *O Diabo*, 10.7.2007, p. 22.

⁶⁴ *Visão*, 6.3.2003, p. 94.

⁶⁵ KRITSBERG, Wayne – *The invisible wound: A new approach to healing childhood sexual trauma*. New York, NY, Bantam Books, 1992.

Primeiro, um rapazinho abusado perde a sua inocência. Depois, perde a sua voz.

O abuso sexual vive do silêncio dos segredos, e os predadores aprendem cedo a abafar os gritos das suas vítimas. Para se curar, um homem deve encontrar a sua voz, deve nomear os crimes, deve saber que ele nunca, nunca mais precisará de esmagar a canção da sua alma. Precisa de que a sua dor, a sua cólera e a sua nobre coragem sejam testemunhadas tanto pelas pessoas que o conhecem como pelas pessoas que não o conhecem ⁶⁶.

O Juiz Desembargador Rui Rangel, afastando-se do Código Penal português, achava que o abuso sexual é “uma tentativa de homicídio psicológico que mata uma parte muito íntima da criança” ⁶⁷. E a Dr^a Isabel Alberto, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, chegou ao ponto de dizer que uma criança raptada era “roubada de corpo”, mas pior ficava uma criança abusada sexualmente, porque lhe roubavam a alma ⁶⁸!

Claro que tudo isto é mais que questionável, como qualquer pessoa racional pode compreender. Há relações intergeracionais que não são minimamente traumáticas, assim como há acontecimentos que podem ser extremamente traumatizantes para um menor, sem terem nada a ver com sexo; por exemplo, o falecimento de um pai, mãe ou parente querido, ou um acidente grave. Neste último caso, os mecanismos psicológicos do menor acabam por superar o traumatismo na quase totalidade dos casos, sem este ficar marcado para sempre. Isto é geralmente aceite porque não incomoda as ideias da maioria sobre assuntos sexuais. Mas os salvadores das crianças, que, pelos vistos, acreditam nesta superstição, têm mostrado uma tendência preocupante, a que a famosa psicóloga Elizabeth Loftus, da University of California at Irvine, se refere numa entrevista que deu há uns anos:

“Isto choca-me”, disse Loftus. “Parece-me que alguns destes acusadores estão dispostos a fazer explodir um [avião Boeing] 747 cheio de gente, porque talvez estivesse um suspeito de pedofilia a bordo. Não se importam de estar a arrancar à força os corações das famílias, com a sua insistência de que deve ter havido um crime, e de que qualquer tentativa para duvidar disso não passa, na melhor das hipóteses, de uma reacção, ou, na pior, de actividades de um protector de pedófilos” ⁶⁹.

Onde quer que se consiga implantar, a indústria de protecção de menores tem poderes quase ilimitados, goza de imunidade quase total, trabalha quase em segredo, minimiza quase por completo os direitos dos pais e das crianças e acaba, na prática, por não proteger as crianças ⁷⁰. Tem-se dito, e com razão, que os casos autênticos de abuso sexual de menores eram mais raros e tratados com mais bom senso antes de ter aparecido esta indústria, que em vez de ajudar os menores, ainda os traumatiza mais ⁷¹. Porque:

O maior dano potencial à personalidade da criança é, de longe, causado pela sociedade e pelos pais da vítima, como resultado de (1) a necessidade de usar a vítima para processar o delinvente, e (2) a necessidade de os pais provarem a si próprios, à família, à vizinhança e à sociedade que a vítima estava livre de participação voluntária e que eles não tinham falhado como pais ⁷².

⁶⁶ Cf. <www.menweb.org/sexawitn.htm>.

⁶⁷ *Correio da Manhã*, 3.6.2007, p. 21.

⁶⁸ *Diário de Coimbra*, 17.5.2007, p. 5.

⁶⁹ NEIMARK, Jill – “The diva of disclosure, memory researcher Elizabeth Loftus”, in *Psychology Today*, Vol. 29 (1996), No. 1, p. 48.

⁷⁰ COSTIN, Lela B., KARGER, Howard J. e STOESZ, David – *The politics of child abuse in America*. Cary, Oxford University Press, 1996.

⁷¹ WEXLER, Richard – *Wounded innocents: The real victims of the war against child abuse*. Amherst, NY, Prometheus Books, 1995.

⁷² SCHULTZ, LeRoy G. – “The child sex victim: Social, psychological and legal perspectives”, in *Child Welfare*, Vol. 52 (1973), p. 150.

A maior percentagem do dano psicológico, se este existe, deriva não do abuso, mas da interpretação do abuso e do como a situação é encarada pelos pais, pessoal médico, Polícia, autoridades escolares e assistentes sociais ⁷³.

Mas até convém ao sistema que aumente o abuso de menores, porque, como se trata de uma indústria, quanto mais abusos houver, maiores serão os lucros. E já não falamos nos frequentíssimos casos de abuso de poder, de injustiça e até de tirania social. Só em 1985, mais de um milhão de famílias americanas viram-se acusadas de abuso de menores. Não admira, pois, que Carol Hopkins, de The Justice Committee, organização particular criada nos Estados Unidos para proteger as famílias dos abusos desta indústria, lhe chame “complexo industrial satânico”.

E enquanto as autoridades americanas gastam milhões de dólares na caça ao pedófilo, cerca de 8.500.000 crianças vivem na pobreza e 5.500.000 em extrema pobreza; quase 35 milhões de americanos vivem em lares com carências alimentares médias e graves; e 26 milhões de americanos recebem comida dos bancos alimentares. Mas os pobres não contam.

⁷³ WALTERS, David R. – *Physical and sexual abuse of children. Causes and treatment*. Bloomington, IL, Indiana University Press, 1975, p. 113.

1.3. Pretexto para quê?

Há duas soluções para a praga dos pedófilos e para o crime que cometem contra as crianças e, em última análise, contra toda a civilização. As duas soluções são a pena de morte e a prisão perpétua, à escolha. Qualquer Juiz que deixa um pedófilo condenado voltar à comunidade deve ser demitido imediatamente. Esse Juiz ou é pedófilo, ou foi comprado, ou é ignorante.

GeorgeAnn Hughes, comentadora ⁷⁴

A pedofilia ataca por toda a parte: tanto nos campos como nas cidades. Diz respeito a todos os meios sociais: tanto pobres como ricos, tanto intelectuais como trabalhadores manuais [...] Somos todos culpados de indiferença e de laxismo, porque, até agora, a nossa sociedade foi incapaz de estabelecer uma política global e coordenada de luta contra a pedofilia.

Comunidade Francesa dos Direitos da Criança ⁷⁵

A caça ao pedófilo permite a um Estado nominalmente democrático – ou antes, à oligarquia que controla o Estado – assumir poderes quase ditatoriais através da Polícia e do sistema judicial, e perseguir opositores ao regime. Assim se chega ao limite do controlo social: com base num simples estímulo pavloviano, são os próprios escravos a reforçar a sua escravidão.

Mais do que isso, a caça ao pedófilo é uma forma politicamente correcta – e por isso aceitável para toda a sociedade – da caça ao homossexual. A desigualdade no tratamento dos infratores, conforme o género do menor, é um facto estabelecido. Como reconheceu João César das Neves, referindo-se ao processo Casa Pia:

Imagine que quem tinha abusado dos rapazinhos eram mulheres. Não é evidente que os rapazinhos teriam até orgulho no facto? [...] Sendo um homem que o fez, as crianças ficaram humilhadas! E isto porque, para além do abuso, haveria também “violação da orientação sexual da vítima [...] A violação é uma coisa horrível. Mas se também for uma perversão na orientação sexual da criança, ainda é pior ⁷⁶.

Veja-se uma notícia como esta, tirada ao acaso de um jornal. Uma rapariga de 14 anos encontrou um rapaz de 24 numa visita que fez ao Parque das Nações. Gerou-se, pelo menos da parte dela, uma paixão obsessiva que a levou a fugir da casa dos pais, no Catujal (Loures), três vezes em outros tantos meses:

Das outras duas vezes, a menina foi encontrada ao fim de três, quatro dias. A terceira fuga durou 12 dias e ontem a menor foi descoberta em Torres Vedras pela PSP local e já está em casa da família [...]

Em Torres Vedras, a PSP local tinha apenas uma “participação por desaparecimento” e “nada mais que servisse de prova criminal”, como explicou o comandante Casimiro Rodrigues. O rapaz de 24 anos foi mandado à vida e está de volta às ruas.

⁷⁴ Cf. <www.thebyteshow.com/Paedophilia_Is_The_Ultimate_Hate_Crime.html>.

⁷⁵ Conclusão do relatório do Grupo de Trabalho contra a Pedofilia da Delegação Geral da Comunidade Francesa dos Direitos da Criança, com data de 10.1993.

⁷⁶ *Diário de Notícias*, 15.5.2005, p. 8.

“Este foi um desaparecimento voluntário e a rapariga terá vivido com o rapaz durante esse período”, afirmou o comandante. Ou seja, não há qualquer queixa por abuso sexual de menores.

O processo está a ser seguido pela Comissão de Protecção de Menores da Comarca de Loures ⁷⁷.

Agora imagine o Leitor que se tratava de um rapaz de 14 anos, e não de uma rapariga. Mesmo que fosse um “desaparecimento voluntário”, o indivíduo de 24 anos – ainda por cima, segundo os pais da rapariga, “um vagabundo que anda nas drogas” – teria sido “mandado à vida”? E a Comissão de Protecção de Menores ter-se-ia limitado ao papel de observadora? Como nunca é demais sublinhar, a caça ao pedófilo não passa de uma caça ao homossexual sob uma capa mais aceitável; mas a ferocidade do preconceito mantém-se. E a PJ é da mesma opinião, como se verifica pelo episódio seguinte:

A PJ de Aveiro deteve em 14 de Setembro de 2004 um jovem de 21 anos, desempregado, morador na praia da Costa Nova, na sequência de uma denúncia dos pais de uma rapariga de 13 anos com quem ele mantinha relações sexuais há meses. A detenção foi feita tão discretamente que nenhum dos moradores da Costa Nova deu por isso. Contactado pelo jornal *24 Horas*, Teófilo Santiago, Coordenador do Departamento de Investigação Criminal da PJ, exprimiu uma benevolência inesperada em relação ao caso. “Trata-se de uma dessas relações que, às vezes, aparecem”. A atitude da rapariga não denunciava qualquer trauma psicológico pelos “crimes de abuso sexual”: “O trauma pode surgir, sim, na sequência da detenção do namorado e dos efeitos que a intervenção policial poderá vir a provocar” ⁷⁸.

O Coordenador acrescentou que, “quando e se houver julgamento” – porque o MP poderia não levar o caso a tribunal –, “serão tidas em conta todas as circunstâncias envolventes”, ou seja, o facto de a relação ser consensual. E o jovem, a quem a imprensa não chamou “agressor” nem “violador”, e muito menos “pedófilo”, aguardaria o julgamento, se o houvesse, em liberdade.

Imaginemos agora outra situação: na cidade X, um jovem de 21 anos foi preso por manter relações sexuais consensuais com um rapaz de 13 anos. Longe de ser discreta, a PJ enviou imediatamente uma comunicação à imprensa, rádio e TV, congratulando-se pela descoberta e detenção de mais um pedófilo. A TVI deslocou uma equipa ao local para entrevistar os vizinhos e transmitiu o documentário, comentado em termos inequívocos, em todos os noticiários. Entrevistado pela comunicação social, o Coordenador do DIC da PJ da referida cidade denunciou o profundo trauma que a “vítima” sofreu, acrescentando que iria receber apoio psicológico imediato para o ajudar a denunciar o infame que lhe “roubou a inocência”, e que os tribunais seriam rigorosos a julgar estes casos, para que este “hediondo pedófilo”, entretanto em prisão preventiva, deixasse de ser um perigo para a sociedade.

E depois venham falar-nos na igualdade dos cidadãos perante a Lei.

*
* *

Bem vistas as coisas, a caça ao pedófilo pouco ou nada tem a ver com abusos sexuais de menores – e é por isso que as investigações das “redes de pedofilia” são muitas vezes entregues aos Serviços Secretos ⁷⁹, órgão político por excelência, com o pretexto da importância social das pessoas envolvidas ou do suposto perigo para a segurança nacional decorrente das actividades

⁷⁷ *24 Horas*, 21.8.2003, p. 48.

⁷⁸ *24 Horas*, 16.9.2004, p. 12.

⁷⁹ Até em Portugal. Por exemplo, em 1992, o SIS esteve envolvido nas investigações do caso do Padre Frederico (*O Crime*, 15.9.2005, p. 8).

dos pedófilos. Já em Outubro de 2004, o Prof. António Balbino Caldeira dizia, no seu blogue *Do Portugal Profundo*, que havia “uma rede pedófila de controlo do Estado”⁸⁰. Porque, como afirmou o psicólogo holandês Dr. Frits Bernard (1920-2006): “No fundo, o problema da pedofilia é realmente um problema político”: uma maneira aceitável ao público em geral de eliminar a liberdade de pensamento e de expressão.

Se assim não fosse, não se explicaria que o Departamento de Segurança Interna (Department of Homeland Security) americano, criado expressamente para coordenar a luta anti-terrorista, iniciasse em Março de 2003, por ordem directa do Presidente George W. Bush, a chamada Operação Predador, “uma campanha unida contra os predadores de crianças”, nas palavras de Tom Ridge, Secretário do Departamento. Nos primeiros quatro meses de operações, foram detidas 88 pessoas, feitas 134 apreensões e abertos 192 inquéritos, o que certamente evitou que os Estados Unidos fossem atacados por pedófilos islâmicos suicidas... E o Eurodeputado português Carlos Coelho (PSD), numa entrevista de 2 de Julho de 2010 sobre o Sistema de Informação Schengen II, equiparou “uma perigosa rede internacional de pedofilia” a uma “organização terrorista” – não tendo esta última o qualificativo de “perigosa”⁸¹.

Na mesma linha de pensamento, o Subdirector Geral do Serviço Nacional de Informação Criminal (NCIS) britânico, Detective Chief Superintendent Roger Gaspar, tem advogado abertamente que a Polícia devia ter acesso sem restrições a todos os telefonemas e emails de todos os habitantes do Reino Unido, para combater o chamado cibercrime, o uso de computadores pelos pedófilos organizadores de “redes de pornografia infantil”, e, já agora, também para combater o terrorismo e o tráfico de droga. Porque, avisou Roger Gaspar, se a Polícia não tiver esses poderes, “o público verá que a nossa capacidade de resolver o crime está a diminuir”⁸². E sublinhou, alguns meses depois, numa conferência promovida pelo grupo de direitos humanos Liberty: “Se não quiserem nenhuma invasão da privacidade, é o fim do trabalho da Polícia. Precisamos de um debate ponderado sobre os limites da nossa invasão da vossa privacidade”⁸³. Já em 18 de Abril de 2001 tinha pedido poderes para registar todos os emails e conservar durante anos esses registos: “Esta é uma lacuna na legislação que tem que ser suprimida [...] Os dados do tráfico [na Internet] são a testemunha e a impressão digital de hoje. Para termos sucesso, temos que ter acesso a esses dados”⁸⁴.

Fizeram-se sempre escutas telefónicas em Portugal. Segundo o Código de Processo Penal de 1929 e legislação subsequente, as escutas serviam de método de investigação, mas não como meio de prova. A seguir ao 25 de Abril, altura em que houve grande número de escutas não autorizadas, estas passaram a fazer prova, mas havia grande confusão na maneira como eram autorizadas e obtidas, o que vinha frequentemente a prejudicar o arguido. Por exemplo, os Juízes não tinham maneira de verificar se as gravações tinham sido transcritas integralmente, e se não tinham sido destruídas gravações que prejudicavam o andamento da investigação. O Código de Processo Penal de 1987 tentou dar alguma ordem àquela prática estabelecida, sem grande sucesso. Por essa altura, faziam-se cerca de cem escutas telefónicas por ano⁸⁵.

Os órgãos de Polícia criminal – essencialmente a Polícia Judiciária (cerca de 50%), mas também a PSP, a GNR e a Brigada Fiscal – fazem de 3.000 a 4.000 escutas telefónicas por ano, e isto só em Lisboa⁸⁶, o que representa um aumento de mais de 1.000% em relação ao período

⁸⁰ Cf. <ferdi.blog.com/2004/10/29/a-censura-em-portugal>.

⁸¹ Cf. <www.europarl.europa.eu/news/public/story_page/024-76970-176-06-26-902-20100625STO76849-2010-25-06-2010/default_pt.htm>.

⁸² *BBC News*, 4.12.2000. O projecto confidencial de Roger Gaspar, apresentado ao Ministério do Interior, foi denunciado pelo jornal *The Observer* de 3.12.2000.

⁸³ Cf. artigo, *Information World Review* de 19.6.2001 (<www.iwr.co.uk/vnunet/news/2115425/intrusion-necessary-top-cop>).

⁸⁴ Cf. <news.zdnet.co.uk/business/legal/0,39020651,2085700,00.htm>.

⁸⁵ *O Independente*, 27.7.1990, p. 5.

⁸⁶ *Correio da Manhã*, 14.3.2005, p. 13.

do Estado Novo. Todavia, nos últimos tempos, os tribunais têm invalidado as escutas telefónicas de vários processos importantes “por dá cá aquela palha processual”, com grande frustração da PJ. Em consequência disto, o número de escutas da PJ diminuiu alegadamente de 70 a 80%⁸⁷. Segundo o Procurador Geral da República Souto de Moura, em Dezembro de 2005 só havia 8.000 telefones sob escuta⁸⁸, e esta percentagem não incluiria as escutas da PSP, GNR e SIS. Mas em Janeiro de 2006, o Director Nacional da PJ, Santos Cabral, afirmou que, entre 2003 e 2005, a PJ efectuou uma média anual de 8.000 escutas telefónicas, um terço das quais a pedido de outras Polícias; e assegurou que as escutas são utilizadas apenas como “último meio de investigação”⁸⁹. Os números exactos talvez nunca cheguem a ser conhecidos, tanto mais que Pedro do Carmo, Director Nacional Adjunto da Directoria de Coimbra da PJ, disse, muito a sério, que a PJ escuta menos do que a PSP, a GNR ou o SEF, e aproveitou para sugerir que as escutas passassem a ser também autorizadas por magistrados do Ministério Público, para facilitar as investigações⁹⁰. E o novo Director Nacional da PJ, Alípio Ribeiro, viu-se forçado a confessar que as escutas, “um meio de prova devastador, que precisa de ser utilizado com grande equilíbrio”, estão incontroladas⁹¹.

Pois estão. Mas sem as escutas, a caça ao pedófilo daria muito mais trabalho aos investigadores. E eles não ganhariam mais por isso.

*
* *

Se o problema da pedofilia não existe, cria-se. E para isso usam-se técnicas em tudo semelhantes às da publicidade.

Foi publicado em 1991 na Holanda um livro notável do Prof. Kees Brants, do Departamento das Ciências da Comunicação da Universiteit van Amsterdam, que passou totalmente despercebido no nosso País: *De sociale constructie van fraude* (“A construção social da fraude”)⁹². Analisava um exemplo especialmente interessante de vaga publicitária estrutural, a chamada “epidemia” de crime de colarinho branco na Holanda. De repente, surgiram alegações de fraude em larga escala, o que constituiria um crime muito grave, cuja solução se impunha a curto prazo para evitar o seu alastramento. Ora a verdade é que era impossível afirmar-se que tinha havido um aumento deste tipo de criminalidade. Nem sequer havia estatísticas anteriores a 1984. Mas, durante esta vaga publicitária, notou-se um alargamento nítido da definição social da fraude, cujo conceito passou a englobar cada vez mais exemplos de “fraude”, servindo-se da ambiguidade do que seria um comportamento socialmente tolerável.

Conseguiu-se assim uma alteração do clima social, em que a comunidade “descobriu” um problema, através de uma intensa campanha mediática, e caiu no que o Prof. Brants chama “espiral de amplificação”: a imprensa torna o problema mais visível; o público é excitado; em resposta, os jornalistas exploram mais a fundo o problema; o público começa a preocupar-se com a extensão das actividades criminosas; usando um processo de convergência, a comunicação social debruça-se intensamente sobre qualquer acontecimento, por insignificante que seja, que pareça estar ligado ao problema central; o público exige acção, e que se vá às últimas consequências. O resultado deste mecanismo é a extensão do conceito de fraude a actos ou comportamentos que até então não eram considerados criminosos. E quanto mais actos forem criminalizados, mais crimes serão cometidos; e o público fica com a ideia de que o país

⁸⁷ *Tal & Qual*, 4.11.2005, p. 2-4.

⁸⁸ *Expresso*, 10.12.2005, p. 1.

⁸⁹ *Diário de Notícias*, 11.1.2006, p. 48. Segundo a PJ, em 2006 fizeram-se 8.515 escutas, e nos primeiros nove meses de 2007 fizeram-se 7.497 (*Correio da Manhã*, 31.10.2007, p. 6).

⁹⁰ *Diário de Notícias*, 11.5.2006, p. 18.

⁹¹ *Expresso*, 27.5.2006, p. 1.

⁹² BRANTS, Chrisje H. e BRANTS, Kees L. K. – *De sociale constructie van fraude* [dissertação de Doutoramento]. Arnhem, Gouda Quint, 1991.

está a braços com uma explosão de crimes. Exigem-se leis mais severas, “doa a quem doer”. E tudo começou quando um grupo de jovens magistrados do Ministério Público, ansiosos por fazerem nome em pouco tempo, exageraram o pouco crime que havia, causando um número cada vez maior de processos em tribunal, o que se reflectiu favoravelmente nas suas carreiras ⁹³.

O que se tem feito em relação ao abuso sexual de menores é exactamente o mesmo. Uma vaga publicitária estrutural, iniciada por diversos motivos em vários países, sobretudo a partir da década de 80, leva a um alargamento do conceito de abuso, o que, por sua vez, leva a um grande aumento do número de casos denunciados e a exigências de penas exemplares para os arguidos e leis mais severas para os que vierem a ser apanhados na espiral de amplificação ⁹⁴. O relatório final da Subcomissão Permanente sobre a Pornografia Infantil e Pedofilia do Senado americano foi bem claro: “As boas leis muitas vezes levam a mais detenções, o que dá a ideia de que são precisas mais leis novas para limitar o que, para o público, parece ser um aumento do crime” ⁹⁵.

E os legisladores, apesar de compreenderem muito bem a mecânica da espiral de amplificação (ou talvez por isso mesmo), recomendam mais leis – que levam a mais investigações, mais detenções e mais condenações. O público, sentindo-se ao mesmo tempo mais protegido pelas leis, pelo menos em teoria, e mais vulnerável pelo número de condenações que essas leis provocam, nem sequer pausa para se interrogar sobre a razão por que os Estados Unidos, terra da Liberdade, têm a maior população prisional do mundo. Nesta grande democracia, há actualmente mais de *dois milhões e quatrocentos mil* reclusos ⁹⁶, 25% dos quais foram condenados por crimes sexuais – em muitos casos por relações sexuais consensuais com menores de 18 anos. É um número bastante superior ao da população prisional da China, que tem quase cinco vezes mais habitantes. Comparemos ainda estes números com o que se passava na União Soviética em 1937, no auge das perseguições políticas: havia cerca de 900 mil pessoas detidas por crimes de natureza social e política, das quais só uma percentagem ínfima por crimes sexuais (quase sempre violação).

E o público muito menos se apercebe de que está a habituar-se à interferência da Polícia na sua vida particular – uma das características mais típicas de uma ditadura. E a substituir o respeito pela Lei pelo medo da Lei. Porque o que o Estado está a fazer é infantilizar os cidadãos, usurpando por via jurídica a responsabilidade individual ⁹⁷.

⁹³ Se é assim no Ministério Público holandês, o que não será no nosso? Damos apenas uma ideia do que se tem passado no Centro de Estudos Judiciários (CEJ). Em 2004, os candidatos ao Curso Especial de Formação Específica para Magistrados do MP que tiveram a nota de ‘Mau’ no exame de admissão foram admitidos (*O Independente*, 9.1.2004, p. 2-3); e sete anos mais tarde, em 1.6.2011, um teste de Investigação Criminal e Gestão do Inquérito revelou copianço generalizado, e teve de ser anulado, mas todos os examinandos passaram com a nota 10, por decisão da Directora do CEJ, Juíza Desembargadora Ana Luísa Geraldes, e de toda a Direcção. Em resultado da celeuma que a sua decisão provocou, esta pediu a demissão em 22.6.2011, o que foi aceite.

⁹⁴ VASTERMAN, Peter – “Media hypes. Een theoretisch kader voor het analyseren van publiciteitsgolven”, in *Massacommunicatie*, Vol. 22, 9.1995, e ainda COHEN, Stanley e YOUNG, Jock (eds.) – *The manufacture of news: Deviance, social problems and the mass media*. London, Constable, 1973.

⁹⁵ U.S. Senate Committee on Governmental Affairs, Permanent Subcommittee on Investigations, “Child Pornography and Pedophilia,” Report 99-537, datado de 6.10.1986. O relatório, que foi concluído dois anos antes, foi apresentado ao Senador William V. Roth, que dirigia a Subcomissão.

⁹⁶ A população prisional aumentou 2,6% de meados de 2004 a meados de 2005, sendo de 2.200.000 nesta altura, o que significa que, na prática, mais de mil pessoas são acrescentadas ao total de reclusos *em cada semana que passa*. O número continua a aumentar de ano para ano, e não inclui cerca de 7 milhões de pessoas sob supervisão correcional.

⁹⁷ Há ainda uma tendência nítida para criminalizar actos que anteriormente não passavam de delitos menores, se tanto. Por exemplo, Maria do Rosário Carneiro e Teresa Venda, Deputadas independentes do chamado Movimento Humanismo e Democracia, eleitas nas listas do Partido Socialista, propuseram em Fevereiro de 2006 a alteração do Código Penal para, entre outras coisas, considerar a venda de pensos na

Cria-se uma situação de pânico moral – um episódio em que uma pessoa ou grupo de pessoas se destaca e é definido pelos meios de comunicação, de forma estereotipada, como uma ameaça aos valores e interesses comuns da sociedade⁹⁸. O pânico moral é moldado por uma combinação de medo e fascinação: medo como uma resposta emocional criada pela representação que os meios de comunicação conferem à situação, e fascinação como o interesse em ver e ler as notícias constantes e as interpretações dadas a elas – uma espécie de “novela da vida real”.

Segundo os sociólogos Erich Goode e Nachman Ben Yehuda⁹⁹, há cinco definidores de um pânico moral:

1. *Volatilidade* – A explosão súbita de uma nova ameaça à sociedade, vinda de uma categoria de pessoas designadas como desviantes morais;
2. *Hostilidade* – Os desviantes são vistos como inimigos dos valores básicos da sociedade;
3. *Preocupação quantificável* – A preocupação causada pela ameaça é avaliada concretamente por sondagens de atitudes e outras aferições;
4. *Consenso* – Sectores populacionais significativos partilham a opinião de que a ameaça existe e é grave;
5. *Desproporcionalidade* – A ideia generalizada, de que o número de desviantes e o perigo que representam são muito grandes, não pode ser verificada empiricamente; os desviantes podem ser pouquíssimos ou até não existir, e não representar uma ameaça para a sociedade.

O pânico moral começa geralmente por um episódio quase negligível de comportamento anormal, que é quase imediatamente empolado por certos jornais, rádios e estações de televisão. Estes dão ênfase especial a alguns aspectos do episódio, escolhidos pelo seu apelo emocional, e são estes aspectos que vêm determinar como o público interpreta as notícias e reage a elas. Sucede-se uma espiral de amplificação: os meios de comunicação criam uma situação de pânico moral, e esta, uma vez definida, leva a uma massificação desse pânico. O conteúdo selectivo das notícias produz no público em geral uma reacção de medo, um crescendo de intolerância para com os alegados delinquentes, e exigências de leis mais severas e de medidas preventivas mais rígidas.

Um ensaio curto mas notável de M. C. J. De Jong¹⁰⁰ faz uma comparação exacta entre a caça ao pedófilo dos nossos tempos e a caça às bruxas da Idade Média¹⁰¹. Segundo o autor, uma caça às bruxas compreende onze elementos principais, presentes tanto na Idade Média como hoje:

via pública por um miúdo – uma situação quotidiana a que ninguém dá grande atenção – como crime de exploração de menores, punível com 5 a 15 anos de prisão (*Diário de Notícias*, 20.2.2006, p. 21).

⁹⁸ Para melhor compreensão deste tema, convém ler com atenção a obra clássica de COHEN, Stanley – *Folk devils and moral panics: The creation of the Mods and Rockers*. London, MacGibbon & Kee, 1972, e o artigo de HORSFIELD, Peter – “Moral panic or moral action? The appropriation of moral panics in the exercise of social control”, in *Media International Australia*, No. 85 (11.1997). O sociólogo britânico Stanley Cohen foi o introdutor da expressão ‘pânico moral’.

⁹⁹ GOODE, Erich e BEN YEHUDA, Nahman – *Moral panics: The social construction of deviance*. Cambridge, MA, Blackwell Publishing, 1994, p. 33-39.

¹⁰⁰ DE JONG, M. C. J. – “Massahysterie en parallellen tussen pedojacht en heksenjacht”, in *OK Magazine*, Dubbelnummer 83/84, 1.2003.

¹⁰¹ Cf., entre outros trabalhos, CURRIE, Elliott P. – “Crimes without criminals: Witchcraft and its control in Renaissance Europe”, in *Law and Society Review*, Vol. 3 (1986), No. 1, p. 7-32.

1. *O medo do desconhecido.* Cria-se uma situação de medo de qualquer coisa que não está bem definida. Na Idade Média eram as bruxarias e as missas negras; hoje são as “redes de pedofilia”.
2. *O medo de um futuro incerto.* Numa altura de crise social, com os valores morais em decadência e graves problemas de segurança pública, as pessoas recordam-se dos “tempos do fim” do Apocalipse, ligando os sintomas da crise até a fenómenos naturais como actividade sísmica ou mudanças climáticas.
3. *A reacção a um suposto perigo moral.* Os males que afligem a humanidade contradizem o princípio da bondade e da providência divinas; conclui-se, portanto, que Deus permite-os para nos castigar por falharmos na obediência aos ditames morais da revelação divina.
4. *A crença de que o mal pode atacar a qualquer momento.* O mal existe; pode afectar qualquer pessoa em qualquer altura, mesmo que não se saiba como nem porquê. O inimigo pode conjurar o mal e dirigi-lo para qualquer vítima da sua escolha. Não é preciso prová-lo; basta senti-lo. As bruxas enfeitiçavam as crianças, que adoeciam e podiam morrer se não as livrassem do “mau olhado”; os pedófilos insinuam-se nas famílias, seduzem as crianças e causam-lhes danos psicológicos permanentes e enormes, tão grandes, de facto, que é preciso um psicólogo para convencer as crianças de que foram gravemente afectadas.
5. *A necessidade de um bode expiatório.* Se o mal é consequência da cólera divina, é preciso detectar quem a provocou. É importante identificar o inimigo. Um grupo minoritário, especialmente com bastante visibilidade, é o bode expiatório ideal. Na Idade Média eram as bruxas e os hereges; hoje são os homossexuais e sobretudo os pedófilos. Numa e noutra época, não falta quem reinterprete certas passagens bíblicas para fundamentar a perseguição ao inimigo.
6. *O aparecimento de lutadores contra o inimigo.* Em épocas de crise, a seguir ao reconhecimento colectivo dos males e à identificação do inimigo, aparecem sempre pessoas ou instituições que se apresentam como defensores do Bem: os Inquisidores medievais e os polícias de hoje. Em ambos os casos, estes lutadores interpretam os factos de forma criativa, adaptando-os às suas intenções, suprimindo dados que não lhes interessam, e exagerando os males e os perigos de forma a conquistar uma aceitação geral e incondicional. A estes lutadores associam-se outros, que desejam explorar a situação em seu benefício: altos dignitários da Igreja e do Estado na Idade Média, e puritanos, feministas, psicólogos e assistentes sociais nos nossos dias. Obtêm grande prestígio pessoal e avultados benefícios materiais para si e para as organizações em que se integram.
7. *O aparecimento de textos contra o inimigo.* Uma vez identificado o inimigo, é preciso saber lidar com ele. Na Idade Média havia o *Malleus Maleficarum*, livro que ensinava a detectar e combater as bruxas ¹⁰²; hoje temos vários livros e folhetos que explicam como descobrir e combater os pedófilos. Ambos os tipos de literatura partilham uma estrutura básica: como saber se se está ou não perante um caso de bruxaria/abuso; como lidar com a vítima; como descobrir quem é o responsável; o que fazer com ele (denunciá-lo à Inquisição ou à Polícia, conforme a época).
8. *A desumanização do inimigo.* O inimigo é caricaturado de modo a enquadrar-se num estereótipo que lhe elimina a individualidade. Assim era na Idade Média com o bruxo, e hoje com o pedófilo: ambos a trabalhar na sombra, desconhecidos dos seus vizinhos e amigos, para contaminar a pureza – ontem da crença, hoje da criança. Um inimigo desumanizado é mais fácil

¹⁰² O *Malleus Maleficarum* (‘Martelo das Bruxas’) foi escrito por Heinrich Kramer e James Sprenger e publicado em 1486. Teve várias edições até ao Século XVII. Uma tradução para inglês, feita por Montague Summers, foi publicada em Londres em 1928 e reeditada em 1971.

de atacar: o Senhor A ou B, ao ser descoberto, deixa de ser uma pessoa: é um pedófilo. Quem se põe do seu lado está a transigir com o mal: é certamente pedófilo também.

9. *A auto-reprodução do inimigo.* A certa altura do processo, as crianças acumulam os papéis de vítima e de perpetrador na mentalidade colectiva. Uma criança embruxada virá certamente a praticar bruxaria; uma criança abusada sexualmente virá a ser abusador na idade adulta. As bruxas são bruxas e os pedófilos são pedófilos porque foram corrompidos na infância. Assim como na Idade Média apareceram indivíduos que julgavam ter realmente sido seduzidos a vender a alma ao Diabo para praticar bruxarias, hoje há pessoas que atribuem os seus problemas da vida adulta a terem sido supostamente abusados em criança, pondo de lado quaisquer outras explicações racionais. O inimigo, portanto, nunca se extingue, e a luta contra ele deve ser geral, constante e intransigente.

10. *Um crescendo da histeria colectiva até atingir o incontrolável.* Descobre-se uma bruxa ou um pedófilo; no dia seguinte mais um; nos dias e semanas que se seguem um número cada vez maior. Os escândalos sucedem-se; não passa um dia sem haver mais boatos e revelações. Fala-se da convivência de pessoas importantes. Exige-se que se faça “justiça, custe o que custar e doa a quem doer”. Por fim, atinge-se um limite, para além do qual a situação já não é suportável. E nesta altura começa a diminuir o número de casos de bruxaria, ou de abuso, as vítimas são em menor número e mais discretas, até que a histeria colectiva é gradualmente controlada.

11. *Uma mudança geral de atitude.* É esta a finalidade dos que criam e alimentam uma caça às bruxas: obter o controlo social através de uma mudança de atitude – auto-domínio ou repressão sexual a nível individual, confiança cega nas autoridades, e gratidão à Polícia e aos tribunais, que garantem a estabilidade social.

Foi exactamente isto que se passou com o processo Casa Pia: a criação deliberada de um pânico moral. E foi a in experiência das autoridades do nosso País em aproveitar casos semelhantes para atingir determinados objectivos que fez fracassar, em parte, o processo de destabilização em curso.

*
* *

Num livro notável ¹⁰³, publicado há 25 anos mas ainda de grande actualidade, Mary Pride denunciou a indústria de protecção de menores, que de ano para ano ameaça cada vez mais famílias com um *modus operandi* sinistro, que se resume ao seguinte:

1. A definição de abuso é tão vaga que qualquer família pode ser suspeita;
2. As crianças são encorajadas a denunciar supostos abusos através de linhas telefónicas gratuitas;
3. Os suspeitos não têm os seus direitos constitucionais garantidos;
4. Os denunciantes e acusadores não são responsabilizados pelas suas acções;
5. Os suspeitos são interrogados de modo a denunciarem outros suspeitos, e estes mais outros, e assim por diante.

Este aparelho repressivo já está a dar os primeiros passos no nosso País. Como afirmou Dulce Rocha, Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco:

É fundamental criar mecanismos que permitam às ONG [Organizações Não-Governamentais – leia-se indústria de protecção de menores] a intervenção nas investigações policiais, pois não temos o direito de dispensar nenhuma contribuição,

¹⁰³ PRIDE, Mary – *The child abuse industry*. Westchester, IL, Crossway Books, 1986.

quer pela dificuldade que caracteriza a investigação, quer pela consciência de que só com o envolvimento da comunidade na protecção das suas crianças conseguiremos dar passos seguros nesta batalha ¹⁰⁴.

Para proteger as crianças, foram criadas em Portugal as Comissões de Protecção de Menores ¹⁰⁵; mas estas ainda não se sobrepunham totalmente aos direitos da família – e isto porque, na opinião autorizada do Juiz Conselheiro Dr. Armando Leandro, Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, “a “cultura dos direitos da criança” é ainda deficitária e os meios e a cultura de intervenção são insuficientes [...] a intervenção neste domínio é uma obrigação cívica irrecusável para todos nós” ¹⁰⁶.

Reforçando estas afirmações, o Dr. Armando Leandro exortou mais tarde à “interiorização” de uma nova “cultura da infância”, em que “o dever de denúncia é de qualquer cidadão” ¹⁰⁷. E para começar, mandou reforçar as Comissões com mais de 300 professores, que estarão prontos a denunciar casos de menores em risco, ao que se seguirá um fortalecimento da intervenção da PSP e GNR nas Comissões ¹⁰⁸.

A ligação da Polícia e do Ministério Público às Comissões já vem de longe. Estas estiveram ligadas ao MP até 2000, altura em que foi dispensada a presença de magistrados na sua composição. Quatro anos depois, o Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, Dr. Fernando Negrão ¹⁰⁹, exprimiu a sua vontade de o MP voltar a integrar as Comissões ¹¹⁰. É curioso notar que o Dr. Fernando Negrão foi um antigo Director Geral da Polícia Judiciária, e Dulce Rocha, que foi Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco ¹¹¹, foi Inspectora da PJ e Procuradora da República ¹¹². E o Dr. Armando Leandro, que lhe sucedeu em 19 de Setembro de 2005, além de ser Juiz Conselheiro jubilado do Supremo Tribunal de Justiça e Presidente da Direcção da Associação Portuguesa para o Direito de Menores e da Família, é Presidente do Conselho Jurídico do Instituto de Apoio à Criança e Director do Centro de Estudos Judiciários, e está à frente da Comissão de Programas Especiais de Segurança de Testemunhas em Processo Penal – e foi magistrado do Ministério Público.

Dulce Rocha lamentou que “há ainda mitos no Direito Penal que nos impedem de criar um sistema que proteja efectivamente a criança” ¹¹³. Mas a indústria de protecção de menores, que tem alastrado pelo País a partir do escândalo da Casa Pia, já está a encarregar-se de ultrapassar estes “mitos”.

E para vermos como os “mitos” têm sido destruídos, basta este exemplo. Na Inglaterra, a Câmara dos Lords decidiu que os pais falsamente acusados de abusar dos seus filhos não têm o direito de processar quem lhes destruiu as famílias. Três casais, cujos filhos lhes foram

¹⁰⁴ *Notícias Magazine*, 23.5.2004, p. 46. No Encontro Internacional sobre Abuso Sexual de Crianças e Jovens, efectuado na Universidade de Évora, Dulce Rocha defendeu a alteração do Código Penal por forma a classificar como crime público (ou seja, não dependendo de queixa) todos os casos de abusos sexuais de menores, e ainda que este tipo de crimes prescrevesse apenas quando a alegada vítima atingisse a maioridade (*24 Horas*, 12.11.2004, p. 11). Um ano antes, propunha que nunca prescrevesse “menos de dez anos depois da idade adulta” (*Notícias Magazine*, 3.8.2003, p. 30).

¹⁰⁵ Havia 265 em 2005, e já eram 291 no ano seguinte (*Correio da Manhã*, 7.4.2006, p. 14).

¹⁰⁶ *Notícias Magazine*, 12.3.2006, p. 33. Armando Leandro foi depois Presidente da Associação Portuguesa do Direito dos Menores e da Família (APDMF).

¹⁰⁷ *Diário de Coimbra*, 12.5.2006, p. 4. Não denunciar indicaria “um défice de cidadania” (*Domingo Magazine*, 26.8.2007, p. 16).

¹⁰⁸ *Correio da Manhã*, 7.4.2006, p. 14.

¹⁰⁹ Anteriormente Presidente do Instituto da Droga e da Toxicod dependência até 2004.

¹¹⁰ *Jornal de Notícias*, 28.9.2004, p. 7.

¹¹¹ De 9.2003 a 9.2005.

¹¹² E também Presidente Executiva do Instituto de Apoio à Criança (desde 9.2007) e Coordenadora da Comissão Nacional para os Direitos das Crianças.

¹¹³ *Seleccções – Reader’s Digest*, 8.2005, p. 35.

levados pela indústria de protecção de menores, e depois se provou que eram inocentes, processaram os responsáveis pelos danos irreparáveis – sociais, económicos e de saúde – que sofreram. O caso foi levado às instâncias superiores e entregue a cinco Lords da Lei, quatro dos quais subscreveram um acórdão de 53 páginas que Lord Nicholls of Birkenhead – conhecido, por acaso, como grande defensor dos direitos humanos – explicou à imprensa:

Um médico tem obrigação de proteger a criança, não de proteger os pais.

Os melhores interesses de uma criança e dos pais normalmente são paralelos. Mas, quando se considera que alguma coisa 'não parece estar bem', um médico deve ser capaz de actuar livremente no interesse da criança.

Não deve ter, na sua cabeça, a consciência de que, se as suas dúvidas acerca de abuso físico intencional ou de abuso sexual provarem ser infundadas, pode ficar exposto a uma acção judicial da parte de um pai ofendido ¹¹⁴.

E acrescentou que o abuso de crianças é um problema social tão grave que os profissionais de saúde e os assistentes sociais não devem hesitar quando pensarem que uma criança foi abusada. Se fossem responsabilizados pelos seus erros, poderiam ter mais cuidado no futuro e assim prejudicar crianças supostamente em risco!

O que interessa, portanto, é “fabricar” um culpado, mesmo que seja inocente. E o acusador pode ter a certeza de que goza de impunidade.

É o que já estamos a ver em Portugal. Vamos a ver como isto foi possível.

¹¹⁴ Cf. *The Scotsman* de 21.4.2005, e também *The Sunday Times*, 30.7.1995, p. 1/9

1.4. O que é um pedófilo?

Pedófilos são lobos, andam em alcateias, têm um líder, são bem organizados. Com um faro desenfreado, vão farejando aqui e acolá até encontrar a presa.

Ana Paula Valente, “amiga” de Carlos Silvino ¹¹⁵

O pedófilo predador é tão perigoso como o cancro. Trabalha igualmente em silêncio, e a sua presença só se torna conhecida pelos danos horríveis que deixa.

Andrew Vachss, advogado e escritor ¹¹⁶

O pedófilo ou abusador sexual em série de crianças pode ser o avô querido seu vizinho, um tio favorito, ou o indivíduo solteiro do outro lado da rua. Os pedófilos não são diferentes das outras pessoas. A maioria são amigos da família ou parentes.

Susan Maree Jeavons, activista anti-pedofilia ¹¹⁷

Afinal, o que é um pedófilo? Como se identifica o monstro que substituiu o Mafarrico na demonologia social contemporânea?

Há adultos que sentem uma afinidade especial por uma criança, que se traduz na capacidade de compreender como pensa e sente, e na paciência especial em lidar com ela. O adulto aprecia a sua companhia e sente-se privilegiado em contar com a sua amizade. Ensina-lhe coisas novas, ajuda-a nos trabalhos escolares, faz-lhe companhia, e orienta-a quando é necessário. A criança gosta sinceramente de partilhar a vida com o seu amigo adulto, de tal maneira que, quando tem algum problema, é mais certo confiar nele do que nos pais. Em muitos casos, é o menor que inicia a relação ¹¹⁸ – afirmação que nem por ser politicamente incorrecta deixa de ser verdadeira. Sabe-se hoje que há menores que só crescerão harmoniosamente se mantiverem uma relação com um adulto, e que a repressão deste facto pode causar neuroses no futuro. Reconhecendo este facto, o sexólogo Kurt Freund (1914-1996) chamou Teleiofilia à atracção de um menor por um adulto.

A própria Dulce Rocha, então Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, reconheceu – talvez sem reparar nas implicações profundas do facto – que pode haver pessoas que sejam mais importantes para um menor do que os pais:

Que as crianças vítimas de maus tratos e de abuso sexual estão em perigo, nós sabemos, já foram vítimas. Mas a verdade é que também estão em perigo todas as que recebem afecto de outrem que não dos pais. Por isso, a lei tem de consagrar expressamente o princípio da prevalência das relações afectivas profundas para a criança ¹¹⁹.

Nem sempre os pais são quem mais estima a criança; pode haver “outrem”. Devido a tendências e pressões sociais, os pais de hoje já nem conseguem mostrar afecto para com os

¹¹⁵ *O Crime*, 11.3.2004, p. 6.

¹¹⁶ De um artigo publicado em *Parade Magazine*, 20.8.1989.

¹¹⁷ Cf. <www.suite101.com/article.cfm/child_abuse_and_recovery/92325>.

¹¹⁸ D. Bernardo Álvarez Afonso, Bispo de Tenerife, teve a coragem de o reconhecer, numa entrevista ao jornal *La Opinión de Tenerife* de 24.12.2007; “Pode haver menores que consentem [no abuso] e, de facto, há. Há adolescentes de 13 anos que são menores e estão perfeitamente de acordo e, mais ainda, desejam-no. E se te descuidas, até te provocam” (cf. também *Correio da Manhã*, 28.12.2007, p. 19).

¹¹⁹ *Notícias Magazine*, 28.5.2006, p. 50.

seus filhos, que, por sua vez, não dão aos pais o afecto a que estes acham ter direito. Mas dão-no livremente a “outrem”, de sua escolha, a quem a Polícia está sempre pronta a acusar de ser pedófilo.

Esta afinidade entre o adulto e o menor é considerada pela Polícia e pelos defensores das crianças como um indício seguro de abuso sexual – a preparação (*grooming*) para o acto, que, para a mentalidade policíesca, pode durar vários anos. O que é um disparate. Neste tipo de relações, a ligação emocional, a partilha mútua de sentimentos, é mais importante do que qualquer actividade sexual, que pode até nunca chegar a acontecer ¹²⁰. Mas, se por acaso acontece, esta exprime-se de várias maneiras: exposição dos órgãos genitais; masturbação; sexo oral; e sexo anal. Estas actividades podem ser mútuas, ou pode uma das partes ser o agente. Talvez a prática mais comum seja a masturbação do menor pelo adulto – que, em diversas culturas, não é mais do que uma maneira de exprimir afecto pela criança (recordemos as pinturas renascentistas da Virgem a manipular o pênis do Menino), e até no nosso País é usado, nas zonas rurais, pela ama que quer fazer adormecer o bebé. Não é, portanto, intrinsecamente um abuso sexual. Quanto ao sexo anal, os estudiosos imparciais concordam em que é uma ocorrência episódica, que, embora seja recorrente na prostituição de rapazes adolescentes, não acontece na grande maioria das relações intergeracionais do mesmo sexo; entre outras razões, por impossibilidade ou impedimento fisiológico.

Em relações entre um homem adulto e uma criança de sexo feminino, porém, a penetração é muito comum; mas o modo como esta é encarada varia bastante conforme as culturas. O *Talmud*, por exemplo, obra da maior autoridade para os judeus, ensina que uma menina pode casar aos 12 anos, mas é permitido a um judeu piedoso ter relações sexuais com uma menina a partir dos 3 anos e um dia, o que não é censurável desde que a menina tenha menos de 9 anos ¹²¹ e o pai consinta – visto que o acto sexual é, em teoria, uma declaração de noivado. E o *Talmud* vai ainda mais longe:

Quando um homem adulto tem relações sexuais com uma menina de menos de três anos, todos concordam que não é nada, porque quando a menina tem menos do que isto, é como pôr um dedo num olho; assim como cai uma lágrima quando se põe um dedo num olho e esta lágrima é substituída por outra, assim também as características da virgindade desaparecem e tornam a aparecer ¹²².

Por esta razão, as sentenças dadas nos tribunais israelitas para casos de abuso sexual de menores são geralmente muito leves ¹²³, e a indústria de protecção de menores naquele país ainda é insignificante.

Os cientistas calculam que os pedófilos – no sentido técnico da palavra – constituem entre 0,2% e 1% da população ¹²⁴, o que quer dizer que haverá em Portugal de 20.000 a 100.000

¹²⁰ A literatura científica sobre este tema é abundante, e são compete a este trabalho examiná-la exaustivamente. Dois exemplos mais recentes são OELLERICH, Thomas D. – “Identifying and dealing with ‘child savers’”, in *IPT Journal*, Vol. 10 (1998), e RIND, Bruce, TROMOVITCH, Philip e BAUSERMAN, Robert – “A meta-analytic examination of assumed properties of child sexual abuse using college samples”, in *Psychological Bulletin*, Vol. 124 (1998), p. 22-53.

¹²¹ *Talmud*, Tratado *Sanhedrin*, 54b e 55b.

¹²² Segundo os Tratados do *Talmud*, *Kethuboth*, 11b e *Nidda*, 44b e 45a. O *Talmud* especifica que a maturidade sexual é de três anos e um dia para uma menina, e nove anos e um dia para um menino; portanto, relações sexuais de um adulto com uma criança cuja idade não atinge estes limites são permitidas.

¹²³ Cf., por exemplo, o artigo da jornalista Roni Aloni-Sadovnik in <www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-3264179,00.html>.

¹²⁴ As percentagens variam bastante, conforme os estudos. Um artigo do Prof. Ruud Bullens, do Departamento de Psiquiatria Forense da Vrije Universiteit de Amsterdão, publicado na revista holandesa *Vrij Nederland* de 14.10.2000, referia-se a 6%, com base na experiência clínica do autor.

¹²⁵. O número exacto, porém, é desconhecido, porque não é possível contá-los, o que não é para admirar; não há muita gente que admita, a um entrevistador que não conhece, que é pedófilo. Não basta seguir as estatísticas de crimes de abuso sexual de menores, porque a grande maioria dos pedófilos tem a preocupação de não violar a lei, e mesmo que caíam sob a alçada do Código Penal, por vezes não são identificados como tal. E note-se que os menores supostamente abusados pelos pedófilos muito raramente os denunciam – o que só acontece quando a experiência não é consensual ou, na maioria dos casos, quando a isso são obrigados por terceiros.

Um estudo de 2001, baseado numa amostra de 2.429 pessoas, concluiu que 77% dos pedófilos são casados, 93% são religiosos, 46% têm instrução superior, e 65% têm um emprego estável ¹²⁶. E só 7% não têm interesse sexual em adultos ¹²⁷. Não parecem ser diferentes do comum dos mortais.

E tanto assim é que o psicanalista João Seabra Dinis, membro da Associação Psicanalítica Internacional, admitiu que é difícil saber se se está perante um pedófilo: “A maioria consegue ocultar socialmente essa faceta [...] Há situações que se mantêm clandestinas durante muito tempo, porque aparentemente os pedófilos são pessoas normais”.

Ah, mas não podem ser. Um pedófilo “é uma pessoa portadora de uma patologia grave, que a leva a condutas compulsivas e que dificilmente controla” ¹²⁸. O pior é que, eventualmente, só a Polícia é que dá por isso, porque:

Não existe um perfil definido relativamente ao violador ou ao abusador sexual. Há gente de todos os níveis económicos, das mais variadas profissões e com as mais díspares habilitações. Encontram-se desde desempregados a reformados, gente de todas as idades. Os suspeitos encaixam em todos os estilos ¹²⁹.

Este desabafo da Inspectora Alexandra André, Coordenadora da secção de investigação de crimes sexuais da PJ de Lisboa, corresponde à verdade. Há quem diga, por isso, que “a razão para os abusadores sexuais de crianças terem sucesso em conseguirem não ser detectados é porque não se enquadram num estereótipo” ¹³⁰.

Para o Dr. Tilman Fűrnis, Professor de Psiquiatria Infantil na Westfälische Wilhelms-Universität Münster (Alemanha), consultor da Organização Mundial de Saúde e da União Europeia na área do abuso sexual, isto explica-se porque “o abuso sexual é um mecanismo mental, não tem a ver com a personalidade [...] Um abusador sexual de crianças não tem uma personalidade específica, nada os distingue” ¹³¹.

¹²⁵ Na Alemanha, por exemplo, a percentagem é idêntica, o que daria cerca de 290.000 pedófilos (*Diário de Notícias*, 12.2.2007, p. 35).

¹²⁶ “The Abel and Harlow child molestation prevention study”, in ABEL, Gene G. e HARLOW, Nora – *The stop child molestation book: What ordinary people can do in their everyday lives to save three million children*. Philadelphia, PA, XLibris, 2001.

¹²⁷ Comparemos estas afirmações com outras, do investigador da Polícia Judiciária Pedro Pombo, que revelam certamente alguma deformação profissional: tendo estudado 13 condenados por agressão sexual, que foram submetidos a diversos testes, Pombo concluiu que “apresentam graves deficiências ao nível da atenção, memória ou funções executivas” (cf. artigo em <jornal.publico.pt/noticia/18-03-2010/um-pais-uma-condenacao-de-um-padre-brasileiro--por-crimes-de-abuso-sexual-contra-menores-19017449.htm>).

¹²⁸ *Diário de Notícias*, 9.2.2003, p. 24.

¹²⁹ *Público*, 12.6.2006, p. 29.

¹³⁰ DANNI, Kristin A. e HAMPE, Gary D. – “An analysis of predictors of child sex offender types using presentence investigation reports”, in *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, Vol. 44 (2000), p. 490-504.

¹³¹ *Público*, 12.6.2006, p. 30.

Mas para muita gente, o pedófilo é aparentemente um cidadão modelo, superiormente inteligente e ao mesmo tempo manhoso, especialista em enganar o próximo para conseguir satisfazer os seus instintos criminosos:

Os predadores sexuais conseguem enganar as pessoas. Entre outras razões, porque adoptam um estilo de vida e um comportamento social irrepreensíveis, impossibilitando-nos trágicamente de os distinguir. Todos os abusadores de menores são mentirosos experientes. E, à medida que vão desenvolvendo a sua actividade predatória sem consequências penais, refinam a sua capacidade de mentir. Por isso conseguem agir impunemente durante décadas, talvez mesmo durante toda a vida [...] Nada impede que um pedófilo compulsivo respeite a lei noutras situações e seja um excelente trabalhador, e que até manifeste preocupações sociais [...] Estes criminosos desenvolvem a técnica do logro, criando uma vida dupla e a capacidade de cativar e de ser agradável, irradiando sinceridade e autenticidade ¹³².

Não se pode reconhecer o apetite sexual de um pedófilo pela sua aparência. Assim, trata-se muitas vezes de homens (possivelmente da sua vizinhança) de quem nunca se esperariam tendências tão perversas. Os pedófilos muitas vezes levam vidas duplas, para manter escondidos os seus segredos. Encontram-se em todas as situações da vida, e são muitas vezes empresários de sucesso, com reputações imaculadas, conhecidos como bons maridos e pais de família (embora, em muitos casos, tenham sido forçados a casar). Os pedófilos são geralmente criminosos reincidentes, cuja devastação sexual de crianças adquire características semelhantes às de um drogado. Ao mesmo tempo, a forma e intensidade do acto violento aumenta cada vez mais, à medida que o vício do criminoso continua. Isto pode levar a formas extremamente sádicas de tortura e crueldade, que consequentemente resultam na morte da criança ¹³³.

Pode ser o pai da criança, que noutras áreas da vida da criança seja um pai extremoso e dedicado. Muitas crianças exprimem a opinião de que querem que o abuso pare, mas não querem que o seu pai se meta em sarilhos, porque noutras áreas das suas vidas tem uma influência positiva ¹³⁴.

Apesar de serem forçados a concordar com os especialistas em que não é possível definir exactamente o perfil de um pedófilo ¹³⁵, alguns investigadores admitem a existência teórica de três “perfis discretos” que permitiriam identificar um pedófilo:

1. Os *pedófilos motivados* estão ligados aos menores emocionalmente, psicologicamente e/ou por virtude da sua profissão, organizam as suas vidas em relação aos menores e não aos adultos, e são estimulados sexualmente pelos menores, na ausência de um estímulo sexual em relação a um adulto.
2. Os *pedófilos exploradores* aproveitam-se da vulnerabilidade dos menores, da sua incapacidade para resistir ou se recusar a participar, e da facilidade com que podem ser manipulados. São mais impulsivos que os do grupo anterior, e podem ter outros problemas anti-sociais.
3. Os *pedófilos compulsivos* padecem de obsessões sexuais por menores, que podem resultar de lesões cerebrais, alcoolismo ou demência.

¹³² Pedro Namora, in *O Crime*, 8.4.2004, p. 4-5.

¹³³ Do *site* da Pedo-Hunters Initiative Ltd (<www.pedophile-hunters.org/English/Perpetrators/body_perpetrators.html>).

¹³⁴ Tink Palmer, activista de protecção de menores, num artigo de opinião em *The Guardian*, 4.7.2002.

¹³⁵ Há quem tente. Por exemplo, VAN DAM, Carla – *Identifying child molesters: Preventing child sexual abuse by recognizing the patterns of the offenders*. Binghamton, NY, The Haworth Press, 2002. Retemos desta obra a ideia de que é praticamente impossível detectar um pedófilo. Aliás, uma das conclusões a que chegou a Conferência Internacional “A investigação criminal do abuso sexual de menores”, realizada em Cascais de 25 a 27.11.2002, é precisamente esta: “Sabe-se que não há um perfil do pedófilo”.

A psicóloga brasileira Marisalva Fernandes Fávero ¹³⁶ propôs uma lista de oito tipos de “agressores” sexuais – porque o princípio é que todo o abuso é uma agressão – com uma forte dose de imaginação tropical:

1. *Vingativo* – provoca dor emocional ou dor física nas partes sexuais.
2. *Aproveitador* – serve-se das crianças sem se preocupar se as afecta.
3. *Controlador* – controla as vítimas negociando favores.
4. *Conquistador* – manipula as vítimas para fazer sexo com elas.
5. *Companheiro igual* – vê-se igual às vítimas e o sexo é uma brincadeira partilhada.
6. *Amante* – apaixonado pela vítima, acredita que a criança o compreende.
7. *Companheiro ideal* – quer ser desejado e aceite, quer ser idolatrado.
8. *Regressivo* – inadaptado a crises matrimoniais ou afectivas, vira-se para as crianças.

Latifa Bennari, fundadora da Association l’Ange Bleu e terapeuta, é mais sucinta:

Existem pedófilos abstinentes, passivos e activos [...] O abstinente escolheu deliberadamente não tocar em crianças. O passivo é o que tem medo das sanções penais, da vergonha e da família. Só não o faz porque tem ‘reservas’. O pedófilo activo é o que não consegue controlar-se. Aproveita a vulnerabilidade e a fragilidade da criança, inicia-a na sexualidade, e pode agredir ¹³⁷.

Mas, afinal, como é que se detecta um pedófilo? A activista Susan Maree Jeavons explicou, em termos tão alarmantes como fantasiosos:

É geralmente um homem adulto;
Parece muitas vezes ser um chefe de família trabalhador;
Costuma ter mais instrução e ser mais religioso do que o costume;
Encontra maneiras de ficar sozinho com crianças, por exemplo, como professor ou treinador, que têm possibilidade de dar atenção individual aos alunos;
Costuma ser muito apreciado por pais e filhos, e pode muitas vezes ser um dos professores mais populares da escola;
Procura crianças que são sossegadas, necessitadas, ou que têm problemas em casa;
Muitas vezes fotografa a vítima;
Muitas vezes coleciona pornografia infantil;
Geralmente concretiza o abuso por sedução gradual e não por coacção;
Dá grande atenção a crianças de que não abusa, para construir uma impressão de confiança junto dos pais e dos outros alunos ¹³⁸.

Em Espanha, a situação parece ser mais ou menos idêntica. Ou então, copiam-se uns aos outros:

São homens em 90% das ocasiões;
São mais velhos do que os violadores de mulheres adultas, ou seja, costumam ter entre 30 e 45 anos, embora hoje 20% das agressões sexuais sejam cometidas por menores de idade;
Desempenham profissões mais qualificadas do que os violadores de mulheres e acedem a melhores trabalhos;
Encontram-se integrados no tecido social e com frequência são casados;
Em 85% dos casos conhecem as suas vítimas;
Em 68% dos casos são pais ou familiares;
Não têm antecedentes penais em 80% dos casos;
Quase sempre actuam sozinho (98%);
Em mais de 50% dos casos não receberam demonstrações de afecto durante a sua infância-adolescência;

¹³⁶ *Diário de Notícias*, 21.6.2003, p. 22.

¹³⁷ *Diário de Notícias*, 20.2.2003, p. 18.

¹³⁸ Cf. <www.suite101.com/article.cfm/child_abuse_and_recovery/92325>.

Em mais de 50% dos casos abusam do álcool;
Apresentam falta de empatia e baixa auto-estima;
Desenvolvem distorções cognitivas, e 66% negam os seus crimes ou minimizam-nos;
Em 58% dos casos negam-se a receber tratamento;
Na maioria dos casos não padecem de distúrbios psiquiátricos, mas apenas, ocasionalmente, distúrbios de personalidade e por vezes distúrbios psicopáticos (7,5%);
Em 90% dos casos têm capacidade para controlar o seu comportamento;
Apresentam um índice elevado de reincidência;
100% precisam de tratamento, embora dê poucos resultados nos pedófilos preferenciais ¹³⁹.

Susan E. Rogers, da SAFE Network, tentou definir o perfil de um pedófilo, e concluiu pelo seguinte, que parece confirmar que, afinal, não há tal perfil:

São populares junto das crianças, adolescentes e adultos.
Parecem ser de confiança e respeitáveis.
São muito considerados na sua comunidade.
Preferem a companhia de crianças e adolescentes.
Sentem-se mais à vontade com crianças do que com adultos.
São especialmente atraídos por meninos e meninas na pré-puberdade.
Podem ser heterossexuais, homossexuais ou bissexuais.
Cativam as crianças dando-lhes atenção, jogos de vídeo, festas, doces, brinquedos, prendas, dinheiro.
Escolhem as crianças que parecem perturbadas e carentes de atenção ou afecto.
Muitas vezes namoram ou casam-se com mulheres com filhos da idade das suas vítimas preferidas.
Raramente forçam ou obrigam uma criança a ter contactos sexuais. Geralmente usam a confiança e a amizade.
O contacto físico é gradual, começando com afagos, pegando na criança, pondo-a ao colo, beijando-a, etc.
Obtêm prazer de várias maneiras. Para uns, basta-lhes olhar. Para outros, é suficiente tirar fotografias das crianças ou vê-las despirem-se. Outros precisam de mais contacto.
Arranjam diversas maneiras e lugares para estarem sòzinhos com crianças.
São geralmente (embora nem sempre) do sexo masculino, viris, com instrução superior, mais religiosos do que a média, na casa dos 30 anos, e escolhem empregos que lhes dêem maior acesso a crianças.
São geralmente homens de família, não têm cadastro, e negam ter abusado de crianças, mesmo quando são apanhados, condenados, presos e obrigados por um tribunal a frequentarem um programa para abusadores sexuais. O seu casamento é muitas vezes prejudicado por disfunção sexual, e serve de capa para as verdadeiras preferências e práticas do pedófilo.
Muitas vezes, mas nem sempre, foram vítimas de abuso sexual quando crianças.
Mesmo que o pedófilo não tenha filhos, a sua casa é atraente para as crianças, com brinquedos, livros, jogos de vídeo, computadores, bicicletas, baloiços, skates, sala de recreio, piscina, petiscos – coisas para atrair as crianças e fazê-las voltar mais vezes.
Os objectos que possuem reflectem geralmente a idade preferida das suas vítimas ¹⁴⁰.

Há um pouco de tudo e para todos. E não falta quem acrescente coisas à lista, sem se aperceber do ridículo em que cai: o pedófilo, por exemplo, “tem passatempos ou interesses que geralmente pertencem ao mundo das crianças, como coleccionar brinquedos, e construir modelos de carros ou de aviões” ¹⁴¹. Há até quem acredite piamente que gostar dos filmes das séries *Star Trek* e *Star Wars* é um indicador de se ser pedófilo. O detective canadiano Paul Gillespie, famoso caçador de pedófilos da Unidade de Crimes Sexuais de Toronto, declarou

¹³⁹ Cf. <www.asociacion-acpi.org/pedofilos.htm>.

¹⁴⁰ Cf. <www.safenetwork.org/pedophile_profile.html>.

¹⁴¹ Cf. <www.crimelibrary.com/criminal_mind/psychology/pedophiles/7.html>.

que, de mais de 100 pedófilos detidos nos últimos quatro anos, *apenas um* não era apreciador da série *Star Trek*. A Polícia de Toronto não era capaz de explicar este fenómeno ¹⁴²!

Enfim, ao que parece, o pedófilo típico é inteligente, bem educado, cidadão exemplar, muito considerado na sua comunidade, estimado por quem o conhece, bem aceite por crianças e adultos, e bom chefe de família. Em suma, a pessoa ideal. O que vale é que há sempre um polícia ou funcionário judicial vigilante, para abrir os olhos ao comum dos mortais e defender a pureza das criancinhas. No Estado americano do Arizona, por exemplo, o Condado de Maricopa foi abençoado com a Delegada do Ministério Público Cindy Nannetti ¹⁴³, especialista em crimes sexuais, que se dirigiu aos pais das futuras alegadas vítimas nos termos seguintes:

Uma pessoa que elogia e dá atenção constante a um jovem é uma pessoa a quem os pais devem prestar atenção. Os predadores de maior sucesso são manipuladores brilhantes.

"Pensem num professor, num treinador, num padre, num auxiliar educativo, que constroem aos poucos uma relação, de modo a que a criança fique com uma ligação, com afecto para com essa pessoa", disse Nannetti. "Este professor, ou quem quer que seja, diz ao jovem que é inteligente, ou bem parecido, ou especial, e as crianças, especialmente as que vêm de lares disfuncionais, adoram ouvir tais coisas. Esta pessoa trata a criança como sendo especial, e dá-lhe tempo e atenção, coisa de que nós todos gostamos. Depois as crianças ficam muito confusas quando ocorre um contacto sexual directo" ¹⁴⁴.

Aqui temos mais um suspeito de pedofilia: um professor que gosta de ensinar e se preocupa com os seus alunos. E não ficamos por aqui. Homens que fazem vida comum com mães solteiras são igualmente suspeitos, segundo o Tenente Detective Dave Duchak, do Gabinete do Sheriff do Condado de Miami:

Os pedófilos autênticos são atraídos por mulheres solteiras com filhos. E depois há os padrastos com enteados um pouco mais velhos. Este não será pedófilo por definição, mas vê um rapaz de 16 anos como alguém que quer e pode, e portanto não há nada errado nisso [...] Se você tiver um parente, vizinho, conhecido, alguém que mostre um interesse extraordinário no seu filho, isso devia dar o alarme. Não quer necessariamente dizer que esteja a preparar-se para fazer alguma, mas devia ser um caso para alarme ¹⁴⁵.

As mães solteiras, portanto, deviam ficar solteiras. Mas isto não é tudo. Um manual especializado de 1999, *Not with my child* ('Com o meu filho, não'), vai mais longe na tentativa de identificar os pedófilos desconhecidos, como indica na introdução:

Not with my child é um grande avanço na prevenção e detecção de abuso sexual de menores, ao denunciar de forma completa e ao pormenorizar mais de 15 características que são comuns aos pedófilos, que crianças são mais vulneráveis ao abuso sexual, mais de 100 estratégias comuns que os pedófilos usam para seduzir e 'conquistar' o silêncio das suas vítimas, mais de 60 sinais que podem indicar que uma criança foi abusada sexualmente, e 10 etapas simples de segurança para proteger os seus filhos ¹⁴⁶.

¹⁴² *Los Angeles Times*, 27.4.2005, p. A-1; ver também <www.huffingtonpost.com/ellen-ladowsky/pedophilia-and-star-trek_b_5857.html>.

¹⁴³ Doutorada pela Faculdade de Direito da University of Arizona e, entre outras coisas, assessora do Centro de Gestão de Delinquentes Sexuais. Foi promovida em 1991 a Chefe da Unidade de Crimes Sexuais.

¹⁴⁴ Artigo no jornal *The Arizona Republic* de 30.4.2003.

¹⁴⁵ Cf. artigo de Nancy Bowman in *Dayton Daily News*, 10.4.2003.

¹⁴⁶ UNITED YOUTH SECURITY – *Not with my child: Combating what predators do to sexually abuse and seduce children*. Carson City, NV, United Youth Security, 1999.

Se a levarmos a sério, ficamos a saber, por esta obra colectiva, que um pedófilo tem “mais de 15 características” que permitem identificá-lo, e “mais de 100 estratégias comuns”, tirando as menos comuns, para seduzir um menor.

E já agora, como sugeriu Catalina Pestana, quem tiver pelos na cara pode ser um abusador sexual em potência:

Eu odiava dar beijinho a uma tia minha, por exemplo, porque ela tinha 3 pelos que picavam horrivelmente. Mas coitada da senhora, nunca me fez mal nenhum, mas picava. Se tiverem atenção a isto e nunca obrigarem os vossos filhos a dar beijinhos ou a ter manifestações de afecto com quem eles não querem ter, já estão a prevenir o abuso sexual ¹⁴⁷.

E disse isto com toda a seriedade.

*
* *

Para a tática dar resultado, é importante criar a ideia de que o pedófilo é um temível criminoso, e que a sua própria existência é uma ameaça. Não é a primeira vez que tal acontece na História: durante a Revolução Francesa, o grande tribuno Danton proclamou que os aristocratas eram culpados *a priori*, porque *a sua própria existência* punha em causa o futuro da Revolução.

Coube a Armando Coutinho Pereira, psicólogo no Estabelecimento Prisional do Porto, que dedicou a sua tese de Mestrado ¹⁴⁸ a este tema, alterar o estereótipo do “agressor sexual”. Para ele, o “agressor” é casado ou vivendo em união de facto em 49% dos casos; só tem o ensino primário em 47,4% dos casos (só 1,7% tem formação superior); tende a abusar do álcool; e consome estupefacientes em 72,4% dos casos. Talvez estes resultados se devam ao facto de terem sido obtidos a partir de entrevistas com 116 condenados por crimes sexuais (e só 46% destes tinham sido condenados por abuso sexual de menores). Assim, o pedófilo típico deixava de ser considerado uma pessoa inteligente, bem educada e respeitada na comunidade, para passar a ser um indivíduo pouco instruído, que gosta da pinga e se droga. E que, portanto, é muito mais fácil de ser odiado.

E não só; é também uma “pessoa tão má” que seria incapaz de se arrepender. Foi o que afirmou, sem hesitar, a antiga Inspectora da PJ Dulce Rocha, Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco:

A Dr^a Teresa Ferreira (psicóloga), referindo-se aos pedófilos, achava que eram pessoas que não eram susceptíveis de ser influenciadas pela pena, porque não conseguiam arrepender-se. Em Portugal temos a ideia da regeneração, da re-socialização. Povos com tradições culturais como a nossa tendem a rejeitar a possibilidade de haver pessoas tão más ¹⁴⁹.

Na melhor tradição da guerra psicológica, a escolha do pedófilo como alvo é complementada pela sua desumanização:

¹⁴⁷ Cf. <www.forum.pt/estudantes/perguntas-tu/275-catalina-pestana-a-dama-de-ferro>. É curioso, porque Catalina disse, nas Jornadas sobre as Crianças Institucionalizadas, realizadas no Santuário de Fátima em 2.6.2006, “Não tenham medo de dar mimo aos vossos meninos, nunca ninguém morreu de mimos a mais e com mimos a menos não está provado” (<www.santuario-fatima.pt/portal/index.php?id=1810>).

¹⁴⁸ PEREIRA, Armando Coutinho – *Distorções cognitivas e agressão sexual: Estudo exploratório com agressores intra e extra-familiares* [dissertação]. Porto, 2008.

¹⁴⁹ *Seleções – Reader's Digest*, 8.2005, p. 35.

Para exercer a função de perverso designado, não é suficiente uma forma de desvio sexual ser objecto de censura por parte da maioria sexual. Nem é suficiente que o perverso designado seja apenas visto como uma alma transviada que precisa de compreensão ou de ajuda terapêutica. O perverso designado deve ser tão repugnante para a população em geral que a indignação social que ele gera (os perversos designados são geralmente do sexo masculino) é suficientemente extrema para servir de aviso a quem ousar desviar-se da normalidade sexual, mostrando-lhe o que lhe acontecerá se o fizer. Os perversos designados devem ser considerados tão vis, tão sub-humanos, de facto, que podem ser alvo de toda a virulência do castigo social – ostracismo social, prisão, até mesmo ataques pessoais violentos – sem que haja um sentimento de culpa, piedade ou compromisso ¹⁵⁰.

O pedófilo deixa de ser humano para passar a ser visto como um animal. Assim, uma vez identificado um indivíduo como pedófilo, com ou sem razão, é garantido que será vítima de perseguição legal – tenha ele sido condenado ou absolvido. E para bem da “causa”, não falta quem dê uma ajuda. A poetisa, activista anti-pedofílica e auto-denominada “sobrevivente” de abuso sexual Susan Maree Jeavons não hesitou em pôr em marcha a sua imaginação:

A primeira das prioridades dos pedófilos é fazer sexo com crianças. A pedofilia é geralmente incurável. As sentenças leves resultam muitas vezes na repetição dos crimes por parte do abusador. O pedófilo abusa em média de 260 vítimas durante a sua vida – sem nunca chegar a ser apanhado. Dos poucos pedófilos que são presos, mais de 90% acabam por ser presos pelo mesmo crime depois de saírem da prisão ¹⁵¹.

Assim já se pode construir uma vaga de pedofilia, com uma ajuda da indústria de protecção de menores, que, para justificar a sua actividade e a sua própria existência, tem interesse em exagerar a frequência dos abusos sexuais, ou até em inventar dados estatísticos:

Uma criança é abusada sexualmente de dois em dois minutos. 95% conhecem os seus agressores e confiam neles. Só 25% de todos os casos de abuso sexual chegam a ser denunciados. 5% deles não chegam a tribunal, e 50% das crianças serão devolvidas ao alegado abusador. Há abuso sexual de crianças em um de cada dez lares ¹⁵².

Para a Polícia, uma percentagem assustadoramente alta justifica aumentos orçamentais e ajuda a promover a sua imagem pública de cada vez que um “pedófilo” é apanhado. E quando as estatísticas não confirmam as suas ideias, há sempre uma resposta pronta:

As estatísticas da incidência das participações devem ser vistas com cuidado, e como um *cálculo por defeito* significativo, não apenas da incidência de abusos sexuais de crianças, mas também do número de casos de abuso sexual de crianças que são denunciados às autoridades [...] investigações independentes indicam que só 1 a 10% dos incidentes de abuso sexual de crianças são denunciados ¹⁵³.

Mas “por baixo destas alegações banais e talvez socialmente convenientes” de uma grande percentagem de crianças abusadas, escreveram David Fergusson, da Christchurch School of Medicine, e Paul Mullen, da Faculdade de Medicina da Monash University, “há um *corpus*

¹⁵⁰ STEINBERG, David – “Art and the eroticism of puberty”, comunicação à Conferência da Região Oeste de The Society for the Scientific Study of Sexuality (SSSS) de 24.4.1999.

¹⁵¹ Cf. <www.suite101.com/article.cfm/child_abuse_and_recovery/92325>.

¹⁵² Afirmações de Mothers Against Sexual Abuse (MASA) (cf. <www.againstsexualabuse.org/csa.asp>).

¹⁵³ MILLER, Kylie – *Detection and reporting of child sexual abuse (specifically paedophilia): A law enforcement perspective*, in JAMES, Marianne (ed.) – *Paedophilia: Policy and prevention*. Canberra, Australian Institute of Criminology, 1997, p. 34.

complexo de evidência que é, ao mesmo tempo, altamente variável e nada fácil de interpretar”

¹⁵⁴

A um nível mais científico, a dificuldade é significativa. Os estudos apresentam variações entre 1% e 30%, o que depende imenso da metodologia usada ¹⁵⁵. Os cientistas vêem-se aflitos para chegarem a um consenso porque, em primeiro lugar, agrupam-se crianças, pré-adolescentes, adolescentes e até jovens adultos na categoria de “crianças”; depois, considera-se abuso actividades sem contacto directo, como exibicionismo, conversas sugestivas, acesso a literatura ou filmes eróticos, e até “observações impróprias” (olhar para um menor quando se veste ou se lava, ou quando usa a retrete) ¹⁵⁶, e não se distingue entre actos consensuais e não-consensuais, por se negar *a priori* a consensualidade.

Para justificar os números assustadores, o conceito de pedofilia tem evoluído socialmente e passou a abranger toda e qualquer manifestação erótica, sexual ou até mesmo afectiva entre um adulto e um menor, desde uma carícia ou a semi-nudez mais inocente até à violação mais brutal, passando pelas relações ocasionais e consensuais e pelo abuso da confiança que o menor deposita no adulto (geralmente um familiar). E confunde-se pedofilia com incesto, que é um fenómeno totalmente diferente.

Assim, segundo a Associação de Mulheres Contra a Violência, “o abuso sexual de crianças é três vezes mais comum do que os maus tratos físicos a crianças. Dados estatísticos, que se acredita estarem subestimados (50-80% das vítimas não apresentam queixa), indicam que 25% das mulheres foram abusadas na infância” ¹⁵⁷.

Um estudo feito em 1987 pela Dr^a Mary Koss para o National Institute of Mental Health (Instituto Nacional de Saúde Mental) americano concluiu que 28% das mulheres de idade universitária teriam sido vítimas de violação ou de tentativa de violação, e que 15% tinham sido violadas desde que atingiram os 14 anos. Disse-se também que, nos Estados Unidos e no Canadá, um em cada seis rapazes era abusado sexualmente antes dos 16 anos ¹⁵⁸. A psicóloga Anna C. Salter declarou que “uma em cada três raparigas e um em cada seis rapazes” teria contactos sexuais com um adulto ¹⁵⁹. Um pouco mais moderado, David Finkelhor achava que pelo menos 20% das mulheres e 5 a 10% dos homens teriam sido abusados sexualmente quando eram crianças ¹⁶⁰.

Chega-se até ao ridículo. Segundo a assistente social neozelandesa Rosemary Frances Smart, “Os peritos no assunto do tratamento de abusos sexuais dizem que o abuso sexual pode ter lugar em qualquer parte, em qualquer altura, mesmo em frente de outras pessoas, sem que seja necessariamente detectado” ¹⁶¹.

¹⁵⁴ FERGUSSON, David M. e MULLEN, Paul E. – *Childhood sexual abuse: An evidence-based perspective*. Thousand Oaks, CA, Sage Publications, 1999.

¹⁵⁵ HAUGAARD, Jeffrey J. e EMERY, Robert E. – “Methodological issues in child sexual abuse research”, in *Child Abuse & Neglect*, Vol. 13 (1989), No. 1, p. 89-100.

¹⁵⁶ Cf. *eMedicine Journal*, Vol. 4 (2003) No. 10, com data de 15.10.2003 (<author.emedicine.com/PED/topic2649.htm>).

¹⁵⁷ Cf. <www.amcv.org.pt/amcv_files/homemain2.html>.

¹⁵⁸ HOPPER, Jim – *Sexual abuse of males: Prevalence, possible lasting effects, and resources*, in <www.jimhopper.com>.

¹⁵⁹ SALTER, Anna C. – *Predators: Pedophiles, rapists, and other sex offenders. Who they are, how they operate, and how we can protect ourselves and our children*. New York, NY, Basic Books, 2003.

¹⁶⁰ FINKELHOR, David – “Current information on the scope and nature of child sexual abuse”, in *The Future of Children*, Vol. 4 (1994), No. 2, p. 46-48.

¹⁶¹ Do relatório *A review of management policy and practices of the Civic Childcare Centre*, com data de 7.1992 (<www.peterellis.org.nz/docs/1992/1992-0700_RosemarySmart_Review.pdf >).

E como loucura atrai loucura, a caçadora de pedófilos inglesa Shy Keenan anunciou que tinha descoberto mais um tipo de pedófilo: o praticante daquilo a que ela chama “abuso rápido”. Este perigoso delinquente actua em todo o lado. Na rua, passa rapidamente pelo menor e apalpa-o por baixo da roupa, com tal rapidez que a criança nem sequer dá por isso. Na piscina, nada de tal maneira que colide com a criança, abusa dela numa questão de segundos, e afasta-se sem ninguém, nem mesmo a criança, se aperceber do abuso. Portanto, uma criança não pode andar na rua em segurança, e muito menos numa piscina, por mais gente que esteja à volta dela; nem os pais, que podem estar a vê-la, detectam o abuso – a não ser que sejam os próprios pais os abusadores. O que é espantoso é que este delírio foi levado a sério pela prestigiosa Scotland Yard, o que significa que gente inocente pode ser presa e condenada por um pretense abuso de que ninguém deu conta, porque nunca existiu!

Comparemos agora a realidade com as táticas alarmistas da indústria de protecção de menores, que se multiplicam sem a mínima preocupação de manter a verdade.

As estatísticas oficiais americanas referem que apenas 3,2% dos casos de abusos de crianças são abusos sexuais¹⁶². O abuso sexual de menores não é uma epidemia e nunca o foi. Em 1999, por exemplo, segundo dados oficiais, houve 826.000 casos de crianças vítimas de abuso, ou seja, 11,8 por mil (comparado com 15,3 por mil em 1993). As crianças abusadas eram raparigas na percentagem de 1,6 por mil, e rapazes na de 0,4 por mil. 58% dos abusos eram causados por negligência, 21% por maus tratos físicos e apenas 11% eram abusos sexuais, o que representava um declínio de 32%, comparado com 1995. Os abusadores sexuais eram os pais em 50% dos casos¹⁶³ e parentes em 18%. Cerca de 1100 crianças morreram vítimas de abusos, das quais *nem uma* devido a abusos sexuais¹⁶⁴.

E, ao contrário do que a imprensa e a televisão querem fazer crer, o número de abusos sexuais de menores tem diminuído muito nos Estados Unidos: no período de 1993 a 2003, por exemplo, diminuiu 79%¹⁶⁵. É relativamente seguro afirmar que a verdadeira percentagem de crianças vítimas de abuso sexual é muito menor do que se pensa.

Entre Maio de 2001 e Setembro de 2003, as quatro Comissões de Protecção das Crianças e Jovens de Lisboa receberam 3195 denúncias, das quais 813 eram por negligência e 744 por abandono escolar; o abuso sexual aparecia em 11º lugar na tabela das acusações, com apenas 77 queixas. Comentou Lucinda Pereira, Presidente da CPCJ de Lisboa-Norte: “O abuso sexual, embora esteja na ordem do dia e a sua denúncia tenha aumentado desde que surgiram os casos de pedofilia, não é muito sinalizado. São casos graves, aos quais damos prioridade, mas surgem em número reduzido”¹⁶⁶.

De facto, um estudo de 4000 crianças que deram entrada nos Serviços de Pediatria do Hospital Fernando da Fonseca (Amadora-Sintra) de 2001 a 2006 indicou que houve apenas 141 casos de abusos sexuais – cerca de 23 por ano –, contra 1869 de pobreza extrema, 1113 de negligência e 530 de agressões e maus tratos¹⁶⁷. Esta é que é a verdade. A verdade inconveniente.

¹⁶² *Statistical Abstract of the United States, 1992*, Tabela Nº 301.

¹⁶³ Em Portugal, o investigador da PJ Pedro Pombo estudou 5.128 casos de abusos sexuais de menores, dos quais 720 tinham sido feitos pelos pais; os pais ocupavam mesmo “o topo da tabela de agressores” (cf. <www.tvi24.iol.pt/sociedade/pedofilia-pedro-pombo-neuropsicologicas-agressao-sexual-pj-tvi24/1148103-4071.html>).

¹⁶⁴ DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES, ADMINISTRATION ON CHILDREN, YOUTH, AND FAMILIES – *Child maltreatment 1999*. Washington, DC, US Government Printing Office, 2001.

¹⁶⁵ Cf. <www.usatoday.com/news/nation/2005-08-24-sex-crimes-cover_x.htm>.

¹⁶⁶ *Diário de Notícias*, 28.11.2003, p. 19.

¹⁶⁷ *24 Horas*, 8.2.2007, p. 11.

1.5. As crianças não mentem?

Devemos dizer e mostrar à criança que acreditamos no que está a contar, mesmo que nos pareça estar a fantasiar ou a ocultar informação, sobretudo porque, em muitos casos, a criança procura proteger o seu agressor.

Alexandra Simões, psicóloga clínica ¹⁶⁸

Aquelas testemunhas mentem muito, mentem mal, mentem de propósito e com malícia.

Rui Falcão de Campos, advogado de Francisco Alves ¹⁶⁹

Querem provar que sou um mentiroso compulsivo, pelo facto de mentir.

Francisco Guerra, alegada vítima e mitómano ¹⁷⁰

Desde as histórias de fadas ao folclore, as crianças têm sido geralmente apresentadas como doces e inocentes, livres de corrupção e que dizem a pura verdade. Todos nós gostaríamos de pensar que os nossos filhos não mentem [...] É claro que, na realidade, a maioria dos pais aceita o facto de que os seus filhos às vezes mentem mesmo.

Dr. Paul Ekman, Professor de Psicologia ¹⁷¹

Infelizmente, persiste no espírito de muitos Magistrados a convicção de que a palavra da criança que ocupa a tribuna das testemunhas é a voz da inocência e a expressão mais pura da verdade, ainda que pareçam inverosímeis os pormenores dos factos apontados.

Prof. Luigi Battistelli, criminologista ¹⁷²

Quando há uma investigação de abusos sexuais, a Polícia, a indústria de protecção de menores e os meios de comunicação insitem, desde o início, em querer fazer vingar um dogma, já muito usado no estrangeiro: “As crianças não mentem”. Na Inglaterra, por exemplo, Peter Garsden, Secretário e mais tarde Vice-Presidente da ACAL (Association of Child Abuse Lawyers, ‘Associação de Advogados de Abuso de Crianças’), garantiu em declarações feitas à Câmara dos Comuns em 11 de Junho de 2002 que, em 700 processos que a ACAL tinha entre mãos, nunca se lhe deparara uma única alegação falsa, e se os menores ao princípio não admitiam ter sido abusados, era por sofrerem de “memórias reprimidas” e de “dissociação” ¹⁷³.

¹⁶⁸ *Boletim do IAC* [Instituto de Apoio à Criança], Nº 68 (Abril-Junho 2003), Separata Nº 6, p. 3.

¹⁶⁹ Em arguição de 9.3.2004.

¹⁷⁰ Relatório da perícia sobre a personalidade, efectuada pela Dr^a Alexandra Anciães em 29.8.2003.

¹⁷¹ EKMAN, Paul – “Would a child lie? Most definitely. But what lies mean to children, and why they lie, changes as they grow older”, in *Psychology Today*, 7-8.1989.

¹⁷² BATTISTELLI, Luigi – *A mentira nos tribunais. Estudos de psicologia e psicopatologia judiciária*. Coimbra, Coimbra Editora, 1963, p. 113.

¹⁷³ O Dr. Garsden tem direito à sua opinião, mas esta tem muito menos valor do que se podia pensar, se nos recordarmos de que a ACAL foi fundada em Rickmansworth em 1997 por uma antiga advogada, Lee Moore, que afirma ter sido vítima de abuso sexual satânico, de que não se recordava antes de se submeter a uma terapia, e por Sue Richardson, assistente social e depois psicoterapeuta, cuja acção no pânico moral de Cleveland, a que nos havemos de referir de passagem, foi lamentável, para não dizer pior. Lee Moore, que esteve à frente da ACAL até 2004, deixou a advocacia em 1997 e fundou uma empresa, Lee Moore & Co., cujas funções incluem “treino de testemunhas e depoimentos profissionais de testemunhas” (cf. <www.childabuselawyers.com/excofficers.htm>).

As crianças, mesmo que já estejam no fim da adolescência, ou que já sejam adultas, são puras por definição; portanto, não mentem. É um dogma quase religioso. Acreditar nas crianças, contra toda a evidência e pondo de lado o sentido crítico, é um acto de fé; não o fazer é incorrer em heresia.

Mas como é que se chegou à ideia fixa de que “as crianças não mentem”? Não é difícil descobri-lo. Se fossem julgados segundo o rigor dos princípios estabelecidos da prática criminal, os processos por abuso sexual – ao contrário dos processos por violação – dificilmente levariam à condenação do arguido, simplesmente por quase nunca haver provas materiais, para além dos “fortes indícios” que os investigadores apresentavam. Por isso, a Polícia e o Ministério Público tendem a valorizar ao máximo os depoimentos das alegadas vítimas, mesmo que se refiram a abusos supostamente ocorridos vários anos atrás. E isto consegue-se, impondo a obrigação ideológica de “acreditar nas crianças”, que “não mentem”. E se as crianças não mentem, é evidente que são os arguidos os mentirosos. Porque, como afirmou *ex cathedra* Pedro Namora, “todos os abusadores de menores são mentirosos experientes”¹⁷⁴.

A quem estranhar este dogma, a indústria de protecção de menores explica que o sistema penal “foi criado para adultos” e que, por isso, é necessário “criar um sistema que proteja as crianças”¹⁷⁵. E como se cria esse sistema?

A justiça faz-se no tribunal – pelo menos é nisso que prefiro acreditar. Mas [...] tenho esperança de que, enquanto existirem seres humanos com a determinação de [Felicja Cabrita], histórias como esta continuarão a ser divulgadas, os criminosos serão apontados e as vítimas terão o “consolo” de pelo menos alguém acreditar nelas, ainda que não sejam os tribunais¹⁷⁶.

Por outras palavras: as crianças não mentem. É nosso dever acreditar nelas. Mas às vezes os tribunais, que deviam dar o exemplo, não acreditam. Compete, assim, aos jornalistas divulgar “histórias” e apontar os “criminosos”, que continuarão sempre a ser criminosos, mesmo que sejam absolvidos. Doutro modo, seria duvidar das crianças, que não mentem.

Ora bem, para acreditar nas crianças, é preciso aceitar *incondicionalmente* que não mentem. Sejam elas muito pequenas ou adolescentes, ou até mesmo já adultos¹⁷⁷.

Escute e acredite. É importante levá-los a sério, acreditar no que lhe dizem [...] Não ponha em dúvida o que lhe disserem; uma pessoa precisa de ser ouvida por alguém que possa aceitar a verdade do que lhe diz¹⁷⁸.

O Centro de Gestão de Delinquentes Sexuais (CSOM, Center for Sex Offender Management) americano não diz outra coisa. Dirigindo-se aos pais, recomenda-lhes que, se desconfiarem que alguém abusou de um filho, “o melhor que tem a fazer é avisar as autoridades (a Polícia ou os Serviços de Protecção das Crianças) e deixá-las investigar, porque a vossa prioridade é acreditar no vosso filho e protegê-lo”¹⁷⁹.

¹⁷⁴ *O Crime*, 8.4.2004, p. 4.

¹⁷⁵ Tilman Fürniss, pedopsiquiatra e consultor da ONU sobre abusos sexuais de menores, in *Correio da Manhã*, 16.11.2007, p. 5.

¹⁷⁶ *Grande Reportagem*, 5.2.2005, p. 6.

¹⁷⁷ Não faltam livros sobre este tema; por exemplo, FRÉMY, Dominique e NAUDIN, Odile – *Les enfants ne mentent pas*. Paris, Stock, 2002.

¹⁷⁸ Cf. <www.napac.org.uk/survivorsforum>.

¹⁷⁹ Cf. <www.csom.org/prevedu/qanda.html>.

A psicóloga americana Lisa Aronson Fontes, da University of Springfield, ao participar na 2ª Conferência Internacional “A investigação criminal do abuso sexual de menores”, organizada pela PJ, foi veemente ao afirmar em 18 de Novembro de 2003:

As inconsistências fazem parte do testemunho [...] Quando as pessoas não acreditam na criança, e quando ela é submetida a muitas entrevistas, está-se perante uma segunda vitimização ¹⁸⁰ [...] Em Portugal tem de começar a ver-se o lado da criança, não como uma pessoa que mente, mas como uma vítima. E isso vê-se muito na imprensa, fala-se muito na mentira das crianças. Porque é que não se fala da mentira no adulto? ¹⁸¹.

Por outras palavras, a criança pode realmente mentir, mas é uma vítima à mesma, e quem duvidar dela está a vitimá-la novamente! E o pior é que uma criança “revitimizada” pode acabar por “distorcer a realidade” do abuso sexual. Pode estragar o trabalho da Polícia. Até pode acabar por dizer... a verdade: “Além da ‘revitimização’, as entrevistas aumentam o nível de ansiedade e podem levar à distorção da realidade”, alertou um especialista islandês, o sociólogo Bragi Guðbrandsson ¹⁸².

Na mesma linha de pensamento, a investigadora do ISCTE Isabel Correia observou:

Sabendo nós que o estatuto de vítima é muitíssimo desvalorizado socialmente e que, por essa razão, muitas vítimas escondem o que lhes aconteceu só para que os outros não olhem para elas como vítimas, parece-me muito improvável que alguém assumisse esse estatuto sem de facto ser vítima. Ainda mais se pensarmos que as crianças são muito mais frágeis e que os adultos em causa são possivelmente pessoas bem posicionadas na sociedade ¹⁸³.

Esta superstição – porque não é outra coisa – pode levar a extremos, como o que se viu no Tribunal de Saint-Omer (França), durante o processo de Outreau, em que dúzia e meia de inocentes foram acusados de pedofilia. Uma testemunha-chave da acusação, Myriam Delay, de 37 anos, comprometeu todos os arguidos em 5 de Maio de 2004, mas, no dia 19, disse perante uma audiência estupefacta: “Sou uma mentirosa, sou uma doente [...] Não queria que chamassem mentirosas às crianças, e segui as crianças nas suas declarações” ¹⁸⁴. Mentiu para que não pensassem que as supostas vítimas estavam a mentir! E ao ponderar a reacção natural dos arguidos, que ela fez questão de ilibar um por um, voltou atrás nas suas declarações em 25 de Maio: “As crianças não mentiram, estive lá e vi tudo [...] Não destruí a vida dos acusados, eles é que destruíram a vida das crianças” ¹⁸⁵.

Porque as crianças não mentem. Mesmo que a realidade prove o contrário. Mas as crianças são ou não são capazes de mentir nestes casos?

Segundo a teoria feminista que hoje prevalece na sociedade, toda e qualquer interacção afectiva e/ou sensual entre adultos e crianças é uma manifestação típica de opressão masculina, que pressupõe que as mulheres e crianças são propriedade dos homens, e é, por definição, abuso sexual. Foram as feministas que lançaram o dogma de que “as mulheres não mentem sobre

¹⁸⁰ “A multiplicação das entrevistas”, diziam os peritos do Instituto de Medicina Legal, “aumentam os sentimentos de culpa e de vergonha nas vítimas e alimenta a ideia de que os seus testemunhos não são reais”. É uma dupla vitimização (*Correio da Manhã*, 2.2.2004, p. 12). Porque estar a submetê-los a entrevistas é estar a duvidar das “crianças”, que, como é sabido, “não mentem”.

¹⁸¹ *24 Horas*, 19.11.2003, p. 9.

¹⁸² *Jornal de Notícias*, 20.11.2007, p. 17. Guðbrandsson era Director Geral da Agência de Protecção da Criança do seu país e professor da University of Kent, na Inglaterra.

¹⁸³ *Notícias Magazine*, 28.3.2004, p. 42.

¹⁸⁴ De um comunicado noticioso da Agência Reuter de 19.5.2004.

¹⁸⁵ De um comunicado noticioso da France Presse de 25.5.2004.

violações”. Maria Clara Sottomaior, da Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa, não teve problemas em afirmar:

O método da teoria feminista do direito tem como ponto de partida a experiência psicológica, física, social e cultural das mulheres e representa um contributo decisivo para uma consciencialização, por parte da sociedade e do sistema judicial, acerca da dimensão e das consequências do fenómeno da violência sexual, que vitima mulheres e crianças, assim como para a abolição de preconceitos que impedem a justiça e a mudança social ¹⁸⁶.

Para Ellen Bass e Laura Davis, as duas lésbicas feministas que escreveram o tristemente célebre livro *The courage to heal* ¹⁸⁷ (“Coragem para se curar”), o abuso sexual das crianças existe em toda a parte, e em muitos casos os abusadores são os pais. Ora, se um pai é capaz de abusar do seu próprio filho, e a mãe não o impede, não se pode esperar que qualquer deles admita o abuso, e portanto não é por aí que se prova que o abuso existiu. Por outro lado, como a criança reprime o abuso e é preciso um terapeuta para lhe reavivar a memória, o que pode demorar anos, se alguma vez houve provas do abuso, por essa altura já desapareceram. Portanto, “não é razoável exigir provas” do abuso ¹⁸⁸! O que se deve fazer é apoiar o “sobrevivente” do abuso, acreditando no que diz, mesmo sem provas, porque o “sobrevivente” diz a verdade. Não aceitar as suas alegações como verdadeiras é apoiar o abusador ¹⁸⁹.

A indústria de protecção de menores explica desta maneira esta extraordinária atitude:

As crianças abusadas sexualmente podem negar, minimizar, “esquecer-se” e confundir-se, mas raramente mentem.

As crianças não dizem as coisas automaticamente como os adultos. As suas declarações variam conforme as idades. Por exemplo, uma criança muito pequena pode não ter o vocabulário ou os conceitos para exprimir correctamente um acto abusivo. As diferenças e inconsistências nas recordações podem inicialmente parecer “mentiras”, mas não são.

Não é possível uma criança descrever explicitamente os pormenores dos actos sexuais que lhe fizeram, a não ser que os tenha experimentado ¹⁹⁰.

O dogma de que “as crianças não mentem” foi aceite por organismos oficiais de vários países. Na região inglesa de Merseyside, por exemplo, 69 professores foram vítimas de acusações de abuso de alunos no ano lectivo de 2004-2005; todos foram suspensos até ao fim da investigação policial, mas só um dos acusados chegou a ir a tribunal. O comentário das autoridades da cidade de Liverpool foi elucidativo. Como as crianças não mentem, os factos foram “reinterpretados” de forma politicamente correcta, não fosse alguém ter dúvidas:

¹⁸⁶ Cf. <constitutio.tripod.com/id7.html>. Vale a pena ler todo o artigo, que é muito esclarecedor.

¹⁸⁷ BASS, Ellen e DAVIS, Laura – *The courage to heal: A guide for women survivors of child sexual abuse*. New York, NY, Harper & Row, 1988. Este livro, um autêntico manual da indústria de protecção de menores, afirma, contra toda a evidência científica, que um sonho é a libertação inconsciente de um facto real que foi reprimido. Portanto, se uma pessoa pensar que pode ter sido abusada sexualmente, é porque foi. Demonstrando a espantosa falta de espírito crítico dos americanos, venderam-se centenas de milhar de exemplares, o que desencadeou uma autêntica epidemia de falsas acusações contra pais, avós, irmãos e tios, que destruíram inúmeras vidas inocentes. E como se não bastasse, apareceu na Nova Zelândia um livro semelhante (MCGREGOR, Kim – *Warriors of Truth: Adult survivors healing from childhood sexual abuse*. Dunedin, University of Otago Press, 1993), que recebeu grande aplauso dos grupos de pressão feministas. A autora, Kim McGregor, é investigadora do Centro de Investigação sobre a Prevenção de Ferimentos da University of Auckland e, portanto, uma pessoa supostamente responsável.

¹⁸⁸ Ibid., p. 137.

¹⁸⁹ Como dizia o *Malleus Maleficarum*: “Haeresis est maxima opera maleficarum non credere” (“A maior das heresias é não acreditar nas obras das bruxas”).

¹⁹⁰ Cf. <www.cari.ie/whattodo.htm>.

O número de alegações feitas contra professores em Liverpool é extremamente pequeno em relação aos 70.000 alunos, e em proporção com outras áreas do país.

Cada alegação é investigada rigorosamente antes de se tomar uma decisão sobre se é preciso tomar alguma medida. Uma investigação levada a cabo recentemente a nível nacional pelo Departamento da Educação concluiu que em 98% dos casos, quando se faz uma alegação, há alguma base para tal ¹⁹¹.

O detective Robert Perez, investigador dos abusos sexuais imaginários na cidade americana de Wenatchee, no Estado de Washington, aplicou bem esta teoria, como se depreende do interrogatório que fez a Donna Hidalgo:

Disse-lhe que “sabia” que aqueles depoimentos eram verdadeiros. Disse o detective Perez: “Isto saiu das bocas das crianças. Está a chamar mentirosas a estas crianças? As crianças não mentem [...] Eu é que tenho que ficar toda a noite com estas crianças e pegar nelas e embalar-las de noite e dizer-lhes que vocês, gente doente e perversa, nunca mais lhes irão fazer mal” ¹⁹².

E organizações como a americana Darkness to Light (‘Da Escuridão à Luz’) proclamam a quem as quer ouvir:

Mais de 30% das vítimas nunca contam a sua experiência a NINGUÉM.

As vítimas jovens podem não reconhecer que são vítimas de abuso sexual. Cerca de 80% inicialmente negam o abuso ou revelam-no tentativamente. Das que o revelam, aproximadamente 75% revelam-no acidentalmente. Além disso, das que o revelam, mais de 20% eventualmente voltam atrás nas suas declarações, apesar de ter havido abuso.

Bastava isto para pôr em dúvida a veracidade das alegadas vítimas – que não reconhecem que são vítimas, que não falam de abuso, que só o admitem por acaso e que, em mais de 20% dos casos, voltam a negar terem sido abusadas. Mas, para tranquilizar os crentes, a organização acrescenta logo a seguir, com uma matemática estonteante:

As alegações fabricadas de abuso sexual constituem apenas de 1% a 4% de todos os casos notificados. Destes casos, 75% são falsamente alegados por adultos e 25% por crianças. As crianças só mentem em 0,5% dos casos ¹⁹³.

O dogma era aceite sem discussão por Pedro Strecht, que, como pedopsiquiatra experiente, devia saber distinguir entre sonho e realidade. Mas, pelo contrário, tentou sempre arranjar uma desculpa para cada situação que podia pôr em causa a veracidade dos “meninos”:

É natural que estes miúdos não recordem em detalhe alguns pormenores dos locais, datas e pessoas com quem estiveram, pois existem naturais fragilidades de orientação espaço-temporal, quer por desreferência cultural ou por mecanismos de defesa secundários a situações traumáticas, como, por exemplo, o recalamento. De qualquer forma, tal não pode confundir-se com falsas alegações ou mesmo com inconsistência de alegações; o mais que podemos deduzir é uma aproximação por defeito da realidade em que estiveram envolvidos ¹⁹⁴.

¹⁹¹ Cf. artigo de Tony Barrett no *Liverpool Echo* de 6.3.2006.

¹⁹² Cf. <www.ags.uci.edu/~dehill/witchhunt/ccla/pages/donnah.htm>.

¹⁹³ Cf. <www.darkness2light.org/KnowAbout/statistics_2.asp>.

¹⁹⁴ Inquirição de Pedro Strecht de 9.7.2003.

Este preconceito revelou-se em todo o seu esplendor quando o Inspector-Chefe Dias André depôs em Tribunal:

Dr. Sá Fernandes – O senhor foi à procura de um Sr. Marques da Silva por causa de uns bilhetes de identidade, não conseguiu localizar; andou à procura de umas fotografias na Lourinhã, não conseguiu localizar; o Guerra fala-lhe de um telemóvel para prova que estabelecia com o Carlos Cruz, está aqui o número dele, o senhor não encontra nenhuma chamada. Com toda estas coisas somadas, e podíamos juntar mais 23, o senhor daqui não retirou nenhuma conclusão acerca do comportamento do Sr. Francisco Guerra? Ou seja, o senhor não admitiu, como polícia, que o Sr. Francisco Guerra era mentiroso?

Dias André – Não, sobre os abusos sexuais, não.

Dr. Sá Fernandes – Não? E sobre estes factos?

Dias André – Sobre estes factos havia alguma, alguma...¹⁹⁵.

José Pires, Assessor da Provedoria, era muito mais realista, como se viu numa entrevista transmitida pela SIC no Jornal da Noite de 11 de Março de 2003:

Ana Margarida Póvoa – Porque é que acha que as crianças mentiram?

José Pires – Para se considerarem importantes, porque precisam que a atenção se volte sobre elas.

Ana Margarida Póvoa – Acha que uma criança se acha importante, assumindo-se como uma vítima de abuso sexual, Sr. Doutor?

José Pires – Não. Sobretudo aqueles que não sentem, que nunca foram abusados sexualmente é que sentirão a necessidade de mentir, para aparecerem.

O que, aliás, fez com que José Pires fosse interrogado pelo Procurador João Guerra para que se explicasse sobre o que queria dizer, não fosse pôr em causa a investigação. Pois se ele até tinha exprimido a sua dúvida sobre se haveria uma “rede de pedofilia”! E José Pires teve o cuidado de voltar ao politicamente correcto, não viesse a ter problemas:

Nunca disse que havia crianças que mentiram no testemunho que deram à Polícia. Disse, sim, que havia crianças que mentiam, e que era mais possível mentirem quando não eram abusadas do que quando eram abusadas. Ou seja, as crianças que mentem são as que não foram abusadas, porque as crianças que foram abusadas não mentem¹⁹⁶.

Mas na vida real, qualquer pessoa que lida com crianças, desde pais a educadores, sem exceptuar os próprios assistentes sociais, sabe que nem sempre dizem a verdade. E os juristas sabem-no também; ainda há poucos anos os tratados jurídicos sublinhavam que os depoimentos das crianças só deviam ser aceites com as mais amplas reservas, porque que elas podiam muito bem inventar abusos sexuais que nunca existiram. Cesare Lombroso, fundador da nova escola de antropologia criminal, provou-o para além da dúvida já no Século XIX¹⁹⁷, no que foi apoiado por Alfred Binet, Édouard Claparède e outros cientistas.

¹⁹⁵ Depoimento de Dias André de 9.6.2006.

¹⁹⁶ Inquirição de José Pires de 25.3.2003. A sua franqueza, embora confusa, valeu-lhe uma repreensão de Bagão Félix. E no *Correio da Manhã* de 15.6.2003, Catalina Pestana “confirmou” que José Pires, a quem o jornal chamava “amigo de Bibi”, queria sair da Casa Pia.

¹⁹⁷ Talvez por hoje serem politicamente incorrectas, as descobertas de Lombroso têm sido desvalorizadas e até ridicularizadas pela nova Psicologia americana.

Sempre imaginosa e fantasista, muitas vezes por estar dominada pelo medo, facilmente sugestionável, a criança fala e diz, na maior parte dos casos inconscientemente, coisas não verdadeiras; e muitas vezes insiste e teima, porque está convencida de que diz a verdade.

Ela pode mentir para esconder uma inconveniência, ou para evitar uma punição; pode mentir por brincadeira, por espírito de imitação, por preguiça, por inveja, por maldade, por amor próprio, por vaidade, não raro simplesmente para impressionar quem a escuta ¹⁹⁸.

As crianças mentem por várias razões. Mentem para que os pais andem contentes com elas, mentem para não se meterem em trabalhos, mentem para evitar embaraços ou rejeições, ou mentem porque não fazem uma distinção clara entre factos e ficção. Ensinar ao seu filho o valor de dizer a verdade requer tempo, aplicação e paciência ¹⁹⁹.

E o experiente psiquiatra francês Daniel Zagury, do Centro Psiquiátrico de Bois de Bondy (Seine-Saint Denis), não teve dúvidas em afirmar que um menor pode ser credível sem estar a dizer a verdade:

De maneira geral, é preciso colocar a peritagem na sua justa medida: não é a peça mestra de um processo, nem uma bola de cristal; faz parte da instrução [...] Depois de se ter ignorado por muito tempo a palavra da criança, agora fez-se um fetiche dela, confunde-se a verdade psicológica com a verdade factual. É por isto que, nos casos de denúncias sexuais, os riscos de erros judiciais são muito elevados ²⁰⁰.

Um estudo fundamental dos Drs. Stephen Ceci, da Cornell University, e Maggie Bruck, da McGill University ²⁰¹, sublinhou a complexidade da avaliação das alegações de abuso sexual de menores, estudando a “veracidade, durabilidade e fiabilidade” dos testemunhos das crianças, que muitas vezes são autênticas vítimas, não dos alegados abusos sexuais, mas das técnicas sugestivas de interrogatório, que por vezes até as levavam a perguntar aos investigadores: “Era isto que queria que eu dissesse?”

É importante notar se a criança varia ou não nas suas declarações, mas mais importante ainda é determinar em que contexto ela fez essas declarações. Um estudo de dois psicólogos da University of Arizona, levado a cabo em 1998 ²⁰² para ser publicado pela American Psychological Society, sublinhou a existência de uma grande percentagem de “falsificação de memória”, tanto nos interrogatórios policiais como nas entrevistas dos psicólogos, e concluiu que até as entrevistas neutras não contaminadas por perguntas sugestivas podem induzir falsas memórias nas crianças. E isto é grave. Como reconheceu o psiquiatra francês Paul Bensussan a respeito do escândalo de Outreau: “Não existe nenhum meio totalmente fiável para distinguir, através de um exame, uma criança vítima de uma criança convencida de que foi vítima” ²⁰³.

O psiquiatra Lee Coleman e o advogado Patrick Clancy estudaram a criação de falsas declarações de abuso sexual de menores, e comentaram:

¹⁹⁸ BATTISTELLI, Luigi – *A mentira nos tribunais. Estudos de psicologia e psicopatologia judiciária*. Coimbra, Coimbra Editora, 1963, p. 109.

¹⁹⁹ PANTLEY, Elizabeth – *Perfect parenting: The dictionary of 1,000 parenting tips*. New York, NY, McGraw-Hill, 1998.

²⁰⁰ Artigo em *L'Express* de 25.5.2004. Cf. ZAGURY, Daniel – “Vérité psychique et vérité judiciaire”, in *Perspectives Psy*, Vol. 43 N° 3 (Julho-Outubro de 2004), p. 173-174.

²⁰¹ CECI, Stephen J. e BRUCK, Maggie – *Jeopardy in the courtroom: A scientific analysis of children's testimony*. Washington, DC, American Psychological Association, 1995.

²⁰² BRAINERD, Charles J. e REYNA, Valerie F. – “When things that were never experienced are easier to ‘remember’ than things that were”, in *Psychological Science*, Vol. 9 (1998) No. 6, p. 484-489.

²⁰³ Cf. artigo de Stéphane Durand-Souffland in *Le Figaro* de 3.12.2005.

Na nossa experiência, que acumula centenas de alegações e cerca de 1.500 horas de gravações em áudio ou vídeo de entrevistas com crianças sob investigação como possíveis vítimas de abuso, as crianças muito frequentemente fazem alegações que, através de factos, podem provar-se não corresponderem à verdade. Quando isto acontece, é raro ser a criança o verdadeiro iniciador das declarações falsas. Na maioria dos casos, as falsas declarações da criança são o produto de um estilo de entrevista que conduz gradualmente a criança a construir uma imagem mental de abuso. Esta imagem passa a ser a “recordação” da criança. O resultado pode ser desastroso, não só para o processo judicial, mas também para o bem-estar emocional da criança ²⁰⁴.

E é ainda preciso avaliar a maneira como se obteve a “verdade” de um menor. No encontro anual de 1985 da American Academy of Psychiatry and the Law, os médicos Diane Schetky e Harold Boverman apresentaram vários casos problemáticos de obtenção de declarações de crianças, entre os quais os seguintes:

Segundo um dos terapeutas encarregados de uma criança no caso de Jordan, Minnesota, um menino de 8 anos que teria alegadamente sido abusado sexualmente foi entregue a uma família adoptiva durante um ano, e um psicólogo disse-lhe que não o deixariam voltar para casa até que a mãe admitisse que tinha havido abuso sexual.

No caso nº 3, a mãe de um menino de 8 anos disse-lhe que não poderia voltar para casa, nem andar de bicicleta, nem tornar a ver o pai, e teria que ir para o hospital, onde o picariam com agulhas, a não ser que admitisse que o pai lhe tinha apalpado o traseiro ²⁰⁵.

Catalina Pestana, que dissera e tornara a dizer que “quem foi vítima naturalmente não mentiu” ²⁰⁶, confessou, bem contra vontade, que “As crianças mais pequenas, normalmente, não mentem [mas] as grandes, às vezes, em determinados contextos, podem ser levadas a mentir e a dizer coisas que não são correctas” ²⁰⁷. Mais tarde, explicou este ponto atabalhoadamente: “Também ouvi muitas histórias não verdadeiras, principalmente de adultos depois de ouvirem falar em indemnizações. Revelaram-me abusos com mais de 30 anos que nunca tinham contado, mas a lei das indemnizações prescreve ao fim de 20” ²⁰⁸.

Até a própria Dulce Rocha se viu obrigada a admitir publicamente que as crianças podem mentir:

Quando digo “geralmente, nestes casos, as crianças não mentem”, põem em grandes parangonas “as crianças não mentem”. Ridicularizam as palavras das pessoas, fazendo que [sic] as declarações não sejam credíveis. Nós sabemos que as crianças por vezes mentem [...] Sobre este aspecto é que, geralmente, isso não sucede. A não ser que as crianças sejam induzidas, e também há casos desses ²⁰⁹.

Mais se estranha a insistência de algumas pessoas em perpetuar o dogma de que as crianças não mentem. A educadora Maria Emília Bernardes, do Colégio D. Maria Pia, declarou, aparentemente convicta, a respeito de Ricardo Oliveira:

²⁰⁴ COLEMAN, Lee e CLANCY, Patrick E. – “False allegations of child sexual abuse”, in *Criminal Justice*, Outono de 1990.

²⁰⁵ SCHETKY, Diane K. e BOVERMAN, Harold – “Faulty assessment of child sexual abuse: Legal and emotional sequelae”, comunicação ao Annual Meeting of The American Academy of Psychiatry and the Law, Albuquerque, New Mexico, 10.10.1985.

²⁰⁶ *Correio da Manhã*, 1.3.2004, p. 12. A mesma frase foi repetida *ipsis verbis* no *Correio da Manhã*, 9.3.2005, p. 5.

²⁰⁷ *24 Horas*, 16.3.2005, p. 11.

²⁰⁸ Cf. <www.tvi24.iol.pt/sociedade/casa-pia-catalina-pestana-rede-de-cuidadores-conferencia-abusos-sexuais-criancas/1067780-4071.html>. Pelos vistos, só estes é que poderiam estar a mentir.

²⁰⁹ *Seleções – Reader’s Digest*, 8.2005, p. 37.

Daquilo que conhece do Ricardo tem a certeza de que ele não mentiria. Quer esclarecer que em relação ao facto de ter sido abusado sexualmente, o Ricardo nunca mentiria.

Perguntada sobre se o Ricardo era capaz de mentir sobre a identidade dos seus abusadores, a depoente disse que não, que o Ricardo não era capaz de mentir nem sobre o facto de ter sido abusado nem sobre a identidade dos seus abusadores²¹⁰.

Anos depois, Ricardo Oliveira admitiu, descontraidamente, que tinha mentido para conseguir benesses e uma indemnização como “vítima”.

Ao fazer a recensão crítica de um livro sobre abuso ritual de crianças²¹¹, Gretchen Passantino escreveu o seguinte:

As crianças são extremamente impressionáveis. Sonhos, recordações, filmes, histórias e televisão são muitas vezes tão reais para crianças pequenas como a vida quotidiana. Quando a confiança nos pais e um desejo de agradar aos adultos se combinam com esta impressionabilidade, não admira que as crianças por vezes acreditem e digam que experimentaram o que, na realidade, não lhes aconteceu [...] Um estudo de grande importância, feito pelo Grupo de Estudos do Bem-Estar Familiar da University of California in Berkeley, revelou que, só por terem acabado de ouvir histórias sobre abuso de crianças, 20% dos meninos da pré-primária interrogados acreditavam que os toques físicos normais que os pais lhes faziam, como dar-lhes banho ou aconchegá-los na cama, eram “maus”²¹².

Na Nova Zelândia, a Dr^a Jane Mary Rawls, psicóloga infantil de renome e perita reconhecida pelo Tribunal de Justiça (High Court), empreendeu em 1996 uma investigação sobre a fiabilidade das declarações feitas por crianças em interrogatórios, patrocinada pela Law Foundation daquele país e entregue a uma equipa de juristas, polícias e psicólogos sob a sua orientação. As conclusões foram apresentadas à conferência anual da Ordem dos Advogados em Dunedin, e mais tarde a um fórum internacional em Paris. A equipa da Dr^a Rawls estudou 30 crianças de 5 anos, idade em que seria mais difícil ocultar algum abuso do que na pré-adolescência. Ora sete crianças afirmaram terem sido abusadas sexualmente durante o estudo:

As crianças participaram numa série de quatro sessões gravadas em vídeo e observadas, em que um adulto, um assistente de investigação chamado Trevor, brincava com cada criança, vestindo roupas diversas. Havia toques “apropriados” quando se colocavam chapéus e jóias, por exemplo, e às vezes pedia-se à criança para guardar um pequeno segredo. Um diagrama de partes do corpo, semelhante ao que se usa nas entrevistas policiais, foi usado na segunda entrevista para facilitar as declarações da criança [...].

Quase 1/4 da amostra total (24%) falou de toques “inapropriados” entre o adulto e a criança, embora não tivesse havido nenhum. Três crianças falaram de toques genitais, duas também de toques sob a roupa acima da cintura. Mais duas crianças disseram que o adulto lhes tinha tocado no traseiro, ou que tinham tocado no traseiro do adulto. Outras duas falaram de toques recíprocos debaixo da roupa [...].

Nenhuma das crianças se ofereceu para contar o “segredo”. Mas, ao ser-lhes pedido que o contassem, 23% recusaram sempre, 27% umas vezes descreveram-no bem e outras vezes não quiseram contá-lo, 20% fizeram sempre relatos correctos, 10% fizeram algumas descrições verdadeiras e outras falsas, e 3% não fizeram descrições

²¹⁰ Inquirição de Maria Emília Bernardes de 28.10.2003.

²¹¹ SANFORD, Doris – *Don't make me go back, Mommy. A child's book of satanic ritual abuse*. Illustrated by Graci Evans. Portland, OR, Multnomah Press, 1990.

²¹² <www.answers.org/bookreviews/mommy_back_rev.html>.

ou fizeram uma descrição falsa. 17% descreveram acontecimentos inventados, que incluíam toques inapropriados, e disseram que os toques é que eram o “segredo”.

A Dr^a Rawls também concluiu que, depois de uma exposição em maior ou menor grau a exemplos, só 40% das crianças de 5 anos davam uma definição aceitável dos conceitos de verdade, mentira e promessa ²¹³.

O pior é que “a equipa de aferição sabia que não tinha havido qualquer abuso. As crianças tinham inventado os incidentes”!

Comparemos agora este estudo com a opinião da Associação de Mulheres Contra a Violência:

As crianças raramente mentem sobre o facto de terem sido vítimas de abuso sexual, por isso devemos acreditar no que elas nos contam. Normalmente não possuem a linguagem ou a experiência para descreverem falsamente um abuso. Além disso, as crianças mais pequenas não inventam histórias que não tenham experienciado. O que pode acontecer é a criança contar um abuso e, mais tarde, dizer que este não aconteceu, mas fazem-no por medo das consequências da revelação ou para protegerem alguém ²¹⁴.

A Associação nem sequer é original, como se vê por esta citação, escolhida entre várias outras:

Acredite na criança. As crianças raramente inventam histórias sobre abusos sexuais. Acreditar na criança é um passo importante para curar a dor causada pelo abuso [...] As crianças devem poder exprimir o que sentem e ser apoiadas e levadas a sério, para que possam continuar o processo de revelação e de cura ²¹⁵.

Isto é muito sentimental, mas a realidade é bem diferente: as crianças mentem, e não é pouco. Um estudo feito na University of Portsmouth (Inglaterra) em 1997 concluiu que crianças de 3 anos apenas eram perfeitamente capazes de mentir ²¹⁶. Nos Estados Unidos, o Dr. Michael Lewis, Professor de Pediatria e Director do Instituto para o Estudo do Desenvolvimento das Crianças da Robert Wood Johnson Medical School, baseou-se na sua larga experiência para afirmar que “aos 2 ou 3 anos, 70 por cento de todas as crianças mentem muito bem” ²¹⁷. E o prestigioso Erikson Institute, especializado no desenvolvimento das crianças, declarou sem rodeios:

Durante muito tempo, os conhecimentos convencionais do desenvolvimento das crianças aceitavam que as crianças pequenas não são cognitivamente capazes de mentir. Investigações recentes, porém, descobriram que a maior parte das crianças aprendem a mentir entre os dois e os quatro anos [...] As crianças conseguem mentir melhor à medida que começam a compreender a diferença entre o que uma pessoa acredita e o que elas acreditam ²¹⁸.

Até nos Estados Unidos, país do politicamente correcto, já se começa a reconhecer que as crianças mentem. Bob e Elaine Lehman, educadores e especialistas no tratamento de jovens

²¹³ Notícia publicada na imprensa diária neozelandesa de 29.5.1996.

²¹⁴ Cf. <www.amcv.org.pt/amcv_files/homemain2.html>.

²¹⁵ Cf. <www.tulirchpsa.org/faq.htm>.

²¹⁶ *New Scientist*, No. 2121 (14.2.1998), p. 22. O trabalho deve-se à Dr^a Lucy Akehurst, especialista na mentira, sobretudo no contexto de inquirições legais. Cf. também AKEHURST, Lucy, MILNE, Rebecca e KÖHNKEN, Günter – “The effects of children’s age and delay on recall in a cognitive or structured interview”, in *Psychology, Crime and Law*, No. 9 (2003), p. 97-107.

²¹⁷ Cf. <www.umdj.edu/umcweb/hstate/summer01/pulse/pulse12_lying.htm>.

²¹⁸ Cf. <www.erikson.edu/erikson.asp?file=qa&qid=2>.

com problemas sociais, publicaram na Internet um boletim em que dizem clara e inequivocamente que “As crianças anti-sociais ²¹⁹ mentem sobre abusos sexuais”:

Se uma criança tem quaisquer características anti-sociais, também mente. E as suas mentiras são geralmente bastante credíveis. Podem fabricar histórias com a facilidade com que respiram, e para elas mentir é uma coisa da vida. Mentir é mostrar poder, e elas adoram o poder, o controlo, e a capacidade de manipular outras pessoas.

Quando mentem sobre abusos sexuais, adoram a excitação do poder que as autoridades lhes dão, de todos os procedimentos legais (as crianças compreendem perfeitamente que estão a controlar tudo e todos), dos depoimentos (que são muito credíveis em tribunal), e, por fim, da capacidade de arruinar a vida de outra pessoa [...]

Quando uma criança faz uma alegação falsa, outras crianças anti-sociais ou perturbadas, e também os pais das crianças, gostam de fazer o mesmo, e em pouco tempo muitas crianças e/ou pais apresentam-se com alegações de abusos sexuais que nunca aconteceram [...]

Quando um menor, criança ou adolescente, faz alegações de abusos sexuais e não há provas de ADN, ou testemunhas credíveis, ou uma confissão, é muito importante investigar a história e motivos da criança, para descobrir se tem ou não quaisquer características anti-sociais. Se as tem, não deve haver uma acusação. Se o processo já foi adiante, deve ser arquivado. Se uma pessoa acusada de abuso sexual de menores diz que está inocente, é altura de lhe darem atenção ²²⁰.

Esta é que é a realidade. As crianças que não mentem são uma fábula que tem trazido males sem conta a pessoas inocentes e às suas famílias.

Mas a fábula deve manter-se viva a todo o custo. Como escreveu um caçador de pedófilos anónimo:

A Lei é um sistema imperfeito, idealizado por pessoas imperfeitas, com o fim de proporcionar um fundamento de conduta básica num mundo imperfeito, mas nem os melhores sistemas legais garantem que se descubra a verdade num determinado caso.

Se a Lei leva um pedósceles ²²¹ a tribunal, e ele é absolvido [...] isso NÃO QUER DIZER que você não foi abusado sexualmente e violado, ou que o crime nunca ocorreu na realidade; tudo o que quer dizer é que não foi provado em tribunal.

Não quer dizer que você tenha mentido, não quer dizer que o pedósceles não tenha feito nada de mal, não quer dizer que você não tem o direito de se sentir ultrajado. Quer simplesmente dizer que os tribunais requerem tipos muito específicos de evidência para se provar um caso, e em processos de crimes sexuais é um caso da palavra de uma pessoa contra a de outra. Talvez o crime tenha prescrito. Talvez não houvesse provas convincentes.

Talvez o pedósceles fosse um mentiroso tão hábil que enganasse toda a gente. Talvez tivesse escapado por um pormenor técnico que você não esperava. ISTO NÃO QUER DIZER QUE O ABUSO NUNCA ACONTECEU NA REALIDADE ²²².

²¹⁹ Os autores chamam anti-sociais aos jovens que distinguem perfeitamente o bem do mal, mas que, mesmo assim, praticam o mal, por não terem problemas de consciência, e porque gostam da excitação e do sentimento de poder que obtêm do crime.

²²⁰ Cf. <www.beanswers.com/pages/sept1999.htm>.

²²¹ O autor deste *site* britânico insurge-se contra o uso da palavra ‘pedófilo’ (“que gosta de crianças”), e propõe, para a substituir, o neologismo ‘pedósceles’ (“que odeia as crianças”).

²²² Cf. <www.survivorsswindon.com/myths.htm>. Ou, como disse Pedro Namora: “O facto de absolver um arguido não invalida o facto de uma criança ter sido violentada” (24 Horas, 8.5.2004, p. 7).

Pois é. Mas a credibilidade às vezes é difícil de aceitar. Por exemplo, há crianças nos Estados Unidos que afirmam ter sido raptadas e abusadas por alienígenas interessados em criar uma raça híbrida de extraterrestres e humanos ²²³. Mas as crianças não mentem, pois não?

²²³ Cf. <www.aliensandchildren.org>. A síndrome pós-rapto (Post-Abduction Syndrome) que estas crianças supostamente apresentam (<www.aliensandchildren.org/post_abduction_syn.htm>), e que seria uma variedade de PTSD (Transtorno de Stress Pós-Traumático), tem características muito semelhantes às das crianças supostamente abusadas. Por exemplo, as crianças mostram um grande interesse pelos seus órgãos genitais e dizem que os extraterrestres lhes mexeram (cf. <www.aliendave.com/Utah_Aliens_Abductions.html>). Sobre este tema, recomendamos CLANCY, Susan A. – *Abducted: How people come to believe they were kidnapped by aliens*. Cambridge, MA, Harvard University Press, 2005. A autora, psicóloga cognitiva de renome, explica como as pessoas, especialmente as que são inclinadas a fantasiar, podem “recordar-se” de acontecimentos que nunca ocorreram, e cuja exploração pode dar um objectivo a uma vida que consideram sem sentido.

II – O ESCÂNDALO

2.1. Os antecedentes

Como sucede em todas as sociedades cruéis, nós sobrecompensamos sendo extra-sentimentais a respeito das crianças.

Peter Hitchens, jornalista britânico ²²⁴

Talvez imagine [o pedófilo] como um velho sujo ou um rapazola com uma cicatriz na cara. Os pedófilos, ou abusadores sexuais em série de crianças, são de todas as idades, tamanhos, raças e classes sociais. Pode ser o pai e marido respeitável que mora na porta ao lado. Pode ser o Professor da Universidade local, ou o pastor de um grupo de jovens. Não pode identificar um abusador de crianças pela sua aparência.

Susan Maree Jeavons, defensora das crianças ²²⁵

Se todas as pessoas que têm um interesse sexual pelas crianças fossem identificadas, acho que ficariam espantados.

Tink Palmer, activista da protecção de menores ²²⁶

A caça ao pedófilo não surgiu espontaneamente no nosso País. Foi gradualmente construída durante anos, a partir de vagos rumores e de casos isolados de abusos verdadeiros ou imaginados. Em Fevereiro de 1988, por exemplo, o jornal *O Crime* dedicou quatro páginas a um comerciante portuense, Fernando Couto, que alegadamente aliciava rapazes dos 12 aos 16 anos, que encontrava nos bairros degradados, e a quem pagava para os fotografar em poses eróticas, que depois vendia a interessados, tanto em Portugal como no estrangeiro. Foi acusado de lenocínio (!) agravado e enviado para Custódias ²²⁷.

Mas a caça ao pedófilo só começou a ganhar algum terreno na sequência do caso do Padre Frederico, que deu muito que falar durante mais de um ano.

O Padre Frederico Marques Cunha, cidadão brasileiro de 41 anos, antigo secretário de D. Teodoro de Faria, Bispo do Funchal, foi detido em 16 de Maio de 1992 por suspeita do homicídio qualificado de um adolescente de 15 anos, Luís Miguel Correia, com quem teria mantido relações, e cujo cadáver foi encontrado nas falésias do Caniçal no dia 1. Insistiu sempre na sua inocência e, de facto, havia graves dúvidas sobre a sua culpabilidade ²²⁸; mas a opinião pública estava contra ele. Na mesma altura, a Madeira estava a ser “trabalhada” por uma campanha contra alegados abusos sexuais de menores, cuja verdadeira finalidade era atacar as autoridades do Governo Regional, e em especial Alberto João Jardim, cuja frontalidade já então incomodava o Governo de Lisboa. Assim, a realizadora sueca (portuguesa pelo casamento) Solveig Nordlund apresentou o filme *Até amanhã, Mário*, sobre um rapaz madeirense, em que se referia ao chamado “turismo sexual” na ilha; o Movimento do Apostolado das Crianças

²²⁴ Artigo no *Daily Mail* de 11.7.2010.

²²⁵ Cf. <www.suite101.com/article.cfm/child_abuse_and_recovery/92325>.

²²⁶ In *BBC News*, 9.12.2003 (<news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/magazine/3254382.stm>).

²²⁷ *O Crime*, 19.2.1988, p. 12-15.

²²⁸ *O Crime*, 15.9.2005, p. 8. Ver também CUNHA, Leonor Barros da – *Padre Frederico, meu filho*. Lisboa, Estar Editora, 1998. Um relatório do SIS referiu-se ao Padre Frederico, ilibando-o do homicídio, que atribuiu a actividades referenciadas de tráfico de droga. Já tinha havido nove mortes misteriosas no Caniçal (*O Título*, 9.6.1994, p. 4).

(MAC), animado pelo então Padre Edgar Silva (mais tarde apóstata e dirigente do PCP), andava a fazer campanha contra a prostituição infantil endêmica (e tradicional) no Funchal ²²⁹; e circulavam boatos sobre uma imaginária “rede de pedofilia”, a “rede de Temse”, inventada por um caçador de pedófilos excêntrico, Marcel Vervloesem, rede essa que teria uma base na cidade holandesa de Waalre e ramificações na Madeira – e que, na realidade, não passava de um clube de fotografia ²³⁰.

Como o Padre Frederico era homossexual, era preciso fazer dele um exemplo, e assim se fez. Foi condenado em 10 de Março de 1993 por um tribunal de júri a 13 anos de prisão – com base na “livre convicção” (Artº 127º do Código de Processo Penal), que é como quem diz, sem provas. Em 10 Abril de 1998 aproveitou uma saída precária do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus (Alcoentre) para fugir para o Brasil, de onde não podia ser extraditado, e ali fixou residência. O seu caso foi aproveitado por certas correntes político-sociais, com grande efeito. Em 16 de Outubro de 1993, por exemplo, a Sociedade de Psicologia Comunitária realizou em Angra do Heroísmo um seminário sobre prevenção de abusos sexuais de crianças, que concluiu que havia muito mais abusos do que se pensava, e que não havia em Portugal estruturas para os combater.

Mesmo assim, e apesar de casos esporádicos na Madeira e da publicidade dada a dois ou três estrangeiros, que fotografavam e filmavam menores em Lisboa e na Costa da Caparica em 1992 ²³¹ e 1997, o caso do Padre Frederico foi caindo no esquecimento. Todavia, continuou a montar-se pacientemente um ambiente de caça ao pedófilo ²³². Quando o jovem Carlos Alberto Rodrigues, de quase 15 anos, fugiu em 1 de Dezembro de 1997 do colégio do Instituto de Reinserção Social de Caxias, onde estava internado, e desapareceu, disse-se logo que tinha sido raptado por uma “rede de pedofilia”, boato que, estranhamente, a PJ não quis negar ²³³. Em Setembro de 2000, o Subinspector da PJ Luís Bordadágua ²³⁴ queixou-se ao *Jornal de Notícias* que “a Polícia portuguesa está de pés e mãos atadas pela legislação”, situação essa que considerava “sem sentido” e irritante. A PJ devia fazer como as Polícias estrangeiras, que “vasculham a Internet” e até podem servir-se de provocações, “fazer investigação encoberta, entrando como incitadores”. E as penas são irrisórias: “o máximo são dez anos de prisão, mas são precisas agravantes”. Ao menos que fosse como em França, onde o abuso sexual de menores “dá quase perpétua”. Da mesma opinião foi a Dr^a Cristina Soeiro, psicóloga do Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais (INPCC) ²³⁵: a lei “é aplicada de uma forma demasiado benevolente”; as penas são “pouco acentuadas”, e ainda por cima “já passou por casos em que as queixas foram retiradas”, o que era escandaloso e inaceitável ²³⁶.

²²⁹ Mesmo assim, o abuso sexual de menores é o crime menos praticado na Madeira (1,5%), segundo um relatório do Instituto de Reinserção Social (*Diário de Notícias*, 27.3.2004, p. 22).

²³⁰ O melhor que a Polícia pôde fazer foi abrir uma investigação a partir de dois fotógrafos naturistas holandeses, Robert van der Naaten e Norbert De Rijck, que visitavam frequentemente a Madeira, e levar a julgamento em 5.1999 Agostinho Garcês, de 73 anos, acusado de seis crimes de lenocínio, associação criminosa e tráfico de pessoas – uma insignificância, considerando que Vervloesem dizia que a “rede” teria nada menos que 340 vítimas!

²³¹ *O Título*, 23.7.1991, p. 2-3.

²³² Neste sentido, o Supremo Tribunal de Justiça começou a ser mais severo na avaliação dos recursos de condenados por abuso sexual de menores. Em 2.1997, por exemplo, um homem de 62 anos condenado por três crimes viu o seu recurso indeferido, devido à “necessidade de uma prevenção e reprovação cada vez mais rigorosa” desses crimes. E um acórdão de 6.2000 sublinhava que eram “prementes as necessidades de prevenção geral em ilícitos desta índole”, porque “a sua alarmante frequência (!) apela para juízos de censura rigorosos” (ABRUNHOSA, Ana Isabel (coord.) – *Dossiê Casa Pia*, p.171-172).

²³³ *Correio da Manhã*, 15.3.1999, p. 11.

²³⁴ Em 10.2001 já era Inspector-Chefe e assegurava a ligação com a Interpol. Aposentou-se em 2005.

²³⁵ Depois psicóloga e *profiler* da Escola da PJ, em Loures, especializada em abusos sexuais de crianças.

²³⁶ *Jornal de Notícias*, 10.9.2000, p. 18.

A ideia de utilizar a Casa Pia para este fim deve ter surgido no ano 2000, graças a um curioso episódio, que ficou na história com o nome de Processo de Oeiras (NUIPC 1815/97.0TAOER).

Um cidadão britânico de 63 anos, Michael John Burrridge, professor de Física na prestigiosa St. Julian's School, em Carcavelos, mantinha relações sexuais com alunos da Casa Pia que se dedicavam à prostituição nas horas vagas. “Mike”, como Burrridge era conhecido, levava rapazes de 14-15 anos para a sua vivenda em Santo Amaro de Oeiras, onde fazia sexo com eles e alegadamente os fotografava e filmava ²³⁷, pagando de 5 a 7 mil escudos a cada um. Quando lhe constou que a Polícia andava a interessar-se por ele, demitiu-se das suas funções no colégio – onde era estimado e considerado por todos e nunca tinha tido o mínimo procedimento contestável – em Setembro de 2000, justificando-se com problemas de saúde. Deixou o País, mas acabou por ser detido no Aeroporto de Casablanca (Marrocos) em 7 de Agosto de 2001 e extraditado para Portugal em 6 de Março do ano seguinte.

Dois dos rapazes que frequentavam a casa de Burrridge, Mário Pompeu A. e o seu amigo João Paulo Lavaredas ²³⁸, vieram a ser assistentes do processo Casa Pia, em que desempenharam um papel de relevo. Ambos eram problemáticos, causaram inúmeros problemas na instituição e trabalharam durante um certo tempo como prostitutas.

Burrridge foi julgado em Março de 2003, quando o escândalo da Casa Pia era discutido até à exaustão na comunicação social. Três quartos da acusação foram considerados improcedentes ²³⁹, mas como os Juízes notaram a sua “total ausência do mais leve indício de arrependimento, ou sequer de auto-censura” e decidiram “ser imperioso o recurso a um critério particularmente severo na escolha da medida da pena aplicável”, Burrridge foi condenado a dois anos e dez meses de prisão no dia 26, por actos homossexuais com dois adolescentes, ficando em liberdade a aguardar o recurso. O Supremo Tribunal reduziu-lhe a pena em 22 de Outubro de 2003 para dois anos e seis meses; mas, em Julho de 2005, arquivou o caso por o Artigo 175º do Código Penal, que penalizava as relações sexuais com rapazes dos 14 aos 16 anos, ter sido suspenso como discriminatório e inconstitucional, o que, aliás, a defesa do arguido há muito tinha proposto. Burrridge passou em seguida à clandestinidade.

Um amigo de Burrridge, o empresário aposentado Christopher Hugh Reynolds, de 72 anos, conhecido como “Pedro” pelos casapianos com quem teria também tido relações, foi acusado de dois crimes de actos sexuais com adolescentes e dois de abuso sexual de menores, todos eles alegadamente praticados na casa de Burrridge, mas acabou por ser absolvido quando ficou claro que as alegadas vítimas estavam a mentir ²⁴⁰. Um jovem toxicómano, Paulo Almeida, conhecido por “Paulinho”, que fora íntimo de Reynolds e era acusado de angariar os casapianos para os ingleses, foi absolvido de três crimes de lenocínio.

Se a Polícia não teve grande sucesso com este caso – apesar da colaboração do SIS, que chegou a distribuir telemóveis pelos jovens prostitutas a partir de 2000, para facilitar a investigação –, ficou pelo menos provado o que já toda a gente sabia: que havia rapazes da Casa Pia que se prostituíam. E se assim era, certamente deviam conhecer mais clientes. E esses conhecimentos podiam vir a ser úteis.

²³⁷ Burrridge negou que alguma vez tivesse fotografado ou filmado os rapazes. Nunca se encontraram provas de que o tivesse feito, o que o Ministério Público foi forçado a aceitar.

²³⁸ João Paulo Lavaredas veio a descrever à PJ as relações sexuais que teve com Burrridge com grande imaginação. O seu depoimento de 26.6.2000, na fase de inquérito do Processo de Oeiras, é um modelo de criatividade espontânea.

²³⁹ Os “meninos”, vários deles consumidores de droga e/ou delinquentes, acusavam-no de promiscuidade, bacanais e até mesmo lenocínio.

²⁴⁰ Apesar disso, foi incluído no famoso álbum fotográfico do processo Casa Pia, com o N° 76.

Mesmo assim, faltava ainda qualquer coisa para o esquema funcionar. Foi preciso invocar um episódio já esquecido, que ocorrera em 1982.

Era uma vez um rapaz casapiano de 14 anos, Jaime (Álvaro Jaime Pimenta), retornado de Lourenço Marques, que, tal como vários dos seus colegas, costumava prostituir-se nos Jardins de Belém. Foi aí que, em Setembro de 1981, conheceu o diplomata Jorge Ritto, com o qual iniciou uma relação sexual²⁴¹, paga com dinheiro, roupas e tabaco. A relação dava-lhe acesso ao apartamento de Ritto em Cascais, num quarto andar de um prédio da Rua Gonçalo Velho Cabral, cuja chave ele tinha. Jaime aproveitou esta facilidade da seguinte maneira: em 25 de Fevereiro de 1982, acompanhado do seu grande amigo e companheiro de prostituição Orlando Manuel Pereira, de 15 anos, que também mantinha relações com o diplomata, assaltaram o apartamento, roubaram comida, tabaco e roupas e deixaram a casa desarrumada. Antes de se ausentar em serviço para Angola, Ritto teve conhecimento do assalto e mudou a fechadura do apartamento, dizendo ao porteiro que só deixasse entrar Jaime com autorização sua por escrito.

Na tarde de 2 de Março de 1982, Jaime e a sua namorada Teresa (Fernanda Teresa de Sousa Correia), de 14 anos, resolveram fugir da Casa Pia²⁴². O incidente não era único nem sequer muito importante, mas as suas consequências foram mais que imprevisíveis.

A ideia inicial era fugirem para o Algarve, de onde Teresa procuraria ir ter com o pai, que estava emigrado na Suíça, mas os namorados não tardaram a perceber que não tinham dinheiro que chegasse. Jaime pensou então que talvez encontrassem dinheiro na casa de Jorge Ritto, a quem chamava “Tio Jorge” e que vivia em Cascais, e resolveram ir lá jantar e pernoitar. A pedido de Jaime, Teresa falsificou um bilhete de autorização de Ritto, que apresentaram ao porteiro, a quem disseram que eram sobrinhos do Embaixador, e o porteiro abriu-lhes a porta do apartamento.

O desaparecimento foi notado no Colégio Nun’Álvares por volta das 19 horas. Tendo sido informados por Orlando da possível localização dos furtivos, dois educadores da Casa Pia, Maria Isabel Evangelista Mendes e o Engenheiro Francisco Góis Faria, deslocaram-se ao apartamento de Jorge Ritto, acompanhados de um guarda da PSP de Cascais, que acabou por não ser preciso, visto o porteiro ter-lhes facultado a entrada.

Os dois furtivos foram encontrados vestidos e recostados num sofá, a fingir que estavam a dormir. Foram levados de volta para a Casa Pia na mesma noite. Os educadores fizeram um relatório escrito do sucedido, que foi entregue à Directora do Colégio Nun’Álvares, Arquitecta Maria Jorge Canto Brandão²⁴³, no dia seguinte.

Em 9 de Março, portanto uma semana mais tarde – o que confirma que uma fuga de alunos, ou pelo menos daqueles alunos, não era uma coisa assim tão incomum²⁴⁴ –, a Directora Maria Canto Brandão chamou Jaime, Orlando e outro rapaz, José Carlos Santos, que tinha ajudado a localizar os furtivos, para os interrogar sobre o incidente, na presença de dois educadores. Os rapazes deram várias indicações sobre o que costumavam fazer nos Jardins de Belém e admitiram ter tido relações com Ritto.

²⁴¹ Esta relação, segundo Jaime declarou em 28.2.2003, manteve-se para além do incidente aqui descrito: mais precisamente, até 1986.

²⁴² Orlando e a sua namorada estiveram para fugir com Jaime e Teresa, mas mudaram de ideias à última hora (depoimento de Fernanda Teresa Correia de 15.3.2006)..

²⁴³ Tinha tomado posse do cargo há pouco tempo. Em 1983, por decisão de Teresa Costa Macedo, foi substituída por uma comissão e passou a prestar serviços na Provedoria.

²⁴⁴ De facto, parece que havia casos em que um aluno desaparecia para parte incerta durante dias, “sem os educadores saberem onde estava” (*Acórdão*, p. 888).

Como Jorge Ritto era diplomata de carreira – e ainda por cima o apartamento que usava pertencia a um colega no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Caimoto Duarte ²⁴⁵, que viria a ser Director Geral do SIEDM – o Provedor da Casa Pia, Capitão de Mar e Guerra João Baptista Comprido, desejo de evitar implicações políticas, enviou em 19 de Março os relatórios à Secretária de Estado da Família, Teresa Costa Macedo ²⁴⁶, que detinha a tutela da Casa Pia. Esta decidiu quatro meses depois, em 22 de Julho, encarregar o seu Chefe de Gabinete de remeter todo o material relativo ao incidente à Directoria de Lisboa da Polícia Judiciária, que o recebeu a 12 de Agosto e o entregou no dia seguinte à Inspectora Maria Leontina Fernandes, que abriu um inquérito.

O ofício recebido pela PJ comunicava que os Jardins de Belém estavam “infestados de homossexuais que procuram aliciar menores a cargo da Casa Pia de Lisboa” e pedia que fossem tomadas providências “a fim de evitar a continuação desta situação”. O ofício tomava como ponto de partida o incidente de Jaime e Teresa, a que deu ênfase bastante exagerada:

Constantemente alunos nossos aparecem com bastante dinheiro, afirmando colegas seus que este é proveniente dos “picos” [sic]. Alguns já chegaram a desaparecer durante dias, vindo depois a saber-se que tinham estado em casa de um tal Sr. Ritto ²⁴⁷.

Foram feitas diversas inquirições, vários rapazes foram interrogados – mas não Jaime, que nessa altura já se tinha ausentado para o estrangeiro, assim como Teresa ²⁴⁸ –, estabeleceu-se que diversos casapianos andavam a prostituir-se e que Jorge Ritto teria tido relações com Jaime e Orlando, e o processo foi concluído em 19 de Julho de 1983 e remetido à Comarca de Cascais para eventual procedimento legal contra o diplomata. Este foi inquirido e negou quaisquer actos sexuais com os menores, que, afinal, já eram maiores de 14 anos. Como não havia matéria suficiente para deduzir uma acusação, o processo foi naturalmente arquivado em 11 de Fevereiro de 1987, por despacho da Procuradora Maria do Carmo Peralta Couto dos Santos ²⁴⁹.

O processo foi destruído, juntamente com outros, em 6 de Abril de 1993. Todavia, cópias parciais sobreviveram, nomeadamente no Ministério dos Negócios Estrangeiros, e não só foram apenas ao processo Casa Pia como também chegaram às mãos do *Correio da Manhã*, que lhes dedicou uma extensa reportagem no número de 28 de Novembro de 2002.

²⁴⁵ Caimoto Duarte emprestou a Ritto o apartamento, que comprara em 1978, e este utilizou-o de 1980 a 1990, quando estava em Portugal. Em 1990 o apartamento foi vendido (*O Independente*, 14.3.2003, p. 30).

²⁴⁶ Foi neste facto que Costa Macedo se baseou para dizer em Tribunal, em 29.1.2007, que Baptista Comprido lhe teria dito que uma das pessoas que apareciam nas fotos da casa de Jorge Ritto era Carlos Cruz. Esta nova versão para comprometer o apresentador não chegou a convencer o Tribunal, que lhe fez notar as contradições entre este depoimento e os anteriores.

²⁴⁷ *Despacho de Pronúncia*, p. 101.

²⁴⁸ Mas não antes de a mãe a castigar, quando soube da aventura dela: “A minha mãe soube do sucedido, foi-me esperar à escola. E à frente de todos os meus colegas deu-me uma valente tarefa. Fiquei praticamente toda negra [...] Foi por eu ter fugido, por ter estado num apartamento, e estive uma ou duas semanas sem ir ao fim de semana a casa que eu costumava” (depoimento de Fernanda Teresa Correia de 15.3.2006). Foi por esta altura, disse mais adiante, que deixou de andar com Jaime.

²⁴⁹ Depois de começar o escândalo da Casa Pia, insinuou-se que o despacho de arquivamento teria sido falsificado. Maria do Carmo Peralta Couto dos Santos desmentiu veementemente em 4.12.2002 este boato, que se baseava numa interpretação errónea do que dissera numa entrevista, e que se destinava a impor ao público a ideia de haver gente tão poderosa que até falsificava documentos legais para proteger os pedófilos (cf. também depoimento de Maria do Carmo Peralta de 8.2.2007). Mas o Conselho Superior do Ministério Público decidiu abrir-lhe um processo disciplinar. Maria do Carmo Peralta conseguiu superar a situação e veio a ser Procuradora Geral Adjunta e Coordenadora da Comissão Fiscalizadora dos Centros Educativos para jovens delinquentes.

Formatada: Justificado

Formatada: Português (Portugal)

No dia seguinte, o mesmo jornal publicou uma entrevista telefónica de Tiago Sousa Dias com Fernanda Pimenta (“Maria C.”), mãe de Jaime. Depois de afirmar que “estou com medo. Não quero recordar esse tempo. Não quero ser assassinada”, lá condescendeu em “contar”, ou antes, inventar “algumas coisas”. Falou de uma “rede de prostituição infantil” e afirmou que Jaime “teve de fugir de Portugal para não ser morto”. “Esses senhores eram muito poderosos e continuam a ser”. E não ficou por aqui:

O que interessa é que o meu filho agora está bem. Tem um bom emprego e não pensa voltar a Portugal. Só que continua muito traumatizado com aquilo que o obrigaram a fazer.

Ele era um santo. Lembro-me que, muitas vezes, chegava ao pé de mim a chorar, dizendo que estava farto de ser maltratado. Era por isso que estava sempre a fugir da Casa Pia.

Acrescentou que estava a par das actividades de Jorge Ritto. E que Jaime fora também vítima de Carlos Silvino: “O ‘Bibi’ violou-o e eu não pude fazer nada”. Enfim, tanta coisa contou que hoje, com grande parte da documentação oficial já acessível, um investigador consciencioso não pode deixar de concluir que a imaginação da entrevistada sobrepôs-se muito largamente à realidade²⁵⁰.

O que realmente aconteceu foi que um dos rapazes interrogados pela PJ em 1982, José Carlos Santos, afirmou que entre os amigos de Ritto contava-se Carlos Cruz, “que trabalhava na televisão”, e acrescentou que o Jaime tinha uma vez “dado uma banhada” a Carlos Cruz na casa de Ritto, ou seja, tinha-lhe roubado dinheiro. A própria PJ não deu grande valor a esta informação, por saber que o rapaz nada dissera sobre isto quando fora interrogado na Casa Pia – e fez muito bem, porque o rapaz admitiu mais tarde que era uma “treta”. Carlos Cruz foi inquirido em 1984 mas nem sequer foi constituído arguido, e o assunto ficou por ali. Durante quase vinte anos.

O episódio, apesar de já ter prescrevido, seria ressuscitado em 2002 pelos responsáveis pela montagem do processo Casa Pia²⁵¹. O que fizeram com uma imaginação e liberdade artística notáveis.

²⁵⁰ Jaime Pimenta chegou a ser inquirido. Estava nessa altura emigrado em Lyon (França). Não mostrava indícios de traumatismo e não disse nada sobre Carlos Silvino. Manteve a relação com Jorge Ritto até 1986, e declarou que apenas se encontrava com ele no seu apartamento, nunca tendo participado em bacanais. Admitiu que, mesmo depois de deixar a Casa Pia, continuou a prostituir-se durante algum tempo (inquirição de Jaime Pimenta de 28.2.2003).

²⁵¹ Cf., por exemplo, o *Correio da Manhã* de 2.2.2003.

2.2. O estado da Casa Pia

A Casa Pia de Lisboa [...] debate-se hoje com uma crise institucional grave, com problemas de autoridade, de pedagogia, de moralidade – a indisciplina, a homossexualidade e a droga são três dados da maior importância – que, de algum modo, são o pano de fundo e a causa de outras situações.

Relatório de 1980, assinado por José Alberto Pereira Monteiro

O Estado não está contente com ter criado na Casa Pia um caldo de cultura para a prostituição infantil? Com ter deixado crianças à mercê de abusadores? Com tê-las privado, numa sociedade de consumo, dos mais elementares meios de acesso a diversão, a roupas adequadas ao processo de socialização, a guloseimas? Não tinham família, não tinham quem os protegesse, não tinham quem lhes prestasse atenção individualizada, não tinham uma semanada com que comprar um par de ténis, uma ida ao cinema, umas calças de marca [...] Não se estava mesmo a ver que havia de aparecer quem lhes desse dinheiro, os levasse ao cinema e a pastelarias?

Rui Falcão de Campos, advogado de Francisco Alves ²⁵²

As notícias transmitem factos que já aconteciam muitas vezes, com uma dimensão que considero desproporcionada. A comunicação social teve um papel muito importante no desvendar do processo Casa Pia, mas agora chega. É bom que possamos todos começar a pensar em coisas diferentes.

Catalina Pestana, antes de se dizer “mãe extremosa” ²⁵³

Não há nenhum escândalo da Casa Pia. A Casa Pia está cheia de saúde e de vontade de fazer reformas.

Dr. Fernando Negrão, Ministro da Segurança Social ²⁵⁴

A velha e prestigiosa Casa Pia de Lisboa tinha na altura cerca de 1.300 funcionários e 5.146 alunos, dos quais 4.492 eram semi-internos e 654 internos. Destes, 65% eram rapazes; 44% tinham menos de 12 anos, 43% de 13 a 16 anos, e 13% mais de 17 anos. Os alunos, que inicialmente dormiam em camaratas ²⁵⁵, foram seguidamente distribuídos por vários Lares em seis Colégios, que nesta altura eram os seguintes:

Colégio Pina Manique – Lares Alfredo Soares ²⁵⁶, Augusto Poiares, Gil Teixeira Lopes, Maldonado Gonelha e Martins Correia;

Colégio Nun'Álvares – Lares Albino Vieira Rocha, António Bernardes ²⁵⁷, Mulher Casapiana, Pedro Guedes ²⁵⁸ e Santa Rita;

²⁵² Em arguição de 9.3.2004.

²⁵³ Entrevista ao jornalista António Marujo, no *Público* de 24.3.2003. O papel de “mãe extremosa” teve desde o início o apoio de Pedro Strecht, que afirmou: “Todos nós também temos que nos assumir como pais destas crianças [...] da mesma forma que a Provedora assume o papel de mãe e tem que proteger aqueles meninos” (*DNa*, 19.4.2003, p. 18).

²⁵⁴ *24 Horas*, 23.12.2004, p. 56. Afirmação proferida no dia anterior, durante o jantar de Natal da Casa Pia. Fernando Negrão substituiu Bagão Félix como Ministro da Segurança Social.

²⁵⁵ As camaratas foram extintas em 1980.

²⁵⁶ Desmantelado em 2001, ao que parece por graves problemas de indisciplina e consumo de drogas.

²⁵⁷ Anteriormente chamado Lar Gansinhos.

Colégio D. Maria Pia – Lares Cândido de Oliveira ²⁵⁹, Domingos Sequeira, Luz Soriano, Venceslau Pinto e Viriato Augusto Tadeu, e, no exterior, Lares Areia Branca, na Lourinhã, João Inácio Ferreira Lapa, em Algueirão, José Neto, em Chelas, e Santo António, em Xabregas ²⁶⁰;

Colégio Nossa Senhora da Conceição – Lar S. Francisco de Sales;

Colégio Santa Catarina – Lares Clemente José dos Santos, João José de Aguiar ²⁶¹, Joaquim José Branco e Santa Isabel;

Colégio Santa Clara – Lares António do Couto e Francisco Soares Franco.

Havia ainda o Instituto Jacob Rodrigues Pereira, para surdos-mudos, com os Lares Cruz Filipe e S. Marçal; o Colégio António Aurélio da Costa Ferreira, para menores com deficiências auditivas e visuais; a Escola Agrícola Francisco Margiochi, na Quinta do Arrife (Alcanena), com um polo na Paiã (Pontinha) ²⁶²; e um Centro Educativo e de Apoio Social no Monte da Caparica.

Mas a Casa Pia já não era a respeitável instituição de antes do 25 de Abril. A administração da casa tinha problemas que, num ambiente normal, seriam intoleráveis ²⁶³. Havia ódios exacerbados entre funcionários; os boatos e mexericos eram tão comuns que nem mereciam reparo. A disciplina interna estava descontrolada, situação esta que os responsáveis não conseguiam remediar. Havia equipas de educadores, encarregados de vigiar os educandos, mas, a partir das 22.00h, os educadores que não pernoitavam nos Lares ²⁶⁴ iam-se embora, e os educandos internos ficavam ao cuidado de um monitor, geralmente um aluno mais velho, de quem se esperava que mantivesse a disciplina. Claro que tal não acontecia. Segundo contou Francisco Guerra:

No fim do dia, os educadores iam para casa e era o aluno mais velho de cada lar que, em teoria, zelava pelos outros durante a noite. Mas o que acontecia é que, mal os educadores saíam o portão, no lar começava a rebaldaria. Fazíamos guerras de almofadas, íamos fumar para a rua e assaltávamos a despensa. O aluno mais velho? O que supostamente ficava a tomar conta de nós? Bom, na maior parte das vezes era mesmo ele quem se portava pior e o que tinha mais ideias para fazermos disparates. Ficávamos completamente entregues a nós próprios ²⁶⁵.

Apesar dos enormes problemas, que afectavam sobretudo os educandos internos e semi-internos, notava-se bastante dedicação da parte da maioria dos educadores, e a instituição continuava, em teoria, a seguir a evolução dos educandos com apoio pedagógico e psicológico e assistência médica, e a dar-lhes possibilidades de seguirem diversas actividades extra-curriculares. Sem a dedicação dos funcionários, que davam continuidade ao 'espírito casapiano', a instituição teria desabado, sobretudo perante o desinteresse da classe política, que tinha mais que a preocupasse.

²⁵⁸ Anteriormente chamado Lar Azul.

²⁵⁹ Anteriormente chamado Lar Novo.

²⁶⁰ Incluía também o Lar Francisco dos Santos, que foi desactivado na década de 1990. O Lar Venceslau Pinto era anteriormente conhecido como Lar dos Submarinos, designação que ainda aparece alguns documentos do processo.

²⁶¹ Os dois primeiros Lares só foram criados em 1.2002.

²⁶² Cf. *Despacho de Pronúncia*, p. 96-97.

²⁶³ *Acórdão*, p. 891-892.

²⁶⁴ Em vários casos, tinham reivindicado horas extraordinárias para este serviço, o que lhe foi recusado pela tutela.

²⁶⁵ GUERRA, Francisco – *Uma dor silenciosa*, p. 56-58.

A anarquia nas instituições que recebiam menores era comum nas duas décadas que se seguiram ao 25 de Abril ²⁶⁶, mas a Casa Pia teve sempre um problema fundamental: como muitos educandos vinham de famílias desfeitas e meios desorganizados e tinham graves carências de educação social, a disciplina era-lhes inculcada através de castigos corporais, que eram necessários mas que nos anos 80 e 90 já não eram aceitáveis. Em 1998, por exemplo, o Mestre Américo Henriques agrediu um aluno mal comportado do Colégio Pina Manique, Rui F., de 13 anos. “O Mestre perguntou-me o que eu queria ser na vida”, disse o rapaz, “e disse-me que eu não ia ser nada, e continuou a bater-me, levantando-me do chão pelos cabelos”. Rui F. apareceu em casa com o nariz e os lábios inchados, foi assistido no Hospital S. Francisco Xavier, e apresentou queixa. O Mestre Américo teve um processo disciplinar e foi suspenso por 90 dias; mas recorreu, e a pena foi suspensa por dois anos ²⁶⁷. Outros educadores não hesitavam em agredir os educandos, chegando até a deixar marcas das agressões ²⁶⁸.

Pior ainda, os castigos corporais eram muitas vezes indiscriminados e aplicados pelos educandos mais velhos. Como Manuel Abrantes veio a recordar à psicóloga clínica Maria Ercília Duarte:

Chorou muito no primeiro dia. Foi acordado à paulada por um aluno mais velho, porque era dia de banho e acordava-nos com... uma caninha. Mas uma semana depois já conhecia os cantos à casa. Acabou ali o choro mas ficou a reserva ²⁶⁹.

Carlos Silvino também contou alguma coisa sobre o que costumava acontecer, embora com os exageros requeridos pela estratégia da defesa de então:

Era assim que se fazia, éramos amarrados na cama, havia vigilantes que marcavam o ponto e não faziam o serviço lá, portanto, na Instituição e iam-se embora, e depois, portanto, éramos amarrados na cama com os olhos vendados, as mãos atadas e as pernas também amarradas na cama e eles faziam pouco de nós, a mim e aos meus sete colegas, portanto, que eu conheço-os todos, ainda são vivos, graças a Deus, conheço a eles, não sei onde é que eles estão a morar, mas faziam pouco de nós, portanto sexo anal, oral e masturbação [...]

Podia fazer queixa ao chefe de disciplina, o chefe de disciplina dava-me murros, pontapés, os alunos mais velhos mandavam-me com pedras, assim que nós fazíamos queixa ao chefe de disciplina, para não haver, portanto, denúncias nos outros colegas mais velhos, para não sabermos, portanto... nem os mais novos, portanto, serem mais sacrificados, por causa disso é que eles batiam-nos e mandavam-nos pedras e nós fugíamos. Faltei muitas vezes às aulas, tirei a quarta classe, só fiquei com a quarta classe, tinha muita dificuldade em ler, ainda hoje praticamente tenho dificuldade em ler ²⁷⁰.

A ascendência disciplinar dos educandos mais velhos deu certamente origem a abusos, sobretudo nos períodos da noite, em que não havia vigilância de educadores ou funcionários. Criou nos educandos estratégias de auto-defesa que passavam por mentir, enganar e roubar, e nem sempre quando era necessário, o que afectava negativamente o desenvolvimento da

²⁶⁶ Veja-se, por exemplo, o caso da Escola Profissional de Santo António, em Izeda (Bragança), cuja Directora, seguindo o modelo pedagógico permissivista, “deixa fazer tudo o que os meninos querem” (*Público*, 28.5.1991, p. 58-59).

²⁶⁷ *Expresso*, 14.12.2002. Parece que o Mestre Américo era rigoroso com os educandos: “Aquele indivíduo já agrediu colegas seus, raparigas incluídas [...] ao ponto de os deixar marcados” (inquirição de Pedro S. de 5.2.2003). Uma carta anónima recebida por Catalina Pestana em 27.12.2002 já se referia a “grandes tarefas” que o Mestre Américo dava a alunos mal comportados. José Maria Martins referiu-se a um caso em que um rapaz de 9 ou 10 anos teria sido agredido pelo Mestre Américo com um pontapé, que lhe fracturou umas costelas (depoimento de Fernando Santos de 3.11.2006).

²⁶⁸ Cf., por exemplo, a inquirição de César P. de 12.3.2003.

²⁶⁹ Depoimento de Maria Ercília Duarte de 22.11.2007.

²⁷⁰ Depoimento de Carlos Silvino de 19.1.2005.

personalidade. Haveria mesmo casos de expressão sexual imposta aos mais novos, o que não é para admirar numa comunidade restrita como aquela. Ou casos em que os mais novos eram encaminhados, ou antes desencaminhados, para essas práticas.

Das situações que mais o marcaram [ao inquirido] foram as relações sexuais entre os vários alunos, todos eles com idades compreendidas entre os oito e os catorze anos, as quais eram incentivadas e observadas pelo então educador [...] Na sua opinião, tal iniciação visava mais do que um simples divertimento, mas a preparação daqueles miúdos para práticas homossexuais com adultos ²⁷¹.

O próprio Adelino Granja contou ao *Diário de Notícias* que era comum os educandos mais novos serem brutalizados, como se fossem escravos; e até os que tinham um “batata”, ou educando mais velho, para os proteger tinham que pagar a protecção com trabalho ou sexo ²⁷².

Mas o problema só começou a agravar-se cada vez mais a seguir ao 25 de Abril, embora mais tarde se tentasse, por razões ideológicas, reescrever o passado. Uma carta enviada ao *Notícias da Amadora* em 11 de Dezembro de 2002, por exemplo, dizia que:

Haveria uma teia de cumplicidades dentro do “chamado” Estado Novo (Salazar e Caetano) quanto aos serviços sexuais prestados por meninos casapianos.

Estes serviços sexuais terão sido prestados pelos meninos da Casa Pia a reis exilados, a diplomatas e até a um bispo de Lisboa. Também a turistas e mecenas que dotaram a Casa Pia de certos equipamentos...

Ressuscitou-se até um episódio passado no início da década de 1970. Um milionário americano, Kenneth M. Rogers, conhecido como ‘Ken’, teria encetado relações com a Casa Pia em Novembro de 1964, dando-lhe ajuda caritativa, que, três décadas mais tarde, foi interpretada como pretexto para actividades de pedofilia. Felícia Cabrita, num artigo publicado no *Expresso* de 18 de Janeiro de 2003, ligava-o a uma “organização norte-americana fictícia” chamada American Medical Aid to Children Overseas (AMACO), que seria uma cobertura para uma “rede de pedofilia”. Há aqui uma grande confusão: a organização não era fictícia; ainda hoje existe, chama-se American Overseas Medical Aid Association (AOMAA) e é perfeitamente respeitável. A AMACO também existe; é um fabricante americano de material de trabalhos manuais, que nunca teve, nem de perto nem de longe, nada a ver com a Casa Pia.

Enfim, graças à familiaridade de Ken Rogers com a instituição, dois rapazes de 15 anos teriam sido enviados em Outubro de 1970 para os Estados Unidos, alegadamente para serem abusados, com o consentimento do Provedor José Francisco Rodrigues ²⁷³. Este, ao ser entrevistado por Cabrita em Janeiro de 2003, declarou: “Nunca recebi qualquer tipo de suborno desses senhores. Apresentavam-se como fazendo parte de uma organização humanitária e ajudaram-nos muito. Nunca desconfiei deles”. E, para fazer prova do que dizia, entregou a Cabrita a documentação que possuía sobre o assunto, e que demonstrava que alguns boatos levantados por funcionários careciam de fundamento.

A jornalista contou assim a anuência do Provedor a estas viagens ao estrangeiro: “Os dois alunos eram de idade aproximada à do filho do presidente da Amaco, Dr. Lawrence McCarthy, e flagrantemente parecidos com ele. Esperava, pois, que fossem do seu inteiro agrado”. Isto é, evidentemente, um erro; o Dr. Lawrence T. McCarthy, que tinha nesta altura 49

²⁷¹ Inquirição de Carlos Macedo de 31.10.2003.

²⁷² *Diário de Notícias*, 8.1.2003, p. 18.

²⁷³ Cabrita sublinhou que a autorização da DGS para a emissão do passaporte foi obtida em tempo recorde, assim como o visto da Embaixada dos Estados Unidos, o que sugeria cumplicidades nas altas esferas. Talvez nascessem daqui os boatos sobre Frank Carlucci, que, todavia, só viria a ser Embaixador quatro anos depois.

anos ²⁷⁴, era um dentista distinto e muito respeitado, veterano de duas guerras, católico praticante, casado e com três filhas; não tinha nenhum filho varão.

O Padre António Emilio Figueiredo, na altura capelão da Casa Pia ²⁷⁵, ouviu dizer que Ken Rogers, o “amigo americano” como era conhecido, “levava os miúdos para um hotel e dormia com eles. Dava-lhes banho, dava-lhes prendas, beijava-os, fazia o que queria e o que lhe apetecia”. Não falou com os menores nem com Rogers, mas pediu aos educadores que gravassem depoimentos. O Padre teria entregado as gravações à Directora Geral da Assistência, que as passou à Subsecretária de Estado da Saúde e Assistência Social, Maria Teresa Lobo:

Não foram à mão de ninguém na Provedoria da Casa Pia. Se fossem, tinham desaparecido. Não sou parvo. Queriam abafar tudo. Não falei nada com eles. Fui logo directo à Subsecretária de Estado, que me mandou chamar.

A Senhora Dr^a Teresa Lobo instaurou um processo no Tribunal de Menores. Como o processo depois foi arquivado, o Provedor da Casa Pia, José Francisco Rodrigues, que ficou livre da acusação que lhe faziam de ele colaborar com o pedófilo, mandou-me embora. Foram influências políticas. Foi a política que se meteu no assunto e fizeram arquivar o processo ²⁷⁶.

Não se sabe o que se passou na realidade. O mais certo foi o Padre António ter sido transferido porque se dirigiu directamente à Subsecretária de Estado, ultrapassando a cadeia de comando e justificando o seu acto por desconfiar do Provedor, que acusava de cumplicidade em actos de certa gravidade. Era evidente que nenhum Provedor o quereria lá, depois disto. Houve um processo de averiguações no Tribunal de Menores, que não recolheu provas suficientes ²⁷⁷.

É engraçado ver como esta narrativa foi remodelada para sublinhar a justeza da condenação dos arguidos do processo Casa Pia. Logo a seguir à leitura da sentença, Mário Crespo reuniu Felícia Cabrita, Pedro Namora, Adelino Granja e o Mestre Américo Henriques num longo programa especial para “um dia especial”, transmitido pela SIC. Depois de Namora louvar Mestre Américo e Felícia, que “estará sempre no coração dos casapianos”, a dita Felícia contou uma longa história, uma história fantástica e assaz baralhada. Referiu-se a uma “rede” de pedófilos americanos,

milionários, a maior parte deles médicos, que entravam e saíam da Casa Pia com todo o à-vontade, que, aliás, chegavam num avião particular, nos anos 60, e que iam camionetas, carrinhas da Casa Pia, com garotos, esperá-los ao aeroporto, por muitos testemunhos, aliás, depois, de casapianos, funcionários dessa época, foi possível reconstituir, havia orgias na praia, numa das praias onde os miúdos, não era a praia de Colares, era mesmo, seria a de Colares, mas era numa colónia de férias. Vários destes funcionários foram tentando denunciar, e a dada altura da minha investigação, não foi no início, mas foi o filho de um dos Provedores que me traz uma série de material que o pai tinha em casa ²⁷⁸, o senhor acabou por morrer pouco depois, onde havia imensos elementos destes, cartas, correspondência dos americanos, e uma coisa espantosa,

²⁷⁴ Aposentou-se em 1985 e faleceu em 9 de Dezembro de 2003.

²⁷⁵ Entrou como capelão em 1963. Quando rebentou o escândalo da Casa Pia, o Padre António prestava assistência na Santa Casa da Misericórdia das Caldas da Rainha. Não tardou em revelar à imprensa o que fizera na altura e a culpar os que, segundo ele, colaboravam com os “pedófilos”. Disse-se mais tarde que ele estava a par de tudo mas que estava limitado pelo segredo da confissão, o que não se confirmou.

²⁷⁶ Cf. <www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=2746>.

²⁷⁷ Num artigo publicado no *Expresso* de 30.11.2002, Felícia Cabrita insinuou, com base numa informação anónima (uma antiga professora do Colégio Pina Manique, escreveu ela), que o processo tinha sido arquivado e depois destruído na PJ por ordem do então Presidente Américo Thomaz. Não há nada que indique que tal interferência alguma vez aconteceu.

²⁷⁸ Em 26.2.2003, Felícia Cabrita entregou no DIAP a “documentação que lhe foi dada pelos herdeiros do Provedor Peixoto [sic] Simões”, e que ficou a ser o Apenso AG. Não tinha nada de relevante para o processo.

que me fez, foi uma das coisas que me abalou imenso neste processo, tem várias histórias horríveis, mas eu lembro-me de uma espécie de uma revista, americana, desculpem, eu às vezes troco-me, mas estamos a falar de americanos, uma empresa que eles tinham, eles apresentavam-se como uma associação para as crianças desfavorecidas do Terceiro Mundo, não é, portanto, não sei se nós éramos considerados Terceiro Mundo, e era nessa dita revista que davam exemplos de casos bem sucedidos, e de como eles eram uns beneméritos em determinados países.

Um dos exemplos que dão, a determinada altura, era um jovem que tem um problema no coração, é um problema grave, os médicos da Casa Pia aconselham a não ser operado, estes americanos, que já levavam, curiosamente, muitos jovens da Casa Pia, numa altura em que a nossa convivência com o Leste, tão apertada, conseguiam levar de um dia para o outro, eles tinham casas, também, tinham uma casa na Jugoslávia, e portanto a PIDE passava, queria, tinham os passaportes, os miúdos, à época, aliás, todas essas peças eu depois entreguei em Tribunal. E em relação a este jovem, falei com a família e com pessoas da época, diz que era um jovem muito feliz, tocava viola, tinha de facto aquele grande problema, que o limitava em termos físicos, e a dada altura os americanos convencem a Casa Pia a levá-lo, primeiro queriam levá-lo para os Estados Unidos para ser operado, aliás coisas que também fizeram com os surdos, e depois ele acaba por ser, por ir para Madrid, se não me engano para a clínica lá para as... e acaba por morrer. Este corpo chega a Portugal, é enterrado, não se sabe o que se passou com o jovem, mas o que é curioso é que, nesta revista americana, eles davam este como um caso de sucesso.

Este foi um dos jovens que foi retirado de Portugal, um grupo pedófilo, isto depois dá origem, há várias denúncias feitas, funcionários, eu penso que o Padre António também, há um processo que corre no Tribunal de Menores em 82, aliás, eu depois de ter feito esta reportagem, de imediato a Teresa Costa Lobo [sic]²⁷⁹, que era à época Secretária de Estado, portanto, com a pasta, vir confirmar tudo isto e, se não me engano, também disse que o processo também teria sido... destruído. Em que as crianças da Casa Pia eram levadas para o hotel, nomeadamente o Hotel Félix, ou Fénix, Fénix...

“O Embaixador... e o Embaixador também”, acrescentou aqui o Mestre Américo²⁸⁰, que, pelos vistos, estava encarregado das deixas.

...escolhidas a dedo, para satisfazer o apetite destes senhores, e da rede a nível internacional de pedófilos, aliás, também, há uma coisa que eu encontro muito mais tarde...

Nova interrupção do Mestre Américo, a lembrar que o “cabecilha” da tal rede era Ken Rogers²⁸¹. E assim por diante. Esta tristeza até fez Mário Crespo rir-se. E logo no início.

*
* *

Felícia Cabrita contou também a história de um indivíduo anónimo, de mais de 50 anos, que dizia ter sido aluno da Casa Pia na década de 60:

Tive o azar de passar pelas mãos dos mais velhos, de 15, 16 ou 17 anos. Eles eram os chefes de camarata, cada um com um grupo de miúdos que tinham que lhes obedecer. Davam o parecer para termos saídas, e por isso tínhamos a preocupação de lhes agradar [...] Era uma espécie de coroa de glória quando um chefe tinha conseguido dar a volta a todos os miúdos. No dia seguinte, éramos alvo de chacota,

²⁷⁹ Confundi Teresa Costa Macedo com Maria Teresa Lobo, nomeada Subsecretária de Estado da Saúde e Assistência Social em 1971.

²⁸⁰ Seria mais uma tentativa de comprometer o antigo Embaixador americano Frank Carlucci?

²⁸¹ Cf. <www.youtube.com/watch?v=zdtu3c7U040&feature=related>.

pois já não éramos puros, já tínhamos ido ao castigo. Depois de termos sido possuídos pelos chefes, tínhamos de ir das camaratas para os balneários, e aí era o grande regabofe com os mais velhos. Julgo que depois do 25 de Abril as coisas terão melhorado, e isto já não será a cem por cento. Mas antes não havia hipótese ²⁸².

Isto, evidentemente, era fantasia. Nos anos 60 ainda havia um mínimo de disciplina e tais comportamentos, sendo descobertos, não eram tolerados, nem mesmo durante o marcellismo decadente. Mas depois veio a revolução. O Provedor Dr. António Correia de Barros foi saneado em Maio de 1974, e o novo Provedor, Dr. José Augusto Pereira Neto, afecto ao Movimento de Esquerda Socialista (MES), só tomou posse em Outubro. Por essa altura, já a Casa Pia estava em franca desorganização, e os métodos permissivistas de Pereira Neto ²⁸³, associados às reformas controversas que quis introduzir, só pioraram a situação. Trinta anos depois, Catalina Pestana iria recordar assim o que se passava:

Os funcionários mais antigos deixaram de actuar, e eu vi alunos com mesas de fórmica na mão, virados para funcionários ou para professores, em situação de capacidade de desencadear uma batalha campal [...] Estava em Santa Catarina que é ao pé do Cais do Sodré, que se trocava droga por maçãs, havia muita droga [...]

Até ela foi levada pela descontração da época, o que não era de admirar para quem a conhecia:

Fizemos mesmo algumas ilegalidades, ao tempo não eram... não se preocupem, ocupámos uma casa na Rua Washington que era... estava fechada, e era dos Serviços de Protecção aos Tuberculosos, lembram-se? [...] Levámos os meninos, fomos lá, era do Estado, não fazia mal, estávamos fartos de pedir... depois pronto, o Estado... a gente pôs lá os miúdos ²⁸⁴.

José Pires, antigo Director do Colégio D. Maria Pia, recordou-se da situação que se vivia quando tomou posse do cargo:

O país estava numa situação anarquizada naquela altura. Os meninos queriam fazer tudo o que lhe dava na real gana, uniam-se inclusive para nos expulsar, e tudo o que eram exigências eles não as assinavam nem as queriam. Saltavam os muros [...] O nosso objectivo principal foi deixar as grandes camaratas e avançar para os pequenos lares, porque a prostituição que existia, eles diziam-nos, as 3 da manhã. Onde é que vocês foram? Vocês não podem saltar, não podem sair daqui! E eles diziam-nos: fomos aos picos. Isto em pleno 75, miúdos de 13/14 anos ²⁸⁵.

Toda a Casa Pia estava na mesma situação caótica. No Colégio Pina Manique, por exemplo,

os acontecimentos ficam-se pela proliferação da droga entre os rapazes, pela homossexualidade (há rapazes que fazem o "trottoir" nos Jardins de Belém, madrugada fora), pela generalização dos roubos de tudo o que possa vir a render alguns escudos, desde as canalizações de água até às roupas guardadas na lavandaria [...]

Os alunos entram e saem a qualquer hora do dia ou da noite, sem qualquer controlo, e embora não seja de voltar a admitir o sistema rígido praticado durante anos, que tornava a Casa Pia mais numa prisão que numa casa de educação, não será

²⁸² *Expresso*, 6.9.2003, p. 6.

²⁸³ Questionado sobre o consumo de droga na Casa Pia, Pereira Neto comentou: "Os alunos da Casa Pia, muitos, drogam-se. Também não é um fenómeno que se não passe em todas as escolas do País, nos liceus, etc. Pelo facto de a Casa Pia ser em si um problema, há sempre a tendência de se lhe criarem ainda mais" (*O Dia*, 25.2.1976, p. 4). Portanto, se há droga noutras escolas, para quê tomar medidas na Casa Pia?

²⁸⁴ Depoimento de 9.3.2005.

²⁸⁵ Depoimento de 13.11.2006.

igualmente injusto que se deixem ao abandono crianças de pouca idade, facilmente arrastados pelos mais velhos ou por estranhos para o consumo da droga e a prática de actos de banditismo? [...]

Madrugada fora, os jardins fronteiriços ao Palácio de Belém são percorridos por grupos de rapazes da Casa Pia, que fazem sinal aos carros que por ali passam, deste modo se dedicando à prostituição masculina em larga escala.

A destruição de material que diariamente se opera na secção de Pina Manique atinge sinais de verdadeiro vandalismo, desde a loiça que alguns alunos partem sistematicamente nos refeitórios ao material escolar que desaparece, mal é distribuído aos alunos. Não escapam a esta sanha destruidora as cadeiras, as mesas e as televisões que estavam colocadas nas várias camaratas ²⁸⁶.

Estas citações foram tiradas de um longo artigo do jornalista António Mendes (“Casa Pia de Lisboa: Educar ou prostituir os jovens?”), que deu que falar, apesar de a Casa Pia já ser notória pelo comportamento de alguns dos seus educandos. Um deles declarou:

Começou a frequentar os Jardins de Belém, onde se prostituía com paneiros, sendo que a maior parte dos miúdos dos Jardins de Belém eram oriundos da CPL. Os favores sexuais que prestavam eram mais baratos, os miúdos eram mais desprotegidos, tornando-se assim alvo fácil dos pedófilos que frequentavam aquele local [...]

Entre 1976 e 1981, eram os miúdos da CPL que controlavam os Jardins de Belém, passando de mão em mão por entre os pedófilos, que normalmente são indivíduos invejosos, para quem os miúdos são troféus [...]

No Verão de 1979, o depoente foi para uma colónia de férias em Faro. Apercebeu-se então [de] que os miúdos da colónia já tinham um esquema montado de prostituição com estrangeiros, em que o depoente alinhou ²⁸⁷.

Estes factos não eram totalmente desconhecidos do grande público. Em 16 de Janeiro de 1976, o Deputado socialista Manuel de Sousa Ramos, que pouco antes visitara a Casa Pia, levantou na Assembleia Constituinte o problema da situação vivida na instituição, e pediu informações sobre as reformas estruturais correntes ou projectadas, aliás sem resultado ²⁸⁸. O Provedor demissionário, disse ele, teria mesmo confessado que “neste momento a Casa Pia é uma amálgama de alunos que se viciam uns aos outros”. Manuel Ramos citou mesmo, como exemplo, várias notícias de jornais, entre as quais a reportagem de António Mendes, publicada n’*O Dia* em 25 de Fevereiro. O mesmo jornal, em 27 do mesmo mês, referia-se ao Colégio Pina Manique como “confusão em autogestão”.

E a confusão estava politizada. Quando Pereira Neto foi substituído pelo Provedor Adjunto, Engenheiro José Peixeiro Simões, um grupo de alunos contestatários decidiu protestar junto do Ministro Rui Machete e promoveu reuniões na Casa Pia para discutir as medidas a tomar. As reuniões, apesar de ilegais, tiveram o apoio tácito da Directora do Colégio de Santa Catarina – convidada para esse cargo por Pereira Neto, de quem era amiga e apoiante, e igualmente militante do MES – e que até cedeu instalações para esse fim. A Directora chamava-se Catalina Pestana.

²⁸⁶ *O Dia*, 25.2.1976, p. 4.

²⁸⁷ Inquirição de Daniel Taborda Ribeiro de 10.3.2003.

²⁸⁸ Cf. <app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituente/med01030310i.html>. Manuel de Sousa Ramos faleceu em 14.11.2006.

Peixeiro Simões fez o que pôde para corrigir a anarquia reinante na instituição, mas não dispunha de meios nem apoios necessários²⁸⁹. Assim, em 7 de Junho de 1978, a RDP transmitiu um testemunho preocupante no programa *Contraponto*. A Casa Pia estava a transformar-se numa “instituição de formação de homossexuais, de futuros criminosos, um centro de utilização e tráfico de droga”. A Provedoria estava entregue a uma comissão de gestão, que se revelava impotente para travar a situação disciplinar catastrófica que toda a gente reconhecia mas ninguém conseguia remediar. António Duarte Pereira, que fora professor nos Salesianos e entrou para o Colégio Pina Manique como professor em 1977-78, ficou

bastante chocado com o modo de funcionamento da instituição, salientando, nomeadamente, que as instalações não eram cuidadas e o vestuário dos alunos também pouco adequado, tendo ficado com a impressão de que estes andavam ‘ao Deus dará’²⁹⁰.

Em 1980, segundo nos conta o insuspeito Pedro Namora, os alunos da Casa Pia arrombavam os cacifos e roubavam livros e comida uns aos outros²⁹¹. “O absentismo escolar atingia níveis elevadíssimos, havendo alunos que durante semanas seguidas nem sequer apareciam na escola”²⁹². Além disso, “muita droga circulava” na Casa Pia. Ele próprio, ainda não tinha 16 anos, foi iniciado no consumo de haxixe por “dois alunos mais velhos” e adquiriu o hábito (“ocasionalmente”, acrescentou); também tomou anfetaminas, mas, por sorte sua, não cedeu à tentação da heroína²⁹³.

Em Julho de 1980, durante as comemorações do 2º centenário da instituição, seis alunos da Casa Pia contaram a uma equipa da RTP que lá se deslocou os abusos sexuais a que estavam sujeitos da parte de alunos e funcionários²⁹⁴, mas a reportagem não chegou a ser transmitida, porque o Presidente da RTP, João Soares Louro, achou que era demasiado grave para o fazer²⁹⁵.

Em 1981, a prostituição de adolescentes casapianos era tão conhecida que o semanário *Tal & Qual* publicou em Julho um artigo intitulado “Prostituição masculina tinha mercado na Casa Pia”²⁹⁶. E dava pormenores curiosos, como este:

Alguns jovens casapianos, que integravam uma mini-quadrilha, tentaram uma noite assaltar uma parte do conjunto de edifícios que integram as instalações da Secção de Pina Manique e da Provedoria da Casa Pia. O assalto gorou-se, porque o bando foi descoberto quando esperava que dois colegas terminassem uma sessão de ‘carícias’ mútuas.

²⁸⁹ Adelino Granja foi injusto em culpar José Peixeiro Simões pelo estado caótico da Casa Pia, ao dizer que o seu mandato marcou “a ‘década perdida’, a proliferação da droga, da homossexualidade e do roubo, reinando uma anarquia extrema” (*A revolta dos “gansos”*, p. 57).

²⁹⁰ Inquirição de António Duarte Pereira de 24.1.2003. Este professor fez o que pôde para apoiar os educandos, chegando mesmo a receber um elogio de Pedro Namora (“Carta a um Homem bom”, in *O Casapiano*, Maio-Junho de 2001, p. 13).

²⁹¹ NAMORA, José Pedro – *A dor das crianças não mente. Processo Casa Pia*, p. 23.

²⁹² Esta situação é confirmada no *Acórdão*, p. 887.

²⁹³ NAMORA, José Pedro – *Ibid.*, p. 27. Assim se vê claramente que a acusação feita pelo Mestre Américo Henriques, “Muitos dos miúdos usados pelo Carlos [Silvino] acabaram por se tornar toxicodépendentes ou prostitutas” (*Expresso*, 23.11.2002, p. 3), não era verdadeira. Os “miúdos” não precisavam de ser abusados para se tornarem prostitutas ou drogados.

²⁹⁴ Este episódio foi contado por Adelino Granja no seu livro *A revolta dos “gansos”*, p. 63 e seguintes.

²⁹⁵ Soares Louro era um antigo casapiano. Estava também ligado à Maçonaria, que na altura, dizia-se, controlava a Casa Pia. Eram conhecidos como maçons outros antigos casapianos, como Luís Gonçalves Vaz (Director do Colégio Pina Manique), Vítor Videira Barreto (que foi Provedor Adjunto), e o antigo Ministro António Maldonado Gonelha.

²⁹⁶ *Tal & Qual*, 11.7.1981, p. 6-7.

O Dr. José Meno, Director da Secção de Pina Manique, tinha ideias muito progressivas sobre a tarefa que enfrentava. Era contra o internato, o “ghetto”, achava que “o máximo objectivo futuro da Casa Pia” era ser um “laboratório pedagógico”, e queixava-se da “resistência do velho espírito casapiano” às suas reformas.

T&Q – Tem-se falado na existência de homossexualidade, de redes de droga e de delinquência radicadas principalmente em Pina Manique. Existem ou não?

José Meno – Neste momento, posso afirmar com segurança que não existem, mas reconheço que, num passado, existiram e até com alguma gravidade [...] Como para grandes males, grandes remédios, tomaram-se medidas que praticamente solucionaram estes problemas.

É extraordinário constatar que um alto responsável da Casa Pia não conseguia ver o que toda a gente via: que a prostituição, a circulação de drogas e a criminalidade não só continuavam a existir, mas até se tinham agravado. Mas, afinal, o Dr. José Meno tinha outras preocupações:

T&Q – Eram os únicos problemas?

José Meno – Não, não eram. Os mais graves são as erradas concepções pedagógicas que têm vigorado e que têm feito da Casa Pia um depósito de rapazes e não um centro de formação.

Assim se compreende que não tenha tomado medidas para evitar, ou pelo menos travar, o descalabro total da disciplina na instituição. Pois se a disciplina fazia parte das “erradas concepções pedagógicas”! E a situação continuou a agravar-se.

Um relatório de 1982, enviado ao Provedor pela Directora do Colégio Nun’Álvares, Maria Jorge Canto Brandão, apontava para os enormes problemas com que a Casa Pia se estava a debater. Faltava material escolar, as instalações sanitárias estavam em mau estado, desapareciam portas e janelas, havia frequentemente quezílias internas entre educadores e funcionários, não havia grandes perspectivas de futuro, e tudo isto levava alguns alunos a terem “condutas perturbadoras”, dedicando-se à prostituição homossexual nos Jardins de Belém para terem dinheiro fácil ²⁹⁷.

Na década de 1980, contou Adelino Granja, os alunos da Casa Pia iam passar um período de férias de Verão a Lagos, sendo alojados em escolas primárias abandonadas, cedidas pelo Ministério da Educação. “Como não havia controlo nenhum, alguns dos rapazes passavam a noite fora, garantindo que ficavam na casa de um actor homossexual que tinha casa de férias em Lagos” ²⁹⁸. Mais uma vez, não se tomaram medidas contra esta situação.

A Casa Pia estava a ganhar a fama de ser um “aviário” de rapazinhos, como disse, anos depois, o advogado José Maria Martins ²⁹⁹. O Prof. João Ferreira de Sousa, Presidente do CIDEF e inimigo de Ferro Rodrigues, foi ainda mais longe: chamou-lhe uma “fábrica de monstros” ³⁰⁰. Um professor da Casa Pia chegou a declarar por escrito, durante a investigação sobre o desaparecimento de grande quantidade de material informático em 5 de Setembro de 1989, que “insistimos para que fosse chamada a Polícia Judiciária, ao que nos foi dito que a PJ

²⁹⁷ Sobretudo para comprarem roupas e sapatos de marca. Há estudos que conformam a influência da publicidade na delinquência juvenil, por explorar as frustrações e os sentimentos mesquinhos incutidos pela sociedade de consumo.

²⁹⁸ *Diário de Notícias*, 7.1.2003, p. 17.

²⁹⁹ Cf. <www.ionline.pt/conteudo/32936-nao-acredito-que-seja-feita-justica-no-processo-casa-pia---video>. A expressão não era original. Já o *Expresso* de 7.12.2002 trazia um artigo intitulado “Miúdos tratados como ‘frangos de aviário’”.

³⁰⁰ Em declarações ao *Jornal de Notícias* de 24.2.2008.

já não vinha, pois já não ligava aos roubos efectuados na Casa Pia, visto já terem sido tantos e nunca havia pistas”³⁰¹. As saídas dos educandos praticamente não eram controladas. Os livros de ocorrências, onde os educadores deviam apontar os problemas disciplinares, eram preenchidos quando calhava, havia várias omissões, e ainda por cima os educandos às vezes ganhavam acesso ao local onde estavam guardados e arrancavam folhas que tinham apontamentos que não lhes agradavam³⁰².

E os problemas disciplinares não se limitavam a Lisboa. Alguns alunos da Casa Pia de Évora “desde sempre viram filmes pornográficos durante a noite nas salas de convívio das instituições [...] disseram também que nos armários dos quartos têm escondidos ‘posters’ de mulheres nuas”³⁰³. O resto não chegou a ser divulgado na imprensa³⁰⁴.

A jurista Dr^a Rosa Clemente, que foi Directora do Colégio de S. Domingos de Benfica, disse que, até 1991, nas instituições que recebiam crianças “não havia regras, não havia disciplina, não havia limites, nem nos residentes, nem nos funcionários”³⁰⁵. Mas pensava, ingenuamente, que a situação tinha melhorado a partir de 1991, quando o Director Geral de Menores, Luís Miranda Pereira, acumulou o cargo com a Presidência do Instituto de Reinserção Social³⁰⁶.

Se melhoras houve, não se deu por isso. Francisco Guerra, pessoa autorizada para o fazer, descreveu assim o ambiente da Casa Pia quando tinha por volta de 12 anos, ou seja, em 1997:

Só fazíamos asneiras e só dizíamos disparates. Eu, quando ia às aulas, passava o tempo a contar anedotas [...] Por causa do nosso comportamento, era muito raro uma aula chegar ao fim. Às tantas, os professores já não aguentavam mais a gritaria e o mau comportamento e mandavam-nos para o recreio [...] E divertíamos-nos muito³⁰⁷.

Pois divertiam-se. Os alunos saíam a qualquer hora do dia ou da noite sem problemas de maior (até saíam pelas janelas ou saltavam o muro³⁰⁸, ou afastavam uma grade junto do court

³⁰¹ *Diário de Notícias*, 16.1.2003, p. 20.

³⁰² Depoimento de Vítor Esteves de 13.12.2006.

³⁰³ *Correio da Manhã*, 8.3.2003, p. 17. [Houve também alegações de abusos sexuais contra um funcionário da Casa Pia de Évora, que não foram consideradas credíveis pela então Directora, Maria José Direitinho La Salette, nem pelo Ministério Público, que arquivou o processo em 1999. Mas este caso foi ressuscitado em fins de 2002, para reforçar o da Casa Pia de Lisboa, embora sem consequências.](#) Maria José Direitinho, que fora Directora da Casa Pia de Évora de 1994 a 2000, viu-se forçada no início de 12.2002 a apresentar a demissão do cargo que então ocupava, de Adjunta do Director do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Évora, e Bagão Félix “aceitou imediatamente” a demissão.

³⁰⁴ É preciso dizer que outras instituições de acolhimento de jovens tinham alguns problemas, embora não de tanta gravidade. Em Coimbra, por exemplo, o Colégio dos Órfãos, que depende da Santa Casa da Misericórdia e tinha na altura 60 e tal internos entre os 4 e os 18 anos, estava em 1992 quase sem controlo. Os internos comportavam-se com “selvagens”, segundo os vizinhos; saíam pelas janelas, e para entrar às vezes partiam os vidros; o uso de tabaco era generalizado; fugas e agressões eram frequentes; formavam-se quadrilhas, que chegavam a assaltar os transeuntes, e por duas vezes assaltaram a Secretária do Colégio; e o Provedor da Misericórdia nada podia fazer, porque não queria “estigmatizar” as crianças com processos disciplinares: “o Colégio não pune ninguém” (*As Beiras*, 4.8.1992, p. 5).

³⁰⁵ *O Independente*, 3.1.2003, p. 31.

³⁰⁶ Os dois organismos acabaram por se fundir em 1995. Luís Miranda Pereira passou a Director Geral dos Serviços Prisionais em comissão de serviço em 11.2002, na altura em que rebentou o escândalo da Casa Pia, vindo a cessar funções em 7.2006. Foi substituído por Rui Sá Gomes, vindo do SIS.

³⁰⁷ GUERRA, Francisco – *Uma dor silenciosa*, p. 55-58.

³⁰⁸ *Acórdão*, p. 883. Cf. também o depoimento de Francisco Guerra em 12.9.2005: “Desde mentir aos meus educadores, desde mentir aos próprios seguranças que estavam na portaria, desde saltar o muro, ah... sei lá, fazíamos tanta coisa para sairmos do Colégio”.

de ténis³⁰⁹, ou chegavam a serrar as grades³¹⁰), e muitos entregavam-se à prostituição amadora³¹¹ em certos sítios bem conhecidos de Lisboa, para arranjam dinheiro para a compra de roupas de marca³¹² e drogas. Chamavam a isto “orientar-se”³¹³. E tinham uma clientela muito variada; Adelino Granja recordou “que, nos Jardins de Belém, também havia polícias e militares que tinham relações sexuais com alunos da Casa Pia”³¹⁴. A situação era tão preocupante que em 2000, numa reunião da Direcção, o Dr. Luís Gonçalves Vaz, Director do Colégio Pina Manique³¹⁵, propôs que os alunos mais problemáticos, envolvidos na prostituição, pequena criminalidade e consumo de drogas, fossem transferidos para um espaço próprio, de modo a ficarem isolados dos outros alunos.

Mas alguns desses “outros alunos” estavam muito longe de serem meninos exemplares. Por exemplo, Tiago A., de 11 anos, contou que Cláudio A. de oito (!) anos, interno do Lar Cândido de Oliveira, “chupa o pénis dos outros rapazes [...] e sem eles lhe pedirem”, e citou os nomes de dois colegas a quem Cláudio tinha feito sexo oral³¹⁶. Sandro V., de 9 anos, contou que havia no Colégio de Santa Clara, onde era interno, um rapazinho chamado Telmo, “que deve ter uns 6 ou 7 anos”, que gostava de fazer sexo oral, e falou de um colega, de 12 anos, a quem o tinha feito³¹⁷. Sérgio G., de 12 ou 13 anos, assediava colegas e fez sexo com alguns, incluindo sexo anal, em que era passivo³¹⁸. Hugo M., de 14 anos, fazia sexo oral e anal com rapazes mais pequenos³¹⁹. Tiago M., de 14-15 anos, fazia sexo anal com os mais novos³²⁰, e ocasionalmente também sexo oral³²¹. José S., de 14 anos, fez sexo anal “por brincadeira” com dois rapazes de 7 e 8 anos, que consentiram³²², e um colega de 16 anos, André M., fez-lhe sexo anal “de forma repetida”³²³. José A., de 14-15 anos, fez sexo anal com três amigos e com o seu irmão Fernando³²⁴. Luís B., de 16 anos, fez sexo anal por três vezes com Jorge V., quando este

³⁰⁹ Depoimento de José António Santos de 16.11.2006.

³¹⁰ “As grades [do Colégio Pina Manique] estão permanentemente a ser soldadas e permanentemente a ser serradas” (depoimento de Maria João Simões de 24.11.2006).

³¹¹ Este fenómeno não era único. Noutras zonas do País, sobretudo em comunidades de pescadores (Póvoa do Varzim, Lagos), muitos rapazes vendiam-se a homens, não por serem homossexuais, mas para ganharem algum dinheiro. Daí, em certos pontos no litoral norte, chamar-se ao traseiro *ganipom*, que significa “ganha-pão”.

³¹² A prostituição não era o único caminho, embora fosse o que dava menos trabalho e resultados mais rápidos. Segundo Vítor Sarmento, dirigente da Confederação das Associações de Pais, a pressão social que impelia os adolescentes à procura destes símbolos de *status* levava muitos deles a deixar os estudos para ir trabalhar e ganhar dinheiro (24 Horas, 17.3.2004, p. 9).

³¹³ Quando andavam em busca de clientes, os prostitutas aproximavam-se de transeuntes e diziam coisas como: “Estou perdido. Orientas-me?” Diz-se ter vindo daqui a expressão “orientar-se” para designar estas actividades.

³¹⁴ *Diário de Notícias*, 7.1.2003, p. 17.

³¹⁵ Foi Director de 2000 a 2003.

³¹⁶ Inquirições de Vítor S. de 24.1.2003 e de Tiago A. de 12.2.2003. Inquirido aos 10 anos, Cláudio A. negou que isto tivesse acontecido (inquirição de Cláudio A. de 30.1.2003).

³¹⁷ Inquirição de Sandro V. de 11.2.2003. Segundo o seu irmão, Herlander V., Telmo “gosta a sério dessas coisas” (inquirição de Herlander V. de 11.2.2003).

³¹⁸ Inquirições de Ricardo Carmo C. e de Artur R. de 20.1.2003; cf. também a inquirição de Luís Miguel Lino de 30.9.2003. Ao ser inquirido, Sérgio G. disse que esses dois rapazes é que tinham abusado dele “tanto de dia como de noite [...] umas três vezes cada um”, no ano anterior (inquirição de Sérgio G. de 21.3.2003).

³¹⁹ Inquirição de José A. de 20.1.2003.

³²⁰ Inquirições de Daniel P. de 11.3.2003 e 25.11.2003. Tiago M. teria feito sexo anal com ele “bastantes vezes”, a última das quais em 2.2003. Acrescentou que fazia o mesmo com dois outros rapazes, e que ele, Daniel P., fizera sexo oral e anal, como passivo, com outro colega.

³²¹ Inquirições de David N. de 24.3.2003 e de César S. de 30.4.2003..

³²² Inquirição de José S. de 8.4.2003 e de Ana Maria Martins de 4.4.2003.

³²³ Relatório do Prof. Jorge Costa Santos de 9.7.2003.

³²⁴ Inquirição de José A. de 21.11.2003.

tinha 10-11 anos ³²⁵. Rui P., aos 7 anos, fez sexo anal com um rapaz, Filipe, que teria uns 15 anos ³²⁶. E estes casos não eram únicos.

Havia também casos de actos sexuais entre educandos de sexos diferentes. Um educador, por exemplo, declarou que

A única situação relacionada com algum tipo de contacto sexual envolvendo educandos [de] que até hoje teve conhecimento ocorreu com uma criança de 13 anos, do sexo masculino, que o depoente encontrou em cima duma outra criança de 8 anos, do sexo feminino num quarto do Instituto. Pertenciam a Colégios diferentes, mas encontravam-se à noite. Esta situação foi, de imediato, comunicada à Direcção, que providenciou no sentido da criança ser examinada no Hospital S. Francisco Xavier, e foram tomadas as medidas necessárias para a protecção de ambas as crianças ³²⁷.

Mas as relações heterossexuais, por serem ‘normais’, não tinham interesse especial, embora fossem bastante frequentes ³²⁸. Em casos de gravidez inesperada, podia sempre recorrer-se a um aborto.

A vida sexual dos internos casapianos era tão notória – em 2002 até já havia pelo menos dois casos de SIDA e HIV, 17 casos de hepatite B e 5 de hepatite C entre os alunos da instituição ³²⁹ – que, ao redigir o despacho de pronúncia do processo Casa Pia, a Juíza de Instrução Ana Teixeira e Silva ³³⁰ viu-se na necessidade de escrever:

O que a análise destes autos desde logo revela é uma realidade impressionante. Tão ou mais importante (se é que é possível graduar a sua relevância) do que a noticiada angariação de alunos menores da CPL para práticas sexuais fora da instituição, é a dimensão (assustadora) dos relatos de ilícitos sexuais perpetrados dentro dos muros dos vários Colégios por inúmeras pessoas pertencentes ou ligadas à instituição: alunos mais velhos, educadores, professores e funcionários ³³¹.

Não será de mais realçar a afirmação de um ex-Director de um Colégio da Casa Pia, que ali exerceu funções no período de 1974 até cerca de 1998: “Importa ainda esclarecer que os abusos sexuais dos alunos mais velhos da Casa Pia para com os alunos mais novos eram tidos como uma tradição [...] o depoente realça que existia o hábito, por parte dos alunos mais velhos, de abusarem, sexualmente e não só, dos alunos mais novos, tentando adquirir sobre eles um estatuto de um certo oportunismo, inclusivamente económico” ³³².

Ora isto não se podia admitir, quanto mais não fosse por contrariar o dogma de que as crianças são assexuais, indispensável para a existência da indústria de protecção de menores. A psicóloga criminal Maria do Sameiro Oliveira chegou ao ponto de afirmar, baseando-se na ficção de Direito da inimputabilidade do menor: “Um miúdo de 10, 11 anos nunca é um

³²⁵ Inquirição de Jorge V. de 25.11.2003. Na mesma altura, Jorge V. negou a alegação de Francisco Guerra, de que tinha ido à “casa de Elvas”.

³²⁶ Inquirição de Rui P. de 3.12.2003.

³²⁷ Inquirição de Avelino Coutinho de 30.9.2003.

³²⁸ Cf., por exemplo, inquirições de José Roque e de Ana C. de 5.11.2003.

³²⁹ Depoimento do Dr. Rui Dias de 19.9.2007; cf. *Correio da Manhã*, 28.3.2004, p. 16. A própria Catalina Pestana admitiu em Tribunal em 17.3.2005: “Os alunos internos da Casa Pia de Lisboa faziam duas baterias de análises por ano, incluindo análises à sida, à hepatite B e a outras doenças sexualmente transmissíveis [...] antes das férias grandes e no princípio do ano escolar”.

³³⁰ Ana Teixeira e Silva tinha na altura 42 anos, e exercia na magistratura desde 1988. Esteve colocada nas Comarcas de Montijo, Coruche, Alcanena, Barreiro e Lisboa. Foi nomeada por sorteio em 18.2.2004, substituindo Rui Teixeira na instrução do processo.

³³¹ *Despacho de Pronúncia*, p. 19.

³³² *Despacho de Pronúncia*, p. 21; cf. também *Jornal de Notícias*, 2.6.2004, p. 5. Tratava-se do Dr. José Pires, antigo Director do Colégio D. Maria Pia (inquirição de José Pires de 26.12.2002).

prostituto. Nem mesmo se receber dinheiro. Uma criança não é imputável”³³³. Esta afirmação é ainda mais de estranhar numa pessoa que era *profiler* da PJ, com dez anos de experiência clínica no Centro Psiquiátrico de Recuperação de Montachique, e que devia certamente saber que há uma diferença entre a teoria e a realidade.

Mas Catalina Pestana, numa conferência em Azeitão sobre “A comunidade social e a criança”, em 2004, achou que devia exaltar a pureza dos “seus meninos”, injustamente posta em causa por “pessoas finas”, inspirando-se, pelos vistos, numa canção de José Afonso: “Existem 15 mil crianças a quem algumas pessoas finas querem rotular de prostitutas quando muito bem lhes convém. Conto convosco para que possam ser meninos de oiro”³³⁴.

Vamos então ver como alguns destes “meninos de oiro” se comportavam.

Se muitos rapazes tinham decidido “orientar-se”, alguns não se contentavam com o sexo. Em 1998, um jovem promotor de 13 anos, Rui G., conhecido por “Ruizinho” ou “Hip-Hop”, andava a “orientar-se” no Parque Eduardo VII há mais de dois anos e aproveitava para assaltar os “clientes” de faca ou pistola na mão. Este assunto veio a chamar a atenção da PJ porque, em 31 de Março de 1998, a Subinspectora Ana Paula da Costa Matos recebeu um telefonema anónimo, a denunciar a existência de um bando de rapazes – mais tarde conhecido como o “gang do Parque” – que não só se prostituíam como também cometiam roubos, assaltos e extorsões³³⁵. Alguns dos rapazes eram casapianos.

A PJ não tardou a descobrir que a autora do telefonema era uma prostituta chamada Antónia S., que era mãe do “Ruizinho” e resolvera, certamente por motivos pessoais, denunciar as actividades do bando e o seu chefe, um homossexual chamado João Alberto A., já com antecedentes criminais e consumidor de haxixe. E escolheu a Subinspectora Ana Paula porque ela e a sua equipa estavam há meses a investigar a prostituição de menores do Rossio ao Parque Eduardo VII. Tinham já coligido informações sobre centenas de jovens, muitos dos quais eram casapianos, que se tinham iniciado na prostituição entre os 10 e os 13 anos e eram conhecidos como “arrebentas”, por se dedicarem a crimes violentos associados às suas actividades sexuais. Estas informações serviram de base ao relatório que a SIS publicou no ano seguinte, intitulado *A pedofilia em Portugal: Ponto da situação*, mas o Ministério Público decidiu não processar os adultos implicados no caso, por os menores não quererem apresentar queixa³³⁶. Estranhamente, as autoridades, sabendo de uma situação calamitosa como esta, nada fizeram para afastar os menores daquela vida. Pior ainda, tendo sido apreendidas ao “gang do Parque” cerca de uma centena de cassetes de vídeo com pornografia infantil, onze das quais foram apensadas ao chamado processo do Parque, todas elas acabaram por ser destruídas por ordem do Ministério Público, sem terem sido identificados os menores.

O pior foi que a Inspectora Ana Paula começou a interessar-se pela clientela dos rapazes. Um tal Filipe R., o “Periquito” de alcunha, colega do “Ruizinho” na vida da rua e do crime³³⁷, gabava-se de ter como clientes certos políticos que não eram do Partido Socialista e que nunca tinham sido investigados, além de um Juiz do Tribunal da Boa Hora, um respeitável Eurodeputado do PSD, político veterano que já tivera problemas do mesmo género em Bruxelas, e o cunhado do Procurador Geral da República³³⁸. A situação era tão embaraçosa, e

³³³ *Diário de Notícias*, 29.6.2003, p. 21.

³³⁴ *Correio da Manhã*, 15.5.2004, p. 15. Claro que a Casa Pia não tinha 15.000 educandos; na realidade, não chegava a 5.000. Mas Catalina deve ter achado que 15.000 era um número mais impressionante.

³³⁵ Entre eles Eduardo T. “Dadinho”, João Alberto A. “Joãozinho”, Ricardo A. “Careca”, Paulo N. “Paulinho”, Vítor T. “Vitinha” e Rui P. “Migalhas”. Muitos deles vieram a cumprir pena de prisão por roubo ou furto.

³³⁶ Que era necessária, segundo a lei vigente na altura. Cf. o comunicado da PGR de 17.9.2003.

³³⁷ Dedicou-se mais tarde ao roubo de automóveis.

³³⁸ Este cunhado era Rui d’Orey Soares Franco, que, curiosamente, foi incluído no famoso álbum de fotografias, a que adiante nos referiremos, com o N° 121. Um pormenor interessante: embora os

tão interessante para o SIS, que a Inspectora Ana Paula foi transferida para outra secção em 18 de Novembro de 1998. Três dias mais tarde, o seu lugar foi preenchido pelo Inspector Dias André, seu inimigo pessoal ³³⁹.

Ana Paula Matos teve depois vários problemas disciplinares na PJ. E teve que enfrentar a inimizade de Dias André, que não era para desprezar, tanto mais que ele estava a tentar ligar Jorge Ritto ao “gang do Parque” ³⁴⁰. Uma carta de Dias André a João Guerra, datada de 1 de Setembro de 2003, contava uma história mirabolante: Antónia S., na altura a viver em Macedo de Cavaleiros mas ocasionalmente em Lisboa, telefonara a Dias André, pedindo-lhe para se encontrar com ele. Assim sucedeu, meia hora depois, e Antónia S. disse-lhe que estava a ser ameaçada pela Inspectora-Chefe Ana Paula, que lhe telefonara por duas vezes no dia anterior e “que queria comprar o seu silêncio no âmbito da investigação do processo Casa Pia de Lisboa”. Tinha-se encontrado com ela naquela tarde e recebeu ofertas de dinheiro (até mil contos) e ameaças, que a deixaram aterrorizada. E Ana Paula disse-lhe que “os presos do processo Casa Pia estavam inocentes e que os colegas e as pessoas que faziam a investigação ‘eram todos uns filhos da puta’ (sic)” ³⁴¹. Perante isto, Dias André resolveu mandá-la inquirir, o que foi feito pelo Inspector Fernando Baptista. Era uma tentativa grosseira para atacar os arguidos, especialmente Paulo Pedroso, porque Antónia S. disse que recebeu um telefonema de uma pessoa bem educada, que se identificou como sendo “irmão de um inocente que está preso”. Ana Paula Matos passou a ter o seu telefone sob escuta, por ordem do Procurador João Guerra, para ver se andaria a interferir na investigação da Casa Pia; o pedido de interceptação, oficialmente com base em suspeitas de “crime de favorecimento pessoal praticado por funcionário”, foi sancionado no dia seguinte pelo Juiz Avelino Xavier Frescata, que estava de turno.

Este incidente não teve consequências, mas os inimigos de Ana Paula acabaram por a destruir. Acusada de se ter apoderado de 94.800 euros provenientes de duas apreensões a traficantes de droga para pagar dívidas pessoais, Ana Paula, já então Coordenadora da DCITE (Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes), foi detida em 25 de Julho de 2007 ³⁴² e condenada em 1 de Abril de 2009 a sete anos e meio de prisão efectiva, o que foi o fim da sua vida. Aproveitando um recurso, fugiu para o Brasil, onde foi detida, sendo remetida a Portugal em 2016.

Para complicar ainda mais o ambiente da Casa Pia, era comum encontrarem-se alunos e até funcionários que, por ódio ou outros motivos pessoais, não se importavam de mentir para prejudicar os inimigos. Em 1998, quando Arlindo Monteiro Teotónio era monitor do Lar de S. Marçal do Colégio Jacob Rodrigues Pereira, um aluno e uma aluna, ambos surdos-mudos, acusaram-no de abusos sexuais, mas a Directora do Colégio, Maria Augusta Amaral, que sabia

“meninos” do Parque tivessem nomeado duas pessoas do mundo do espectáculo, não fizeram a mínima referência a Carlos Cruz. Aliás, um comunicado da Procuradoria Geral da República de 17.9.2003 declarava que no processo do Parque “inexiste qualquer referência a personalidades públicas, nomeadamente políticos, magistrados, artistas, polícias, jornalistas ou empresários e também não houve qualquer referência a qualquer das pessoas que viriam a ser constituídas arguidas no âmbito do ‘Processo Casa Pia’”. É curiosa esta omissão.

³³⁹ O “Periquito”, já com 19 anos, foi inquirido no âmbito do processo Casa Pia, e acusou Jorge Ritto, que teria conhecido aos 15 anos; deu como outros parceiros do Embaixador o mulato “Luisinho”, um tal “Paulinho da Musgueira” e o “Paulinho Piolho”, que lhe teria roubado o carro; e disse ter visto no Parque dois conhecidos actores, o chefe de um partido político e o referido Juiz (inquirição de Filipe R. de 15.4.2003). O Inspector Almeida Pereira, que o inquiriu, deve ter compreendido que o “Periquito” não merecia grande crédito, porque as “revelações” feitas não chegaram a ser úteis.

³⁴⁰ Inquirições de Rui Pinto e de Filipe Ribeiro de 18.9.2003, nitidamente coordenados um com o outro.

³⁴¹ Inquirição de Antónia S. de 1.9.2003.

³⁴² A detenção foi dirigida pelo Coordenador Augusto Calado de Oliveira, antigo Capitão de Abril quando servia na Escola Prática de Cavalaria em 1974. Já era Coordenador Superior quando foi nomeado Director da PJ de Setúbal em 10.2009. Foi aposentado em 9.2011.

com quem lidava, ficou convencida de que as histórias dos abusos tinham sido inventadas para afastarem Arlindo Teotónio da instituição, porque as alegadas vítimas mostravam que os seus depoimentos tinham sido combinados e não exteriorizaram vergonha ou pudor ³⁴³. O assunto ficou registado e Arlindo Teotónio foi aconselhado a deixar a instituição, o que fez em 2001, sem sequer ter sido alvo de um processo disciplinar. Quando o processo Casa Pia estava a ser julgado, esta história foi ressuscitada pelo Ministério Público em 2007, com a participação activa de Catalina Pestana, e Arlindo Teotónio, que era surdo profundo, acabou por ser condenado a cinco anos e meio de prisão em Fevereiro de 2008 ³⁴⁴. O interessante foi que o Ministério Público ponderou incriminar por omissão Maria Augusta Amaral e o seu assessor Amândio Coutinho, o que não chegou a fazer por falta de provas.

As mesmas baixas intrigas vieram ao de cima durante o processo. Inimigos de Carlos Silvino e Manuel Abrantes fizeram o possível para os destruir, e o Ministério Público aceitou tudo como se correspondesse à verdade, sem se dar ao trabalho de averiguar as razões subjacentes.

Era este o estado em que se encontrava a Casa Pia na altura em que rebentou o escândalo que iria mudar o rumo político e a relativa tranquilidade social do nosso País.

³⁴³ “A depoente ficou com a íntima convicção de que os menores em questão teriam inventado esta história com o propósito de afastarem o monitor” (inquirição de Maria Augusta Amaral de 20.10.2003). Um dos menores era Wilson S., que mais tarde acusou Carlos Silvino de ter abusado dele. Ainda segundo Maria Augusta Amaral, Wilson S. “vangloriava-se junto dos colegas de que se alguém lhe fizesse alguma coisa de mal seria posto na rua”. Wilson S. admitiu também que tinha mantido relações sexuais com um colega menor, Carlos R., mas não deu pormenores (inquirição de Paulo Ramos de 27.10.2003).

³⁴⁴ Os cinco anos e meio impossibilitavam que a pena fosse suspensa. Por esta amostra se compreende a qualidade da prova contra Arlindo Teotónio. Uma jovem testemunha “contou, através de um intérprete de linguagem gestual, que uma vez acordou cerca da 1.00h da madrugada e foi à casa de banho, onde viu, através da imagem reflectida no espelho, o ex-monitor e o menor juntos, semi-despidos, e que estes, quando perceberam a sua presença, ficaram atrapalhados e vestiram-se rapidamente” (*Destak*, 8.1.2008). Este menor, Paulo R., teria sido abusado várias vezes pelo arguido entre os 10 e os 13 anos, mas nunca se queixou. Outra testemunha de acusação era um educador, inimigo de Arlindo Teotónio e ele próprio suspeito de abuso sexual de um aluno de 14 anos, que Catalina Pestana suspendeu em 11.2007 e entregou à PJ.

2.3. O “Joel”

Trata-se de um caso gravíssimo, talvez a nível mundial não haja caso tão grave. Estamos a falar de milhares de crianças abusadas ao longo de décadas.

Pedro Namora ³⁴⁵

Haverá melhor maneira de paralisar a razão, destruir a lógica e o auto-domínio do que nos envolver em pavor nebuloso? E haverá melhor maneira de intoxicar a atmosfera do que convencer uma nação de que as suas crianças estão em perigo grave? [...] Quando o culto sentimental e ingénuo da criança é confrontado com imagens do mal absoluto [...] o medo satura o ar como o miasma da peste. Adultos competentes e razoáveis tornam-se apoucados e dóceis como ovelhas.

Thomas Metzger, jornalista ³⁴⁶.

Com um ambiente tão instável à volta da Casa Pia, não surpreendeu muita gente um artigo da jornalista Felícia Cabrita, publicado no semanário *Expresso* em 23 de Novembro de 2002.

A história deste artigo é curiosa. Segundo a jornalista contou mais tarde à Procuradora Adjunta Paula Soares, que por acaso era grande amiga sua, teria recebido um telefonema anónimo a denunciar o caso que ela depois descreveu. Foi contactada em seguida pelo advogado Pedro Namora, antigo casapiano, na altura com 38 anos, que encontrou num restaurante próximo e lhe forneceu mais informações ³⁴⁷, sendo estas ampliadas com a ajuda do educador Américo Maria Henriques, da Secção de Pina Manique e, como ele, militante do Partido Comunista, para quem Namora viria a pedir, “com lágrimas nos olhos e a voz embargada”, como era seu costume, “um agradecimento público do País” ³⁴⁸. E certamente teve também ajuda policial. Apesar disso, alguns problemas de cronologia e de pormenor ainda hoje estão por resolver, talvez porque a ideia do artigo de Cabrita tinha vindo de um artigo anterior, já esquecido, do colunista Luís Marques ³⁴⁹.

Sucedeu que um aluno do Colégio D. Maria Pia, da Casa Pia de Lisboa, de seu nome Fábio Alexandre dos Santos Cruz (que veio a celebrar-se com o pseudónimo “Joel”), tinha acusado um funcionário da instituição, Carlos – que mais tarde se soube tratar-se de Carlos Silvino ³⁵⁰, por alcunha “Bibi” – de o ter sodomizado. E a história, segundo Cabrita, era esta ³⁵¹:

³⁴⁵ *Correio da Manhã*, 27.2.2004, p. 15.

³⁴⁶ Artigo *The Satan sellers*, in <www.loompanics.com/Articles/SatanSellers.html>.

³⁴⁷ Em audiências de julgamento de 10.7.2006 e 13.7.2006, Cabrita disse que as primeiras informações foram-lhe dadas por Pedro Namora. Referiu-se ainda a outras pessoas que lhe deram informações sob sigilo, acrescentando estar autorizada a revelar os seus nomes. O curioso foi que Namora declarou à Procuradora Adjunta Paula Soares em 13.12.2002 que foi Cabrita quem o contactou, para lhe pedir informações para o artigo. Fosse como fosse, Namora já andava há algum tempo a caçar pedófilos na instituição, como se depreende de um artigo que foi publicado em 4.2001 no jornal *O Casapiano*.

³⁴⁸ Numa audição na Assembleia da República em 14.1.2003.

³⁴⁹ *O Independente*, 21.2.2003, p. 29.

³⁵⁰ Carlos Silvino da Silva era filho de pai incógnito, e nasceu em Cercal do Alentejo (Santiago do Cacém) em 14.8.1956. Tinha 45 anos nesta altura.

³⁵¹ *Expresso*, 23.11.2002, p. 3.

Ana Paula dos Santos Cruz, empregada doméstica, viúva, com dificuldades económicas e problemas de saúde ³⁵², colocou o seu filho de 8 anos na Casa Pia. Carlos veio a conhecê-lo e a fazer-se seu amigo, substituindo na prática o pai falecido. Dava-lhe de comer, comprava-lhe material escolar e oferecia-lhe dinheiro, que o rapaz entregava à mãe. Carlos era carinhoso para com o rapaz, e este correspondia-lhe o afecto.

Um dia, numa ida a uma colónia de férias da Casa Pia, Carlos meteu-o no carro depois de uma brincadeira onde tinha rasgado os calções. “Estava cansado e adormeci. Acordei com a mão dele no meu pénis”, teria dito o rapaz mais tarde ³⁵³. A partir desse momento “a relação entre os dois” não azedou, como seria de esperar; pelo contrário, “estreitou-se”. De facto, tudo indica que havia uma profunda amizade entre os dois. Além disso, como a mãe admitia, “o dinheiro dava jeito ao aluno e à família”.

Até que um dia, num fim de semana, foram ambos a um casamento no Alentejo, e ficaram a dormir na casa de um amigo de Carlos. Como “Joel” tivesse medo de uma trovoada, levantou-se de noite e foi deitar-se ao lado de Carlos; mas, segundo ele, este último aproveitou a ocasião para abusar dele contra a sua vontade. Tê-lo-ia sodomizado.

Isto escreveu Felícia Cabrita, no seu “honrado trabalho” que a colocou “ao lado dos agredidos, dos deserdados, solidários com a dor dos meninos, que é afinal a dor tamanha de um país acordado para a barbárie”, como disse Pedro Namora ³⁵⁴. Mas parece que as coisas não se passaram bem assim.

Para começar, a situação familiar e pessoal de “Joel” não podia ser considerada satisfatória. Um relatório de 31 de Julho de 1995, que antecedeu a entrada de “Joel” na Casa Pia, apontava que o rapaz, na altura com 8 anos, “vivia com a mãe, numa família desorganizada, e que, por isso, tinha sido objecto de intervenção social”. Num relatório de 3 de Maio de 2000, feito na altura em que a mãe de “Joel” o retirou do internato, lê-se que “a mãe não exerce actividade profissional, está abrangida pelo rendimento mínimo garantido, a relação que a família mantém com os adultos que acompanham o filho no Colégio [de Nossa Senhora da Conceição] é conflituosa, desautoriza educadores”. E uma informação de 15 de Novembro seguinte, dirigida ao Tribunal de Família e Menores, sublinha que “Joel”

manifesta dificuldades de adaptação e acatamento de regras. À segunda-feira apresenta-se ansioso e instável, tem havido dificuldade em entender como é organizado o quotidiano da criança. A mãe desvaloriza junto do filho a intervenção da equipa de saúde mental, tendo uma atitude considerada bloqueadora da relação psicoterapêutica do filho.

É pedido ao Tribunal o internamento do jovem em zona de difícil acesso da mãe, de forma a restringir a influência negativa que tem no filho e junto da estrutura enquadradora ³⁵⁵.

Um relatório de 28 de Janeiro de 2002 apontava vários incidentes no comportamento de “Joel”,

³⁵² O *Le Point* de 20.6.2003 descrevia-a assim: “Tem 47 anos mas parece ter mais quinze anos. Tem aquele ar gasto de quem lutou sempre contra a vida, e, apesar de uma forte tosse de asmática, fuma cigarros baratos que acende uns atrás dos outros e segura com dedos de unhas roídas”. Segundo o *Acórdão* (p. 1465), tanto a mãe como a irmã de Fábio eram doentes do foro psiquiátrico.

³⁵³ O Tribunal considerou este episódio como não provado (*Acórdão*, p. 1467). E com razão. “Joel” disse às Procuradoras Adjuntas Paula Soares e Cristina Faleiro que este episódio teria acontecido uma vez que Silvino o levou à praia, e que se repetiu umas dez vezes, sempre que iam à praia (inquirição de Fábio Cruz de 4.2.2003). Ou então que aconteceu naquela ocasião, tendo havido toques de parte a parte (inquirição de Fábio Cruz de 13.3.2003).

³⁵⁴ NAMORA, José Pedro – *A dor das crianças não mente. Processo Casa Pia*, p. 224.

³⁵⁵ *Acórdão*, p. 1465.

e é descrita a reacção da mãe, em reunião havida no Colégio, dizendo que o filho fez bem, pois a mãe teria feito pior. O relatório refere que, nessa mesma reunião e por causa dos valores que eram transmitidos ao jovem, a estupefacção das pessoas presentes perante a afirmação da mãe do Fábio Cruz, que autorizava e incentivava o filho a ver filmes pornográficos de um canal da TV Cabo, afirmando que lhe fazia bem

³⁵⁶.

De facto, “Joel” tinha problemas psicológicos e comportamentais desde os 8 anos, tendo sido acompanhado por isso. E estes problemas não eram resultantes de alguma coisa que Silvino lhe tivesse feito.

O que realmente sucedeu foi que no sábado, 25 de Agosto de 2001 ³⁵⁷, Carlos Silvino, acompanhado de “Joel”, ficou de um dia para o outro em casa de um casal amigo no Largo de Plames, em Vila Viçosa. Hermínio Romão Novado, de 63 anos, electricista da Câmara Municipal local, e a sua mulher Umbelina Barreiro Pernas, de 58, já conheciam Silvino há 27 anos e nunca tinham notado qualquer comportamento irregular da parte dele ³⁵⁸. Silvino dormiu numa cama, na cozinha, e “Joel” no sofá-cama da sala ³⁵⁹. O quarto onde o casal dormia tinha janelas para a cozinha e para a sala. Se o “Joel” tivesse ido ter com Silvino à cozinha, era forçoso eles ouvirem, mas não ouviram nada:

Deitámo-nos todos perto da uma da manhã. Se a violação aconteceu durante a noite, nós não demos conta de nada. O gaiato não chorou. Nada de nada. A não ser que aquilo já tivesse sucedido mais vezes e ambos não procurassem fazer o mínimo de barulho.

Em S. Romão, aldeia próxima de Vila Viçosa, Silvino era estimado por muita gente. “Sempre que aparecia era uma alegria”, recordou Fátima Andrade, funcionária da Junta de Freguesia local. “Prova é que foi convidado para inúmeros casamentos e baptizados”. Costumava ir à aldeia pelas festas anuais em honra de S. Romão, em 15 e 16 de Agosto. Nunca ninguém dera por nada de repreensível. E Silvino não tinha fama de ser homossexual ³⁶⁰.

Também o comportamento de “Joel”, na manhã seguinte, não indicava que tivesse passado por qualquer experiência desagradável. Não se queixou, não mostrou embaraço, nem deu ideia de estar com dores. Mas digamos, por hipótese, que houve um incidente. Este, segundo Cabrita, modificou o comportamento de “Joel” de tal maneira que se tornou notado:

³⁵⁶ *Acórdão*, p. 1466.

³⁵⁷ “Joel” disse a certa altura que tinha dormido lá duas noites (*Acórdão*, p. 1459), o que começou por não ser aceite pelo Tribunal, embora, em 5.11.2009, tivesse alterado a data, ficando a ser 24 para 25 de Agosto de 2001 (*Acórdão*, p. 1460). Mas segundo “Joel” veio a declarar em Tribunal, seria antes num dia indeterminado de Junho ou Julho (depoimento de Fábio Cruz de 13.2.2006), o que levanta ainda mais dúvidas sobre se aquele episódio teria mesmo acontecido.

³⁵⁸ Depoimentos de Hermínio Novado e de Umbelina Pernas de 15.10.2007.

³⁵⁹ Fábio deu outra versão em 6.12.2002, ao ser interrogado no DIAP pela Procuradora Adjunta Paula Soares: “apesar da dona da casa ter oferecido um colchão para o depoente dormir, o “Bibi” recusou tal proposta, dizendo que o depoente dormia com ele na mesma cama, tal como veio a acontecer”. Foi obrigado a fazer sexo oral e anal, até fugir para a casa de banho, onde “chorou muito”. “Depois saiu da casa de banho, deixou o “Bibi” adormecer e foi dormir para o sofá da sala”. No regresso a Lisboa, Silvino, “sempre num tom de voz ameaçador, disse-lhe para não dizer à mãe”. Três meses depois, Fábio contou que já tinha havido contactos sexuais entre os dois antes de ter rasgado os calções, mas que não passaram de masturbação (inquirição de Fábio Cruz de 13.3.2003).

³⁶⁰ Carlos Silvino negou sempre que fosse homossexual, e, de facto, não se lhe conheciam relações com homens. Em 1989, esteve até noivo de Maria Isaura Ludovico Estudante, então com 17 anos, e só não casou por não ter casa para onde fossem viver. Em 2003, Maria Isaura era mulher a dias em Elvas e continuava solteira (*24 Horas*, 16.1.2003, p. 7).

Ana Paula não percebia a atitude da criança: 'Filho, porque é que não sais com ele? Sabes bem que precisamos de dinheiro' ³⁶¹. O menino não aguentou mais e explodiu, confessando ³⁶².

Pelo menos, foi esta a explicação oficial durante algum tempo. Mas Ana Paula contou outra história um ano depois, referindo-se a “violações”, e não apenas uma:

Na madrugada do dia 1 de Setembro de 2001, uma “boca” de Elisabete [Cruz da Costa, irmã de Fábio] ao irmão provocou neste uma ataque de “choro compulsivo”. “A minha filha, na brincadeira, chamou-lhe maricas, no sentido de medroso, por não me dizer quem é que tinha colocado uma bombinha de mau cheiro, por baixo do banco onde me costumo sentar em casa. Era habitual esta troca de mimos entre os dois. Desta vez, porém, o ‘Joel’ reagiu mal e começou a chorar.”

Entre lágrimas, segundo Ana Paula, o jovem relatou o que ‘Bibi’ lhe andava a fazer. “Contou-nos tudo sobre as violações. Ficámos atónitas e com vontade de esganar o “Bibi”. Como não o podíamos fazer, decidimos que tínhamos de contar às autoridades” ³⁶³.

Ana Paula fez queixa à Polícia Judiciária na segunda-feira seguinte, 3 de Setembro, e o rapaz foi observado por um perito do Instituto de Medicina Legal, que, ao contrário do que o artigo de Felícia Cabrita dava a entender, não confirmou a penetração ³⁶⁴. O que não é de estranhar. Os indícios da penetração variam conforme o tamanho do pénis introduzido, a força da penetração e a sua frequência, a colaboração do sujeito passivo e o uso ou não de um lubrificante, mas, havendo lesões, o que nem sempre acontece, estas normalmente cicatrizam num prazo máximo de dez dias ³⁶⁵. Ora tinha passado passado semana e meia desde o alegado coito anal. Além disso, segundo a narrativa de “Joel”, a penetração teria sido um caso isolado e não violento; portanto, o exame a que foi submetido não podia mostrar indícios inquestionáveis do coito anal.

O caso foi entregue à Inspectora Cristina Correia, e aqui passou-se uma coisa interessante. Segundo contou Ana Paula Cruz à SIC em 24 de Fevereiro de 2011, a Inspectora disse-lhe que não podia pôr o telemóvel de Silvino sob escuta (porquê?), e sugeriu-lhe que fizesse gravações de telefonemas dele a “Joel”. Ela assim fez, com a ajuda de Felícia Cabrita (já então!) ³⁶⁶, e da seguinte maneira: “Joel” disse a Silvino que tinha perdido o telemóvel, para o

³⁶¹ Tendo sido informado por Fábio das dificuldades económicas por que a família passava, Silvino, pelo menos a partir de 7.2001, passou a dar 5.000 escudos à mãe de Fábio, além de géneros alimentícios. O papel de Silvino como fonte de receita da família de “Joel” foi reconhecido pelo Tribunal (*Acórdão*, p. 1466).

³⁶² Fábio veio depois a dizer que “perdeu o medo e encheu-se de coragem” e contou à mãe, sem falar deste incidente (inquirição de Fábio Cruz de 13.3.2003).

³⁶³ *Correio da Manhã*, 23.11.2003. Isto concorda em geral com o que referiu o *Le Point* de 20.6.2003: a “explosão” deveu-se a terem chamado “petit pédé” ao rapaz.

³⁶⁴ “O exame ano-rectal, efectuado em posição geno-peitoral e com tracção de ambas as nádegas, não evidenciou quaisquer lesões traumáticas recentes”, lê-se no relatório. A perícia foi repetida em 6.12.2002, a pedido da Procuradora Adjunta Paula Soares, e foi mais politicamente correcta: “Apresenta sinais a nível do ânus que, não permitindo, sob o ponto de vista médico-legal, afirmar a prática de coito anal, também não permitem excluir a sua ocorrência”. O que não é uma observação justa; se a anterior não confirmou o abuso, esta, feita três meses depois, muito menos o confirmaria.

³⁶⁵ Depoimento do Prof. Costa Santos de 6.10.2006.

³⁶⁶ Felícia Cabrita disse em Tribunal em 10.7.2006 que foi a mãe de Fábio a dar-lhe acesso à gravação de um telefonema, não aludindo ao seu alegado papel na sua obtenção, cuja legalidade era questionável. As gravações (e não apenas uma) eram para ser entregues à Procuradora Adjunta Paula Soares em 6.12.2002, mas, como tal não tivesse acontecido, o DIAP informou-se junto de Ana Paula Cruz por via telefónica, tendo esta dito em 9.1.2003 ao DIAP que as gravações tinham sido entregues a Cabrita. esta entregou ao DIAP em 16.1.2003 “duas cassetes áudio”, que foram apensadas aos autos.

obrigar a falar com ele pelo telefone fixo da casa, que já estava ligado a um gravador. O esquema deu resultado ³⁶⁷, e pelo menos uma destas gravações foi mais tarde divulgada pela SIC ³⁶⁸, para que a opinião pública se voltasse decididamente contra Silvino.

É curioso notar que a voz de “Joel”, se realmente era a dele – o que é muito duvidoso, porque o timbre de voz não é de um rapaz de 14 anos, idade que “Joel” tinha na altura, mas de um rapazinho bastante mais novo –, não denotava a raiva ou ódio que se poderiam esperar da vítima de um abuso a falar com o abusador ³⁶⁹. Para complicar mais o quadro, foi preciso a Polícia recorrer a técnicas indutivas para que o rapaz – que, como ele próprio admitiu, tinha de Carlos Silvino, que alegadamente teria abusado dele, uma “imagem [...] boa”, como se fosse um segundo pai – mudasse de ideias depois de ser “trabalhado” pela Polícia, até chegar ao ponto de afirmar que, se tivesse poder para isso, “colocava-o no corredor da morte [...] O que eu gostava mesmo é que ele apanhasse mais de 25 anos, mas a Lei não o permite” ³⁷⁰.

Ana Paula fez uma participação à Casa Pia em 11 de Janeiro de 2002 e exigiu que expulsasse Carlos; mas não tirou o filho da instituição, que instaurou um processo disciplinar a Silvino em Fevereiro de 2002. Uma das pessoas inquiridas foi Francisco Guerra, de quem muito se havia de falar. Num auto de declarações de 8 de Fevereiro de 2002, Francisco Guerra negou ter sido abusado por Silvino:

“Provavelmente o Bibi poderá andar a tentar comigo, mas até aqui ainda não me apercebi” [...]

Também foi perguntado se não tem medo de sair com o Sr. Carlos, respondeu: “Não tenho medo mas vou deixar de andar com ele”.

Tendo sido perguntado se queria fazer mais alguma declaração, respondeu: “Não tenho mais nada a dizer, mas se se provar que é verdade o Sr. Carlos ser assim, acho que este devia ser punido e ser afastado duma instituição como esta”.

O processo disciplinar foi instruído pela Dr^a Maria Celeste Santos, Directora do Colégio de Santa Catarina, e Silvino foi aposentado compulsivamente em Setembro. Foi este o pretexto para o início do que se convencionou chamar o escândalo da Casa Pia – mas que só rebentou meses mais tarde, tinha o rapaz já uns 14 anos – e seria interessante saber-se exactamente porque é que demorou tanto. O que não demorou nada, e que Felícia Cabrita não referiu no seu artigo, foi que “Joel” passou a ver pedófilos em todo o lado. Até se travou de razões com o professor de Educação Física, por pensar que ele queria “a mesma coisa que o Bibi” ³⁷¹.

Também não demorou nada o Inspector-Chefe Dias André ter a intuição de que o caso do Fábio não era um caso isolado. Mas não era tão fácil como isso:

Foi-nos dito, e o que fomos constatando era, em conversas tidas aqui e ali, que, não senhora, a Casa Pia não tinha problemas nenhuns desses, os miúdos não eram abusados, não havia situações dessas, apareciam com uns ténis, apareciam com uns telemóveis, apareciam e não tinham dinheiro para isso, mas isto também não era nada, porque havia pessoas boas e que poderiam ofertar [...] Aqueles que tinham sido abusados mostraram alguns sinais que eram evidentes para quem tem o mínimo de

³⁶⁷ Mas não constam do processo quaisquer registos de telefonemas que Silvino teria feito para este telefone fixo. Além disso, Silvino disse que nem sabia aquele número, o que pode ser verdade.

³⁶⁸ Cf. <www.youtube.com/watch?v=Agb6U_bmyZo>.

³⁶⁹ Carlos Silvino negou que a voz fosse dele (*TVMais*, 6.5.2011, p. 118). Uma análise preliminar indicou que o mais certo era não ser mesmo a dele. A investigação não se preocupou em mandar proceder a uma análise electrónica da voz.

³⁷⁰ *Tal & Qual*, 19.11.2004, p. 9.

³⁷¹ Cf. <diario.iol.pt/noticia.html?id=732127&div_id=4071> (com data de 12.10.2006).

conhecimento e lida nestas matérias e nestas áreas, mas notavam-se essas evidências, e eram visíveis no primeiro contacto ³⁷².

Mas ninguém escapava à perspicácia policial. A Coordenadora Rosa Mota declarou em Tribunal, em 24 de Maio de 2006, que “Joel”

está em casa com a sua mãe e com a sua irmã, pessoas que têm alguma influência sobre o jovem, influência essa, na minha opinião, completamente nefasta e negativa, atendendo, inclusive, à personalidade delas.

A situação do “Joel” não melhorou com ter denunciado Silvino; veio a ser também vítima do processo. Foi “apertado” pelos investigadores para denunciar Carlos Cruz, mas não o chegou a fazer, o que lhe veio a causar aborrecimentos ³⁷³. Constatou na Casa Pia o que se teria passado com ele, e o rapaz viu-se obrigado a sair da instituição: “Estava farto dos meus colegas, gozavam comigo, chamavam-me nomes, e assim eu não conseguia continuar ali” ³⁷⁴.

Fábio foi aceite em Agosto de 2003 num curso de marcenaria no CENFIC (Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul), a receber uma bolsa de 89 euros por mês, o que a mãe achou muito pouco, por estar em “sérias dificuldades financeiras”. Em Setembro de 2004 foi tirar um curso de informática num Centro de Formação Profissional, mas desistiu:

No início correu bem, mas encontrei um colega da Casa Pia que me reconheceu e começou a fazer comentários maldosos [...] Os meus colegas provocavam-me e eu enervava-me constantemente ³⁷⁵.

Teve problemas em dar um rumo seguro à vida. E como já tinha desempenhado o seu papel e recebido os 50.000 euros da indemnização (que o Estado foi tirar ao bolso dos contribuintes ³⁷⁶), deixou de ter interesse para o processo, e foi como se nunca tivesse existido. Nunca chegou a ter protecção policial, embora a tivesse pedido; mas também é verdade que não precisava dela. Era sua intenção em 2003 utilizar a indemnização para comprar a casa em que vivia com a mãe e a irmã ³⁷⁷, mas no fim limitou-se a fazer algumas obras na casa e a comprar electrodomésticos e um carro. Ainda conseguiu aumentar os fundos, quando, em Julho de 2006, um Tribunal condenou por difamação Ana Paula Valente, que o tinha ofendido, atribuindo a Fábio uma indemnização de 4.000 euros ³⁷⁸.

Mas a sua vida não foi nada fácil. Segundo uma perícia psicológica a que foi submetido, tinha

uma personalidade com estrutura frágil e afectividade superficialmente elaborada, onde predomina a centração em si e a autoconfiança como compensação de lacunas relacionais básicas, o que potencia a manifestação de atitudes de tipo anti-social ³⁷⁹.

Fábio não parecia dar-se bem com o seu advogado Adelino Granja, escolhido pela sua mãe ³⁸⁰. Quis mudar várias vezes de advogado, de tal maneira que a Juíza Ana Peres acabou por

³⁷² Depoimento de Dias André de 7.6.2006.

³⁷³ E recebia só cerca de 150 euros por mês, em géneros, bastante menos que os outros “meninos”. Adelino Granja insurgiu-se contra esta discriminação, ao que Catalina respondeu que “cada vítima é tratada conforme as necessidades” (*Diário de Notícias*, 17.6.2005, p. 26), o que era uma desculpa pouco hábil.

³⁷⁴ *Correio da Manhã*, 8.8.2003, p. 14.

³⁷⁵ *Correio da Manhã*, 29.2.2004, p. 17.

³⁷⁶ Pela Resolução do Conselho de Ministros Nº 104/2004.

³⁷⁷ *Domingo Magazine*, 23.11.2003, p. 6-7.

³⁷⁸ *24 Horas*, 6.3.2009, p. 5.

³⁷⁹ *Acórdão*, p. 1463.

lhe pedir uma declaração escrita da sua confiança no patrocínio de Adelino Granja. Esta foi entregue no Tribunal em 29 de Abril de 2005, e Granja foi o seu advogado até ao fim, embora a sua relação continuasse a ter altos e baixos.

Depois, ao longo do processo, começou a haver dúvidas sobre o que se teria passado entre Fábio e Silvino. Este, apesar de estar disposto a confessar o que fizera e o que não fizera, negou sempre ter abusado do rapaz, e continuou a negar, mesmo depois de ter sido considerado culpado. Silvino até foi testemunha de defesa no processo por difamação que Fábio pôs a Ana Paula Valente, que, num artigo de opinião publicado em *O Crime*, o acusou de se prostituir:

A minha consciência está tranquila. Nunca lhe toquei com um dedo [...] Enquanto convivi com ele, não sabia que este se prostituía. Só sabia que ia para o Colombo e outros sítios, pedir dinheiro, porque a sua família era carenciada.

Só tive conhecimento [de] que o “Joel” andaria na prostituição através de outro rapaz, José Maria, que contou tudo o que sabia à Ana Paula Valente, quando esta me foi visitar à cadeia.

E acrescentou que dava dinheiro a Fábio “porque tinha pena dele”, e que ele lhe telefonava muitas vezes a pedir dinheiro, o que a mãe e a irmã sabiam³⁸¹.

Em sua defesa, Ana Paula Valente alegou que ela também se tinha prostituído e tinha sido violada na Casa Pia, e que não tinha a intenção de ofender “Joel”, mas apenas de denunciar a sua situação de criança explorada pela família e pela sociedade³⁸².

Em 12 de Outubro de 2006, Ana Paula Cruz negou em Tribunal que o seu filho “Joel” se tivesse alguma vez prostituído; as suas visitas frequentes ao Centro Comercial Colombo (onde havia, de facto, rapazes a prostituírem-se³⁸³) eram para ele se divertir no Fun Center, onde encontrava amigos que lhe pagavam as diversões, ou então para ajudar nos peditórios da Associação Abraço. E também negou que “Joel” tivesse relações sexuais com outros rapazes da Casa Pia³⁸⁴ ou com adultos, o que tinha sido afirmado em fase de inquérito por Francisco Guerra³⁸⁵ – cuja credibilidade, aliás, já então era mínima.

Mas em 30 de Outubro de 2008, Silvino desabafou em Tribunal muito mais do que se esperava. “Nunca toquei neste rapaz”, afirmou ele; “ajudei na alimentação, dava-lhe dinheiro porque tinha uma mãe alcoólica e ligava-lhe para ele ir comigo a festas”. Acrescentou que a relação entre ambos tinha azedado quando o rapaz – por ciúmes ou para obter alguma coisa dele, não explicou porquê – o ameaçou de contar que levava rapazes para serem abusados. Silvino então deixou de lhe dar dinheiro, o que foi pelo menos imprudente; e foi nesta altura que “Joel” o denunciou. Mais disse que tinha testemunhas em como “Joel” fora visto a prostituir-se na zona do Conde Redondo – e acusou o advogado de “Joel”, Adelino Granja, de estar ligado a meios de prostituição de menores³⁸⁶. Já antes tinha criticado Granja: “Esse advogado foi o

³⁸⁰ A mãe de Fábio passou uma procuração forense ao Dr. Adelino António Moreira Granja, morador em Alcobaça, em 4.12.2002. Para complicar as coisas, José Maria Martins ditou para as actas em 25.11.2004 uma declaração em como achava que Granja não dava as garantias de imparcialidade e autonomia que devia ter, por ter tomado posição sobre o processo no seu livro *A revolta dos gansos*. Já anteriormente tinha feito um requerimento semelhante, que foi indeferido pelo Juiz Pinto de Albuquerque.

³⁸¹ *O Crime*, 15.6.2006, p. 4.

³⁸² Não lhe serviu de muito. Em 10.7.2006, o Tribunal condenou-a a pagar 4.000 euros de indemnização a “Joel”.

³⁸³ Cf. *A pedofilia em Portugal: Ponto da situação*, p. 7, e inquirição de Francisco Andrade de 4.4.2003.

³⁸⁴ Cf. <diario.iol.pt/noticia.html?id=732127&div_id=4071>.

³⁸⁵ Que disse ao Inspector José Alcino em 6.1.2003 que Fábio se prostituía com um tal Orlando, morador em Xabregas, a cuja casa seria levado por Carlos Silvino. Isto parece ser mais uma invenção de Francisco Guerra; este Orlando nunca chegou a aparecer e parece não ter existido.

³⁸⁶ *Jornal de Notícias*, 30.10.2008.

próprio a dizer que gostava muito do “Joel”, dos lábios perfeitos e do rabinho redondo dele. Ele também andava na vida”³⁸⁷.

Nesta altura os Juizes deviam ter suspirado fundo. O processo era ainda mais surrealista do que esperavam.

³⁸⁷ Artigo da Agência Lusa de 26.4.2006. Cf. depoimento de Carlos Silvino de 11.4.2005: “Andavam aos paneiros [...] Um deles era o Dr. Granja; muita gente o viu e há provas disso [...] Ainda levou dois pontapés de um dos rapazes, penso eu que há-de vir cá ser chamado, que é irmão da Ana Paula Valente, a minha amiga, que há-de vir cá chamado, portanto, também andava ele também na prostituição”. Segundo Pedro Namora, Fábio ter-lhe ia dito em 2003: “Ele [Granja] não falava comigo como advogado. Estava sempre a dizer que eu tinha um rabinho muito bom e uns lábios que apetecia beijar” (depoimento de Pedro Namora de 23.6.2005). Esta história podia dever-se à disputa que então havia entre Namora e Granja; de qualquer maneira, não impediu que Fábio mantivesse Granja como seu advogado até ao fim do processo.

2.4. O bode expiatório

O bode expiatório supõe sempre a ilusão persecutória. Os carrascos crêem na culpabilidade das suas vítimas.

René Girard, antropólogo ³⁸⁸

A pedofilia continua [...] a ser tema difícil de digerir. Sobretudo porque novas exigências morais tornaram crime o que antes não passava de atentado ao pudor. Muitos ainda rejeitam que o abuso sexual de crianças, prática que, embora na sombra, parece inscrita no nosso tradicional quadro civilizacional, deva, só por si, conter a gravidade de um ilícito penal.

Joaquim Vieira, jornalista ³⁸⁹

O descontentamento, em si mesmo, é um estado passivo. Para se tornar agressivo e transformar-se em acção, tem necessidade de uma figura humana, seja como porta-estandarte de uma ideia ou alvo para ódios acumulados. Tem necessidade de um bode expiatório.

Stefan Zweig (1881-1942), escritor

Carlos Silvino é um dos principais responsáveis do que sucedeu na Casa Pia. Era o pivô daquilo tudo. Da tal associação criminosa.

David Valente, advogado de um dos “meninos” ³⁹⁰

As sociedades igualitárias actuais tendem a abolir as diferenças, e por consequência as identidades, o que leva forçosamente a um caos indiferenciado. Para lhe escapar, a comunidade reconcilia-se consigo própria através do sacrifício colectivo do bode expiatório. Como explicou o insigne antropólogo e filósofo René Girard, o bode expiatório é inevitável quando se está em presença de quatro indicadores:

1. A sociedade está em crise;
2. há certos crimes que ameaçam as normas hierárquicas e a estabilidade social;
3. o candidato a bode expiatório tem marcas físicas ou morais que o assinalam;
4. o bode expiatório é objecto de uma violência muito superior àquela que lhe é atribuída – porque a violência do bode expiatório é “má” por definição, e a dos sacrificadores é “boa” ³⁹¹.

O homem secularizado de hoje, vendo-se incapacitado de individualizar uma relação com a Divindade a que geralmente não dá atenção, aplaca-Lhe a justa ira sacrificando-Lhe o seu próximo. O acusado de pedofilia é actualmente o bode expiatório, sobre o qual recaem os pecados da comunidade e pelos quais há-de pagar, em prol do bem comum; a sua inocência é, pois, irrelevante. Na prática, o suspeito é culpado a partir do momento em que é acusado; e assim se compreendem as declarações peremptórias da Dr^a Marisalva Fernandes Fávero, professora do Instituto Superior da Maia, referindo-se ao chamado escândalo da Casa Pia:

³⁸⁸ Cf. GIRARD, René – *Le bouc émissaire*. Paris, Grasset, 1982.

³⁸⁹ *Grande Reportagem*, 22.5.2004, p. 15.

³⁹⁰ *Correio da Manhã*, 30.11.2003, p. 12.

³⁹¹ GIRARD, René – *Le bouc émissaire*. Paris, Grasset, 1982. Para uma explicação mais pormenorizada do mecanismo do bode expiatório, cf. <www.mrax.be/spip.php?article48>.

Se houver algum técnico que tenha participado nos interrogatórios às crianças e que anteriormente já tenha defendido um pedófilo em tribunal, com toda a sua carga mediática, penso que deveria sair ou ser convidado a fazê-lo. Quem dá a cara por um pedófilo é porque não acredita nas crianças ³⁹².

Mais ainda: Jeni Canha, fundadora e Coordenadora do Núcleo de Estudos da Criança em Risco do Hospital Pediátrico de Coimbra, era da opinião que era “um insulto” aos técnicos que lidam com menores pôr em causa a veracidade dos relatos das vítimas de abusos sexuais na Casa Pia” ³⁹³. Porque, como disse o Dr. John Read, Leitor de Psicologia Clínica na University of Auckland (Nova Zelândia) e auto-denominado “sobrevivente” de abuso sexual, “os protestos constantes de inocência [do arguido] são mais um traumatismo para as famílias e as crianças envolvidas no caso” ³⁹⁴.

Além disso, um acusado que proteste a sua inocência está a negar à comunidade o direito de o sacrificar ³⁹⁵, por isso, a comunidade tem que demonizá-lo, sob pena de negar a validade do sacrifício. O julgamento de um pedófilo é o equivalente actual de um sacrifício propiciatório. Marci Hamilton, Professora da Escola de Direito Benjamin N. Cardozo da Yeshiva University, a instituição judaica de ensino superior mais prestigiosa dos Estados Unidos, e feroz protectora das crianças, admitiu-o cruamente por outras palavras:

É muito importante a vítima chegar a ver o seu abusador ir para a cadeia pelos seus crimes. Mesmo quando se passaram muitos anos, as vítimas ainda ficam com um sentimento de justiça e de segurança. A sentença de prisão valida a experiência da vítima; o facto de a sociedade apontar para quem é realmente o culpado liberta a vítima da culpa e de sentimentos de culpabilidade implícita.

À luz destas realidades, é justo alargar, se não eliminar, o estatuto de limitações para o abuso sexual de crianças. Não há estatuto de limitações para homicídio. E porque o abuso tantas vezes mata a inocência e a infância da criança, a analogia não é despropositada [...]

Mas as vítimas devem pensar duas vezes antes de aceitar um acordo em vez de um julgamento. Embora um julgamento possa ser difícil para as vítimas, dá uma oportunidade à comunidade de exprimir, através do júri, a sua indignação pelo que lhe fizeram, o que pode ter um forte efeito de cura ³⁹⁶.

É precisamente o mesmo argumento utilizado no julgamento da Casa Pia:

O dano psíquico provocado pelos actos criminosos, muitas vezes imperceptível aos olhos dos outros, não surge, pois, nestes casos, como uma mera hipótese, mas antes como um facto de verificação certa. Danos cuja reparação passa, não em exclusivo, mas também, pela punição de quem os provocou [...] para as crianças com idade igual ou superior a 8 anos, o processo mental de reparação do dano psíquico passa, com frequência, pelo reconhecimento da sua qualidade de vítima — o que os ajudará a metabolizar os seus sentimentos de culpa e vergonha — e pela punição de quem lhe fez mal ³⁹⁷.

³⁹² *Diário de Notícias*, 21.6.2003, p. 22. O Juiz Armando Leandro, na altura Director do Centro de Estudos Judiciários, lamentou também que “não ouvimos as crianças, em qualquer idade e a qualquer momento”, o que impediria uma melhor realização dos seus direitos (*Diário de Notícias*, 5.10.1997, p. 26).

³⁹³ *Diário de Notícias*, 24.10.2003, p. 22.

³⁹⁴ Artigo in *The Dominion* de 5.2.2000.

³⁹⁵ Pedro Namora pensava exactamente o mesmo: “Tem-se feito tudo para que os direitos dos arguidos se sobreponham ao direito das vítimas de verem ser punidos os culpados” (*Correio da Manhã*, 27.8.2003, p. 13).

³⁹⁶ Cf. <writ.corporate.findlaw.com/hamilton/20030717.html>.

³⁹⁷ *Acórdão da Relação*, p. 134-135. As últimas linhas reproduzem as considerações da *Resposta aos quesitos endereçados aos Peritos em Psicologia que realizaram as perícias* (18.12.2003), p. 4.

E se a alegada vítima não quiser que o caso vá a julgamento? Ai, chamam-lhe a atenção para o dever social a que não tem o direito de escapar: “Como todos os adultos, tem a responsabilidade comunitária de proteger as crianças do mal”³⁹⁸.

*
* *

O artigo de Felícia Cabrita a que já nos referimos, intitulado “Pedofilia sem castigo”, começou, não com a história de “Joel”, mas com uma descrição sensacionalista e alarmante das pretensas actividades de Carlos Silvano da Silva, de alcunha “Bibi”:

Centenas de crianças do sexo masculino da Casa Pia de Lisboa poderão ter sido violadas ao longo das últimas três décadas por um funcionário da instituição, sem que os vários Provedores tenham tomado medidas para o impedir [...]

Carlos foi admitido em 1975 como vigilante. O cargo dar-lhe-ia acesso às camaratas dos menores e aos balneários, e em apenas 20 dias terá violado uma dezena de crianças entre os 9 e os 11 anos³⁹⁹ [...]

Noite dentro, o funcionário entrava nas camaratas e escolhia os seus alvos. [Carlos] era muito cruel e tinha vários miúdos de quem se ia servindo conforme os dias, que marcava no seu diário. No pavilhão, as crianças deixaram de dormir tranquilas. Nunca se sabia qual era a próxima vítima.

Um dia, contou Cabrita, os rapazes acabaram por denunciar Carlos aos preceptores, mas estes não acreditaram. Então, num fim de semana, roubaram o famoso diário a Carlos: “Era horrível: ele descrevia tudo ao pormenor, desde as horas em que estava connosco ao que nos obrigava a fazer”⁴⁰⁰.

Felícia Cabrita foi buscar a história deste diário a Daniel Taborda, antigo casapiano que habitara algum tempo com Pedro Namora, e que a desenvolveu quando foi à televisão⁴⁰¹:

³⁹⁸ Carta ao jornal *The Independent* de 14.7.2010, a respeito do caso de Roman Polansky, em que a alegada vítima perdeu-lhe e não quis que fosse a julgamento. O pedido foi aceite pelas autoridades da Suíça, onde Polansky estava a residir sob prisão domiciliária.

³⁹⁹ Para colorir a imagem, chegou-se a fabricar pormenores: “Foram recolhidos depoimentos escritos dessas dez a doze crianças”, talvez fosse mais barato à dúzia, “violadas pelo Bibi entre 3 de Novembro e 23 de Novembro de 1975” (cf. <sic.sapo.pt/beta-arquivo-sic/2012/06/25/revista-do-ano-2002--casa-pia>). A história das “doze crianças” veio à superfície de quando em quando, e foi ressuscitada por Pedro Namora numa entrevista à SIC em 26.1.2011. Os “depoimentos escritos” é que ninguém sabe onde estão, se alguma vez existiram.

⁴⁰⁰ Esta história foi ligeiramente ampliada numa reportagem da *Visão* de 5.12.2002, que a situou em 11.1975. Os dez alunos violados passaram a ser 12, um dos quais, R., agora com 39 anos, tomou a iniciativa: “Arrombaram o quarto de Bibi para lhe subtrair o diário, que entregaram a um preceptor” (p. 107). No artigo de Felícia Cabrita no *Expresso* de 11.1.2003, que era uma biografia romanceada de Silvano, “entregaram as provas aos preceptores e vigilantes”. E, pelos vistos, o preceptor (ou preceptores e vigilantes, conforme a versão) fê-lo desaparecer, porque nunca mais se voltou a falar nele até ao artigo de Cabrita. O que poderá ter acontecido foi isto: por volta de 1975, uns rapazes queixaram-se de Silvano a um educador, Alfredo Inocêncio, que lhes pediu que escrevessem as suas alegações; os “bilhetes” dos alunos foram mostrados por ele a outros educadores, que confrontaram Silvano e o aconselharam a deixar a Casa Pia, o que ele fez. “Perguntado sobre o destino então dado aos bilhetes em causa, disse pensar que terão sido destruídos, mas não tem a certeza” (inquirição de Alfredo Inocêncio de 11.11.2003).

⁴⁰¹ Quando apareceu na televisão, Daniel Taborda falou num diário “em que o Bibi relatava as suas práticas com garotos”, mas não há nada que indique que o diário tivesse sido uma realidade (inquirição de Alfredo Inocêncio de 24.1.2003).

Formatada: Justificado

Formatada: Tipo de letra: Itálico, Português (Portugal)

Formatada: Português (Portugal)

O Bibi chamava um miúdo de cada vez ao quarto, violava-os e ameaçava-os de [sic] que lhes batia, se falassem. O Bibi chegou a violar o depoente mais do que uma vez. Um grupo de alunos revoltou-se, arrombou o quarto do Bibi e apoderou-se do diário deste, onde este narrava os abusos que fazia. Nessa altura houve 12 miúdos, entre os quais o depoente, que contaram e escreveram, relatando os abusos de que eram alvo, tendo tais registos sido entregues ao educador Alfredo Alves Inocêncio, que era o preceptor directo daquele pavilhão. Nessa altura, os educadores chegaram a acordo com o Bibi, propondo-lhe o abandono da CPL, em troca da destruição de provas ⁴⁰².

Claro que, depois disto, apareceram pessoas a dizer que devia ter existido um diário. Por exemplo, Rui Coelho, que fora “muito amigo” de Silvino, mas que, depois de ele ter sido detido, tinha-lhe “um ódio de morte”, contou o seguinte ao Procurador João Guerra:

Sabe que o Bibi tinha um diário ou um livro onde apontava tudo o que dizia respeito à sua vida, e de certeza que aí devem constar nomes de pessoas que se sentem comprometidas, a quem ele levasse crianças. Sabe da existência desse diário pelo próprio Bibi. Em conversas às quais assistiu o seu cunhado Álvaro Albuquerque, o Bibi referia que se sentia muito só e que apontava tudo num diário ou num livro ⁴⁰³.

Nesta versão da lenda, o diário teria, não pormenores dos abusos, mas os nomes dos “ricos e poderosos” a quem Silvino teria fornecido “meninos”.

O precioso diário, se alguma vez existiu, o que é mais que duvidoso – que se saiba, Carlos Silvino nunca fez um diário –, esfumou-se no ar. Mas quando foi mencionado no artigo de Cabrita, apareceu logo um ou outro ex-casapiano a falar dele, como acontece sempre em casos semelhantes:

Falava-se nesta altura que o Carlos Silvino tinha um diário onde relatava as suas experiências sexuais com os alunos, incluindo os dias, as horas, os locais e os nomes onde tiveram lugar e onde referia aqueles com quem gostava mais de praticar cada tipo de acto sexual (coito anal e oral) [...]. O Nuno nunca viu este diário, comentando-se que terá sido queimado ⁴⁰⁴.

Ao recordar este episódio, o educador Alfredo Inocêncio não se referiu a nenhum diário:

Em 1975 surgiu a primeira situação com tais contornos [de abusos sexuais], desencadeada por alguns alunos que o contactaram revelando situações pelas quais tinham passado. Não consegue agora recordar quem foram os alunos que falaram consigo nem o conteúdo pormenorizado das confidências que lhe fizeram, mas lembra que lhes pediu que escrevessem o que lhes tinha acontecido. Foi dessa forma que tomou a dimensão da problemática que envolvia o Bibi em casos de abuso sexual de alunos [...] Informa que quando o Bibi foi confrontado com a situação dos bilhetes escritos pelos alunos, não negou os relatos que deles constavam e afastou-se da Casa Pia por sua própria iniciativa, entre 1975 e 1980. Perguntado sobre o destino então dado ao bilhetes em causa, disse pensar que terão sido destruídos, mas não tem a certeza ⁴⁰⁵.

Entretanto, o Mestre Américo Henriques, que já há algum tempo era inimigo pessoal de Silvino ⁴⁰⁶, fez em 5 de Fevereiro de 1980 uma exposição ao Ministro dos Assuntos Sociais,

⁴⁰² Inquirição de Daniel Taborda Ribeiro de 10.3.2003.

⁴⁰³ Inquirição de Rui Coelho de 30.6.2003.

⁴⁰⁴ Inquirição de Nuno Silva de 29.4.2003.

⁴⁰⁵ Inquirição de Alfredo Inocêncio de 11.11.2003.

⁴⁰⁶ Nunca se soube a razão para esta inimizade profunda, que já vem do tempo do Provedor Peixeiro Simões, o qual não deixou de estranhar a atitude do Mestre Américo: “Com tantos problemas que houve na Secção, o Mestre Américo Henriques só encontrou o caso de Carlos Silvino da Silva para apresentar”

João Morais Leitão, pondo de parte a cadeia de comando, em que denunciava os actos de Silvino e acusava o Provedor Substituto da Casa Pia, José Peixeiro Simões, de ser um dos responsáveis pela situação. A verdade é que havia, dentro da instituição,

um contencioso complexo e crescentemente grave entre um número bastante elevado de funcionários e o Provedor José Peixoto [sic] Simões [...] Alguns dos funcionários casapianos afirmam que muitas das denúncias feitas [à Secretária de Estado da Família] acabavam no cesto dos papéis, em virtude de existir uma cobertura flagrante da antiga Chefe de Gabinete de Teresa Costa Macedo a Peixoto [sic] Simões ⁴⁰⁷.

Esta guerrilha interna, que levou à demissão de Peixeiro Simões em 1 de Julho de 1981 e à sua substituição pelo Comandante João Baptista Comprido em 3 de Julho, é que terá sido a verdadeira razão para a atitude do Mestre Américo. E assim se compreende melhor o que veio a acontecer.

O Ministro ordenou em 29 de Fevereiro de 1980 um inquérito de averiguações, que deu lugar a um processo disciplinar em 16 de Junho. Este foi eventualmente passado à Secretária de Estado da Família, Teresa Costa Macedo, que concluiu o processo, sendo este arquivado por terem caducado os prazos legais. De qualquer forma, embora houvesse vários rumores sobre abusos sexuais cometidos por Carlos Silvino, nada se provou de concreto. O despacho final exonerou o Provedor de quaisquer eventuais reparos, e censurou Mestre Américo, que

exorbitou as suas funções, incorrendo em faltas graves puníveis pelo regulamento da Casa Pia de Lisboa e pelo Estatuto Disciplinar dos Funcionários do Estado, ao acusar o seu superior hierárquico de irregularidades que se provou não ter cometido [...] limite-me a avisar o funcionário de que, para o futuro, deverá agir de acordo com as suas competências e não ultrapassar a sua área de acção, pois, caso contrário, sujeitar-se-á às normas disciplinares existentes ⁴⁰⁸.

Este despacho, segundo Cabrita, deixou o Mestre Américo “à beira de um ataque de nervos”. Não vemos porquê; afinal, ele tinha acusado Peixeiro Simões de estar “directamente implicado no processo de degradação moral e física dos educandos”, e não devia esperar outra coisa. Foi condenado em processo disciplinar a dez dias de multa, suspensa por um ano. Mas nem por isso desistiu; em 22 de Maio de 1981 participou à PJ as suas alegações anteriores contra Silvino, afirmando que ele “violou vários educandos com idades compreendidas entre os

(*Acórdão*, p. 558). A primeira acusação feita a Carlos Silvino, então jardineiro da Casa Pia, foi feita em 1977. Em 1981, Carlos Silvino, ao ser inquirido, disse ser vítima de um complot montado contra ele por Mestre Américo (*Visão*, 28.11.2002. p. 133). Em 11.5.1994 foi instaurado a Silvino um processo disciplinar, devido a uma participação do Mestre Américo, a quem Silvino, na sua defesa, acusou de o estar a perseguir. Este ódio seria uma manifestação de homofobia, ou seria motivado pelo que Silvino indicou anos depois (inquirição de Carlos Silvino de 12.3.2003)? Catalina Pestana recordou em Tribunal o que o Provedor Luís Rebelo lhe teria dito, quando ela lhe pediu explicações: “Ó Catalina, o Américo é muito bom rapaz, mas sabe muito bem [que] quando ele põe uma coisa na cabeça, tirá-la é muito difícil. A gente averiguou tudo, fez os processos que tinha que fazer, não se provou nada contra o homem, o que é que ele quer que a gente faça?” (depoimento de Catalina Pestana de 9.3.2005). Talvez se encontre uma pista no que Silvino declarou na audiência de 16.12.2004: “E queria também dizer portanto, neste processo que um primo do... do Prof. Américo Henriques foi apanhado em flagrante na Casa Pia de Lisboa, que era contínuo ou o que era lá em baixo em Xabregas, apanhado com dois alunos na casa de banho em flagrante [...] Mas isso falava-se muito em todos os Colégios da Casa Pia, que isso tinha acontecido lá em Maria Pia. E quanto a esse Américo Henriques, quero dizer... portanto que muitas vezes, muitas vezes, não é só por causa da miúda se calar quando ouviu aquele... não sei se a Sr.ª Doutora ouviu a notícia que houve uma miúda que o acusou de ter relações com ela, não sei quê [...] Mas portanto... que ele andava nos bacanais... portanto com as miúdas, desculpe a expressão de dizer assim”.

⁴⁰⁷ *Tal & Qual*, 11.7.1981, p. 6. No entanto, Costa Macedo disse em Tribunal que tinha demitido Peixeiro Simões por não cumprir as suas orientações (depoimento de Teresa Costa Macedo de 11.1.2007).

⁴⁰⁸ O artigo cita apenas parte deste texto, que aparece em mais pormenor em NAMORA, José Pedro – *A dor das crianças não mente. Processo Casa Pia*, p. 90-91.

9 e os 16 anos, usando os mais variados processos de aliciamento para prossecução dos seus nefandos desígnios”⁴⁰⁹, e acusou-o ainda de levar um grupo de alunos para uma festa perto de Pedrouços e de esperar com frequência um aluno à porta do Colégio, levando-o às compras ou ao cinema⁴¹⁰. A participação foi arquivada, mas o Mestre Américo continuou a dizer mal de Silvino, sempre que a situação se proporcionava a tal, numa autêntica perseguição pessoal; sabe-se que participou dele nove vezes ao todo. Quando o Dr. Luís Vaz foi nomeado Director do Colégio Pina Manique, em Janeiro de 2000⁴¹¹, o Mestre Américo apressou-se a dizer-lhe, com pormenores, que Silvino “andava para aí envolvido com jovens”⁴¹². Não admira a sua colaboração com Felícia Cabrita, tanto mais que sabia que Silvino iria ser logo detido⁴¹³.

O valor do artigo de Cabrita dependia, como é evidente, das informações que ela recebera, sobretudo de Namora e Henriques, e cuja veracidade era duvidosa. Mesmo assim, a jornalista não utilizou material abundante para fundamentar o artigo. Além do que Pedro Namora lhe contara e do que o Mestre Américo lhe tinha facultado, pouco mais tinha do que alegações não corroboradas, rumores e, ao que parece, extractos anónimos de declarações de meia dúzia de rapazes. Só um era identificado com o pseudónimo de “Calimero”, e este apenas acusava Carlos Silvino de o ter tentado beijar.

Mas se o artigo, em si – apesar dos grandes exageros, que eram mais que evidentes –, não era muito diferente de outros anteriormente publicados, a reacção que provocou é que foi inesperada. E começou pelos comentários de Pedro Namora⁴¹⁴. “É espantoso como este homem ainda continua em liberdade e que os miseráveis que durante tantos anos o encobriram não sejam responsabilizados”. E um dos “miseráveis” era o Provedor Luís Manuel Martins Rebelo, de quem Namora era inimigo⁴¹⁵, e que declarara a Felícia Cabrita que Silvino era “uma excelente pessoa, que foi sempre um funcionário exemplar, apesar dos defeitos”. De facto, admitiu, Silvino tinha tido “três processos disciplinares por suspeita de práticas pedófilas, onde contudo nada se provou”. “Que querem que eu faça?”, perguntou. Só tinha poderes para o suspender ou transferir de um serviço para outro. “Não sou polícia; a PJ, que tem processos contra ele desde 1980 e que tem meios de investigação, é que já devia ter actuado”⁴¹⁶. Isto

⁴⁰⁹ *Público*, 7.2.2003.

⁴¹⁰ *Acórdão*, p. 110.

⁴¹¹ Cargo que ocupou até se aposentar em 1.5.2003.

⁴¹² *Acórdão*, p. 870.

⁴¹³ Dois ou três dias antes da detenção de Silvino, Mestre Américo convocou uma reunião com o Conselho de Ex-Alunos da Casa Pia, apenas para dizer que “ia haver um grande escândalo ligado à questão de pedofilia, e para nós estarmos avisados” (depoimento de Joaquim Moura Esteves de 9.11.2006).

⁴¹⁴ Não podemos deixar de estranhar a violência da atitude de Pedro Namora. Segundo o artigo de Felícia Cabrita, Carlos Silvino nunca abusou dele; e sabe-se que Namora esteve em contacto regular com Silvino desde 1999. Além disso, esperar-se-ia que Namora fosse mais tolerante em casos destes, visto ser amigo de Daniel Tabora Ribeiro, antigo casapiano, pedófilo confesso segundo Felícia Cabrita (cf. *Única*, 15.3.2003, p. 47-51), e ausente em parte incerta (talvez no Luxemburgo) devido a um processo no DIAP por abuso sexual de três menores entre os 12 e os 15 anos. Expulso da Casa Pia em 1981, Tabora viveu em casa de Pedro Namora até 1995, e Namora manteve contactos com ele até 4.2003, um mês depois de Tabora se ter despedido da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, onde trabalhava desde 1993 para ajudar a sua recuperação do uso de cocaína e heroína. Namora, incidentalmente, foi incluído por Francisco Guerra na sua lista de suspeitos de pedofilia (cf. <joaotilly.weblog.com.pt/arquivo/200198.html>).

⁴¹⁵ Luís Rebelo processou Namora por difamação, mas este foi absolvido em 5.7.2007. Rebelo recorreu, mas sem resultado.

⁴¹⁶ Um outro “miserável”, o antigo Provedor Adjunto Dr. Vítor Videira Barreto, publicamente acusado por Pedro Namora de ser responsável pelas “violações ocorridas na Casa Pia” (*Correio da Manhã*, 3.4.2003, p. 14), chegou a depor em 26.3.2004 como testemunha de Manuel Abrantes, mas o seu depoimento não teve grande importância, embora constasse que sabia muita coisa sobre o que se passava na Casa Pia; talvez o facto de ser membro da Maçonaria lhe limitasse as possibilidades de se exprimir.

bastava para Luís Rebelo ser um homem a abater; além disso, tinha inimigos poderosos dentro da instituição, impacientes para o fazerem cair.

A primeira cabeça rolou em 25 de Novembro, e foi a dele. O Provedor Luís Rebelo – que já ocupava aquele cargo há 17 anos, mas que, ao comentar que um só abusador numa instituição tão grande não era um caso grave, estava a pôr em causa a fábula da “rede de pedofilia” – foi sumariamente demitido pelo Ministro da Segurança Social e do Trabalho, António Bagão Félix ⁴¹⁷. “Era o mínimo que o Ministro podia fazer”, declarou secamente Pedro Namora à SIC. Mas Luís Rebelo, como é natural, ficou indignado por ser demitido “pela porta dos fundos”, como disse à TSF no mesmo dia. Sentia-se como um bode expiatório, e criticou Namora e Granja:

São pessoas que foram à televisão narrar factos de há 25 anos, dos quais não sou minimamente responsável [...] Criminoso, nisto, é quem, como nós, tentou averiguar a verdade, ou eles, que sabiam a verdade, que a sofreram na pele, e não tiveram coragem de contar nada?

Como não lhe tinham dado hipóteses de responder, emitiu um comunicado, conjuntamente com todas as entidades da Casa Pia, a defender a sua honra pessoal e a da instituição que servira honestamente, e insurgindo-se contra uma reportagem da SIC, transmitida dois dias antes, que considerava “manifestamente manipuladora” e tinha “como principal objectivo atingir a Casa Pia e o seu Provedor”. O técnico superior Manuel Marcelino da Costa Marques, Presidente da Associação de Trabalhadores da Casa Pia, solidarizou-se com o Provedor: “Acaba por ser o réu, quando não tem culpa nenhuma”. Os dirigentes da Casa Pia reuniram-se no Centro Cultural para exprimir a sua solidariedade.

Estava Luís Rebelo, já demitido, a dar uma conferência de imprensa no Museu da Casa Pia quando centenas de alunos, que iam saindo das aulas – incitados não se sabe por quem, que lhes disse que Carlos Silvino estava lá dentro – concentraram-se em frente do Museu, gritando palavras de ordem como “Deixa os putos!” e “Vai para a cadeia!” e tentando forçar a entrada. O porteiro viu-se aflito para trancar as portas antes que se desse a invasão. Por coincidência (!), apareceram logo jornalistas e câmaras para cobrir a manifestação e entrevistar os “meninos” mais indignados.

Luís Rebelo foi substituído em 26 de Novembro, em regime de substituição, por Manuel José Abrantes, casapiano de tradição, que entrou na Casa Pia como educando em 1965, com 11 anos, e subiu sempre, graças aos seus hábitos de trabalho. Fez o curso geral de Comércio no Colégio Pina Manique, que terminou em 1971, ficando como tarefeiro na Provedoria até ser chamado para o serviço militar. Em 1975, tendo cumprido este, regressou à Casa Pia como 2º Oficial, e continuou a estudar, licenciando-se em Organização e Gestão de Empresas no ISCTE em 1983. Ascendeu a Técnico Superior de 2ª Classe em 1984, e mais tarde fez o Mestrado em Economia Política e Social no ISEG. Continuou a subir na sua carreira; em 1990 passou a Director dos Serviços Administrativos e em 1997 foi promovido a Provedor Adjunto. Com as suas qualificações e experiência, podia, eventualmente, chegar a Provedor ⁴¹⁸.

Ainda em 25 de Novembro, Bagão Félix ordenou uma sindicância à Casa Pia, a ser feita pela Inspeção Geral da Segurança Social, que começou com a publicação, nos principais

Para prevenir algum deslize, um “menino” anónimo acusou-o de ter ameaçado a tiro um aluno da instituição (*Diário de Notícias*, 22.1.2003, p. 18); mas esta denúncia não foi considerada credível.

⁴¹⁷ De nada serviu a Luís Rebelo o facto de ser membro de uma loja maçónica da Guarda, a que estava ligado o antigo Secretário de Estado da Reinserção Social e Deputado do PS Rui Cunha, que em 8.2005 foi nomeado Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; talvez por estar envolvido numa “guerra de irmãos” que se repercutiu dentro da Casa Pia. Luís Rebelo pediu a aposentação antecipada, que lhe foi concedida.

⁴¹⁸ Depoimento de Fernanda Flora de 30.4.2007.

jornais, de anúncios de quarto de página a pedir denúncias, que podiam ser feitas por carta, fax ou internet até 17 de Janeiro de 2003. A sindicância foi entregue à Procuradora Adjunta Maria Manuela Basílio Luís, destacada para o Ministério da Segurança Social e do Trabalho em comissão de serviço ⁴¹⁹. E aqui começou a perseguição oficial ao ex-Provedor. Foi acusado da violação dos deveres de zelo, imparcialidade e lealdade e suspeito de crime de peculato. A instrução do processo concluiu que grande parte da acusação era improcedente, e responsabilizou-o apenas por uma violação do regime legal das empreitadas e por alegadamente ter atribuído uma gratificação ilegal de 58 contos, sublinhando que a Casa Pia não tinha ficado prejudicada. Bagão Félix insistiu em saber se não teria havido prejuízo. Quando este foi substituído por Fernando Negrão, a nova Inspectora Geral Alexandra Costa Gomes “reviu” as conclusões do instrutor do processo, incorporou na nota de culpa as supostas irregularidades que este tinha considerado improcedentes, e agravou a proposta de pena. Em finais de 2005, Luís Rebelo, já aposentado, foi condenado disciplinarmente a dois anos sem receber pensão ⁴²⁰. Teve sorte em não ter sido acusado de abusos sexuais ⁴²¹.

*
* *

Como bode expiatório que era, Carlos Silvino tinha de ser preso sem mais demoras. Embora não soubesse que já havia um mandado de captura contra ele, passado em 7 de Novembro ⁴²² – portanto, semanas antes do artigo de Felícia Cabrita – à ordem do Processo NUIPC 3137/01.5JDLSB, Silvino já fora interrogado pela PJ e constituído arguido, e sentia-se em perigo. Cabrita chegou mesmo à fala com ele, com as câmaras da SIC atrás, para o confrontar com as acusações feitas contra ele, ao que ele respondeu: “É mentira. Tenho a consciência tranquila. Quem não deve não teme”. Mesmo assim, decidi arranjar um advogado – e escolheu Pedro Namora, que já conhecia há anos e que, no artigo de Cabrita, o tinha acusado de tentar abusar dele! Como não sabia o número do telemóvel do advogado, foi à oficina do Sr. Pinto, pediu-lho e fez o telefonema ⁴²³.

Namora disse mais tarde que não era inimigo de Silvino, mas que estava longe de ser seu amigo: “Apesar de ter tentado comigo quando eu tinha 11 anos, era alguém a quem eu dizia 'olá, tás bom, boa tarde' quando o encontrava nas cerimónias da Casa Pia ou então na oficina do mecânico Pinto. Mas mais nada” ⁴²⁴. E acrescentou que Silvino, ao falar com ele, lhe dissera que tinha um processo por agressão a um colega, e não se referiu a problemas com menores. O que não é provável; um advogado teria necessariamente que saber de que era acusado o seu cliente. De resto, sabe-se que Silvino telefonou a Namora mais de 30 vezes neste período ⁴²⁵.

⁴¹⁹ Nascida em Angola, tinha na altura 46 anos e estava no DIAP desde 10.9.1999. Foi membro do Conselho Superior do Ministério Público.

⁴²⁰ *Diário de Notícias*, 19.3.2007, p. 21. Luís Rebelo recorreu para o Tribunal Administrativo, cuja lentidão em decidir é proverbial. Entretanto, ficou sem receber a pensão.

⁴²¹ Para o comprometer, Catalina contou que, nos finais da década de 1990, teriam sido descobertos vídeos pornográficos no quarto de um monitor, que foram entregues a Luís Rebelo. Este teria dito que os guardava no cofre e entregava à PJ, mas não fez nem uma coisa nem outra, e as cassetes desapareceram (depoimento de Catalina Pestana de 9.3.2005). Além disso, em vez de despedir outro educador, suspeito de abusos sexuais, tinha-o transferido para outro Colégio como professor de Religião e Moral (cf. <diario.iol.pt/noticia.html?id=520898&div_id=4071>). Compare-se isto com o que Catalina declarou ao *Correio da Manhã* (30.11.2002): “O Sr. Provedor deve estar a sofrer terrivelmente. Não sei se cometeu erros. Uma coisa eu sei: ele amava profundamente aquela casa. Não contem comigo para lhe atirar a primeira pedra”.

⁴²² Disse-se que o mandado não foi executado imediatamente porque havia dúvidas sobre onde Silvino morava (por exemplo, depoimento de Rosa Mota de 24.5.2006), mas a verdadeira razão era porque ainda não tinha chegado a altura devida.

⁴²³ Segundo Pedro Namora, este telefonema foi feito em 3.2002, o que não parece estar correcto. Além disso, constam do processo registos de 26 telefonemas entre Silvino e Namora de 2.1999 a 11.2002.

⁴²⁴ *Público*, 6.2.2003.

⁴²⁵ Constam do processo 26 chamadas feitas entre Silvino e Namora de 2.1999 a 11.2002.

Fosse por que fosse, Namora disse-lhe que não podia tomar conta do caso dele, “porque nessa altura fazia uma advocacia residual”⁴²⁶, mas recomendou-lhe uma colega, a Dr^a Edviges Ribeiro, com quem partilhava o escritório⁴²⁷. Esta não chegou a tratar da sua defesa, embora trocassem impressões⁴²⁸. Silvino acabou por ser detido às 18.30 de 25 de Novembro, ao sair do escritório da advogada⁴²⁹, acompanhado da sua mãe adoptiva Mariana; não ofereceu resistência⁴³⁰, foi algemado e levado num carro da PJ, tudo isto perante as câmaras da televisão – porque alguém, quase de certeza Pedro Namora, informou a PJ sobre o local onde Silvino se encontrava, e este caiu na armadilha. A operação, calculada para dar espectáculo, incluiu nada menos que oito Inspectores da PJ; seis cercaram o edifício e dois encarregaram-se da detenção. O Mestre Américo não conteve a sua satisfação⁴³¹. Felícia Cabrita fez o comentário que se esperava dela: “Foi um alívio saber que há crianças que agora já podem dormir com tranquilidade”⁴³². Pedro Namora apelou a que as “crianças” denunciassem Carlos Silvino. A opinião pública estava maravilhada com a sua “coragem”.

No dia em que Silvino foi detido, iniciou-se em Cascais a Conferência Internacional “A investigação criminal do abuso sexual de menores”, cujos trabalhos foram concluídos em 27 de Novembro⁴³³. Esta “coincidência” não era realmente uma coincidência; a conferência foi organizada pela PJ na altura da denúncia da mãe de “Joel”, para se realizar na mesma altura do escândalo da Casa Pia. O Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Justiça, João Luís Mota Campos, fez o discurso inaugural; entre outras coisas, disse que os menores vítimas de abusos sexuais muitas vezes não apresentavam queixa porque nem sabiam que tinham sido vítimas de um crime, o que é uma observação particularmente digna de nota.

Estavam presentes representantes da Interpol e das Polícias de Espanha, França, Inglaterra, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Polónia. Um dos participantes mais atentos na conferência foi o Inspector-Chefe Dias André, que iria ter um papel determinante no processo Casa Pia. De facto, teve de se ausentar da conferência para tentar localizar o processo de 1982 que envolvia Jorge Ritto e que, apesar de já ter prescrevido, iria dar imenso jeito.

Entretanto, alguma comunicação social, pegando no tema do artigo de Felícia Cabrita, divulgava histórias que apresentavam Silvino como um violador perigoso e compulsivo, um homem violento que até aos superiores inspirava receio. A ideia era incitar o ódio da opinião pública contra ele e facilitar a aceitação das narrativas que viriam a seguir.

Era considerado um homem muito agressivo, moral e fisicamente, comportando-se, segundo dizem ex-alunos, como se fosse o “dono” da instituição [...] Costumava levar tarefas da Polícia na esquadra de Belém, quando era apanhado com miúdos⁴³⁴.

⁴²⁶ Conforme declarou à Procuradora Adjunta Paula Soares em 13.12.2002.

⁴²⁷ Cf. também a inquirição de Pedro Namora de 13.12.2002.

⁴²⁸ Silvino ter-lhe-ia pago 1.500 euros (*TVmais*, 6.5.2011, p. 119).

⁴²⁹ Onde também estariam Pedro Namora e Adelino Granja (depoimento de Carlos Silvino de 8.7.2005).

⁴³⁰ Ao contrário do que a PJ disse e o *Correio da Manhã* de 29.11.2002 publicou. Foi uma segunda versão do acontecimento; a primeira foi que Silvino, depois de falar com a advogada, resolvera entregar-se (*24 Horas*, 26.11.2002, p. 6-7).

⁴³¹ Inquirição de Maria Augusta Amaral de 16.5.2003.

⁴³² *Correio da Manhã*, 25.11.2003, p. 13.

⁴³³ As conclusões foram publicadas em *Sub-Judice*, Nº 26 (Outubro-Dezembro de 2003), p. 45-49. Ver também MARREIROS, Guilhermina – “A investigação criminal do abuso sexual de menores: aspectos jurídico-legais de protecção e de prevenção”, in *Infância e Juventude*, Nº 2 (Abril-Junho de 2003), p. 9-25. A Dr^a Guilhermina Marreiros estava ligada à Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco; foi Procuradora Geral Adjunta, e veio a ser sócia fundadora da “Rede de Cuidadores” de Catalina Pestana. O relator da Conferência foi o antigo Procurador Geral Adjunto Dr. Manuel Ferreira Antunes.

⁴³⁴ *Diário de Notícias*, 9.1.2003, p. 19.

Uma alegada vítima, a que deram o pseudónimo de “Orlando”, inventou uma história de fazer chegar as lágrimas aos olhos, como era de rigor:

No final [das violações, Silvino] dizia sempre que nos matava se contássemos alguma coisa [...] Ele batia-nos e levava-nos para trás das escolas ⁴³⁵, ou para as arrecadações, onde éramos violados [...] Todos tinham medo dele ⁴³⁶.

Esta campanha de ódio partiu das declarações do Mestre Américo, segundo o qual Silvino “é um monstro que engordou durante 30 anos e não o pôde fazer sozinho [...] outros indivíduos tiveram comportamentos repugnantes” ⁴³⁷, esquecendo-se, no entanto, de apontar quem seriam eles.

Mas o monstro predador que Felícia Cabrita descrevia no seu artigo ⁴³⁸ e que o Mestre Américo invectivava obsessivamente tinha pouco a ver com o autêntico Carlos Silvino, que, segundo a advogada Maria de Almeida Pinto, auxiliar de José Maria Martins, era “uma pessoa simpática, humilde, com dignidade humana e extremamente educado” ⁴³⁹. Os senhorios de um quarto onde vivera alguns anos, perto do Colégio Nun’Álvares, disseram que Silvino era uma “excelente pessoa”, que “estava sempre pronto para ajudar e era bem educado” ⁴⁴⁰. Já em pequeno se distinguiu pela sua maneira de ser afável. Uma tia, Genoveva da Silva, de 74 anos, que vivia na Aldeia do Cano, no Alentejo, recordava-se bem dele: “Era um miúdo muito bom” ⁴⁴¹.

Arcângela Caeiro, secretária da Provedoria, declarou:

Eu tinha as melhores impressões acerca do Bibi. Um rapaz bem disposto, sempre disponível, dentro das suas funções competentíssimo. Eu tinha as melhores impressões dele e gostava dele [...] Toda a gente recorria ao Bibi. O Bibi estava sempre disponível para toda a gente ⁴⁴².

Amílcar Teixeira, motorista da Casa Pia, observou o seguinte:

O Bibi era uma pessoa que, de uma forma geral, se relacionava bem com os colegas e com as próprias crianças, quando estavam juntos. Dava para notar que as crianças o respeitavam e lhe obedeciam de uma forma quase exemplar, o que muitas vezes não era conseguido pelo próprio declarante. O motivo pelo qual isso acontecia, o declarante desconhece, acrescentando que nunca viu o Bibi a ter qualquer atitude com as crianças menos digna ou que não se enquadrasse no âmbito da própria actividade profissional ⁴⁴³.

O seu colega e amigo Luís Pereira Redondo, também motorista da Casa Pia, veio a declarar em Tribunal, perante a hostilidade de Miguel Matias:

⁴³⁵ O Ministério da Educação emprestava à Casa Pia, para as colónias de férias, escolas primárias desactivadas em Armação de Pera, Carvoeiro e outros locais.

⁴³⁶ *Visão*, 6.3.2003, p. 91.

⁴³⁷ *24 Horas*, 8.12.2002, p. 7.

⁴³⁸ E isto apesar de, quando falou pela primeira vez com ele, achou que “apresentava, de facto, uma certa gentileza”, mas que Felícia, como já seria de esperar, atribuiu a “um certo sentimento de impunidade” (depoimento de Felícia Cabrita de 13.7.2006).

⁴³⁹ *Correio da Manhã*, 22.2.2004. Antiga estagiária de José Maria Martins, Maria de Almeida Pinto esteve três anos ligada à defesa de Carlos Silvino, mas acabou por abandonar o processo “quando percebi o rumo que o processo levava” (*Correio da Manhã*, 27.11.2009). Afirmou não se ter arrependido da sua decisão.

⁴⁴⁰ *Correio da Manhã*, 15.4.2003, p. 15.

⁴⁴¹ *24 Horas*, 5.12.2002, p. 7.

⁴⁴² Depoimento de Arcângela Caeiro de 19.10.2006.

⁴⁴³ Inquirição de Amílcar Teixeira de 10.7.2003.

O relacionamento que eu tinha com ele, eu vinha do Algarve, oh, agarrava no telemóvel: “Ó Silvino, ó Bibi, olha, vou com este carro, amanhã precisava do carro tal para levar para Chaves, vê lá se me podes dar um jeito.” Quando chegava estava lavado. Ele era incapaz de dizer que não, fosse o assunto que fosse. E como colega, e serviçal, não há melhor. Pode haver igual, mas não há melhor [...]

Eu fiquei doente, que eu deu-me um AVC em... 2002, mais ou menos em Outubro. Fiquei doente, fui para o hospital. O Carlos Silvino foi-me lá visitar várias vezes, quase todos os dias lá ia, isso lhe devo. Eu fui visitá-lo, até me disseram que [a PJ] não gostou muito que eu fosse visitar o moço à prisão. Também lhe haviam de dizer que é no hospital e nas prisões que se devem visitar as pessoas ⁴⁴⁴.

Paradoxalmente, o maior elogio a Carlos Silvino veio, embora indirectamente, da boca de Catalina Pestana, que admitiu em Tribunal que

O Sr. Carlos Silvino era uma pessoa completamente disponível. Estava disponível para o trabalho sempre. E portanto, não era controlável porque toda a gente lhe podia pedir a qualquer hora qualquer [coisa]. O Sr. Carlos Silvino, porque era muito disponível para o trabalho, nunca punha problemas de estar fora da minha hora, toda a gente lhe pedia muita coisa e ele fazia, mesmo quando essas pessoas que lhe pediam favores ou tarefas para a instituição, não eram seus superiores hierárquicos directos, e que por isso ele podia justificar sempre o chegar atrasado, ou não o estar e sem que ninguém levantasse problemas, porque toda a gente sabia porque se era precisasse ir buscar convidados para um congresso às quatro da manhã ao aeroporto, ele ia ⁴⁴⁵.

Mais tarde, acrescentou, com toda a justiça, que Silvino era um “prolongamento da Casa Pia”:

Estava de tal maneira ligado à Instituição total que é a Casa Pia, que era enquanto staff um prolongamento da instituição sempre. Pertencia à Banda mas era motorista, mas ia levar as Senhoras de apoio dos lares ao barco porque estava a chover. Não era sua função, não é, levar funcionários ao barco, mas ele ia, e algumas dessas funcionárias, no princípio, foram falar comigo e choravam, era de tal maneira a relação do Sr. Carlos Silvino dentro da instituição, quer com jovens alunos, quer com o staff, que já depois dele ter sido reformado compulsivamente ainda jantava nos lares da Casa Pia, porque as Senhoras de apoio e os educadores achavam que ele fazia sempre, quer fosse funcionário ou já tivesse deixado de ser, parte da instituição. É preciso conhecer uma instituição total, esta ou outra, para perceber que alguns dos seus trabalhadores, seja qual for o seu grau de vínculo em determinado momento, pertencem ao âmago da instituição. Parece-me que o Sr. Carlos Silvino podia ser uma figura equivalente às figuras que os especialistas definem teoricamente; embora mudando de funções ele foi dentro da Instituição quase tudo, formal e informalmente ⁴⁴⁶.

Silvino era “uma ótima pessoa, muito simpático e afável”, segundo a funcionária Teresa Lamberia ⁴⁴⁷. “Alguns rapazes davam-se muito bem com o Carlos Silvino, idolatrando-o

⁴⁴⁴ Depoimento de Luís Redondo de 12.5.2006 (cf. *Acórdão*, p. 576). O Tribunal desvalorizou este depoimento, porque Luís Redondo continuava a ser amigo de Silvino! “Prestou um depoimento que o Tribunal considerou globalmente isento e objectivo – sem intenção de deturpar o que viu ou o que ouviu e tentando reconduzir-se ao que se lembrava de ter visto ou ouvido, transmitindo assim preocupação de ser exacto e verdadeiro –, sendo a testemunha credível. Mas sem prejuízo da referência que acabámos de fazer, o que, em aspectos pontuais, retira espontaneidade ao depoimento e, em consequência, prejudica a aquisição da realidade e da verdade pelo Tribunal” (*Acórdão*, p. 377). Vá lá, que se esqueceram de mencionar que Redondo era padrinho de Francisco Guerra.

⁴⁴⁵ Depoimento de Catalina Pestana de 9.3.2005.

⁴⁴⁶ Depoimento de Catalina Pestana de 6.4.2005.

⁴⁴⁷ Inquirição de Teresa Lamberia de 25.2.2003.

mesmo”, admitiu Neidi Bruno, amiga de Francisco Guerra ⁴⁴⁸. “Mal ele chegava, iam todos cumprimentá-lo”, disse Ricardo A., de 15 anos, do Colegio D. Maria Pia ⁴⁴⁹. De facto, Silvino era tão geralmente estimado que até a médica dietista, Teresa Madeira, adoeceu e teve de receber tratamento psicológico quando viu Silvino acusado de abusos sexuais com rapazes da Casa Pia ⁴⁵⁰.

Está hoje estabelecido que Carlos Silvino era um homem simples e calmo, que se dava bem com muitos rapazinhos, grande parte dos quais nada teve a queixar-se dele; alguns chamavam-lhe mesmo “tio” ou “pai”. Márcio Nunes, irmão de Lauro David, por exemplo, achava que era “um gajo bué da fixe, fala-se muito bem com ele” ⁴⁵¹. Um antigo casapiano, José António Santos, declarou que Silvino “é amigo de toda a gente, era brincalhão [...] dava-se bem com toda a gente”, e que não tinha razão de queixa dele ⁴⁵².

O educador Vítor Esteves recordou:

Normalmente aconteceu a alguns dos jovens nós irmos para colónias de férias e irmos na camioneta, portanto no autocarro de passageiros, e o Sr. Carlos Silvino ir com o chamado furgão onde levava os géneros alimentares, colchões desdobráveis, entre outras coisas que não podiam ir no autocarro. E, normalmente, um ou dois jovens pediam sempre para ir com ele. Nós deixávamos, portanto eles iam atrás da camioneta ⁴⁵³.

Para citar mais um exemplo: Luís Santos, de 23 anos, conheceu Silvino pessoalmente e não tinha que se queixar dele:

Ele nunca tentou nada comigo. Nem nunca ouvi falar em casos de pedofilia. Falávamos muito com ele, mas nunca houve nada. Ele limitava-se a ir ao nosso lar buscar pão para as galinhas. Dizia que gostava de animais ⁴⁵⁴.

Para muitos, a diabolização que se estava a fazer de Silvino não tinha sentido, pelo menos antes de a comunicação social lhe destruir totalmente a imagem. Vejam-se, por exemplo, as declarações de Luís E., de 16 anos, aluno interno do Colégio Maria Pia:

Ainda tem dificuldades em aceitar que ele pudesse ter abusado de rapazes da Casa Pia [...] Quando viu na televisão as notícias sobre ele, mal pôde acreditar no que ouviu. Custou-lhe muito ouvir tais coisas. Diz que na altura se sentiu envergonhado. Estes sentimentos ocorreram também porque nunca suspeitou dele, nem nunca ele deu a entender que teve esses contactos sexuais com os alunos [...].

Depois de ser noticiado [sic] as suspeitas e abusos sexuais, alguns colegas comentavam o facto de não acreditarem em tais suspeitas, uma vez que ele era funcionário. O depoente, por seu lado, achava que o assunto era sério demais e que se calhar era verdade. Nunca falou muito sobre este assunto e, apesar de acreditar nos ditos abusos, ainda hoje em dia custa-lhe a crer que os tivesse praticado ⁴⁵⁵.

Ou as declarações de Jorge S., de 17 anos, aluno interno do Colégio de Santa Catarina:

O Bibi era a pessoa mais popular na Casa Pia. Era impossível ser-se aluno ou funcionário sem o conhecer. Ele falava com toda a gente e estava sempre bem

⁴⁴⁸ Inquirição de Neidi Bruno de 24.2.2003.

⁴⁴⁹ Inquirição de Ricardo A. de 18.7.2003.

⁴⁵⁰ Cf. <www.tsf.pt/PaginalInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=771064>.

⁴⁵¹ Depoimento de Márcio Nunes de 28.2.2007.

⁴⁵² Depoimento de José António Santos de 16.11.2006.

⁴⁵³ Depoimento de Vítor Esteves de 13.12.2006.

⁴⁵⁴ *Correio da Manhã*, 27.11.2002.

⁴⁵⁵ Inquirição de Luís E. de 23.1.2003.

disposto. Fácilmente punha alcunhas a toda a gente e as pessoas nunca levavam a mal. Toda a gente falava com ele com grande à-vontade [...]

Em relação ao Fábio Cruz [o "Joel"], o depoente reconheceu o seu depoimento na televisão, mas como nunca gostou dele, nunca se deram muito. Na altura nem queria acreditar que tal coisa pudesse ser verdade. Pensou que o Bibi soubesse de algumas coisas que se passassem na Casa Pia e que por isso o quisessem afastar de lá, mas depois acabou por acreditar, com o decorrer dos acontecimentos, que de facto ele terá abusado do Fábio, e é bem possível que tenha abusado de outros rapazes também. Consigo nunca aconteceu nada ⁴⁵⁶.

E tanto assim era que Pedro Strecht viu-se na obrigação de admitir o que muita gente já sabia:

Estou-me a lembrar, nomeadamente, do senhor Carlos Silvino, e estou-me a lembrar do caso do Francisco [Guerra] e também de outros miúdos, que diziam coisas, "Ah! Mas ele tinha coisas boas para nós e ele levava-nos ao futebol e ele tinha e ele fazia isto e fazia aquilo", o isto e aquilo com atribuições ⁴⁵⁷.

De facto, Filipe B., que disse ter tido relações sexuais com Carlos Silvino, contou o seguinte ao Prof. Costa Santos, que o examinou no INML:

A primeira vez que ele se meteu comigo foi na garagem do Pina Manique... acho que tinha 13 anos [...] depois disso chamava-me para ir ter com ele à garagem e eu ia, tipo cão... ele era como se fosse meu pai... era porreiro... ele, às vezes, dizia que era como se fosse meu pai... às vezes, quando me chamava, dizia: 'ó filho, anda aqui ' [...]

Eu não conseguia estar muito tempo sem falar com ele... ele era quase um pai para mim... voltou a levar-me aos jogos... uma vez, no estádio de Pina Manique, pagou-me um bolo e um sumo... depois levou-me ao Colégio... um sábado, levou-me à praia... acho que era na Parede... uma praia pequena... onde havia um café... ele comprou-me um gelado... um "Calippo"... lá na praia, uma pessoa perguntou se eu era filho dele e ele disse que sim... fiquei admirado, mas gostei do que ele disse ⁴⁵⁸.

Até o colectivo de juízes reconheceu "o gosto que [Francisco Guerra] tinha em estar com o arguido" ⁴⁵⁹, que "o arguido tinha gosto em relacionar-se com os educandos da Casa Pia, ele próprio era um "irmão" casapiano, e os próprios assistentes manifestaram gosto em estar com o arguido" ⁴⁶⁰, e que "os miúdos gostavam de estar com ele" ⁴⁶¹. "Era sociável e simpático para com os educandos da CPL, mostrava-se interessado por actividades desportivas e disponível para os ajudar" ⁴⁶².

E era apreciado como funcionário pela sua lealdade à casa, por ser bom trabalhador e estar sempre disponível, como até admite um processo interno de 1988, causado por um "envolvimento físico" entre Silvino e o mecânico Fernando Vicente, e foi confirmado em Tribunal pelo Dr. Luis Vaz, antigo Director do Colégio Pina Manique, que declarou que Silvino era "educadíssimo", "trabalhador", "disponível" e "generoso" ⁴⁶³, pelo Dr. António Martins Rebelo, professor e irmão do antigo provedor Luís Rebelo, e por vários funcionários, que gostavam da sua companhia e o estimavam. E teve sempre nota de 'Bom' ou 'Muito Bom' nas

⁴⁵⁶ Inquirição de Jorge S. de 22.1.2003.

⁴⁵⁷ Depoimento de Pedro Strecht de 20.4.2006.

⁴⁵⁸ Relatório do Prof. Jorge Costa Santos de 18.6.2003.

⁴⁵⁹ *Acórdão*, p. 1305.

⁴⁶⁰ *Acórdão*, p. 715, 1324.

⁴⁶¹ *Acórdão*, p. 710.

⁴⁶² *Acórdão*, p. 116.

⁴⁶³ *Acórdão*, p. 575, 870.

avaliações periódicas – o que depois a PJ interpretou como “forte indício” de estar a ser protegido nas suas actividades criminosas pela Provedoria!

*
* *

A investigação da Casa Pia foi diferente desde o início. Começou com uma notícia de jornal. Foi ataçada por pessoas estranhas à Polícia. E uma das suas principais componentes foi a comunicação social, que ajudou imenso a estabelecer na opinião pública a ideia de Carlos Silvino como um predador insaciável. Já se conhece a maneira como alguns jornalistas procediam, mas este exemplo é particularmente elucidativo. Marcos F., de 14 anos, declarou “que foi assediado pela imprensa, a SIC e a TVI, que lhe ofereceram até a retribuição que quisesse para contar o que se tivesse passado consigo”. E mais:

Ficou surpreendido com o facto de a sua colega da Escola Secundária das Olaias, a Vânia, que pensa que é familiar de uma senhora que era amiga do Bibi e apareceu a falar na televisão (uma senhora que era cozinheira) ⁴⁶⁴, ter-lhe perguntado se ainda tinha o mesmo telemóvel. Depois convidou-o para irem ao cinema, e quando lá estavam apareceu uma senhora que se fez passar por amiga dela, mas que conhecia mesmo a família dela, e que, ao meter conversa com o depoente, o questionou sobre a Casa Pia. No fim, o Marcos viu que ela deu 60 euros à Vânia, quando o seu colega do Lar, o Rúben, que estava consigo e com a Vânia, a reconheceu como jornalista da SIC e ela confirmou.

Passados uns dois dias, foi da TVI que lhe telefonaram, e o Marcos respondeu a mesma coisa – só falava com a Polícia e não tinha nada a dizer a jornalistas.

A TVI chegou também a falar com o seu irmão, que é empregado da TMN (chefe do escritório em Albufeira), mas o seu irmão disse que o Marcos é menor e eles deveriam falar com os educadores e não com os miúdos ⁴⁶⁵.

E viu-se obrigado a deixar de usar o telemóvel que o irmão lhe oferecera “porque os jornalistas começaram a saber o número e passaram a telefonar insistentemente” ⁴⁶⁶. Isto passou-se no início das férias de Natal de 2002.

Inquirida pelo Inspector José Alcino, Vânia V. admitiu que a jornalista que assediara Marcos F. era Felícia Cabrita, que obtivera o seu número de telefone através de Ana Paula Valente, amiga de longa data de Carlos Silvino e que já se tinha voltado contra ele:

A depoente recebeu um telefonema de uma senhora que se identificou por Felícia Cabrita, jornalista do jornal *Expresso*. Desde logo começou a falar com a depoente, a tentar convencê-la de que as duas poderiam ajudar o Marcos. Ela disse que alguém estava a fazer mal ao Marcos e que assim a depoente podia ajudá-lo, através dela. Disse-lhe também que queria que o Marcos “se abrisse” e fazer-lhe umas perguntas para saber se o Bibi lhe tinha feito mal. Segundo a Felícia Cabrita, queria ajudá-lo. Para que tal acontecesse, Felícia Cabrita queria que a depoente se encontrasse com o Marcos, onde depois ela apareceria.

A manobra não deu resultado, mas a curiosidade jornalística de Cabrita não esmoreceu:

Depois desse dia, a Felícia telefonou-lhe muitas vezes. Lembra-se [que] os últimos telefonemas aconteceram em Fevereiro deste ano. Perguntada acerca das razões dos telefonemas, responde que a Felícia queria saber se a depoente já sabia

⁴⁶⁴ Vânia era enteada de Ana Paula Valente, filha da mãe adoptiva de Silvino (inquirição de Ana Paula Valente de 20.3.2003). Era sexualmente activa desde os 11 anos (inquirição de Vânia V. de 21.3.2003).

⁴⁶⁵ Inquirição de Marcos F. de 24.1.2003.

⁴⁶⁶ Inquirição de Marcos F. de 27.2.2003.

“de alguma coisa”, se o Marcos “já lhe tinha contado alguma coisa” [...] A Felícia Cabrita telefonou-lhe mais ou menos até à altura em que o Carlos Cruz foi preso ⁴⁶⁷.

Felícia Cabrita não foi a única jornalista que se interessou por Marcos F.:

No dia 28 de Março passado, sexta-feira, cerca das 20h15, quando se encontrava na casa da sua avó, nos Olivais, foi ali procurado por uma jornalista de nome Alexandra Borges. A jornalista fez-lhe perguntas sobre o Carlos Cruz e começou a falar no arguido Manuel Abrantes, mas quando surgiu a tia do Marcos, que é polícia e se apresentou como tal, foi-se embora e deixou um cartão de visita, para o caso de o depoente decidir falar com ela ⁴⁶⁸.

Mas o papel mais destacado coube a Felícia Cabrita, que rivalizava a Polícia Judiciária com a recolha de informações sobre os educandos da Casa Pia. Segundo o ex-aluno Nuno Silva:

Em 10 de Abril deu uam entrevista à jornalista Felícia Cabrita. Até hoje esta entrevista não surgiu em nenhum meio de comunicação social. Antes disto já falara com ela diversas vezes. A primeira vez que a contactou foi depois de ver um número telefónico de contacto num rodapé televisivo que apareceu durante uma reportagem da Casa Pia de Lisboa. Foi o Nuno que tomou a iniciativa de a contactar telefonicamente.

Mas Cabrita estava longe de ser um caso único, como Nuno Silva contou:

Entretanto, houve um outro jornalista do Correio da Manhã (Octávio Lopes) que também contactou telefonicamente [com] o depoente para o seu telemóvel, pretendendo falar consigo. O Nuno não faz ideia da forma como este jornalista [teve] acesso ao número do seu telemóvel ⁴⁶⁹.

Luíis M. despertou a curiosidade de Alexandra Borges, por coisas que João Paulo Lavaredas lhe contou, e a jornalista tentou comunicar com ele:

Eu perguntei: “Então, quem é que quer falar com o “Barrigas?”. E quando o tratavam por “Barrigas”, essa... a coisa não era boa. Porque a gente tratava-o por Luís M. [...] Eu disse “Então quem é que quer falar com o “Barrigas?” e ela disse “Isso é que era bom, desde quando é que agora eu tenho...”, “Desculpe a senhora tem de se identificar”, e passámos assim à conversa. “Mas isso, isso é uma priv... pronto, é uma, tão-nos a privar das pessoas”, “Não, desculpe lá, se a senhora não disse, não se identifica, não fala com ninguém”. Depois tivemos assim à conversa, não sei quantos, e foi quando ela depois identifica-se, depois de várias mentiras, não é, que disse que era isto, que era aquilo e que ela era aqueloutro [...] Do género que era, era uma amiga e que tava desenrascada e que queria falar com ele, porque o fulano de tal tinha-lhe roubado não sei quantos, mas isso era tudo tretas, tudo aldrabice.

E então, depois de eu dizer que não, que não falava, que não deixava ela falar, ela então identifica-se “Sabe, pronto então eu vou-lhe dizer, eu sou jornalista, sou a Alexandra Borges e gostava de falar com o Luís M.”. “Então e por causa de quê?” perguntei-lhe eu. E ela perguntou-me e disse que “Então o que é que o senhor acha?” e eu disse assim: “Não sei, se calhar ele tá sempre aí metido em coisas, será que ele meteu-se aí na droga ou uma coisa assim?”, tal e qual isto. “Não, ele... por causa de prostituição”. Prostituição, foi assim que ela disse. E eu disse assim: “Olhe, desculpe lá, mas então vai ter que vir aqui à responsável de internato amanhã, e então a senhora fala com ela e depois daí o que resultar é o que a senhora fará”. Fui-me embora, depois disse ao meu colega o que é que se passava – já não está lá a trabalhar esse colega, que era o Luís Lino – e depois ela volta novamente a telefonar e apanhou o meu colega. E o meu colega depois contou-me e disse que ela telefonou e disse “Olhe

⁴⁶⁷ Inquirição de Vânia V. de 21.3.2003.

⁴⁶⁸ Inquirição de Marcos F. de 8.4.2003.

⁴⁶⁹ Inquirição de Nuno Silva de 29.4.2003.

eu queria falar com o “Barrigas” e o meu colega perguntou “Então quem é que quer falar com o “Barrigas”?”, “É uma, é uma amiga”. E o meu colega como já sabia, disse assim “Não sabia que o “Barrigas” tinha amigas jornalistas”⁴⁷⁰.

Sandro Alexandre, ex-educando da Casa Pia, teve também os seus encontros com a comunicação social, por ser irmão de Leandro A., de quem a PJ suspeitava que tivesse tido contactos com Carlos Silvino:

Após a detenção do Bibi, já foi contactado por três jornalistas que queriam falar consigo. A primeira, em meados de Fevereiro ou Março de 2003, era uma jornalista da TVI de nome Rita, a qual exibiu ao depoente um papel onde constava o seu número de telefone e o seu nome. Segundo esta jornalista, aquele papel tinha sido dado pelo Bibi a alguém que o visitou e o Bibi queria que essa pessoa contactasse o depoente e a sua mãe. Mais tarde foi contactado pela Felícia Cabrita, tendo-lhe desligado o telefone pois não gostou do modo como esta falou consigo. Na última semana de Novembro foi contactado por uma jornalista do *Correio da Manhã*, a qual não se quis identificar, e à qual o depoente não forneceu qualquer informação⁴⁷¹.

A acusação contra Carlos Silvino, que era, nesta fase, o ponto fulcral da investigação, foi montada com uma grande ajuda de **Francisco Guerra**, que se dizia seu “braço direito”. Que espécie de pessoa era, já veremos. Dizia que Silvino era o seu “grande amigo”⁴⁷², costumava chamar-lhe “pai”, imitava-o na forma de vestir e nas expressões que usava, e chorou quando soube que o tinham prendido⁴⁷³. “O Francisco ficou completamente de rastos com a detenção do Carlos Silvino”, declarou uma educadora, “pois ele encarava-o como um ídolo. O Carlos Silvino era aquilo que ele queria ser quando fosse mais velho”⁴⁷⁴. E não ficou inactivo; escreveu uma carta ao Provedor Luís Rebelo, afirmando que as acusações feitas a respeito de “Joel” não eram verdadeiras⁴⁷⁵, e fez circular um abaixo-assinado de solidariedade para com Silvino⁴⁷⁶.

Mas esta lealdade para com o seu amigo, que até lhe pagava as dívidas que ia fazendo, não durou muito: “Quando o Carlos Silvino foi preso, o Francisco começou a sentir-se muito mal, muito inquieto, sufocado, dizendo que tinha muitas coisas para contar e que queria falar para as televisões”⁴⁷⁷. E assim, Francisco Guerra dirigiu-se espontaneamente à PJ em 16 de Dezembro de 2002, por sugestão de Pedro Strecht⁴⁷⁸, que era o seu novo ídolo, e começou a comprometer Silvino e a denunciá-lo a torto e a direito em sucessivas inquirições, com a imaginação sem limites que hoje todos lhe reconhecem, e que lhe deu o direito a ser uma estrela televisiva quase de um dia para o outro, que era o que mais lhe interessava. A reacção que ele depois teve quando Silvino começou a acusar-se a si próprio e aos outros arguidos, e portanto a cavar a sua própria sepultura, merece um estudo psicológico:

A minha reacção foi de felicidade. Nunca acreditei que o Carlos Silvino tivesse a colaborar com o Tribunal. Eu estava no gabinete da Sr^a Provedora, ela contou-me e eu também li alguns jornais, como sempre li neste processo todo e não quis acreditar que o Carlos Silvino estava a colaborar. Em relação aos meus colegas, muitos choraram porque foi um voto de grande confiança, e muitos colegas meus disseram

⁴⁷⁰ Depoimento de Carlos Vicente de Jesus de 17.5.2006.

⁴⁷¹ Inquirição de Sandro Alexandre de 2.12.2003.

⁴⁷² Depoimento de Maria Luzia Gomes de 22.5.2006.

⁴⁷³ *Acórdão*, p. 411, 1305; cf. depoimento de Maria Luzia Gomes de 22.5.2006.

⁴⁷⁴ Inquirição de Maria Manuela Marques de 1.10.2003.

⁴⁷⁵ *Correio da Manhã*, 14.3.2006, p. 15.

⁴⁷⁶ Depoimentos do Dr. Luís Vaz de 10.5.2006 e de Maria Luzia Gomes de 22.5.2006; cf. também depoimento de Carlos Silvino de 10.1.2005.

⁴⁷⁷ Inquirição de Maria do Rosário Zambujo de 23.4.2004

⁴⁷⁸ Depoimento de Maria Luzia Gomes de 22.5.2006.

mesmo que, de todos, o Carlos Silvino é aquele que merece ter uma segunda oportunidade ⁴⁷⁹.

O Inspector José Alcino, que inquiriu Francisco Guerra em 16 de Dezembro de 2002, não esperava que ele fálasse tanto. O “menino” disse que sempre se dera bem com Carlos Silvino, “que sempre teve dele uma imagem positiva” e que, embora tivesse sempre ouvido falar das suas relações com crianças, nunca soube de situações concretas. Mas que, a certa altura, Silvino convidou-o a arranjar rapazes da Casa Pia que quisessem fazer sexo com homens. Ele concordou, e Silvino ofereceu-lhe um telemóvel para contactar com ele sempre que precisasse de rapazes. Estes “eram tantos”, e vindos de todos os Colégios da Casa Pia – e até, acrescentou depois, da colónia de férias da Areia Branca – que Francisco Guerra “não consegue precisar”, mas nomeou João Paulo Lavaredas, Luís M., Lauro David e Mário Pompeu, entre outros. Silvino, acompanhado dele, ia num Peugeot preto a diversas casas, onde entravam rapazes; e ficavam os dois à espera deles no carro, uma ou duas horas, mas nem sempre:

Por vezes, Carlos Silvino apenas levava os rapazes a casa dessas pessoas e deixava-os lá, passando no dia seguinte para os ir buscar [...] Estas situações aconteciam várias vezes por semana e sobretudo às sextas-feiras. De resto, diz que também era frequente os rapazes passarem os fins de semana na casa dessas pessoas e regressarem na segunda-feira.

Perguntado sobre os nomes e localização dessas casas, responde que foram tantas as casas que apenas se lembra de algumas.

Seria uma meia dúzia de casas, no Estoril, Oeiras e Cascais, entre as quais a de Jorge Ritto, e mais outras tantas em Lisboa. E no ano 2000 foi com Silvino entregar dois rapazes do Colégio de Xabregas à casa de Carlos Cruz, no Campo Grande. E não era tudo: um pouco antes do Verão de 2002, foi com Silvino a Elvas, à vivenda de um amigo dele chamado Hugo Marçal. De facto, Silvino fazia o dobro da quilometragem dos outros motoristas, mas era protegido por Manuel Abrantes, de quem era muito amigo, de tal maneira que chegava “a mandá-lo para o caralho em frente de outras pessoas” ⁴⁸⁰, o que é pelo menos uma maneira original de mostrar amizade.

Depois disto tudo, afirmou que “nunca teve qualquer tipo de contacto sexual com o Carlos Silvino, nem com qualquer outro adulto, nem nunca foi assediado para tal”. Nem recebia dinheiro de Silvino. Não tardou a dar uma versão contraditória. Mas para já, mostrou-se o mais colaborante possível:

É tudo o que se pode recordar nesta altura, e é possível que se venha a recordar de outras pessoas que se contactavam com rapazes da Casa Pia, por intermédio do Carlos Silvino, e até o nome desses rapazes. Aliás, diz que tem um diário no armário do seu lar, prontificando-se a exibi-lo a esta Polícia e a permitir que sejam tiradas fotocópias do seu conteúdo, se se considerar relevante. Que este diário tem anotações com certos nomes de intervenientes e datas concretas.

Tal era a abundância de dados que a PJ esteve três semanas antes de voltar a inquirir Francisco Guerra. E José Alcino nem deu porque estava a ser levado por um mentiroso compulsivo. Nem foi logo apreender o famoso diário, que foi preciso o “menino” escrevinhar à pressa e entregar, e que era uma obra-prima de imaginação.

⁴⁷⁹ Depoimento de Francisco Guerra de 19.9.2005. Aquele pormenor de os colegas chorarem é claramente uma invenção do “menino”, para sublinhar que Silvino corroborava assim a verdade do que eles diziam.

⁴⁸⁰ Alguns destes pormenores repetem-se na inquirição de Neidi Bruno de 24.2.2003, o que não é de estranhar, devido aos contactos frequentes entee Francisco Guerra e ela. Tal como ele, Neidi Bruno tinha má vontade para com Manuel Abrantes. Quando foi inquirida, disse várias coisas contra Carlos Silvino, talvez influenciada por Francisco Guerra.

A segunda inquirição de Francisco Guerra, feita por José Alcino na manhã de 6 de Janeiro de 2003, foi especialmente profícua. Tinha-se-lhe aberto a memória. Agora apresentava-se como “íntimo amigo” de Carlos Silvino, que uma vez o levou, acompanhado de mais dois ou três rapazes que não conhecia, a casa de Carlos Cruz, que era um estúdio em Entrecampos. Nunca lá entrou, mas ele e Silvino deslocaram-se lá várias vezes para entregar rapazes, que recolhiam umas duas horas mais tarde. Os rapazes foram muitos, mas quase nunca eram os mesmos; mas um era João Paulo Lavaredas. Isto acontecia até quatro vezes por mês, mas sem dia ou hora certa. Francisco Guerra tinha uma lista “de todos os adultos e rapazes envolvidos”, mas deitara-a fora quando Silvino foi preso⁴⁸¹. E acrescentou que

Silvino ganhou muito dinheiro com este esquema, mas que estava quase sempre sem dinheiro, pois gastava muito. Diz que comprava muita coisa, muitos artigos de utilização diária, ou em comida. Era costume também, para assediar e “comprar” os rapazes, dar-lhes dinheiro, mesmo quando não se contactavam com homens, ou antes disso acontecer. Por isso, por vezes, quando o Silvino não tinha dinheiro, pedia ao depoente para telefonar para os “clientes”, para saber se eles “precisavam”, ou “queriam” rapazes.

José Alcino inquiriu Francisco Guerra ao fim da tarde de 13 de Janeiro de 2003, na presença de Rita Santos, e mostrou-lhe uma série de fotografias de educandos da Casa Pia, gostosamente fornecidas por Catalina. Francisco Guerra identificou nada menos que 19 rapazes de três Colégios, que teriam sido abusados (quase todos vieram a negar). E acrescentou:

Muitos mais terão feito parte do esquema já descrito por si em inquirições anteriores, durante os seis anos em que nele participou. No entanto, afirma que não consegue associar os alunos que apontou aos adultos que terão estado com eles, na medida em que foram tantos e tantas vezes que já não consegue recordar o contorno destes factos.

O Inspector acreditou piamente; não achou que era fatura de mais. E já devia ter experiência bastante para compreender que tinha um mitómano pela frente.

Inquirido por José Alcino em 27 de Janeiro de 2003, Francisco Guerra declarou que tinha 12-13 anos quando Silvino lhe deu um telemóvel e ele passou a ajudá-lo nos “esquemas”:

Era com a idade de 10 ou 11 anos que ele lhes começava a dar dinheiro. O Carlos Silvino escolhia os rapazes. Diz que ele escolhia os “que não batiam bem da cabeça”, e os mais vulneráveis. Dentro deste grupo, ele escolhia os mais novos. Para os contactos sexuais ele indicava ao depoente quais os rapazes que pretendia. Depois disso, o depoente contactava os rapazes, telefonando-lhes para o telemóvel ou para o lar.

E ninguém estranhava haver miúdos apoucados ou vulneráveis, que andavam de telemóvel, ou então que eram chamados no lar por um rapaz que podia muito bem ir ter com eles a pé.

Aos 15-16 anos, disse, tentou afastar-se dos “esquemas”, mas Silvino respondeu-lhe que pensasse melhor, que não era boa ideia, e que podia vir a ter problemas com os homens a quem levavam rapazes, pelo que continuou. E aproveitou para dar os nomes de mais três rapazes que andariam nos “esquemas”.

Em 4 de Fevereiro de 2003, as Procuradoras Adjuntas Paula Soares e Cristina Faleiro inquiriram Francisco Guerra, que disse: “Quando o escândalo rebentou, destruiu muita

⁴⁸¹ Algumas páginas adiante, disse que a lista, em que constavam os nomes de Ferro Rodrigues e Paulo Pedroso (que tinha acabado de acusar), estava na posse de Silvino, “e que a terá guardado antes de ser preso”.

documentação que tinha. Só guardou três agendas, duas das quais vai agora juntar aos autos”⁴⁸². E em 11 de Fevereiro acrescentou que tinha três contas bancárias, que serviam para Silvino depositar o dinheiro das práticas sexuais com adultos: uma no Banco Espírito Santo (BES), na Ajuda, outra no BCP/Nova Rede, em Benfica, e outra na Caixa Geral de Depósitos, em Belém,⁴⁸³ e que autorizava a PJ a investigá-las, dispensando o sigilo bancário, para o que assinou uma autorização que lhe foi apresentada. O que mais admira é como Dias André, que tinha bastante prática na PJ, se deixou enganar por Francisco Guerra.

Inquirido na manhã de 17 de Julho de 2003 pela Procuradora Adjunta Paula Soares, Francisco Guerra disse que Silvino abusou dele pela primeira vez no princípio de 1998, na barraca onde vivia, masturbando-o e obrigando-o a fazer-lhe sexo oral. “Depois disso começou a sair mais vezes” com ele. Ainda no princípio de 1998, Silvino começou a levá-lo a casa de vários homens.

Outros intervenientes na montagem da acusação incluíram os seguintes:

Carlos O. – Ao ser inquirido, disse que Carlos Silvino “nunca praticou actos sexuais com o depoente nem o aliciou para os praticar, quer com ele, quer com outros homens. Também nunca propôs ao depoente que o acompanhasse a nenhum sítio para ver filmes pornográficos ou para aó praticar actos sexuais”⁴⁸⁴.

Foi ouvido em Tribunal por videoconferência em 21 de Novembro de 2005, altura em que vivia com uma avó materna e estava desempregado. Disse que Silvino tinha feito masturbação e sexo anal com ele por quatro vezes; mas não se lembrava dos locais onde tinham acontecido os abusos nem os pormenores do que aconteceu. Os abusos foram sempre dentro da carrinha que Silvino conduzia, e Silvino nunca o levou a casa nenhuma nem o apresentou a ninguém. Carlos O. consentiu nos abusos porque queria o dinheiro para comprar Ferraris em miniatura para a colecção⁴⁸⁵; mas mais adiante disse que “tinha medo [de] que ele me perseguisse ou me batesse”, embora admitisse que Silvino nunca o tinha ameaçado.

Ilídio Marques – Declarou a José Alcino em 26 de Fevereiro de 2003 que Carlos Silvino o tinha masturbado dentro do seu carro, teria ele uns 12 anos. À Dr^a Alexandra Anciães disse mais ou menos a mesma coisa, mas acrescentou que “fazia tudo para não se encontrar com ele, chegado a esconder-se”, e só se voltou a dar com Silvino porque precisava de dinheiro⁴⁸⁶.

João Paulo Lavaredas – Em 3 de Janeiro de 2003, disse que fora obrigado por Carlos Silvino a fazer-lhe sexo oral, tinha ele 7 anos e estando há pouco tempo na instituição. Repetiram o sexo oral mais duas vezes, tinha ele 11 anos à primeira e 13 à segunda.

Faz mais sentido o que Carlos Silvino declarou em Tribunal sobre ter-se começado a relacionar sexualmente com este “menino”, de quem era amigo:

⁴⁸² Não sabemos se as juntou ou não. Sabe-se que Francisco Guerra entregou, na audiência de julgamento de 14.9.2005, duas agendas, uma de capa em tons de azul e outra de capa branca (*Acórdão*, p. 458), que ficaram no Apenso CA do processo e que, afinal, não tinham interesse nenhum (*Acórdão*, p. 1272).. Quando foi lida a sentença da 1^a instância, foi-lhe devolvida “uma agenda pessoal, de capa verde, com a inscrição “BP”, com algumas inscrições e contactos telefónicos” (*Acórdão*, p. 1732).

⁴⁸³ A verdade, que Francisco Guerra admitiu em Tribunal, era esta: a conta da Caixa foi aberta em nome dele e da Casa Pia, em 1999 ou 2000; a do BES foi aberta em nome dele e da tia; e a da Nova Rede, a mais antiga de todas, foi aberta em nome dele pelo avô, já falecido (e já estava desactivada, segundo um ofício do BCP de 19.2.2003). Só podiam ser movimentadas a partir dos 18 anos. Não tinham nada a ver com o dinheiro recebido em actividades sexuais (depoimento de Francisco Guerra de 24.10.2005).

⁴⁸⁴ Inquirição de Carlos O. de 19.3.2003.

⁴⁸⁵ Tanto trabalho que teve, e afinal, quando “ganhou coragem” para denunciar os abusos, deu os Ferraris ao sobrinho (depoimento de Carlos O. de 21.11.2005).

⁴⁸⁶ Relatório da Dr^a Alexandra Anciães de 13.8.2003.

Quanto ao João Paulo Lavaredas, na altura estava, portanto mais colegas deles a ajudarem-me a lavar o autocarro, mas depois foram chamados ao Lar e o João Paulo Lavaredas, portanto, indicou-me que já sabia como se ganhava dinheiro, a fazer oral, tanto com dois senhores que ele conhecia no Cais do Sodré, depois, portanto, ele quis-me, portanto, fazer e eu também dei-lhe dinheiro e ele fez-me a mim ⁴⁸⁷.

Lauro David – Começou por dizer, em 20 de Janeiro de 2003, que sabia haver pedófilos na Casa Pia, que se falava de Carlos Silvino mas que ele nunca o tinha molestado, e que até tinha boa impressão dele: “Era um gajo porreiro” ⁴⁸⁸. Mais disse que era amigo de Francisco Guerra, mas que este nunca o tinha aliciado para esquemas; e que “nunca esteve envolvido em actos de cariz sexual com outros rapazes da Casa Pia e/ou com adultos”. Em 18 de Fevereiro, disse que Silvino lhe carregou o telemóvel várias vezes, a seu pedido. Negou “ter alguma vez estado sexualmente com o “Bibi” ou com qualquer outro homem arranjado por este. Nunca foi na companhia de outros jovens para casa de indivíduos que tivessem abusado sexualmente de si, nem transportado por este indivíduo, nem por qualquer outro”. De resto, nem era dos que andavam mais com Silvino; “quem andava sempre com ele era o Francisco Guerra”. Só foi uma única vez a casa de Silvino, para o ajudar a levar uns móveis, e foi acompanhado por dois amigos, que identificou.

Em 10 de Março de 2003, porém, ao ser inquirido por Cristina Correia, começou a fazer revelações. Deu-se bem com Silvino durante meses e nunca teve razão de queixa. Mas no Verão de 2001, quando estava na colónia de férias de Vila Real de Santo António, Silvino foi encarregado de transportar as bagagens de volta para Lisboa. Na última noite, chegou tarde e entrou para o quarto dos rapazes, onde não havia nenhum monitor ou educador, e foi-se deitar na sua cama, o que não lhe impediu o sono; mas ao acordar, vendo Silvino ao seu lado e abraçado a ele, “senti tanto nojo que se levantou de um salto”, mas não notou que houvesse quaisquer indícios de abuso. Mesmo assim, foi-se distanciando de Silvino. E garantiu “que nunca houve qualquer outro contacto íntimo entre si e o Bibi, e nunca conheceu qualquer outro adulto que tivesse este tipo de comportamento”. Mais ainda, “nunca o Bibi sequer o desafiou a ir conhecer outras pessoas, outros homens com quem pudesse manter qualquer contacto sexual”. Estava estabelecido o ponto que iria abrir as portas a uma torrente de revelações.

Em 25 de Março de 2003, Lauro David apresentou-se espontaneamente à PJ para “esclarecer factos que não relatou anteriormente e que hoje deseja contar”, e foi inquirido por Rita Santos. Disse-lhe que Silvino era “uma pessoa afável, ‘porreira’, com quem era fácil estabelecer uma relação de amizade [...] era mesmo o único adulto com quem tinha alguma proximidade”. Dava-lhe boleias e convidava-o a ir visitá-lo a casa. Mas uma vez, tinha ele 12 anos, Silvino levou-o a casa dele, mostrou-lhe um filme pornográfico e fizeram masturbação mútua (nesta altura já não sentiu nojo). A partir desse dia, Lauro David passou a encontrar-se com Silvino antes de ir para as aulas; este levava-o a casa e repetiam os mesmos actos. Isto acontecia três vezes por semana. Mas no ano seguinte, foi-se afastando de Silvino, e a partir dos 15 anos deixou de o ver.

Em 26 de Março de 2003, Lauro David acrescentou que, afinal, Silvino tinha começado por fazer masturbação mútua com ele, mas eventualmente passou ao sexo oral e finalmente ao sexo anal. Continuou as relações anais com Silvino até se separar dele. Em 28 de Abril, especificou que, ao fazer 15 anos, “tendo a noção da realidade e da gravidade dos actos que sofria”, resolveu cortar relações com Silvino. “A partir dessa altura e até à presente data, não mais manteve contactos sexuais com qualquer indivíduo do sexo masculino”.

⁴⁸⁷ Depoimento de Carlos Silvino de 17.1.2005.

⁴⁸⁸ Mas na fase de instrução, disse que “nunca gostou muito do Bibi porque era ‘estranho’” (interrogatório de Lauro David de 22.4.2004).

Na sua última inquirição, em 19 de Novembro de 2003, Lauro David declarou que, afinal, a primeira vez que Silvino abusou dele foi no refeitório (!) do Colégio de Santa Clara, mas só fizeram masturbação e sexo oral. Depois passou a ir “inúmeras vezes” à barraca onde Silvino morava, onde fizeram masturbação, sexo oral e sexo anal. Isto aconteceu de 1998 até meados de 2001.

Luís M. – Em 16 de Janeiro de 2003, disse que uma vez, tinha ele 11 anos, foi à garagem da Casa Pia com João Paulo Lavaredas, e ali Silvino masturbou-o e obrigou-o a fazer-lhe sexo oral na presença do outro, que não fez nada. Mas adiante, disse que, afinal, tinha 13 anos quando tal aconteceu, porque se lembrou que só entrou na Casa Pia aos 13 anos, e veio a situar a data do alegado abuso em Novembro-Dezembro de 2000. Em 10 de Março, disse que, na primeira vez que fez sexo com Silvino, na garagem, este também lhe fez sexo anal (aqui esqueceu-se de falar na presença de João Paulo Lavaredas).

Numa curiosa inquirição em 24 de Abril de 2003, Luís M. disse que tinha entrado para a Casa Pia em Outubro de 1999, e não em Outubro de 2000, como tinha declarado. E os actos sexuais que descreveu não se tinha passado em 2001, mas em 2000 (alguém lhe mandou fazer esta alteração). Em 18 de Novembro de 2003, porém, apresentou mais uma versão dos pretensos abusos, que lhe devia ter sido encomendada para rectificar as discrepâncias mais evidentes. Algum tempo depois de ter entrado na Casa Pia, foi com João Paulo Lavaredas à garagem, ficando ele lá. O primeiro abuso de Silvino foi uns três meses depois de ter entrado na instituição, depois do jantar; foi à garagem com João Paulo Lavaredas, este esperou no exterior, Silvino abusou dele e depois João Paulo Lavaredas, que não tinha assistido a nada, voltou a entrar (assim já não comprometia o amigo) ⁴⁸⁹. Silvino abusou dele três vezes na garagem; fizeram sempre sexo oral, e só na última vez é que houve coito anal.

E quando ele disse, no exame médico, em Março de 2003, que os abusos tinham durado até ao Verão anterior, o que ele queria dizer é que, no Verão anterior, Silvino foi procurá-lo pela última vez a casa da mãe, no Bairro da Boavista, em Lisboa: “o depoente sabe que ele foi lá procurá-lo porque lhe disseram, uma vez que não contactou com o Bibi nessa altura”.

Nuno C. – Disse ter feito sexo oral e masturbação a Carlos Silvino duas vezes, e que este fez sexo anal com ele umas quatro ou cinco vezes, teria ele 10 ou 11 anos, quase sempre numa colónia de férias em Albufeira ⁴⁹⁰. Mas contou à perita Dr^a Alexandra Anciães ⁴⁹¹ que Silvino lhe tinha feito sexo anal e oral aos 7 anos, numa colónia de férias da Casa Pia no Carvoeiro, e que, passado algum tempo, Silvino fez-lhe sexo anal numa arrecadação perto da Praça do Comércio, onde o levou numa carrinha.

Pedro P. – Em 17 de Janeiro de 2003, acusou Carlos Silvino, que teria tentado fazer sexo anal com ele num fim de semana, quando foi à garagem, tinha ele 12 anos. Silvino fez com ele sexo oral mútuo e masturbação em todos os sábados em que o Pedro P. ficava no Colégio, e tentou fazer-lhe sexo anal, mas nunca o concretizou. Isto prolongou-se até o Pedro P. ter 14 anos, altura em que se recusou a continuar a sua colaboração. Em 18 de Março, disse que “a única experiência sexual que teve foi com o Bibi, o que o fez sofrer muito e ter muita vergonha”; e não o denunciou antes por causa da vergonha, e também porque Silvino “dava-se bem com toda a gente, sobretudo com os superiores da Provedoria”, e por isso “tinha receio [de] que o não acreditassem”.

⁴⁸⁹ A história que contou à Dr^a Alexandra Anciães diferia em vários pormenores, e não disse o nome do amigo que o acompanhou. O relato dos outros alegados abusos não coincidia com os da fase de inquérito (relatório da Dr^a Alexandra Anciães de 7.7.2003).nem com os que fez em audiência de julgamento. Estas discrepâncias, aliás, aconteceram com todos os “meninos”.

⁴⁹⁰ Inquirição de Nuno C. de 24.6.2003.

⁴⁹¹ Relatório de 20.8.2003.

Ricardo Oliveira – Em 11 de Janeiro de 2003, disse que Carlos Silvino lhe fez sexo anal por várias vezes a partir dos seis anos, e acrescentou uma aldrabice gratuita: constava que o Provedor Luis Rebelo seria primo de Silvino (o que não tinha qualquer fundamento). Em 18 de Junho, explicou que Silvino tinha feito sexo oral e anal com ele “algumas dezenas” de vezes, até ele ter 14 anos. E ficou por aqui.

Mas, apesar de tudo isto, Silvino não era um predador, como o Ministério Público, o Mestre Américo e Pedro Namora insistiam que era. Até o Tribunal se viu obrigado a reconhecer

o número de educadores, do internato ou sem ser do internato, técnicos vários e funcionários de vários níveis e funções da Casa Pia de Lisboa que declararam ao Tribunal nunca ter ouvido, suspeitado, ter-lhe sido referida ou constatada qualquer situação em que o arguido Carlos Silvino da Silva tivesse sido relacionado com a prática de actos de natureza sexual sobre educando ou educandos da Casa Pia, nem em relação a qualquer outro funcionário da instituição ⁴⁹².

Ora se Silvino tinha abusado de fulano, cicrano e beltrano, mesmo nas barbas destes educadores e funcionários, como acabou por confessar, e estes não deram por nada, então devia ser um abusador excepcionalmente hábil, o que, segundo o Tribunal, seria facilitado pelo clima de impunidade que supostamente existia na Casa Pia:

Desenvolveu-se, em quem praticou tais actos dentro da instituição, um forte sentimento de confiança de que os actos não eram descobertos e de que os educandos não falavam de tais actos [...] dentro da Casa Pia instalou-se e, naturalmente, desenvolveu-se um sentimento surdo de impunidade por parte de quem praticou tais actos ⁴⁹³.

Quer isto dizer que Silvino podia apresentar quantas testemunhas quisesse, a dizer que ele não era um abusador em série, que isto não fazia diferença para o Tribunal. Se ninguém dera por nada, era porque os abusados não falavam e havia um “sentimento surdo de impunidade”. Mesmo assim, o Tribunal interrogou-se, ainda que brevemente:

Face ao senso comum, à partida seria razoável pensar que o arguido Carlos Silvino da Silva poderia praticar o número de actos de abuso de natureza sexual que admitiu e aqueles que o Tribunal veio dar como provados, pelos períodos e com o número de alunos que resultou provado, sem que os educadores ou técnicos se outras áreas se apercebesse e sem que algum aluno falasse?

Entendemos que, à partida, para o senso comum a resposta seria: dificilmente tal seria possível.

Mas as concretas especificidades ou particularidades que estão subjacentes ao cometimento e ao sofrimento de crimes da natureza dos que estão em causa nestes autos – quer falando de quem os comete, quer falando de quem é sujeito a essas práticas – e o ambiente concreto – a Casa Pia de Lisboa – em que os mesmos foram praticados ou que permitiu que os mesmos fossem praticados, levaram este Tribunal a concluir [...] que tal foi possível acontecer e que aconteceu ⁴⁹⁴.

O senso comum diz que a acusação é improvável. As “concretas especificidades ou particularidades” dizem o contrário. É a psicanálise aplicada à jurisprudência.

*
* *

⁴⁹² *Acórdão*, p. 868.

⁴⁹³ *Acórdão*, p. 877.6

⁴⁹⁴ *Acórdão*, p. 878.

Carlos Silvino, que ficara detido no Estabelecimento Prisional da Polícia Judiciária (EPPJ) durante a noite, foi interrogado em 26 de Novembro pelo Juiz Avelino Xavier Frescata, declarou-se inocente e remeteu-se ao silêncio, a conselho do advogado de escala que lhe foi atribuído, o Dr. João Santos Carvalho. Ficou em prisão preventiva, por proposta da Procuradora Adjunta do Ministério Público, Paula Soares, que afirmou, entre outras coisas, que “a postura do arguido no presente interrogatório traduz uma atitude pouco colaborante com a descoberta da verdade”⁴⁹⁵ (isto é, usara do seu direito de não prestar declarações⁴⁹⁶), e recolheu a uma cela do EPPJ. Alguma imprensa, citando “fontes” não identificadas, insinuou que Silvino confessara ser o angariador da “rede” inventada por Teresa Costa Macedo, mas este boato foi depressa desmentido.

Disse-se também que o Dr. João Santos Carvalho teria sido enviado pela Maçonaria, que disputava com o Opus Dei o controlo da Casa Pia⁴⁹⁷, e que teria sido proposto por um destacado elemento do Grande Oriente Lusitano, o advogado Emílio Ricon Peres. Mas não há nada que permita chegar a esta conclusão.

Nos primeiros interrogatórios, que eram quase diários⁴⁹⁸, e até Abril de 2003, Silvino insistiu que não tinha abusado de ninguém, que não tinha transportado rapazes para esse fim, embora ocasionalmente desse boleias aos rapazes que lhas pediam, tanto no seu Fiat 127 como nas carrinhas da Casa Pia. Utilizava-as porque, como motorista da instituição, competia-lhe levar alunos para encontros desportivos, colónias de férias ou outras actividades; mas era acompanhado, em muitas ocasiões, por educadores, treinadores ou outros funcionários. Além disso, não tinha tido contactos pessoais ou telefónicos com Carlos Cruz, Jorge Ritto e Paulo Pedroso (o que foi depois confirmado pelas listagens das operadoras telefónicas) – já tinha começado a tentativa da PJ de implicar “ricos e poderosos”. Conhecia pessoalmente Manuel Abrantes, porque era o seu superior hierárquico, e o Dr. João Ferreira Dinis por prestar serviços médicos pontuais à Casa Pia⁴⁹⁹. Tudo isto era verdadeiro e demonstrável, mas não ajudava a acusação⁵⁰⁰, que teve de actuar com alguma celeridade, procedendo a diversas buscas, inclusivamente a imóveis de pessoas que não tinham a ver com o processo. E na tarde de 6 de Dezembro de 2002, Fábio foi chamado ao DIAP, onde foi interrogado pela Procuradora Adjunta Paula Soares, ao mesmo tempo que a mãe era interrogada por Cristina Faleiro. As inquirições não produziram grandes resultados.

Mas verificou-se um fenómeno interessante: um jovem africano de 16 anos, Rafael S., que tinha uma idade mental de 8 a 10 anos, estava a ver o telejornal da SIC e, quando falaram na detenção de Silvino, “começou aos gritos a dizer ‘Ele é um mentiroso’”, nas palavras da

⁴⁹⁵ *24 Horas*, 30.6.2003, p. 8.

⁴⁹⁶ *Código de Processo Penal*, Artº 61º Nº 1c.

⁴⁹⁷ *Correio da Manhã*, 27.11.2009. De facto, havia vários maçons na Casa Pia; o Dr. Luís Vaz, por exemplo, que tomara posse como Director do Colégio Pina Manique em Janeiro de 2003, pertencia ao Grande Oriente Lusitano. O Provedor Luís Rebelo era também maçom.

⁴⁹⁸ *Correio da Manhã*, 3.2.2003. Estes interrogatórios geralmente não foram reduzidos a auto.

⁴⁹⁹ Foi até louvado pelo Provedor Luís Rebelo pelo seu trabalho como médico do Colégio de Santa Catarina de 1985 a 1988.

⁵⁰⁰ As tentativas de comprometer Silvino chegaram a este ridículo: para mostrar o seu à-vontade dentro da Casa Pia, Joaquim Rocha, antigo educador do Colégio Pina Manique, afirmou em Tribunal que Silvino, calcule-se, “inventava alcunhas” (*Correio da Manhã*, 9.3.2006, p. 18; cf. depoimento de Joaquim Rocha de 22.6.2006)! Silvino negou que esta acusação fosse verdadeira; mas, mesmo que fosse, não era relevante para o processo. Inventar alcunhas, mesmo na Casa Pia, nunca foi crime; aliás, o uso de alcunhas até era corrente entre os alunos da instituição, sobretudo os internos. O mesmo fenómeno observava-se na Casa do Gaiato, por exemplo. E os antigos alunos mantinham as alcunhas que lhes tinham sido dadas. Disse-se que Manuel Abrantes, por exemplo, tinha as alcunhas de “Bate Mal” (que Joaquim Rocha interpretou erradamente como “Gato Mau”) e “Ali Alatas”; no entanto, o motorista Óscar Pestana disse que lhe parecia que “Bate Mal” era Videira Barreto e “Ali Alatas” o “Fernando das fotocópias” (depoimento de Óscar Pestana de 19.5.2006).

educadora Maria da Conceição Afonso, que estava presente ⁵⁰¹. Rafael acabou por lhe confidenciar que, numa colónia de férias, Silvino dormira no mesmo quarto em que ele e mais doze colegas estavam, e de noite fez sexo anal com ele, o que nunca denunciara com medo de que Silvino lhe batesse. Foi apenas uma fantasia para se tornar notado ⁵⁰², e nem sequer figurou no Despacho de Pronúncia ⁵⁰³. Como também não figurou uma acusação feita pelo pai de um jovem de 13 anos, Marcos A., que praticava futebol no Casa Pia Atlético Clube, onde conhecera Silvino; nem sequer era aluno da instituição. Silvino teria abusado sexualmente dele “sob a forma de conversa telefónica” de cariz supostamente obsceno, o que o teria deixado “psicológicamente afectado”. Examinado no INML em 11 de Dezembro de 2002 pelo Dr. Frederico Pedrosa, não lhe foram encontrados “vestígios [...] que pudessem ser sugestivos de qualquer tipo de contacto sexual” ⁵⁰⁴.

Nesta altura, segundo a Coordenadora Rosa Mota admitiu em Tribunal, o então Subdirector da PJ de Lisboa, Paulo Rebelo, sugeriu que a jornalista Felícia Cabrita fosse posta em contacto directo com Silvino, “para que ela pudesse falar com ele e gravar as declarações que ele proferisse na altura, porque ela, sim, seria capaz de o pôr a revelar todas as situações”

⁵⁰⁵! Já não era a primeira vez que a PJ se propunha utilizar os seus serviços. Esta incrível promiscuidade entre a investigação policial e a investigação jornalística, que caracterizou o caso desde o princípio ⁵⁰⁶, é que levou a opinião pública a alcinhar a jornalista de “Polícia Cabrita” e “Felícia Geral da República”.

Apareceu então em cena uma pessoa misteriosa. Chamava-se Isabel Maria da Silva Raposo e dizia ser meia-irmã de Carlos Silvino, o que este parecia desconhecer ⁵⁰⁷. Teriam o mesmo pai (ou a mesma mãe, segundo outras fontes).

Sabe-se que Isabel Raposo nasceu em Sines em 1 de Dezembro de 1954 (pelo menos era o que constava do passaporte holandês), mas declarou em Tribunal em 3 de Outubro de

⁵⁰¹ Inquirições de Maria da Conceição Afonso de 10.12.2002 e 1.10.2003 e de Maria Manuela Tavares de 30.9.2003. Rafael S. disse mais ou menos o mesmo: “O Bibi é mentiroso, pois já fez mal ao Rafael” (inquirição de Rafael S. de 28.3.2003).

⁵⁰² Sabia-se que tinha molestado uma menina de 6 anos; que tinha feito sexo anal com Herlander V., também de 6 anos, que teve que ser hospitalizado; e que tinha tido diversas actividades sexuais com colegas, um deles Lauro David (inquirição de Emília Fernandes de 25.9.2003), que lhe fez sexo anal, tendo Rafael S. o papel passivo. Todavia, a perícia médico-legal não encontrou vestígios de penetração anal.

⁵⁰³ Mas acabou por depor em Tribunal em 14.11.2005, embora não tivesse dito nada de interesse. Segundo contou Silvino, Rafael S. teria feito sexo com alguns rapazes, incluindo o irmão de Fábio F., de apenas 5 anos (depoimento de Carlos Silvino de 17.1.2005).

⁵⁰⁴ Mesmo assim, Marcos A. depôs em Tribunal em 16.11.2005, e Carlos Silvino insistiu em pedir-lhe desculpa. Como já tivesse saído da sala de audiências, foi-lhe perguntado pela sua advogada se aceitava que Silvino lhe pedisse desculpa, ao que respondeu “que não pretendia voltar à sala para esse efeito”.

⁵⁰⁵ Depoimento de Rosa Mota de 24.5.2006. Rosa Mota acrescentou que se recusou a concretizar esta diligência, mas o facto é que ela se realizou.

⁵⁰⁶ Por isso, não se compreende a afirmação que Dias André fez em 2.11.2009, de que só conheceu Felícia Cabrita pessoalmente depois de ter sido deduzida acusação no processo <www1.ionline.pt/conteudo/31118-casa-pia-rui-teixeira-afasta-fugas-informacao-magistrados-ou-funcionarios-judiciais>

⁵⁰⁷ Carlos Silvino declarou: “Vim só a saber que ela estava na Holanda, só quando depois apareceu na TVI, uma comunicação com um guarda que me disse lá na prisão” (depoimento de Carlos Silvino de 16.12.2004). Felícia Cabrita disse que ele só mais tarde soube da alegada irmã (depoimento de Felícia Cabrita de 13.7.2006). Ana Paula Valente mentiu, portanto, quando disse que Silvino, antes de ser levado pela PJ, telefonou à mãe dele, pedindo-lhe para avisar Isabel Raposo na Holanda (*Correio da Manhã*, 19.2.2003). O que Francisco Guerra disse a José Alcino sobre Isabel Raposo era uma fantasia sem valor: que vinha a Portugal algumas vezes, que era namorada de Silvino, que este a beijava na boca, e que ela estava a pagar ao advogado dele porque tinha “muito papel” (inquirição de Francisco Guerra de 6.1.2003).

2007 não se recordar dos nomes dos pais⁵⁰⁸. Se era realmente meia-irmã de Silvino – e há quem tenha algumas dúvidas⁵⁰⁹, tanto mais que nem tem parecenças com ele –, passou mais de vinte anos sem lhe ligar nenhuma; mas quando Silvino foi detido, apareceu em Portugal, como se tivesse caído do céu, dizendo que queria ajudá-lo. Foi visitá-lo duas vezes, mas decidiu não repetir as visitas, com receio de ser interrogada pela PJ⁵¹⁰. Usava de várias precauções para marcar encontros⁵¹¹ e era alérgica a ser fotografada. Tinha três filhos, era intérprete de profissão, residia há duas décadas na Holanda, viajava muito, tinha dois telemóveis de número confidencial, e vivia maritalmente em Roterdão com um cidadão holandês, de apelido De Haas, que se dizia ser suspeito de pornografia infantil⁵¹². Constatou que ela própria estaria a ser investigada pela Polícia, embora a Europol não o confirmasse. O mais provável era que estivesse a trabalhar para a Polícia Secreta holandesa, o AIVD (Algemene Inlichtingen- en Veiligheidsdienst), para a qual, de facto, se sabe que fez traduções⁵¹³.

Isabel Raposo começou por recusar Santos Carvalho como advogado de Silvino, porque, como diria em 21 de Fevereiro de 2003, os seus honorários eram muito altos. Sabendo que Hugo Marçal tinha sido contactado por familiares de Silvino e estava interessado no caso, resolveu contratá-lo⁵¹⁴ e ficou de lhe pagar os honorários, o que não chegou a fazer⁵¹⁵.

Ao mesmo tempo, a comunicação social lançou-se numa campanha de intoxicação colectiva sem precedentes. Até Pedro Strecht ficou escandalizado:

Foi extremamente difícil gerir a realidade externa, quer dizer, a pressão da comunicação social, a invasão da comunicação social, não só sobre as nossas vidas, e há vários relatos sobre isso, e posso dar aqui vários exemplos, inclusivamente aqueles que me atacaram pessoalmente, mas sobretudo aqueles que atacaram pessoalmente a vida destes miúdos. Eu acho que teve foros de inacreditável. Eu nunca vi isso acontecer em países civilizados, nomeadamente, ainda antes, por exemplo, antes da fase de inquérito, nomes de eventuais miúdos como testemunhas serem publicados em jornais credíveis, com descrições relativamente concretas das suas vidas, etc. Nunca vi isso. Todos os países civilizados têm leis de protecção suficientemente eficazes, em que isso daria automaticamente prisão para jornalistas, jornais, etc. Foi uma realidade extremamente dura. Nós vimos estes miúdos a serem sistematicamente invadidos pela comunicação social, de forma directa e de forma completamente indirecta e desonesta,

⁵⁰⁸ Quando foi inquirida pelas Procuradoras Adjuntas Paula Soares e Cristina Faleiro em 21.2.2003, declarou que “de momento não se recorda” dos nomes dos pais.

⁵⁰⁹ “Fontes conhecedoras da vida interna da Casa Pia” insinuaram que Isabel Raposo “não passa de uma testa de ferro de uma rede de pedofilia com ligações a Carlos Silvino, porque ele nunca falou de Isabel nenhuma” (24 Horas, 31.12.2002, p. 5). Alfredo Inocêncio, educador do Colégio D. Maria Pia, declarou que a sua mulher fora colega de Isabel Raposo no Colégio de Santa Maria, em Lisboa, mas que há muito tinha apenas contactos esporádicos com ela, via telefone (inquirição de Alfredo Inocêncio de 11.11.2003).

⁵¹⁰ *Correio da Manhã*, 15.1.2003, p. 15.

⁵¹¹ Jornalistas do *Correio da Manhã* passaram quatro dias em Roterdão para tentar entrevistar Isabel Raposo. Nada conseguiram. Receberam um telefonema misterioso de uma tal Ingrid van den Berg, residente em Bruxelas, que dizia ser amiga de Isabel Raposo mas que o mais certo era tratar-se de um pseudónimo desta, e que ameaçou os jornalistas para não se meterem na vida dela. Esta história rocambolesca veio publicada no *Correio da Manhã*, 28.3.2004, p. 14-15.

⁵¹² Por fax de 30.6.2003, Rosa Mota pediu à Europol que investigasse esta situação, mas não constava nada de interesse. Isabel Raposo também se assinava Isabel Haas, mas não em Portugal.

⁵¹³ Curiosamente, o processo interessou os holandeses. Em 15.10.2004 a Juíza Ana Peres autorizou o jornalista holandês Steven Carel Adolff, representando o jornal vespertino de Roterdão *NRC Handelsblad*, residente em Barbate (Cádiz) e que sabia espanhol, a assistir às audiências.

⁵¹⁴ Repare-se agora no que ela declarou em Tribunal: Carlos Cruz, que pagava a Marçal, ter-lhe-ia dito: “Vai lá [ao EPPJ] ver aquele desgraçado antes que ele nos desgraça a nós” (depoimento de Isabel Raposo de 3.10.2007). Era uma mentira tão evidente que os Juizes não a levaram em conta.

⁵¹⁵ Pior ainda, Isabel Raposo disse mais tarde em Tribunal que Marçal lhe tinha dito que não se preocupasse com os seus honorários, porque “havia quem pagasse” (depoimento de Isabel Raposo de 3.10.2007). Era uma desculpa assaz original de resolver o problema.

desde jornalistas disfarçados de electricistas, que entraram na instituição, a jornalistas que se disseram tios ou tias de alunos para virem ter com eles, para falarem à porta da instituição, etc, etc.⁵¹⁶

Tudo era publicado como se correspondesse à verdade: alguns factos, embora deturpados, para darem alguma verosimilhança à narrativa, misturados com boatos sem fundamento, histórias inventadas e descrições de abusos não corroborados. Começaram a aparecer indivíduos que se apresentavam como vítimas de “Bibi”. Um deles, simplesmente identificado como R., tinha muito que contar⁵¹⁷. Começou por ser violado por Silvino, mas depois derivou para a prostituição. De 1979 a 1981, por exemplo,

tornou-se namorado do Cônsul alemão em Faro (já falecido), que conheceu numas férias algarvias⁵¹⁸. Vive à grande, até de avião vai ter com o homem, que lhe enche os bolsos de notas. “Cheguei a estar três meses no Algarve e, quando voltei ao Colégio [Pina Manique], ninguém me perguntou nada”.

Expulso da Casa Pia em 1981 por “comportamentos desviantes”, R. foi “orientar-se”, meteu-se na droga, quinze anos depois desintoxicou-se sem ajuda (!), e arranjou um emprego. Ao rebentar o escândalo, resolveu contar a sua história. E não foi o único. A imprensa precisava de muitas histórias destas, e nem se dava ao trabalho de as verificar.

*
* *

A vida atrás das grades, no EPPJ, foi um pesadelo para Silvino. Todos os seus movimentos eram vigiados e descritos em relatórios. Disseram-lhe que tinha sido ameaçado de morte, o que justificava que a sua comida fosse inspeccionada. Para evitar conflitos com outros reclusos, que o injuriavam sempre que podiam, não ia para o recreio, praticamente nunca saía da cela onde o tinham metido, a não ser escoltado por um ou dois agentes, não lia jornais; não quis uma televisão na cela⁵¹⁹, e desenvolveu uma depressão tão grave que causou fundadas preocupações, e que as visitas ocasionais do seu alegado “braço direito”, Francisco Guerra, mais agravavam⁵²⁰. Quando o Dr. Hugo Marçal recorreu da prisão preventiva em 15 de Dezembro de 2002, assinalou que Silvino “não se encontra em condições, sequer, de, de força lúcida, conferenciar com o seu mandatário”. Nas conversas que tinha, “raramente consegue acabar uma frase sem recorrer a um choro compulsivo”, revelou uma fonte anónima⁵²¹. Uma funcionária da Casa Pia, Maria Luzia Gomes, que foi visitá-lo duas vezes, contou:

Da primeira vez, praticamente não falei, porque o senhor Carlos Silvino só chorava. Eu tentei dar-lhe o meu apoio, portanto, como ser humano que ele é, disse-lhe para ele dizer a verdade, isto da primeira vez que estive com ele. A segunda vez, voltei a insistir com ele, diz a verdade, ele continuava sempre, das duas vezes sempre a chorar, praticamente o tempo de visita foi sempre a chorar [...]

⁵¹⁶ Depoimento de Pedro Strecht de 21.4.2006.

⁵¹⁷ *Visão*, 5.12.2002, p. 107. A narrativa parece incluir episódios de duas ou mais pessoas. A sua fiabilidade pode avaliar-se pela alegação de o rapaz ir de avião de Lisboa para Faro, para ser abusado. Só faltava dizer que ia no avião particular do diplomata.

⁵¹⁸ Esta história baseia-se numa de várias historietas contadas por Daniel Taborda. Segundo ele, enquanto esteve numa colónia de férias em Faro, no Verão de 1979, conheceu “o cônsul alemão e o adido militar alemão e outros turistas e estrangeiros com quem manteve relações, que lhe fizeram fotos e filmes pornográficos a troco de muito dinheiro” (inquirição de Daniel Taborda Ribeiro de 10.3.2003).

⁵¹⁹ *Diário de Notícias*, 11.1.2003, p. 21. Por volta de 2004, uma professora reformada ofereceu-lhe uma televisão (depoimento de Carlos Silvino de 21.5.2007).

⁵²⁰ Supõe-se que Francisco Guerra estaria a colaborar com a PJ para convencer Silvino a denunciar certos nomes que interessavam à investigação.

⁵²¹ *Correio da Manhã*, 2.1.2003, p. 10.

‘Carlos, fala diz a verdade, fala com o teu advogado, diz se conheces? Se não conheces? Não fiques com isto sôzinho, isto mais cedo ou mais tarde vai-se saber.’ E ele dizia-me: ‘Não, não conheço, mas queres que eu diga o quê? Se eu não sei, pronto!’⁵²².

Uma amiga de Silvino, Mariana da Conceição Marques Pereira, cozinheira da Casa Pia, a quem considerava como mãe adoptiva, comentou:

Quando o vim visitar, ele passou a maior parte do tempo a chorar. Uma vez até me referiu que se atirava da janela se não tivesse grades, e também me disse que queria levar uma injeção para morrer⁵²³.

Receava-se, e com fundamento, que tentasse suicidar-se, de tal maneira que chegou a ter um guarda à porta da cela 24 horas por dia, para o vigiar. Hugo Marçal solicitou à Directora do EPPJ que lhe dessem assistência psiquiátrica, e tentou, sem o conseguir, que ele aguardasse julgamento em prisão domiciliária. Mas Marçal já não aguentou muito mais tempo como advogado de Silvino. Depois de “algumas ameaças, telefonemas anónimos, riscos na viatura durante algumas semanas”, deixou de ter “condições psicológicas para continuar a patrocinar o caso” e desistiu em 9 de Janeiro de 2003⁵²⁴. Uma outra razão era uma série de problemas que teve com a alegada meia-irmã de Silvino, Isabel Raposo, que o contratara, e que demonstrava “manifesta falta de educação e desrespeito pela minha própria pessoa”⁵²⁵, e ainda por cima não lhe tinha pago. Até fez o seguinte comentário: “Não foi ele [Silvino] que me despediu. Eu é que me afastei do processo por causa da irmã dele, que um dia me disse, num tom ameaçador: ‘O senhor sabe demais’”⁵²⁶. E não lhe chegou a pagar.

Hugo Marçal entregou em 14 de Janeiro de 2003 a defesa de Silvino a Manuel Dória Vilar, um advogado de Quinta do Conde (Sesimbra) que tinha recebido a devida procuração em 10 de Janeiro e que teria sido contratado por Isabel Raposo, o que ao princípio ele negou⁵²⁷. Anunciou logo que iria “levar este caso até ao fim”⁵²⁸, mas com uma estratégia diferente. Quando, em 27 de Janeiro, o Tribunal da Relação indeferiu o pedido de Marçal para Silvino ser colocado em prisão domiciliária e ter apoio psiquiátrico, Dória Vilar anunciou que não iria pedir alteração da medida de coacção⁵²⁹. Já quando aceitou o processo, disse, com algum espanto geral, que Silvino “estava bem. Não creio que seja necessário ele ter ajuda de um psiquiatra”⁵³⁰. E que não precisava de nada⁵³¹.

Mas precisava, porque parecia estar à beira de enlouquecer. De tal maneira que a PJ procedeu a uma busca em casa dele, sem o próprio (ou alguém que o representasse) estar

⁵²² Silvino telefonou também sete ou oito vezes a esta funcionária: “Pedia ajuda. Chorava e pedia ajuda: ‘ajuda-me!’” Não tinha, portanto, “ricos e poderosos” que o ajudassem. “Eu só lhe dizia, tem calma, não chores [mas] ele só chorava. Só me punha mais nervosa”. Silvino disse também que não conhecia Carlos Cruz (depoimento de Maria Luzia Gomes de 22.5.2006).

⁵²³ *Correio da Manhã*, 26.4.2003, p. 15.

⁵²⁴ *Correio da Manhã*, 10.1.2003, p. 14, e *Diário de Notícias*, 27.1.2003, p. 19. O incidente mais grave deu-se em 8.1.2003; tendo detectado um objecto estranho colocado debaixo do seu automóvel, Hugo Marçal chamou a Brigada de Minas e Armadilhas por suspeitar que poderia ser uma bomba, o que não se verificou (*Diário de Notícias*, 10.1.2003, p. 21).

⁵²⁵ *Correio da Manhã*, 10.1.2003, p. 14.

⁵²⁶ *Diário de Notícias*, 7.5.2003, p. 16.

⁵²⁷ No *Jornal de Notícias* de 15.1.2003, dizia-se que Dória Vilar teria sido contratado por “um familiar” de Silvino. No entanto, segundo o *Correio da Manhã*, 8.3.2004, p. 15, a escolha ter-se-ia devido à filha de uma amiga de Isabel Raposo, que, por acaso, era Procuradora Adjunta do Ministério Público.

⁵²⁸ *Correio da Manhã*, 14.1.2003, p. 14 e 15.1.2003, p. 15).

⁵²⁹ *Correio da Manhã*, 28.1.2003, p. 52.

⁵³⁰ *Correio da Manhã*, 15.1.2003, p. 15.

⁵³¹ Depoimento de Maria Luzia Gomes de 22.5.2006.

presente, em violação do Artº 176º do Código de Processo Penal. A desculpa apresentada em Tribunal foi que Silvino estava “extremamente perturbado”, e por isso o Ministério Público avançou com a busca sem nada lhe dizer, escolhendo um vizinho, que por acaso era iletrado, para o substituir⁵³².

Carlos Silvino sentia-se abandonado, e com razão. A sua amiga Ana Paula Valente Marques Pereira, filha da cozinheira Mariana Pereira, sua mãe adoptiva, ia visitá-lo regularmente, mas não o ajudava a superar o abatimento. A crer num artigo no *Correio da Manhã* de 19 de Fevereiro de 2003, Ana Paula Valente tinha por missão convencê-lo a falar, o que explicou desta maneira incoerente e cheia de contradições:

Ele não pode ficar calado e ser o único a pagar. Mas o Carlos está com muito medo e continua a garantir-me que não sabe nome nenhum [...] Apesar de lhe pedir constantemente para falar, ele responde-me que prefere morrer a dizer seja o que for às autoridades [...]

Assim que o Carlos Silvino me viu, não foi capaz de conter as lágrimas. Disse-me que estava com medo de morrer. No entanto, manteve-se firme, quando insisti na necessidade de colaborar com a Justiça, de forma a que sejam detidas todas as pessoas que estão ou estiveram envolvidas na rede de pedofilia⁵³³.

A sua enteada Vânia V. acrescentou que as visitas eram feitas de combinação com Felícia Cabrita:

Perguntada se se lembra de algum assunto que Ana Paula e essa Felícia Cabrita falavam, responde que eram assuntos relacionados com o Bibi e sobre conversas tidas durante as visitas. Ouvia-a dizer que ia visitá-lo e que ia fazer com que ele admitisse “as coisas que tinha feito”, durante essas visitas. Também lhe dizia [que], depois de ter ido visitar o Bibi, ela contava à jornalista que tinha apertado com ele para confessar e para dizer quem eram “os outros”⁵³⁴.

Silvino foi inquirido em 12 de Março de 2003 pelo Inspector João Martins (e não por um da equipa de Dias André e Rosa Mota); referiu-se a uma série de abusos ocorridos na Casa Pia, de que tinha conhecimento, e indicou a sua mãe adoptiva, Mariana Pereira, como podendo dar informações sobre um ou outro desses casos⁵³⁵. Mal ele sabia que Mariana, a quem chamava “mãe”, já tinha decidido voltar-se contra ele:

Admite que já se deslocou quatro vezes para visitar Carlos Silvino da Silva, que se encontra preso, sabendo que o faz por ainda restar alguma réstia de pena e de amizade por ele como um filho. No entanto, tem consciência que de facto cometeu actos graves que não devia ter realizado e que, por isso, merece ser castigado. Aliás, basicamente é sobre isto que conversam nas visitas, sendo que a depoente o sensibiliza constantemente para que admita os factos, apesar dele continuar sempre a negar ter abusado sexualmente de alguma criança ou jovem [...]

Deseja ainda acrescentar que, logo na primeira visita que fez a Carlos Silvino da Silva, este deu-lhe um papel manuscrito por ele, que de entre outras solicitações

⁵³² Depoimento de Rosa Mota de 24.5.2006.

⁵³³ Era um tema recorrente para esta “amiga”. Numa estranha entrevista dada à jornalista Cadi Fernandes e publicada no *Diário de Notícias* de 8.9.2003, Ana Paula Valente afirmou que dissera a Carlos Silvino: “És preso por ter cão e por não ter; portanto, o melhor é colaborar com a Justiça. Fala do que sabes, dos roubos, dos desvios de dinheiro, das violações”. Nesta altura, falava-se de hipotéticos desvios de dinheiro na Casa Pia, e o Ministério Público tentou até comprometer Manuel Abrantes nestas acusações, no que fracassou. Mas é de notar a preocupação de Ana Paula Valente em que Silvino acusasse mais pessoas.

⁵³⁴ Inquirição de Vânia V. de 21.3.2003. Ana Paula Valente também relatava à PJ o que se passava nas suas visitas a Silvino (cf., por exemplo, inquirição de Ana Paula Valente de 29.4.2003).

⁵³⁵ Inquirição de Carlos Silvino de 12.3.2003.

que fazia à depoente, nomeadamente para ser sua testemunha, dava-lhe uma lista com alguns nomes de rapazes, designadamente um tal de Marcos, que Carlos afirma ser seu afilhado, segundo o que se lembra. Tem a ideia que, juntamente, estaria o pedido para que contactasse estes indivíduos para que negassem ter estado alguma vez com ele ou na sua casa. No entanto, realça que nunca atendeu a esta solicitação, bem como nunca entregou a ninguém este papel, tendo feito questão de o guardar, para comprovar que de facto o Carlos se contactava sexualmente com rapazes [...]

Sempre recebeu chamadas do Carlos a partir do dito telemóvel de serviço, para o qual também era o único número que ligava, como forma de o contactar. Tinha este número gravado no seu telemóvel, mas entretanto terá apagado o mesmo, aquando de todas estas confusões recentes⁵³⁶

O papel (uma folha A4) que Mariana entregou “voluntariamente” a José Alcino e Rita Santos em 20 de Dezembro mostrava até que ponto Silvino confiava nela, e quão ingénua ele era. Pedia-lhe que falasse com algumas pessoas, para ver se queriam ser suas testemunhas, e que recomendasse a vários rapazes que não dissessem à PJ que ele lhes tinha dado boleia. E tinha a indicação “Depois rasga este papel”.

Apesar do estado em que Carlos Silvino se encontrava, Ana Paula Valente prestou-se a levar-lhe uma lista de perguntas fornecida pelo *Correio da Manhã*, para se fazer uma “entrevista” das respostas que ele desse. Segundo ela, Silvino estava “abatido, muito nervoso, exaltado e trapalhão”, e desanimado porque “pensava que seria só acusado pelo “Joel””. “Todos os dias são muito maus”, disse. “Até estou a ser seguido por psiquiatras da prisão”. Grande parte da visita de hora e meia foi dedicada às perguntas e respostas, que não deram material suficiente para um grande artigo. Silvino não se mostrou arrependido, “dado que não fiz mal a ninguém”. Estaria disposto a pedir perdão às vítimas? “Não há vítimas”⁵³⁷. Mas Ana Paula Valente, já nessa altura pronta a ajudar a acusação⁵³⁸, afirmou que Silvino estava a ser “intimidado a deixar de colaborar” por reclusos não identificados do EPPJ⁵³⁹. E não só por reclusos. Segundo o *Correio da Manhã* de 20 de Março de 2003, Ana Paula Valente acusou José Pires, que visitou Silvino três vezes para se inteirar do que se estava a passar⁵⁴⁰, de ter segundas intenções:

⁵³⁶ Inquirição de Mariana Pereira de 20.12.2002.

⁵³⁷ *Correio da Manhã*, 12.4.2003, p. 4.

⁵³⁸ A colaboração de Ana Paula Valente já datava, pelo menos, de 4.2003, quando enviou uma mensagem para o telemóvel de Pedro Namora, segundo a qual Silvino, Carlos Cruz e uma terceira pessoa estariam a preparar uma cilada contra ele na cadeia, acrescentando que queria falar pessoalmente com ele. Pelo menos, foi isto que Namora contou às Procuradoras Paula Soares e Cristina Faleiro em 24.4.2003. Segundo o depoimento de Catalina Pestana de 9.3.2005, teria sido vítima de abusos quando era aluna do Colégio de Santa Clara, na década de 1970, assim como outras colegas dela, e contou tudo, com pormenores, a Catalina. Felícia Cabrita reconheceu em Tribunal que “a Ana Paula Valente foi uma pessoa que sempre me ajudou muito no meu trabalho” (depoimento de Felícia Cabrita de 13.7.2006). Até se tratavam por tu.

⁵³⁹ *Correio da Manhã*, 28.3.2003 e 1.4.2003.

⁵⁴⁰ José Pires foi entrevistado pela SIC sobre estas visitas, tendo a peça ido para o ar no Jornal da Noite de 11.3.2003. Lembrou que “a Casa Pia deve acompanhar os seus filhos ao longo da vida, mesmo na prisão”, e que era Presidente da Direcção da Confraternidade Carcerária Cristã, uma associação de visitantes católicos das prisões. Embora Pedro Namora exigisse a sua demissão, José Pires afirmou ter a intenção de visitar Silvino sempre que pudesse, a não ser que Catalina Pestana o impedisse; esta disse-lhe que, “se ela estivesse no lugar do depoente, não visitaria o Bibi” (inquirição de José Pires de 25.3.2003), e ele assim fez. No seu depoimento de 13.11.2006, José Pires disse que fora visitar Silvino porque “era tratado como um monstro e como um cão. E isso para mim não podia ser, ele era um antigo aluno”. Mas Ana Paula Valente devia ter alguma coisa pessoal contra José Pires, porque declarou que “tem conhecimento [de] que uma vizinha (residente na casa ao lado, no mesmo andar) do Dr. Pires, que apenas sabe chamar-se Rosa, referiu que viu por várias vezes o Dr. Pires levar crianças para a sua residência” (inquirição de Ana Paula Valente de 20.3.2003), o que era um boato sem fundamento.

O Carlos disse-me que não volta a falar com esse senhor, e que ia informar a Directora da cadeia para lhe dizer que não o quer lá mais [...] Ele ia lá com um único objectivo: intimidar o Carlos a não falar. O Carlos até me disse que José Pires lhe falou muito da casa de Colares da Casa Pia. José Pires foi lá três vezes e, pelo que me apercebi, após essas visitas o Silvino ficava como um animal acossado.

Claro que a iniciativa de não permitir mais visitas de José Pires não partira de Carlos Silvino, mas do seu advogado, por razões de estratégia da defesa, que era ajudada pelo facto de Ana Paula Valente ser inimiga de José Pires ⁵⁴¹. Mas Silvino não fazia ideia de que a sua “amiga” se tinha virado contra ele e estava já a apoiar Pedro Namora e outros “justiceiros”. Em 25 de Maio de 2003, cinco dias depois da detenção de Jorge Ritto, Pedro Namora reuniu um grupo de ex-alunos da Casa Pia num restaurante de Linda-a-Velha,

para trocar impressões sobre o evoluir do processo. A generalidade das intervenções realçou a necessidade de ser feita justiça, condenando-se os pedófilos que durante décadas abusaram sexualmente de crianças da Casa Pia de Lisboa. A Ana Paula Valente fez uma intervenção em que caracterizou o processo de denúncia dos abusos como “o nosso 25 de Abril” ⁵⁴².

Pobre homem. Não podia confiar em ninguém. E muito menos em Ana Paula Valente, sua “amiga” de longa data ⁵⁴³.

Como Carlos Silvino nunca mais dizia o que a PJ esperava dele, “fontes próximas da investigação” começaram a espalhar boatos de que estaria a ser ameaçado para não falar. O mais caricato destes boatos foi o seguinte: Silvino estaria a ser ameaçado pelos irmãos João e José Braga Gonçalves, arguidos do processo da Universidade Moderna, e por João Vale e Azevedo, ex-Presidente do Benfica, que estavam nessa altura no Estabelecimento Prisional da PJ. Esta notícia foi transmitida a José Maria Martins, advogado de Silvino, que acreditou nela e anunciou que ia tomar medidas imediatas: “Carlos Silvino é um indivíduo muito débil, do ponto de vista mental, que está a ser bombardeado com pressões dessas pessoas para não colaborar com as autoridades” ⁵⁴⁴. É claro que o boato não tinha qualquer fundamento, mas serviu para um novo ataque... a Carlos Cruz ⁵⁴⁵.

Nesta altura, Silvino era acusado de 35 crimes. Dória Vilar entendeu que seria melhor apressar o julgamento, talvez para evitar novas acusações (e nisto tinha razão; Silvino veio a ser acusado de várias centenas de crimes). Até prescindiu do debate instrutório para o conseguir. E não era o único interessado em que o julgamento fosse rápido. Catalina Pestana disse que “os responsáveis da instituição e os psiquiatras começam a ter dificuldade em manter o equilíbrio e a saúde mental das crianças” ⁵⁴⁶. Segundo o Mestre Américo, “as vítimas não podem continuar à

⁵⁴¹ Até disse no DIAP que “o José Pires era visitado por meninos na casa que tinha no Dafundo, mas não pode afirmar que é que os miúdos iam lá fazer” (inquirição de Ana Paula Valente de 29.4.2003).

⁵⁴² *Domingo Magazine*, 27.3.2005, p. 22.

⁵⁴³ Era interessante estudar a actividade de Ana Paula Valente. Em 2003 foi visita regular de Silvino no Estabelecimento Prisional da PJ, embora este a tivesse proibido de lá ir (*Domingo Magazine*, 23.11.2003, p. 12). Em várias ocasiões aconselhou Silvino a acusar-se a si próprio e a todos os que conhecesse que estivessem ligados à “rede”, para que não fosse ele o único a ser castigado. À SIC disse em 20.10.2003: “Ele sabe perfeitamente que vai ser condenado. Agora... Como é que ele sabe isso? Eu nunca disse que o Carlos Silvino era inocente” (<www.youtube.com/watch?v=Agb6U_bmyZo>). E no entanto, meses antes disse: “Não sabíamos o que ele fazia, embora suspeitássemos que ele gostava de crianças, dado que estava sempre rodeado por elas” (*Correio da Manhã*, 19.2.2003).

⁵⁴⁴ *Correio da Manhã*, 5.7.2003, p. 12-13.

⁵⁴⁵ O Procurador João Guerra enviou em 7.7.2003 um ofício à Directora do EPPJ, pedindo-lhe que o informasse se havia, de facto, ameaças de Carlos Cruz a Silvino. Nesse mesmo dia, a Directora ordenou um inquérito, que não deu em nada. Silvino declarou expressamente que nunca tinha sido ameaçado pelas referidas pessoas.

⁵⁴⁶ *Correio da Manhã*, 3.11.2003, p. 14.

espera e a serem traumatizadas com o prolongamento inaceitável do processo”⁵⁴⁷. Ou não fossem os “meninos” perder o interesse.

Começara já circulava a ideia de que Silvino tinha um ascendente inexplicável sobre os dirigentes da Casa Pia. Um dos primeiros depoimentos neste sentido, aliás excepcionalmente agressivo, foi o de Maria da Luz d’Orey Soares Franco Cabral⁵⁴⁸, terapeuta de psicomotricidade, que trabalhava na instituição desde 1976, e que declarou que Silvino era protegido pelo Provedor Luis Rebelo e pelos seus adjuntos Videira Barreto (Serviços Técnicos) e Manuel Abrantes (Serviços Administrativos). O facto de esta testemunha ser irmã de Rui d’Orey Soares Franco, cunhado de Souto de Moura, não foi considerado relevante⁵⁴⁹, assim como não foi o facto de dois “meninos” se terem referido a ele. De facto, Rui d’Orey teve um problema na Avenida Sidónio Pais, junto ao Parque Eduardo VII; na noite de 22 de Outubro de 2002, um “menino” prostituído, Francisco Andrade⁵⁵⁰, que ele tinha abordado e levado para o seu carro, acabou por sequestrá-lo para lhe extorquir dinheiro, pelo que foi condenado a quatro anos de prisão⁵⁵¹.

Em fins de Março de 2004, Ana Paula Valente, a “amiga” de Carlos Silvino que tanto ajudou a acusação, refutou depoimentos anteriores em contrário, incluindo o de Videira Barreto, e disse que “Bibi chegou mesmo a mandar Manuel Abrantes à merda, quando não lhe apetecia cumprir uma ordem [...] Manuel Abrantes baixava as orelhas”⁵⁵². Como se poderia explicar este à-vontade, se Silvino não fosse agente de “ricos e poderosos”?

⁵⁴⁷ *Correio da Manhã*, 27.11.2003, p. 52.

⁵⁴⁸ Inquirição de Maria da Luz Soares Franco de 7.5.2003.

⁵⁴⁹ *Correio da Manhã*, 16.3.2004, p. 15.

⁵⁵⁰ For julgado em 7.2.2003 por roubo, rapto e ameaças, e condenado. Francisco Andrade fugiu do Colégio de Vila Fernando para se prostituir; teve contactos com Michael Burridge; disse ter tido relações com Jorge Ritto, em cuja casa teria vivido cerca de um mês, e a quem lhe chegou a roubar o carro; e foi inquirido em 21.3.2003 no âmbito do processo Casa Pia. Em 10.11.2003 foi transferido para o Estabelecimento Prisional de Leiria.

⁵⁵¹ E mesmo assim foi interrogado pela PJ a respeito de Jorge Ritto e Ferreira Dinis, e, estranhamente, foi considerado creível.

⁵⁵² *Correio da Manhã*, 28.3.2004, p. 16. Catalina Pestana contou esta história em Tribunal em 17.3.2005 (*Diário de Notícias*, 18.3.2005, p. 25). Como também disse que a história lhe tinha sido contada por Francisco Guerra e pela sua amiga Neidi Bruno (depoimento de Catalina Pestana de 7.4.2005), sendo esta última inimiga de Manuel Abrantes. Esta história foi desmentida pela secretária da Provedoria, Arcângela Caeiro, que Neidi Bruno disse ter assistido a esse incidente (depoimento de Arcângela Caeiro de 19.10.2006). O Tribunal dedicou várias dezenas de páginas do *Acórdão* a tentar provar que Silvino era protegido na instituição por Abrantes, que até lhe desculpava grosserias e insubordinações (cf., por exemplo, p. 691-696). Subentendia-se que Abrantes receava que Silvino, por saber demais, pudesse denunciar a “rede” se não lhe fizessem as vontades. Mas a verdade é que várias testemunhas, inquiridas, negaram alguma vez terem visto Silvino dirigir-se a Manuel Abrantes em termos impróprios, ou até mesmo que Silvino tivesse um tratamento de favor por parte deste.

2.5. A “mãe extremosa”

[Catalina] era, é e será uma pessoa incómoda.
António Bagão Félix, Ministro da Segurança Social
e do Trabalho ⁵⁵³

Eu sou uma rapariga pouco contida.
Catalina Pestana, aos 56 anos ⁵⁵⁴

É uma fundamentalista irresponsável.
Carlos Cruz ⁵⁵⁵

Catalina Pestana assumiu uma posição acrítica. Foi
muito apaixonada, irracional, leviana e subserviente.
Celso Cruzeiro, advogado de Paulo Pedroso ⁵⁵⁶

Eu só dei eco à voz das vítimas, porque senão elas não
tinham sido ouvidas. Se eu fosse a mulher discreta que muitos
ex-alunos e muitos ex-trabalhadores qualificados da Casa Pia
acham que eu devia ter sido, não tinha havido processo.
Catalina Pestana ⁵⁵⁷

[Catalina] insulta os funcionários da Casa Pia, agride os
seus educandos, instala a dúvida nas famílias, amesquinha os
antigos alunos, procura manipular a sociedade portuguesa, a sua
população e as suas instituições.
Marcelino Marques, Presidente da ATCPL ⁵⁵⁸

Manuel Abrantes foi exonerado em 27 de Novembro de 2002 sem ter chegado a iniciar funções, porque Catalina Pestana, já então muito activa, acusou-o perante Bagão Félix de estar a prejudicar a investigação ⁵⁵⁹. 48 horas depois, com certa surpresa dos observadores ⁵⁶⁰, o Ministro nomeou ⁵⁶¹ para o substituir... Catalina Pestana, que era então Assessora da Provedoria, e que começou a familiarizar-se com a situação no próprio dia.

Embora Catalina sempre o negasse ⁵⁶², e soubesse que o cargo iria ficar vago com a aposentação de Luís Rebelo, que fora anunciada no mês anterior, o seu sonho de há muito

⁵⁵³ IOL, 31.10.2007.

⁵⁵⁴ Depoimento de Catalina Pestana de 9.3.2005..

⁵⁵⁵ Cf. <www.tvi24.iol.pt/sociedade/casa-pia-carlos-cruz-entrevista-julgamento-pedofilia-tvi24/1166034-4071.html>.

⁵⁵⁶ Entrevista ao *Diário de Notícias* de 5.6.2004.

⁵⁵⁷ Entrevista ao *Correio da Manhã* de 21.11.2008.

⁵⁵⁸ *24 Horas*, 10.10.2007, p. 15.

⁵⁵⁹ *Público*, 4.2.2003. O mesmo artigo sublinhou que “o Senhor Ministro tem toda a confiança política na actual Provedora, está em total sintonia com ela”. Curiosamente, Catalina disse em Tribunal que a única razão para o afastamento de Abrantes era porque Bagão Félix entendia que a instituição precisava de ter “uma Direcção nova” (depoimento de Catalina Pestana de 6.4.2005).

⁵⁶⁰ Esperava-se que fosse nomeado para a Provedoria Demétrio Alves, do PCP e antigo casapiano, que fora Presidente da Câmara Municipal de Loures e tinha, naquela altura, o apoio dos seus camaradas Pedro Namora, a quem chegou a arranjar emprego na Câmara, e Odete Sá, assistente social na Casa Pia.

⁵⁶¹ Não é geralmente conhecido que Catalina Pestana foi nomeada em comissão de serviço por três anos, a terminar em 1.12.2005.

⁵⁶² “Foi uma questão que eu nunca equacionei [...] Sempre pensei que a água não corre duas vezes debaixo da mesma ponte no mesmo rio. Que a Casa Pia, portanto, era para mim um projecto encerrado” (depoimento de Catalina Pestana de 6.4.2005). O que, à luz da sua actuação posterior, não é convincente.

tempo era ser Provedora, para o que fez por obter apoios no Partido Socialista, entre os quais o seu então amigo Paulo Pedroso. Quando constou que se tinha oferecido para ser Provedora, apressou-se a desmentir a notícia, insistindo em como fora nomeada a pedido do seu amigo Bagão Félix – embora uma coisa não anulasse necessariamente a outra ⁵⁶³. E para quem dizia não ter ideias de ser Provedora, Catalina mostrou logo que sabia o que iria fazer. Disse a Bagão Félix que só ia para Provedora se tivesse o seu apoio incondicional: “Ou estamos juntos neste barco, ou então não vale a pena sequer entrarmos nele” ⁵⁶⁴. E o facto é que Bagão Félix deixou-a fazer o que ela quis, enquanto quis, e deu-lhe tudo o que ela queria.

Maria Catalina Batalha Pestana tinha na altura 55 anos. Vinda de uma família de tradições antifascistas e orgulhando-se de um passado de luta contra o antigo regime – até apoiou a candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho em 1976 e foi militante do Movimento de Esquerda Socialista –, era licenciada em Filosofia e tinha sido Coordenadora Nacional do Projecto Vida e Directora do Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI), onde o seu feitiço lhe causara problemas. Deolinda Machado, da CGTP, que lidou com ela, veio a comentar: “Até havia momentos em que parecia esquecer-se de que o seu papel era executar as coisas, não limitar-se a denunciá-las. E eu tive que lembrar-lhe isso várias vezes”. Adão Mendes, da União dos Sindicatos de Braga, não deixou de a criticar: “Preferia apoiar projectos para congressos e conferências do que os nossos, que passavam pela pesquisa no terreno de casos concretos de trabalho infantil”. E envolveu-se em discussões com pessoas que não concordavam com ela; num certo caso, com uma professora de Braga, a discussão foi tão violenta que, segundo um sindicalista que estava presente, só não chegaram a vias de facto porque a professora se retirou ⁵⁶⁵.

Catalina esteve 12 anos em cargos de importância na Casa Pia ⁵⁶⁶, até sair em 1987, e nunca deu por nenhuns abusos sexuais ⁵⁶⁷, que, no entanto, eram bem visíveis para quem prestasse um mínimo de atenção ⁵⁶⁸. A sua preocupação dominante parecia ser apresentar-se como “compincha” dos educandos; até jogou com eles ao Carnaval em 1986, vestida de Punk ⁵⁶⁹. Estivera à frente do Colégio de Santa Catarina ⁵⁷⁰, onde a sua actuação fora um pouco controversa (ela própria diria mais tarde que “foram os alunos que a adoptaram e não o

⁵⁶³ João Pedroso declarou claramente em Tribunal que ser Provedora era o sonho de Catalina Pestana e que ela se tinha oferecido para o cargo (depoimento de João Pedroso de 21.1.2008). Na tarde do mesmo dia, Bagão Félix disse à comunicação social que a escolha tinha sido dele.

⁵⁶⁴ ABRUNHOSA, Ana Isabel (coord.) – *Dossiê Casa Pia*, p. 157.

⁵⁶⁵ ABRUNHOSA, Ana Isabel (coord.) – *Dossiê Casa Pia*, p. 155-156.

⁵⁶⁶ Directora do Colégio de Santa Catarina de 1975 a 1981, depois assessora do Provedor Adjunto Videira Barreto até 1983. A partir de 1984 foi dar aulas no Colégio Pina Manique. Em 1987 pediu a exoneração para exercer a docência na Faculdade de Motricidade Humana, primeiro como Assistente e depois como Professora Auxiliar.

⁵⁶⁷ *Tabu*, 13.10.2007, p. 57. Em Tribunal, Catalina desculpou-se assim: “esse problema eu tenho posto a mim muitas vezes, onde é que eu estava que não vi, e onde é que eu estava, se eu era dos professores que entrava lá de manhã e ia-me embora só ao fim da tarde? Ia com os miúdos fazer actividades de toda a ordem. É que a Casa Pia são dois mundos. O mundo até às 6 da tarde e o mundo depois das 6 da tarde [...] Quando depois das 6 da tarde os psicólogos vão embora, os assistentes sociais vão embora, os professores vão embora, as aulas fecham, só ficam os internos e o mundo dos internos nos lares intramuros, e já estou a falar de lares, não estou a falar do tempo das camaratas totalmente massificadas, passam a ser os senhores do território que durante o dia foi de muitos” (depoimento de Catalina Pestana de 9.3.2005).

⁵⁶⁸ “As miúdas eram violadas, porque os rapazes saltavam o muro, tanto alunos da Casa Pia como rapazes de fora” (depoimento de Carlos Silvino de 20.1.2005).

⁵⁶⁹ Veja-se a fotografia em *Tabu*, 13.10.2007, p. 58.

⁵⁷⁰ Até 1.10.1981, altura em que passou a assessora do Provedor Adjunto Videira Barreto. Foi substituída por João Vaz, que foi nomeado em 1.10.1981, tomou posse em 16.12.1981 e abandonou o cargo a seu pedido em 15.9.1988, sendo substituído por Maria Isaura NunesTeixeira.

contrário”⁵⁷¹). Um memorando do Provedor João Baptista Comprido⁵⁷², datado de 24 de Dezembro de 1982 e dirigido a João Vaz, que substituíra Catalina na Direcção do Colégio, referia que havia uma “degradação grave” que “começa a tornar-se preocupante” e decorria de “falta de clara definição dos seus objectivos, modos e meios de os atingir”. A situação melhorou muito sob a direcção de João Vaz⁵⁷³.

Mas Catalina Pestana viria a insistir que tinha saído do Colégio porque quis:

Fui eu que pedi para sair de Santa Catarina e pedi um ano antes. Era Provedor o Eng. Peixeiro Simões. Porque considerava, como considero, que em internato não se deve trabalhar mais de cinco anos seguidos, porque se criam vícios que produzem situações como aquelas a que estamos infelizmente a assistir agora. Foi a meu pedido e só um ano depois é que fui autorizada a mudar de funções⁵⁷⁴.

As concepções pedagógicas de Catalina Pestana já vinham de longe. Num artigo de oito páginas, publicado na revista *Toxicodependências* de Abril de 1995, Catalina, que na altura estava ligada a um projecto de prevenção e tratamento da toxicodependência, achou que este não era o maior problema das escolas. O problema era haver “uma escola que hipervaloriza as áreas dos saberes conceptuais, em detrimento das áreas das expressões”⁵⁷⁵!

Começou—Catalina Pestana tomou posse como Provedora em 5 de Dezembro de 2002, numa cerimónia a que, inesperadamente (disse-se), compareceu o Primeiro Ministro José Durão Barroso, e garantiu, em linguagem metafórica a que nos iria habituar: “Não permitirei que o gelo se instale”. Prometeu fazer o possível para “restabelecer a ecologia do sistema”, e agradeceu à comunicação social, ou seja, a Felícia Cabrita, sem a qual “os processos [de pedofilia] ainda estariam a passar de gaveta em gaveta”⁵⁷⁶. Dois dias mais tarde, escolheu como assessora, por conveniência urgente de serviço, Olga Maria dos Santos Carvalho Paiva Miralto, que já conhecia, e cujo marido, Paulo Miralto, Capitão da FAP na reserva, nomeou como responsável pela segurança da instituição⁵⁷⁷. E começou logo a demonstrar a sua dedicação à causa das alegadas vítimas: “Entrou de forma muito bonita. Logo no primeiro dia, desceu à relojoaria e foi dar um abraço ao Mestre Américo, um gesto de grande simbolismo”⁵⁷⁸. E ainda de maior simbolismo porque o Mestre Américo, embora fosse nesta ocasião um “herói” da luta contra a pedofilia, tinha sido alvo de várias queixas relativas à sua conduta pessoal e profissional.

Num curioso episódio, uma rapariga de 24 anos, visita da casa do Mestre Américo, acusou-o em 11 de Dezembro de 2002 de a ter coagido a ter um envolvimento sexual com ele e com a sua mulher, por volta de 1993, quando ela tinha 14 anos. Mais disse que o denunciava agora por ter ficado com uma “grande revolta”, ao vê-la na televisão a “vangloriar-se pelo facto

⁵⁷¹ Depoimento de Catalina Pestana de 9.3.2005. Não falou de um boato que corria, que havia raparigas do Lar que engravidavam e eram mandadas abortar por Catalina Pestana (cf., por exemplo, o depoimento de Carlos Silvino de 20.1.2005), mas a sua atitude em relação a estes problemas era característica: “Tudo tinha que ver com situações de namoro, num período em que a sociedade toda estava em ebulição e em que os adolescentes punham qualquer sistema de autoridade em causa” (depoimento de Catalina Pestana de 6.4.2005).

⁵⁷² Baptista Comprido foi nomeado Provedor em 3.7.1981.

⁵⁷³ Um morador da área, em carta de 24.12.1982, dizia que os alunos passaram a ser “mais disciplinados, mais educados, mais respeitadores, talvez até mais amparados moral e espiritualmente”. Porque anteriormente (isto é, no mandato de Catalina) os alunos não estavam a ser “convenientemente acompanhados e educados” (*Diário de Notícias*, 5.1.2003, p. 21).

⁵⁷⁴ Depoimento de Catalina Pestana de 27.4.2005.

⁵⁷⁵ *O Dia*, 5.4.1995, p. 17.

⁵⁷⁶ *24 Horas*, 6.12.2002, p. 7.

⁵⁷⁷ Por uma das coincidências em que este processo é fértil, Olga Miralto era prima de Octávio Lopes, jornalista do *Correio da Manhã*, cujo trabalho sobre o escândalo da CASA Pia foi tão marcante.

⁵⁷⁸ *Diário de Notícias*, 15.1.2003, p. 20.

de estar a denunciar o caso de pedofilia na Casa Pia”⁵⁷⁹. A queixa foi arquivada por falta de provas.

*
* *

Catalina apoiava-se na confiança que Bagão Félix depositava nela, e o Ministro parecia não saber do seu idealismo sem limites e da sua espantosa credulidade, que tanto iam dar que falar:

A Dr^a Catalina Pestana foi nomeada por mim e pelo Senhor Primeiro Ministro Provedora da Casa Pia. Tenho absoluta confiança na sua capacidade, competência, coragem, disponibilidade e generosidade. Desafio alguém a encontrar uma pessoa melhor para liderar a Casa Pia de Lisboa⁵⁸⁰.

Haveria oposição capaz de pôr em causa a opinião do Senhor Ministro, que progredira de rapazinho ilhavense tímido, a frequentar o Liceu Nacional de Aveiro, a político de enorme poder e influência, gozando de altas protecções da política e do Opus Dei?

No mesmo dia em que Catalina foi nomeada Provedora, Bagão Félix criou a Comissão Coordenadora de Apoio Psicológico para Intervenção na Crise (CCAPIC), que Catalina apresentou aos quadros dirigentes da Casa Pia como um *fait accompli*:

Eu, director do Pina Manique, não fui tido nem achado para nada a não ser “mande-me este aluno no dia tal, à hora tal, ao Centro Cultural de Belém onde essa Comissão iniciou as suas funções”. É a única coisa que eu sei, concretamente [...] Limitava-me a cumprir aquilo que eram as instruções dessa Comissão: mandar os alunos, acompanhados de um educador, no dia tal às X horas ao Centro Cultural⁵⁸¹.

Ficou à frente da Comissão o pedopsiquiatra Pedro Luís de Assis Pacheco Strecht Ribeiro, professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Católica e poeta amador, que há alguns anos seguia os alunos da Casa Pia devido a ser, desde 1995, supervisor da Comissão Regional de Lisboa do Projecto de Apoio à Família e à Criança⁵⁸². Segundo Catalina, Strecht e os seus colegas eram “técnicos de grande qualidade, discretos, firmes e serenos”⁵⁸³. E, sobretudo, dispostos a seguir sem discussões a linha que ela já tinha traçado.

Catalina ficou conhecida pelas suas frases de efeito dramático: “Estou em cima de uma pirâmide de sofrimento”, disse ela mais que uma vez⁵⁸⁴. Esta frase foi depois glosada de forma mais poética: “Sinto-me em cima de uma enorme pirâmide de sofrimento, de um sofrimento que respira, que fala, que dá sinais e que eu conheço”⁵⁸⁵. Ou então: “Vi o sofrimento de uma criança que foi violada”⁵⁸⁶, que não podia ter visto porque não há violações no processo. O *Expresso* de

⁵⁷⁹ *Correio da Manhã*, 29.7.2003, p. 52.

⁵⁸⁰ *Correio da Manhã*, 23.4.2003, p. 12.

⁵⁸¹ Depoimento do Dr. Luís Vaz de 10.5.2006.

⁵⁸² Pedro Strecht tinha na altura 36 anos. Licenciou-se na Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, especializando-se no Departamento de Pedopsiquiatria do Hospital D. Estefânia. Estagiou na controversa Tavistock Clinic, de Londres, e noutras instituições britânicas, e esteve ligado ao Instituto de Reinserção Social e outros organismos. Exercia consulta privada na Cooperativa “A Torre” e no Centro D. João dos Santos – Casa da Praia. É autor de vários livros, muitos dos quais sobre psicologia infanto-juvenil.

⁵⁸³ *Expresso*, 4.10.2003, p. 12. Em 7.2003 já seguiam nada menos de 146 alunos e ex-alunos, que, segundo Pedro Strecht, precisavam de “apoio psicoterapêutico e/ou psicofarmacológico, por prazo presumivelmente longo, e nunca inferior a um ano” (ofício ao DIAP de 21.7.2003).

⁵⁸⁴ *Correio da Manhã*, 9.8.2003, p. 5.

⁵⁸⁵ *Expresso*, 4.10.2003, p. 12.

⁵⁸⁶ *Expresso*, 5.4.2003, p. 21.

7 de Dezembro de 2002 caracterizava-a como “uma missionária”, apreciadora de “grandes desafios” – e citava-a como “uma emocional controlada”.

O controlo emocional era relativo. Quando o Provedor Baptista Comprido, com quem Catalina embirrava ⁵⁸⁷, a dispensou de metade do serviço em 1983 para ela fazer um Mestrado (que a Casa Pia pagou) no Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), Catalina agradeceu a gentileza com o seguinte comentário: “Baptista Comprido achava que eu protestava demais e então arranhou-me uma prateleira dourada” ⁵⁸⁸. Quando o Provedor seguinte, o Dr. José Damasceno Campos ⁵⁸⁹, lhe deferiu o pedido para ir dar aulas no Colégio Pina Manique, Catalina observou:

As pessoas ficaram um bocadinho perplexas por eu trocar um gabinete muito bonito, alcatifado, quente, com quadros verdadeiros nas paredes, pelos corredores conventuais e gelados como os do Colégio de Pina Manique. Perguntaram-me se alguém me tinha feito mal, para eu querer agora passar, aparentemente de cavalo para burro [...] Fui olhada com suspeição pelos meus colegas, durante o primeiro ano, porque eu tinha trabalhado no centro do poder que não é muito amado, a Provedoria [...] E então achavam que se eu tinha trocado a Provedoria por um Colégio estava lá para ser espia do Poder ⁵⁹⁰.

Catalina estava longe de ser bem aceite pelos funcionários da instituição ⁵⁹¹. Mas colaborou com a PJ e o Ministério Público sem restrições nem reticências, nem problemas de consciência. Foi endeusada por Pedro Namora, Felícia Cabrita e outras pessoas responsáveis, como o próprio advogado José Maria Martins, que em 16 de Dezembro de 2008, durante as suas alegações finais, lhe chamou “uma extraordinária Provedora, uma mulher íntegra e exemplar”, e o ex-Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Segurança Social, Marco António Costa ⁵⁹², que chegou ao ponto de lhe chamar “Avó de Portugal” num colóquio realizado no Porto em 15 de Fevereiro de 2005. E os “seus meninos” sabiam aproveitar bem a ânsia maternal descontrolada da Provedora:

A Dr.^a Catalina [era] uma avó, uma mãe, que no fundo, foi ela que nos botou a mão e que nos apoiou, nos tempos difíceis. Acolhendo-nos e... dando-nos força para que conseguíssemos falar numa mágoa, numa tristeza que nos aconteceu na vida ⁵⁹³.

Isto até seria convincente para quem não soubesse que João Paulo Lavaredas não teve problemas em falar na mágoa quando foi inquirido sobre o seu relacionamento com Michael Burrige; e que, na altura em que disse estas lindas palavras em Tribunal, andava revoltado porque queria apoio material da Casa Pia, para além do que já tinha recebido. Para além dos 50.000 euros da indemnização que recebeu do Estado, a Casa Pia pagava-lhe alojamento, uma semana, e até lhe comprou roupas ⁵⁹⁴.

⁵⁸⁷ Catalina perguntou-lhe por que razão tinha sido nomeado Provedor, sendo ele um oficial de submersíveis, e sorriu, o que Baptista Comprido interpretou como uma crítica vinda de uma subalterna. Ainda por cima, Catalina admitiu: “Eu não concordava, em alta percentagem, com o que o Sr. Comandante considerava importante fazer naquela casa” (depoimento de Catalina Pestana de 18.4.2005).

⁵⁸⁸ Depoimento de Catalina Pestana de 9.3.2005. Disse mais tarde aproximadamente o mesmo: “Ele, para se ver livre de mim, mandou-me para uma prateleira dourada estudar” (depoimento de Catalina Pestana de 18.4.2005).

⁵⁸⁹ Fora Governador Civil de Leiria e Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

⁵⁹⁰ Depoimento de Catalina Pestana de 9.3.2005.

⁵⁹¹ Apenas um exemplo: a Directora do Colégio Nun’Álvares, Maria Isabel Ferreira, apresentou a demissão, que foi logo aceite (*24 Horas*, 17.5.2003, p. 6).

⁵⁹² Ocupou este cargo por alguns meses em 2004. Foi depois Vice-Presidente da Câmara Municipal de Gaia. Em 6.2011 foi nomeado Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social.

⁵⁹³ Depoimento de João Paulo Lavaredas de 25.7.2005.

⁵⁹⁴ Em 1.9.2003, como referiu Adelino Granja em Tribunal em 16.6.2005.

Catalina foi também explorada emocionalmente por alguns dos “meninos” adultos ⁵⁹⁵, cujos interesses ela defendeu incondicionalmente, sem, pelos vistos, lhe passar pela cabeça que podiam estar a mentir, ou até a gozar dela: “Não tentem destruir os miúdos, porque vão ter de passar com um cilindro por cima de mim”, afirmou ⁵⁹⁶. E além de lhes chamar “miúdos” e “seus meninos”, apesar de alguns já terem feito o serviço militar ⁵⁹⁷, trabalhou ao máximo a vertente emocional, no que foi acompanhada por alguma comunicação social. A dramatização que veio a ser a regra só podia comparar-se a uma vaga imaginativa sem restrições factuais ou morais:

No seu gabinete [de Catalina], entram, um a um, jovens que se queixam de abusos, que choram, que têm medo. Ela chega a ter a sensação de que o estômago não vai aguentar [...] Os alunos mais pequenos fazem perguntas incómodas, a indisciplina toma conta dos mais velhos ⁵⁹⁸.

Aliás, os problemas de estômago e a indisciplina crescente não eram nada, comparados com as conversas e choros de Catalina com Rosa Mota a horas tardias, e que mereciam uma análise psicológica:

A Coordenadora Rosa Mota [...] não quebra a relação de confiança, quase de amizade, que já cultivava com a Provedora Catalina Pestana – de quem ouviu choros e lamentos em várias madrugadas ⁵⁹⁹.

Além de chorar e de se lamentar, Catalina afirmou, no seu inimitável estilo emocional: “As crianças que foram vítimas de abusos... serão todas meus filhos até ao final da minha vida” ⁶⁰⁰. Muitas das “crianças” já eram homens. Mas isso era o menos. Numa entrevista publicada mais tarde nas *Seleções do Reader's Digest*, Catalina não teve problemas em afirmar o seguinte: “Quando dizemos ‘Ai os nossos meninos, vamos acolhê-los como se fossem nossos filhos...’ Não gosto nada dessa conversa! [...] Porque é mentira. Eles não são nada nossos filhos. Nós sabemos isso e eles também” ⁶⁰¹. Então em que ficamos?

Catalina fez tábua rasa da administração anterior da Casa Pia, o que chegou a provocar confusões entre o pessoal. Nomeou dois Provedores Adjuntos da sua confiança, mudou uma série de dirigentes, e instalou-se como uma espécie de ditadora em nome dos “seus meninos”. Entre outras medidas, interrompeu a presença de representantes do Conselho de Ex-Alunos da Casa Pia, que o Provedor Luís Rebelo, por cortesia, convidava para terem assento nas reuniões do Conselho Directivo ⁶⁰².

*
* *

A seguir à tomada de posse da mediática Catalina Pestana como Provedora, o ambiente dentro da instituição era extremamente tenso; em consequência de a PJ ter incitado os alunos a denunciar abusos, não havia funcionário que não receasse ser acusado de abusos sexuais. O Dr. Luís Vaz, na altura Director do Colégio de Pina Manique, defrontou-se com uma situação

⁵⁹⁵ Ilídio Marques, por exemplo, conversou com ela “variadíssimas vezes”, e convenceu-a de que “tinha mesmo ternura por mim. Ele ia lá de vez em quando dizer: ‘Venho cá só dar um beijinho’” (depoimento de Catalina Pestana de 21.4.2005).

⁵⁹⁶ *Domingo Magazine*, 23.11.2003, p. 11.

⁵⁹⁷ Tentando explicar-se, disse em Tribunal: “É que para mim eles são miúdos” (depoimento de Catalina Pestana de 28.4.2005).

⁵⁹⁸ ABRUNHOSA, Ana Isabel (coord.) – *Dossiê Casa Pia*, p. 110, citando um artigo do *Expresso* de 10.6.2004.

⁵⁹⁹ *Ibid.*, p. 101.

⁶⁰⁰ *Correio da Manhã*, 22.11.2007, p. 26.

⁶⁰¹ Cf. <www.selecoes.pt/catalina_pestana_%C2%ABos_mi%C3%BAdos_aqui_testam_me_todos_os_dias>..

⁶⁰² Depoimento de Joaquim Moura Esteves de 9.11.2006.

inédita: havia muitos educadores que “choravam no meu gabinete [e] a ideia deles era meter atestado médico”.

A ideia que eu tenho desse tempo é de que todos desconfiávamos de todos. Era a ideia com que ficava. Não havia confiança em ninguém. Numa linguagem perversa, o poder estava na rua, e não havia autoridade [...] O Colégio ficou todo pintado, fora o Director, abaixo o ditador, todo pintado, isto... [...]

Todos nós andávamos fragilizados, não é? Porque o nome da Instituição com 224 anos de existência estava na praça pública, o bom nome dos profissionais estava na praça pública, dos alunos estavam na praça pública. Isto é, quase encarnámos aquilo que numa linguagem objectiva se denomina de uma sociedade de malfeitores. Parecia a casa das bruxas, haviam artigos que, de facto, eram de uma violência impar, que revelavam uma ignorância total em relação àquilo que é a história e a Casa Pia, naquele mesmo momento. E todo esse conjunto de situações provocou uma fragilidade psicológica que eu não poderia dar a entender, sobretudo aos funcionários e aos alunos da Casa Pia de Lisboa. Como disse, muitas vezes chegavam ao meu gabinete a chorar porque não aguentavam aquele estado de tensão ⁶⁰³.

Catalina começou por ser conciliadora. Afirmou quando tomou posse, dirigindo-se ao pessoal da Casa Pia: “Peço-vos: não deixem de tocar nestas crianças porque seria o mesmo que deixar de regar uma planta” ⁶⁰⁴. No jantar comemorativo do 223º aniversário da instituição, em que se apresentou como “mãe da Casa Pia”, sublinhou a necessidade de todos colaborarem para “separar o trigo do joio”, porque “não conseguirei fazer tudo sòzinha” ⁶⁰⁵. E numa breve alocução no jantar de Natal, realizado em 23 de Dezembro de 2003, revelou que a sua estratégia passava por “abraços e afecto físico” aos alunos, o que, para alguém que não fosse ela, era muito arriscado no ambiente que então se vivia:

A Provedora sublinhou ainda as trocas de “abraços e afecto físico”, defendendo que eles [educandos] sabem muito bem distinguir o que é salutar do que não é”, e que a CPL não forma “crianças assépticas” ⁶⁰⁶.

E deu o exemplo, andando de um lado para o outro a abraçar e beijar os educandos, com assinalável gáudio destes.

Mas, à medida que se convertia na “Provedora dos miúdos” ⁶⁰⁷, cuja porta estava sempre aberta para os receber, começou a notar-se, dentro da instituição, que não se vivia como num mar de rosas. Com uma Provedora que acreditava em tudo o que os “meninos” diziam e desculpava tudo o que eles faziam ⁶⁰⁸, a indisciplina aumentou ainda mais, o que nem as autoridades puderam deixar de notar, como se vê por este exemplo:

Desde o desencadear da crise da Casa Pia de Lisboa, o André [P. de 13 anos] alterou profundamente o seu comportamento, tendo iniciado um absentismo escolar cada vez mais acentuado, bem como sistemáticos comportamentos perturbadores dentro da sala de aula, conflitos com professores e com colegas, culminando num

⁶⁰³ Depoimento do Dr. Luís Vaz de 10.5.2006.

⁶⁰⁴ *24 Horas*, 6.12.2002, p. 7. Catalina voltou ao mesmo tema em 1.6.2006, nas Jornadas sobre as Crianças Institucionalizadas, realizadas em Fátima: “Não tenham medo de dar mimo aos vossos meninos. Nunca ninguém morreu de mimos a mais, e com mimos a menos não está provado” (<www.santuariofatima.pt/portal/index.php?id=1810>).

⁶⁰⁵ *Correio da Manhã*, 5.7.2003, p. 13.

⁶⁰⁶ *Correio da Manhã*, 24.12.2003.

⁶⁰⁷ *Tabu*, 13.10.2007, p. 59.

⁶⁰⁸ Num caso caricato, um “menino” do Lar Martins Correia, testemunha do processo e educando problemático, foi mencionado num relatório interno porque “andava constantemente a coçar as partes genitais”. Catalina só teve um comentário: não era o papel da Provedora “comentar a vida dos alunos” (*Correio da Manhã*, 26.10.2003),

completo abandono escolar. Acentuou-se igualmente o seu comportamento agressivo, nomeadamente junto dos mais novos, e promove ou participa em actos de vandalismo, tendo uma postura desafiadora e prepotente, especialmente para com os educadores

609.

Até a insuspeita Dulce Rocha, ao ser nomeada Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, avaliou com justeza a situação que se vivia na Casa Pia, talvez devido à sua experiência anterior no Tribunal de Família e Menores de Lisboa:

Crianças que estão na Casa Pia, por exemplo, têm 15 anos, viveram com a família durante algum tempo e depois foram confiadas à Casa Pia de Lisboa. Estão lá já há quatro ou cinco anos, imagine-se, e agora têm uma postura de grave indisciplina, tiram objectos aos colegas, batem, chamam nomes ofensivos aos educadores, faltam às aulas sistematicamente, inclusive fazem ausências do internato, não dormem lá... e muitas vezes esse comportamento é acompanhado da prática de alguns furtos⁶¹⁰.

Ainda por cima, quem desagradasse ao rumo tomado por Catalina Pestana arriscava-se a meter-se em sarilhos. Começou por a equipa educativa do Lar Venceslau Pinto ter recolhido algumas histórias dos educandos, em vez de encaminhar cada um deles para a PJ, o que enfureceu Catalina. Em 23 de Janeiro de 2003 enviou uma repreensão à Directora do Colégio D. Maria Pia, Dr^a Maria de Fátima Consciência:

Estou escandalizada com este documento. As equipas educativas deverão cumprir as suas funções e não procurar substituir as entidades com competências de investigação. Este interrogatório é de uma gravidade muito grande. A Sr^a Directora deve pedir contas por esta actuação aos respectivos educadores.

Como ousava a equipa educativa tomar uma iniciativa que pertencia à PJ, e muito especialmente a ela, Catalina?

Mas houve mais. No início de Janeiro de 2003, Pedro Namora denunciou um misterioso “funcionário M.”, que, segundo ele, alternava com Silvino no transporte de crianças para o apartamento de Jorge Ritto. E sublinhava que, apesar de Silvino já ter sido detido, a pedofilia continuava: “Recebemos [um plural majestático?] chamadas de crianças que nos dizem que tudo continua na mesma”⁶¹¹.

Este “funcionário M.” chamava-se António Sampaio Magalhães, era educador, coordenador de internato e assessor da Directora do Colégio Maria Pia, e foi denunciado à Inspeção Geral da Segurança Social, que estava a fazer uma sindicância à Casa Pia, e à PJ, por “ser considerado o líder de um grupo que tem perturbado o trabalho da Provedora Catalina Pestana”⁶¹². Este é que era o seu verdadeiro crime, e não as acusações de angariação que foram transmitidas a Namora por António Garcia; por isso este “suspeito” acabou por se desvanecer durante a construção do processo. António Magalhães, que “ficou muito destruído psicologicamente”⁶¹³ e não ganhou para o susto, apresentou queixa contra Namora, no que foi

⁶⁰⁹ *Despacho de Pronúncia*, p. 34-35.

⁶¹⁰ *Notícias Magazine*, 3.8.2003, p. 25.

⁶¹¹ *Correio da Manhã*, 3.1.2003, p. 4. Para dar força a esta fantasia, Silvino ainda foi convencido a denunciar dois colegas (*Correio da Manhã*, 2.5.2004, p. 22), e Catalina afastou outro suposto “angariador”, um motorista ao serviço da Casa Pia desde 1989, de contactos com menores (*Correio da Manhã*, 4.5.2004, p.17). Francisco Guerra já antes tinha falado de mais um angariador na instituição, “baixo, gordo, careca e de óculos” (*Correio da Manhã*, 24.3.2004, p. 4). Todos eles se sumiram da narrativa antes da redacção do Despacho de Pronúncia.

⁶¹² *Diário de Notícias*, 9.5.2003, p. 21. Com a duplicidade do costume, Catalina Pestana disse um mês depois que Magalhães era “um funcionário extremamente cumpridor em termos profissionais” (*Correio da Manhã*, 23.6.2003).

⁶¹³ Depoimento de Maria de Fátima Consciência de 6.7.2006.

acompanhado pelo Ministério Público ⁶¹⁴. Em sua defesa, Namora disse que não o conhecia, e, para insinuar que ele podia mesmo ser culpado, revelou que o seu advogado era o mesmo do ex-Provedor Luís Rebelo ⁶¹⁵. O que seria um “forte indício”.

Em 10 de Fevereiro de 2003, Catalina Pestana enviou à Procuradora Adjunta Paula Soares uma série de informações confidenciais, incluindo uma carta anónima e uma lista de funcionários da Casa Pia que “prestaram falsas declarações na Inspeção Geral da Saúde”. Portava-se como agente da PJ dentro da instituição. E depois admirava-se de enfrentar forte oposição por parte dos funcionários. Ainda por cima, só pelo facto de ser Provedora, intitulou-se tutora dos “seus meninos”, o que, em muitos casos, não podia ser, por eles já serem maiores de 16 anos. Esquecera-se, muito convenientemente, que, segundo a sua lei orgânica, a Casa Pia só tinha a tutela educativa dos “meninos”, e não detinha o poder paternal; mas isso eram pormenores sem importância para ela.

Continuou a haver queixas dos funcionários em 2003 e 2004, que não levaram a qualquer solução. E como poderiam levar, quando Catalina estava a ser apresentada na comunicação social como uma espécie de fada madrinha, benévola e intocável, enquanto governava a Casa Pia com mão de ferro e ao sabor das suas fantasias ⁶¹⁶?

Em 13 de Fevereiro de 2004, os funcionários da Casa Pia entraram em greve, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, protestando, entre outras coisas, contra o clima de violência impune que se vivia na instituição. Os “meninos” da Provedora estavam incontroláveis, o que a própria Catalina Pestana reconheceu, mas acrescentou que havia apoio psicológico gratuito para os funcionários e que em breve haveria um programa de formação do pessoal sobre “Gestão do problema da violência”. O psicólogo Nelson Lima tentou desdramatizar a situação com uma interpretação idealista dos factos: “Ao apresentarem um carácter ofensivo, as crianças têm necessidade de projectar uma imagem daquilo que são, naquilo que é um comportamento puramente defensivo”.

Era fácil de dizer para quem não enfrentava todos os dias a realidade. Carlos Monteiro, fiel de armazém, declarou: “Está tudo muito pior. Ainda agora tive conhecimento de um colega nosso a quem os alunos bateram no ginásio”. Fernando Rodrigues, auxiliar: “Os miúdos são mal-educados. Estão constantemente a ofenderem-nos, chamam-nos filhos da puta, pedófilos. Ofensas que não admito ao fim de estar 13 anos a trabalhar nesta casa para lhes dar educação”. Maria Alves, auxiliar: “Todos os dias somos insultados. É filha da puta, vaca, e como eu sou forte, gozam com a minha gordura. É uma falta de respeito, e desde que rebentou o escândalo piorou, agravou-se muito mais”.

E porquê? Como disse o dirigente sindical Luís Pesca: “São crianças com alguma complexidade e que se sentem à vontade para fazerem maus tratos aos trabalhadores, afirmando que ‘eu sou criança e a mim ninguém toca’” ⁶¹⁷. E como não haviam de estar à vontade? Catalina deixava-os fazer tudo o que eles queriam. Até explicava o seu insucesso escolar desta maneira castiça: “Muitos dos menores estão a conhecer a sua primeira namorada, e isso agora é muito mais importante para eles do que um ano escolar” ⁶¹⁸. Era tudo uma questão de prioridades.

⁶¹⁴ *Correio da Manhã*, 4.8.2003, p. 17.

⁶¹⁵ *Correio da Manhã*, 11.8.2003, p. 15.

⁶¹⁶ Não estamos a ser severos. Em 4.2003, os Serviços de Psicologia e Orientação da Casa Pia promoveram um encontro denominado *Adolescência(s) – Percurso(s) de um tempo inventado*. Uma colectânea de textos deste encontro foi publicada pela Casa Pia em 2006, e demonstra que há uma diferença palpável entre os sonhos dos psicólogos e a realidade dos factos.

⁶¹⁷ *Correio da Manhã*, 14.2.2004, p. 13.

⁶¹⁸ *Correio da Manhã*, 11.5.2004, p. 6.

A anarquia alastrou ao Casa Pia Atlético Clube. Já tinha havido diversos furtos no bar, mas a situação piorou. Em 23 de Novembro de 2004, um bando de jovens dos bairros da Boavista e do Zambujal assaltou as instalações do clube, em Pina Manique, levando consigo troféus, camisolas de antigos jogadores, documentos contabilísticos e contratos, que retiraram de um cofre, e diversas chaves, o que obrigou à substituição das fechaduras. O crime foi obviamente estudado com antecedência e praticado por indivíduos que conheciam as instalações. O prejuízo foi calculado em 5.000 euros. Nunca foram descobertos os ladrões, embora houvesse suspeitas.

Alheia por completo às realidades da vida, Catalina Pestana, que sempre se congratulara de cada vez que alguma coisa corria mal aos arguidos ⁶¹⁹, chegou ao ponto de convidar os “meninos” adultos para jantares comemorativos destas condenações ⁶²⁰. Esta iniciativa merece um comentário.

Perante a reacção adversa de algumas pessoas, que acharam estranho e de muito mau gosto estar a comemorar o sofrimento de arguidos cuja condenação nem sequer tinha ainda transitado em julgado, Catalina retorquiu que os jantares eram para celebrar aniversários – uma desculpa cuja veracidade podia ser contestada muito facilmente ⁶²¹. Segundo Álvaro de Carvalho ⁶²², houve dois almoços de aniversários: o de Ricardo Oliveira, que foi discreto, só com a presença de Catalina; e o de Olga Miralto, em que teriam estado vários “meninos”. Carlos Lopes, motorista da Provedoria, disse que tinha havido um almoço de aniversário de Francisco Guerra, só com Catalina, Olga Miralto e ele, além do “menino” ⁶²³. Olga Miralto negou depois que se fizessem jantares de aniversários ⁶²⁴. Carlos Lopes acabou por admitir, na mesma audiência, que Catalina tinha organizado um jantar de apresentação dos advogados e outro para comemorar uma condenação num processo paralelo.

Mas o facto é que, além desses, houve vários jantares, em que estiveram de 20 a 30 “meninos”, além de Catalina, Olga Miralto, os advogados das alegadas vítimas, Pedro Strecht e até “um Inspector da Judiciária”. O primeiro jantar foi para comemorar a saída do despacho de pronúncia; estavam presentes, além de cerca de 20 “meninos” e os respectivos seguranças, Catalina Pestana e Olga Miralto ⁶²⁵. Manuel Marcelino da Costa Marques, Presidente da Direcção da Associação de Trabalhadores da Casa Pia de Lisboa (ATCPL), referiu-se a Francisco Guerra, Mário Pompeu, João Paulo Lavaredas, Pedro P., Lauro David, Luís M., Ilídio Marques e Ricardo Oliveira como sendo frequentadores habituais desses jantares ⁶²⁶. Álvaro de Carvalho mencionou Francisco Guerra, Ricardo Oliveira, João Paulo Lavaredas, Lauro David, Luís M. e “muitos mais”, além dos advogados dos assistentes ⁶²⁷. Todavia, o advogado Miguel Matias, contra toda a evidência, insistiu que só tinha havido dois jantares, sendo o primeiro para apresentar a equipa de advogados aos “meninos” ⁶²⁸.

⁶¹⁹ Há imensos casos destes. Por exemplo, quando o Tribunal da Relação confirmou a prisão preventiva a Ferreira Dinis, Catalina exultou e disse que essa decisão tinha dado às “crianças” da Casa Pia “muita confiança” (*Correio da Manhã*, 11.4.2003, p. 52).

⁶²⁰ *Correio da Manhã*, 13.12.2005, p. 14.

⁶²¹ Cf., por exemplo, MARÇAL, Hugo – *Sabão azul e branco: Processo Casa Pia, a maior fraude judicial de sempre*, p. 234-236. Para que conste, os aniversários das sete alegadas vítimas mais importantes celebravam-se em 21 de Fevereiro, 6 de Abril, 26 e 28 de Setembro, 1 e 27 de Outubro, e 25 de Novembro.

⁶²² Depoimento de Álvaro de Carvalho de 3.4.2006.

⁶²³ Depoimento de Carlos Lopes de 17.10.2007.

⁶²⁴ Depoimento de Olga Miralto de 4.12.2006.

⁶²⁵ Depoimento de Ricardo Oliveira de 22.3.2006.

⁶²⁶ Depoimento de Marcelino Marques de 24.9.2007. Curiosamente, Francisco Guerra tentou incriminá-lo, dizendo que, antes de 1998, houve “um jantar/festa no refeitório de Pina Manique”, em que estavam, entre outros, Carlos Cruz e Marcelino Marques (inquirição de Francisco Guerra de 7.8.2003).

⁶²⁷ Depoimento de Álvaro de Carvalho de 3.4.2006.

⁶²⁸ Cf. *Jornal de Notícias*, 27.2.2008.